

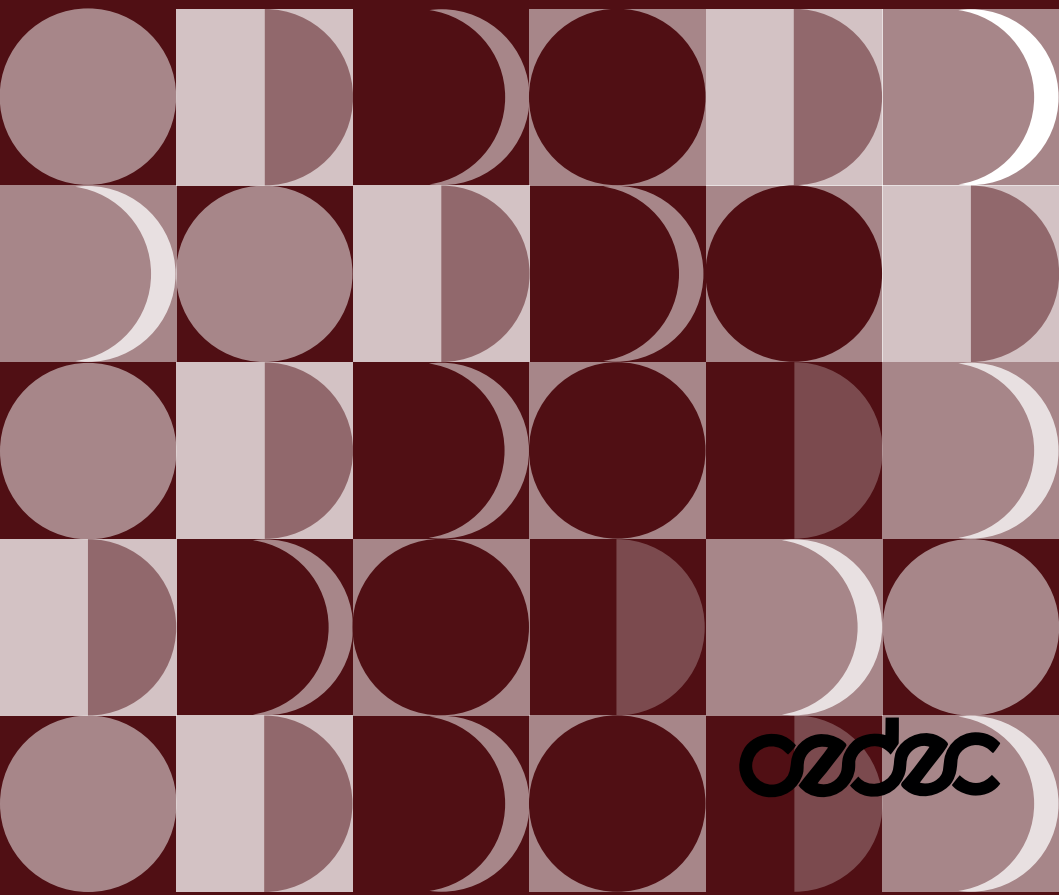
LUA NOVA

revista de cultura e política

2018 | Nº 104

ISSN 0102-6445

40 ANOS DAS GREVES DE 1978 E OS DILEMAS DO SINDICALISMO NA ATUALIDADE



cszsc



SOBRE A REVISTA

Lua Nova tem por objetivo fazer a alta reflexão de temas políticos e culturais, contribuindo assim para elevar o nível intelectual do debate público. Em suas páginas, o leitor encontrará elaboradas incursões nos campos da teoria política (clássica e contemporânea), da teoria social, da análise institucional e da crítica cultural, além de discussões dos assuntos candentes de nosso tempo. Entre seus colaboradores típicos estão intelectuais, docentes e pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas, não necessariamente vinculados a instituições acadêmicas.

Os artigos publicados em *Lua Nova* estão indexados no Brasil no Data Índice; na América Latina no Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, no International Political Science Abstracts e na Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. A versão eletrônica da revista está disponível na SciELO e no portal da Capes.

LUA NOVA

revista de cultura e política

2018 | Nº 104

ISSN 0102-6445

40 ANOS DAS GREVES DE 1978 E OS DILEMAS DO SINDICALISMO NA ATUALIDADE

cedec

LUA NOVA – REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA

2018

Razão Social: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC
Rua Riachuelo, 217, 4º andar, conj. 42 – Sé – Cep: 01007-000 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3871.2966
E-mail: luanova@cedec.org.br
CNPJ 48.608.251/0001-80 – ISSN 0102-6445

Diretoria

Andrei Koerner
Diretor presidente

Bernardo Ricupero
Diretor vice-presidente

Bruno Konder Comparato
Diretor de Publicações

Cecilia Carmem Pontes Rodrigues
Diretor Secretário

Comitê de redação

Bruno Konder Comparato (Unifesp)
Elide Rugai Bastos (Unicamp)
Rossana Rocha Reis (USP)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University)

Editor

Prof. Bruno Konder Comparato (Unifesp)

Conselho editorial

Adrian Gurza Lavalle (USP), Álvaro de Vita (USP), Brasília Sallum Jr. (USP), Bruno Konder Comparato (Editor) (Unifesp), Celi Regina Pinto (UFRGS), Celina Souza (UFBA), Cicero Araujo (USP), Elide Rugai Bastos (Unicamp), Elisa Reis (UFRJ), Gonzalo Delamaza (Universidad de Los Lagos), Horácio Gonzalez (Universidad de B. Aires), John Dunn (University of Cambridge), José Augusto Lindgren Alves (Ministério das Relações Exteriores), Leôncio Martins Rodrigues Netto (Unicamp), Marco Aurélio Garcia (Unicamp) *In Memoriam*, Marcos Costa Lima (UFPE), Michel Dobry (Université Paris I-Sorbonne), Miguel Chaia (PUC-SP), Nadia Urbinati (Columbia University), Newton Bignotto (UFMG), Paulo Eduardo Elias (USP) *In Memoriam*, Pedro Meira Monteiro (Princeton University), Philip Oxhorn (McGill University), Philippe Schmitter (European University, Florence), Renato Lessa (Iuperj), Rossana Rocha Reis (USP) Sebastião Velasco e Cruz (Unicamp), Sergio Costa (Freie Universität Berlin), Tullo Vigevani (UNESP), Víctor Manuel Durand Ponte (UNAM, México), William C. Smith (University of Miami)

Preparação e revisão de texto

Fernanda Corrêa | Tikinet
Tatiana Custódio | Tikinet

Projeto gráfico

Maurício Marcelo | Tikinet

Editoração eletrônica

Robson Santos e Maurício Marcelo | Tikinet

São Paulo, Agosto de 2018

O Cedec é um centro de pesquisa e reflexão na área de ciências humanas. É uma associação civil, sem fins lucrativos e econômicos, que reúne intelectuais de diferentes posições teóricas e político-partidárias.

revista

sociologia & antropologia

ENTREVISTA

FLORESTAN FERNANDES ENTRE DOIS MUNDOS:

ENTREVISTA COM ELIDE RUGAI BASTOS,

GABRIEL COHN E MARIZA PEIRANO

André Botelho, Antonio Brasil Jr. e Maurício Hoelz

ARTIGOS

THE CONTEMPORARY RELEVANCE OF

FLORESTAN FERNANDES

Maria Arminda do Nascimento Arruda

A CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE

FLORESTAN FERNANDES

Alejandro Blanco e Antonio Brasil Jr.

ÓRBITAS SINCRÔNICAS: SOCIÓLOGOS E INTELCTUAIS

NEGROS EM SÃO PAULO, ANOS 1950-1970

Mário Augusto Medeiros da Silva

COPERNICUS IN THE AMAZON: ONTOLOGICAL TURNINGS
FROM THE PERSPECTIVE OF AMERINDIAN ETHNOLOGIES

Els Lagrou

FORMS OF SYSTEMIZATION OF THE SOCIOLOGY OF
RACE RELATIONS IN BRAZIL

Veronica Toste Daflon

O PERIGO DAS DOBRAS: ICONOGRAFIAS E
CORPORALIDADES NO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO

Íris Nery do Carmo

COLLECTIVES OF CARE IN THE RELATIONS SURROUNDING
PEOPLE WITH 'HEAD TROUBLE': FAMILY, COMMUNITY
AND GENDER IN A WORKING-CLASS NEIGHBOURHOOD OF
SOUTHERN BRAZIL

Claudia Fonseca e Helena Fietz

DISSONÂNCIA EM CONCERTO: A INAUGURAÇÃO
DA SALA SÃO PAULO

Ricardo Teperman

A UTOPIA ANTROPOFÁGICA: RASTOS E HORIZONTES

Christian Bruno Alves Salles

REGISTRO DE PESQUISA

A REVOLUÇÃO BURGUESA

Silviano Santiago

RESENHAS

VIAGEM E AMIZADE: ANTROPOLOGIA,
MODOS DE SER E DE FAZER

A viagem como vocação: itinerários, parcerias e formas de conhecimento. (2015). Fernanda Arêas Peixoto.

São Paulo: Fapesp/Edusp

Carmen Felgueiras

O BRASIL VISTO POR INTELCTUAIS MÉDICOS

Médicos intérpretes do Brasil. (2015). Gilberto Hochman

e Nísia Trindade Lima (orgs.). São Paulo: Hucitec.

Christiane Jalles de Paula

VOLUME 8 NÚMERO 1
JANEIRO-ABRIL DE 2018
QUADRIMESTRAL
ISSN 2238-3875



Sociologia & Antropologia
Revista do PPGSA
Programa de Pós-Graduação
em Sociologia e Antropologia/UFRJ
Lgo. do São Francisco de Paula, 1, sala 420
20051-070 Rio de Janeiro RJ
T/fax +55 (21) 2224-8965 ramal 215
revistappgsa@gmail.com
sociologiaeantropologia.com.br
revistappgsa.ifcs.ufrj.br
scielo.br/sant

O **Cedec** agradece a

Andrei Koerner

Bernardo Ricupero

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Maria Rita Loureiro

Raquel Kritsch

Ricardo Sennes

pelo apoio e contribuição recebidos na Campanha da
Lua Nova.

Apoio:



TRABALHADORES, SINDICALISMO E POLÍTICA: 1978, QUARENTA ANOS DEPOIS

Este ano, ao redor do mundo, estão sendo organizadas atividades comemorativas dos cinquenta anos das mobilizações e protestos que tiveram lugar no ano de 1968. Ainda que na história e memória tenha ficado a forte marca do “maio francês”, 1968 globalizou-se apesar das diferenças, desarticulação e multiplicidades. Com centralidade nos movimentos estudantis, essa onda teve suporte também, entre outros, das classes trabalhadoras em diversos países. No Brasil, não será diferente. Muitos eventos estão sendo realizados com vistas a recuperar e debater os acontecimentos desse ano fulgurante (Santana, 2018).

Em meio a isso, muitos eventos importantes para a história nacional correm o risco de ficar esmaecidos diante da pujança de 1968. Nesse sentido, tratar do ciclo de contestação aberto com a greve dos metalúrgicos do ABC Paulista de 1978 – quando ele completa quarenta anos – tem grande valia. Seja pelo evento em si e sua importância histórica, seja por quando o colocamos em diálogo direto com o momento atual, marcado por um novo cenário global de recuada das forças sociais do trabalho mediante os avanços das políticas regressivas para o mundo do trabalho. Refletir sobre aquele ciclo em relação ao presente, a um só tempo, pode tanto lançar luz sobre aquela conjuntura quanto sobre os processos em curso, tendo em vista seus atores sociais e a dinâmica de sua interação (Santana, 2015; Rodrigues, Lima e Ramalho, 2018).

Em 12 de maio de 1978, com a greve iniciada na fábrica da Scania, em São Bernardo do Campo, o Brasil assistiu a uma onda de greves sem precedentes nestes últimos quarenta anos que se passaram desde o início da eclosão grevista do final dos anos 1970.

O ano de 1978 representou um momento importante para a luta dos trabalhadores em nosso país. Dez anos havia se passado do movimento grevista de Contagem e Osasco, que representou o nosso 1968 operário. Naquele momento, as greves, nessas duas cidades, significaram um protesto das classes trabalhadoras e, em particular, dos metalúrgicos contra as condições de trabalho, bem como uma reação à ditadura militar então vigente.

A “explosão” grevista iniciada em 1978, seja pela abrangência, pelo momento político que o Brasil estava vivendo, ou pelos atores que estavam adentrando, com as greves, a cena pública, deixou marcas significativas e duradouras no mundo do trabalho e no sindicalismo, em particular, e na sociedade brasileira, em geral. Os experimentos organizativos e mobilizatórios então efetivados deitaram raízes, vindo a se tornar posteriormente o projeto político e sindical hegemônico no campo das esquerdas de nosso país (Rodrigues, 1999).

De certa forma, pode-se dizer que setores da sociedade civil foram surpreendidos por esse movimento. Trabalhadores/as com sua mobilização passam a ser contados, de forma inescapável, em termos dos arranjos políticos, que se pretendiam efetivar sem a presença e participação deles, mas também da vida pública nacional de forma mais ampla. Desde então tornou-se frequente e notável a presença deles/as nas grandes mídias, das pequenas e esparsas menções, assumiram certa centralidade no noticiário político do país.

Não resta dúvida de que o ciclo em questão trouxe para o centro do debate social e político nacional toda uma agenda na qual tinham centralidade as demandas de trabalhadores e trabalhadoras, situando de forma efetiva a questão dos direitos para amplos setores da classe trabalhadora.

Será exatamente a força e dimensão assumida pelo movimento dos trabalhadores que – a exemplo da África do Sul e Coréia do Sul – retardará um conjunto de mudanças pelas quais passava o mundo do trabalho dos países do capitalismo

central, de efeitos bastante deletérios para a vida, o trabalho e a organização dos/as trabalhadores/as. Pode-se dizer que esses processos foram postergados por uma década, dada a ação efetiva da classe trabalhadora brasileira e de seus sindicatos. Enquanto as forças sociais do trabalho – em várias partes do mundo – amargavam duros reveses e recuos, a classe trabalhadora brasileira dava sinais de vitalidade em termos de organização e mobilização (Rodrigues, 2011).

Isso fica patente, também, no processo que vem nessa mesma esteira, em termos de construção de organizações nacionais, políticas e sindicais. Muito rapidamente, no bojo desse ciclo, trabalhadores e trabalhadoras construirão pelo menos duas centrais sindicais cobrindo todo o país, bem como um partido de marcada extração operária e sindical, que, com menos de uma década de existência – mas então ancorado na ascensão dos movimentos sindical e popular – se credencia para, em uma eleição presidencial, já se colocar como uma possível alternativa de poder que vinha das ruas, mas também da longa marcha de consolidação institucional.

Este dossiê temático, *40 anos das greves de 1978 e os dilemas do sindicalismo na atualidade*, levando em conta as questões suscitadas anteriormente, tem como objetivo problematizar esse período e refletir, de um lado, sobre as consequências trazidas pela explosão grevista do período 1978-1980 e, de outro, analisar as várias facetas desse processo e os desafios à ação sindical nos dias de hoje, tanto nacional como internacionalmente (ver Gumbrell-McCormick e Hyman, 2013).

No que diz respeito aos artigos que o compõem, temos o seguinte: em “Classe trabalhadora, confronto político e democracia: o ciclo de greves do ABC paulista e os desafios do sindicalismo atual”, Marco Aurélio Santana analisa a greve dos metalúrgicos no ABC paulista no período 1978-1980 e argumenta que esse movimento significou um ciclo de greves e contestação que se manteve nos anos 1980 e 1990. O texto versa sobre a forma como os metalúrgicos participaram desse

processo analisando seus limites e possibilidades e, a partir das questões que estavam postas naquele período, discute os principais desafios vividos na atualidade pelo mundo do trabalho e o sindicalismo brasileiro.

José Ricardo Ramalho e Iram Jácome Rodrigues, no artigo “Sindicalismo do ABC e a era Lula: contradições e resistências”, chamam atenção para o fato de que o sindicalismo metalúrgico do ABC, em sua trajetória no enfrentamento político e nas greves no período da ditadura militar de 1964, criou condições para defender suas demandas econômicas na esfera pública, ao mesmo tempo que se constituiu em uma força política no cenário nacional. Nesse sentido, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002, representou a força política desse sindicalismo que estabeleceu novos parâmetros e influenciou os rumos da organização dos trabalhadores no país. O objetivo do texto é estabelecer uma relação, a partir de levantamento de dados estatísticos sobre trabalho e emprego na região do ABC Paulista, entre o contexto econômico do período Lula/Dilma e a estratégia sindical dos metalúrgicos.

Roberto Vêras de Oliveira e Mario Henrique Guedes Ladosky, no artigo “Das greves do ABC ao Conselho de Relações de Trabalho: chances e limites da ação sindical institucional”, discorrem sobre os nexos entre o sindicalismo oriundo das greves operárias e populares desencadeadas a partir de fins da década de 1970 e as condições recentes de regulação do trabalho no Brasil, tendo como objeto a atuação sindical no Conselho de Relações de Trabalho (CRT), criado em 2010, verificando o que seriam as chances e limites da ação institucional do sindicalismo.

No texto “Trabalho e política em São Bernardo: arqueologia de uma hegemonia precária”, Ruy Braga tem como propósito refletir sobre as etnografias do trabalho operário e estudos de caso que, durante as décadas de 1970 e 1980, observaram as mudanças dos operários metalúrgicos de São Bernardo do

Campo e o papel desempenhado por esses trabalhadores no processo de redemocratização no país. De um lado, discute as bases sociais do processo de inquietação operária no que diz respeito ao despotismo fabril e os limites à negociação como uma das razões das greves entre 1978 e 1981 e, de outro, analisa a relação social hegemônica que combinou o consentimento passivo das bases sociais com o consentimento ativo das lideranças sindicais na regulação dos conflitos sociais que vigorou no país entre os anos de 2003 e 2016.

Em diálogo com as diferentes abordagens da literatura sobre o tema, Alexandre Sampaio Ferraz, em “Quando os trabalhadores param? Reinterpretando a ocorrência de greves no Brasil”, analisa a incidência de greves nas diferentes fases econômicas e políticas do Brasil nas duas últimas décadas e discute essas paralisações no âmbito da conjuntura e dinâmica organizacional do movimento sindical. Nessa perspectiva, o estudo encontrou uma correspondência de menor volume de paralisações em governos de centro-direita quando comparado com governos de centro-esquerda e, de outra parte, à medida que aumenta a competição no interior do sindicalismo, tenderia a se elevar o número de greves.

Everton Lazzaretti Piccolotto discorre, em “Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas”, sobre as principais questões relativas às mudanças na estrutura sindical dos trabalhadores rurais nas últimas décadas, marcadas pela emergência de novas identidades políticas que lutam pelo reconhecimento de sua diversidade e pela constituição de formas próprias de representação. Nesse aspecto, o artigo analisa essas mudanças recentes na representação dos trabalhadores do campo, seus conflitos e as suas relações com o Estado, tendo como pano de fundo a criação de duas confederações: a primeira, representante dos agricultores familiares e, a segunda, dos assalariados rurais.

O dossiê contempla, ainda, um conjunto de três textos sobre o sindicalismo internacional. No primeiro artigo, “Volviendo a las bases: el sindicalismo argentino frente a los retos del capitalismo actual”, Bruno Dobrusin e Juan Montes Cató abordam o sindicalismo na atual fase do desenvolvimento capitalista argentino e os desafios enfrentados pela ação sindical: o aprofundamento da flexibilidade, o crescimento dos mercados informais, o afastamento do Estado da regulação das relações entre capital e trabalho, e o aumento das empresas multinacionais como um setor que age em âmbito global. O estudo analisa também as implicações presentes nesse modelo e a resistência operária produzida a partir dos locais de trabalho.

Em “O sindicalismo ainda conta? Poderes sindicais em debate no contexto europeu”, Hermes Augusto Costa analisa a relevância do sindicalismo a partir das mutações ocorridas ao longo da última década no contexto europeu. Assim, o estudo discute o legado histórico do sindicalismo e seu sentido plural (“as variedades de sindicalismo”, traduzidas em teorias e modelos) para identificar as fontes de poder sindical. O argumento do autor é que, a despeito de vários aspectos de crise, o sindicalismo tem elementos de poder para ultrapassar suas fraquezas. Ao tratar de temas como representatividade, independência, ação internacional e construção de alianças sociais, o artigo chama atenção para o fato de que, tendo em vista a experiência europeia, esses elementos são menos fatores de crise e mais aspectos para a renovação sindical.

O texto de Davide Bubbico, “O sindicalismo italiano entre crise de representatividade e mudanças das relações industriais”, discute os impasses vividos pelo sindicalismo na Itália a partir dos anos 1980. O artigo tematiza a situação do sindicalismo confederal italiano demonstrando, a partir dos dados e da literatura sobre o tema, que esse sindicalismo vive, na atualidade, uma crise de representatividade cujas

bases se devem à redução da taxa de sindicalização e à dificuldade de representar as novas formas de emprego produzidas pelos processos de reforma do mercado do trabalho nas últimas três décadas. O autor reflete sobre as novas formas de organização na representação dos trabalhadores precários e o maior dinamismo dos sindicatos de base extra-confederal na representação dos trabalhadores imigrantes como alguns dos aspectos que vêm contribuindo para a crise atual do sindicalismo italiano.

Por fim, o dossiê apresenta uma entrevista com Ruth Milkman, realizada por Marco Aurélio Santana, em que ela reflete sobre as classes trabalhadoras e a situação do trabalho nos Estados Unidos, bem como sobre os imensos desafios enfrentados pelo sindicalismo nesse país. Ao longo de suas formulações, Milkman analisa temas candentes e suas intersecções com o trabalho, a partir das questões ligadas à imigração, ao gênero, à raça e aos movimentos sociais, como aqueles levados a cabo pela chamada “geração milênio”.

Este conjunto amplo e variado de contribuições, cobrindo os cenários nacional e internacional e incorporando diferentes tipos de teorias, métodos e fontes, pode auxiliar tanto o leitor especializado como o público em geral no entendimento de alguns dos processos que atravessam o mundo do trabalho e as formas de organização e mobilização da classe trabalhadora. Em um momento complexo como o atual, cujos fundamentos nem sempre restam claros à primeira vista, é sempre de grande valia poder contar com reflexões desse tipo.

Iram Jácome Rodrigues

é professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP). São Paulo, SP, Brasil. E-mail: <iramjrodrigues@gmail.com>

Orcid: 0000-0002-5593-2505

Marco Aurélio Santana

é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS-UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: <marcosilvasantana@gmail.com>

Orcid: 0000-0002-3181-6964

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-0018/104>

Bibliografia

- GUMBRELL-MCCORMICK, Rebecca; HYMAN, Richard. 2013. *Trade Unions in Western Europe: hard times, hard choices*. Oxford: Oxford University Press.
- RODRIGUES, Iram Jácome (org.). 1999. *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2011. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT (1983-1993)*. 2. ed. São Paulo: LTr.
- RODRIGUES, Iram Jácome; LIMA, Jacob Carlos; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). 2018. Sociedade, trabalho e sindicalismo na contemporaneidade. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, pp. 1-178.
- SANTANA, Marco Aurélio (org.). 2015. Para onde foram os sindicatos? *Caderno CRH*, v. 28, n. 75, pp. 453-567.
- _____. As múltiplas dimensões do 68 operário no Brasil. In: BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe (orgs.). 2018. *Meio século de 1968: barricadas, história e política*. Rio de Janeiro: Mauad. pp. 125-152.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

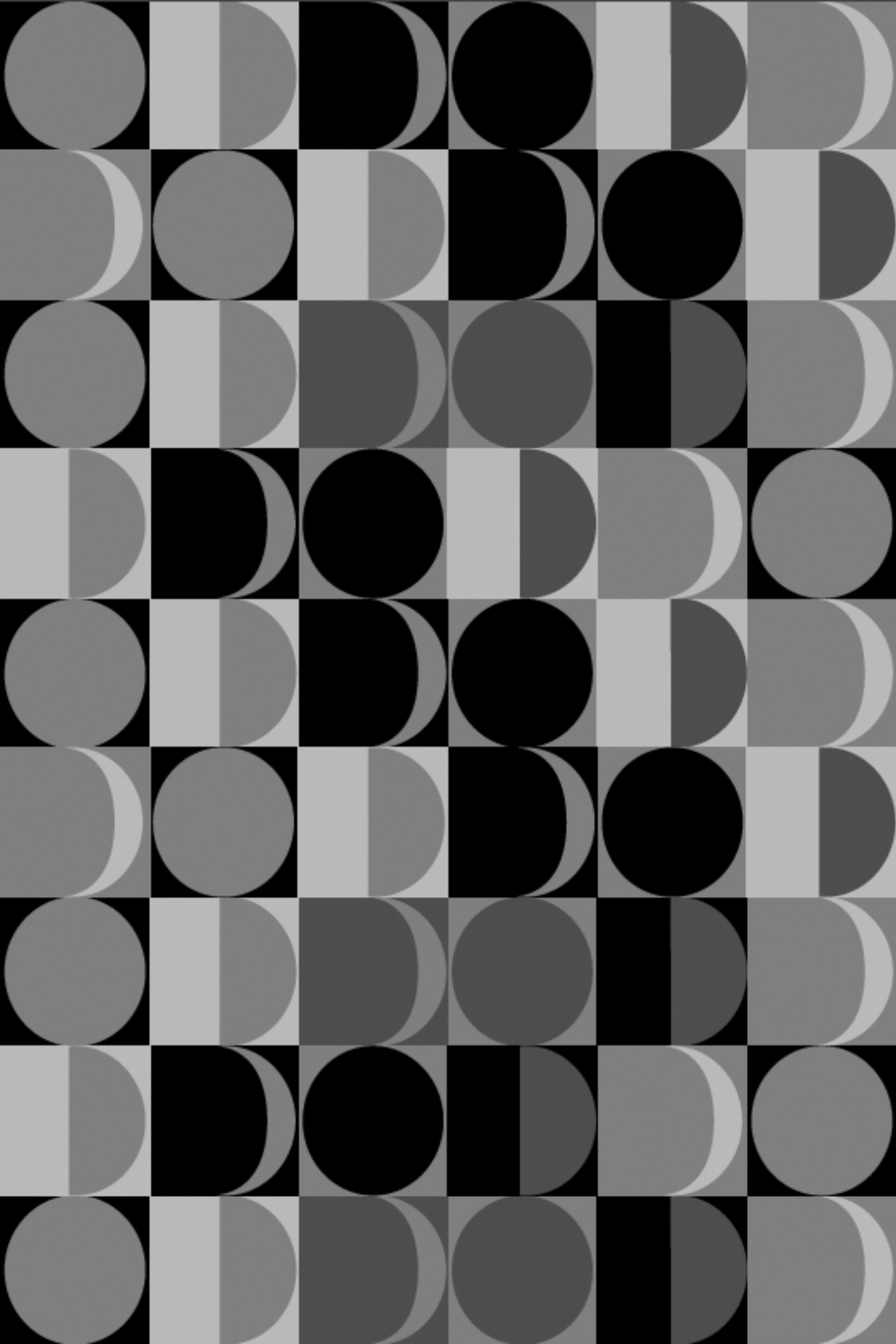
TRABALHADORES, SINDICALISMO E POLÍTICA:
1978, QUARENTA ANOS DEPOIS

Iram Jácome Rodrigues e Marco Aurélio Santana

ARTIGOS

- 19** CLASSE TRABALHADORA, CONFRONTO POLÍTICO E
DEMOCRACIA: O CICLO DE GREVES DO ABC PAULISTA E
OS DESAFIOS DO SINDICALISMO ATUAL
Marco Aurélio Santana
- 67** SINDICALISMO DO ABC E A ERA LULA: CONTRADIÇÕES
E RESISTÊNCIAS
José Ricardo Ramalho e Iram Jácome Rodrigues
- 97** DAS GREVES DO ABC AO CONSELHO DE RELAÇÕES DE
TRABALHO: CHANCES E LIMITES DA AÇÃO SINDICAL
INSTITUCIONAL
Roberto Vêras de Oliveira e Mario Henrique Guedes Ladosky
- 133** TRABALHO E POLÍTICA EM SÃO BERNARDO:
ARQUEOLOGIA DE UMA HEGEMONIA PRECÁRIA
Ruy Braga
- 167** QUANDO OS TRABALHADORES PARAM?
REINTERPRETANDO A OCORRÊNCIA DE GREVES NO BRASIL
Alexandre Sampaio Ferraz
- 201** PLURALIDADE SINDICAL NO CAMPO? AGRICULTORES
FAMILIARES E ASSALARIADOS RURAIS EM UM CENÁRIO
DE DISPUTAS
Everton Lazzaretti Picolotto
- 239** VOLVIENDO A LAS BASES: EL SINDICALISMO ARGENTINO
FRENTE A LOS RETOS DEL CAPITALISMO ACTUAL
Bruno Dobrusin e Juan Montes Cató

- 259** O SINDICALISMO AINDA CONTA? PODERES SINDICAIS EM DEBATE NO CONTEXTO EUROPEU
Hermes Augusto Costa
- 287** O SINDICALISMO ITALIANO ENTRE A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E MUDANÇAS DAS RELAÇÕES INDUSTRIAIS
Davide Bubbico
- 317** TRABALHO, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ESTADOS UNIDOS HOJE: UMA ENTREVISTA COM RUTH MILKMAN
Ruth Milkman
- 329** RESUMOS/ABSTRACTS





CLASSE TRABALHADORA, CONFRONTO POLÍTICO E DEMOCRACIA: O CICLO DE GREVES DO ABC PAULISTA E OS DESAFIOS DO SINDICALISMO ATUAL¹

Marco Aurélio Santana^a

^aé professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: <marcosilvasantana@gmail.com>

Orcid: 0000-0002-3181-6964

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-019065/104>

Apresentação

O ciclo de contestação aberto com a greve dos metalúrgicos de 1978 completa quarenta anos. Ele representou um dos momentos de ouro da história do movimento operário e sindical brasileiro. Um olhar sobre ele, hoje, é de grande valia. Seja pelo evento em si mesmo e sua importância histórica, bem como quando o colocamos em diálogo com o momento atual da política, do mundo do trabalho e do sindicalismo em nosso país. Ainda mais em um contexto em que trabalhadores(as), suas organizações e formas de luta vivem um duro período regressivo em nível global; em que a democracia – mesmo aquela limitada – sofre sérias transformações e restrições que as assemelham cada vez mais com autocracias ou regimes ditatoriais de novo tipo, e em que há um avançado processo de criminalização dos movimentos sociais nos mais variados quadrantes.

¹ Agradeço à University of California at Berkeley por ter me garantido o acesso à grande parte da literatura referida neste artigo, principalmente via JSTOR. Isso foi possível graças ao Estágio Sênior da Capes, realizado em 2017-2018, naquela instituição.

Quando, em 12 de maio de 1978, os trabalhadores da Scania, no ABC Paulista, cruzaram os braços e pararam as máquinas, produziram um evento cujos impactos foram sentidos em variadas esferas da vida nacional. Ele tinha raízes e se estruturara a partir de vários processos, o que ao mesmo tempo em que o tornava particular, tornava-o parte de uma cadeia de acontecimentos anteriores e posteriores.

Em termos de seu contexto geral, concordamos com Noronha (2009, p. 120) quando assinala que “o ciclo excepcional de greves ocorrido recentemente no Brasil vinculava-se às características da transição democrática brasileira, à superação do modelo desenvolvimentista e a um ambiente macroeconômico excepcionalmente instável”.

20 Apesar de deflagradas no mundo do trabalho, e demandando pontos diretamente relativos a essa esfera, as greves de 1978, 1979 e 1980 portavam muito mais do que isso. Inseridas em um contexto ditatorial, ainda em distensão e transicional, as greves atingiam em cheio a lógica de ação do regime para o mundo do trabalho. A política salarial de arrocho, imposta desde os primórdios da ditadura e que sempre teve a oposição dos setores mais combativos do sindicalismo nacional, a um só tempo controlava os salários – tornados vilões do processo inflacionário –, e trazia para dentro do Estado as tensões entre capital e trabalho quanto a esse tema. Ao longo do período ditatorial, uma negociação salarial se transformava em algo politizado na origem, já que deixava de ser uma mera negociação salarial entre capital e trabalho, mas algo que poderia fazer ruir a política econômica do regime. Ainda mais com a presença de uma categoria forte como a dos metalúrgicos.

Além do que, uma negociação salarial não resolvida negocialmente, que pudesse transbordar os rígidos canais e limites estabelecidos para tanto, poderia servir de faísca para um estopim já curto que levaria a classe trabalhadora, sob a pressão do arrocho, de relações de trabalho autoritárias e indignas, da falta de liberdade política etc., a entrar em

combustão, fazendo incandescer todo o corpo social. Isso deveria ser evitado a todo custo.

Para o patronato, beneficiário da maioria das medidas do regime, o controle salarial, ainda que limitasse possíveis movimentos táticos de escape nas negociações mais difíceis, era fundamental para o processo de acumulação. A falta de liberdade política era essencial para o controle da força de trabalho, articulando organicamente despotismo fabril e despotismo político. As restrições às atividades sindicais e ações coletivas indispensáveis para a manutenção e reprodução de toda essa urdidura. Fácil de entender, daí, não só a retrossustentação entre o regime e o capital, na origem e continuidade do sistema, como também a articulação orgânica entre eles desde o mundo do trabalho. Basta lembrarmos, por exemplo, do sistemático fluxo de informação entre os setores de recursos humanos de grandes empresas e os órgãos de informação e repressão do regime.

21

Assim, as demandas apresentadas pelos metalúrgicos, seja em termos da questão salarial, das condições de trabalho e da organização por local de trabalho questionavam pilares importantes de sustentação do regime político e do regime fabril. Com seu engajamento e luta, questionavam o autoritarismo do regime e das relações de trabalho. Ainda que não estivesse explícita de imediato nas formulações dos trabalhadores(as), passando a estar no desenrolar do processo, a demanda por democracia econômica, política e social nos parece perpassar todo o ciclo em termos de forma e conteúdo.

Este artigo analisa os movimentos de greve dos metalúrgicos do ABC Paulista, ocorridos nos anos de 1978, 1979 e 1980, e que marcam o início de um longo ciclo de greves

e contestação que atravessará as décadas de 1980 e 1990². Nesse sentido, buscaremos levar em conta a dinâmica de confrontação constituída a partir das interações entre trabalhadores(as), patronato e Estado.

Ainda que seja dada atenção às práticas dos patrões e do Estado, ênfase central será dada ao movimento da classe trabalhadora. A ideia é apresentar a forma como os(as) trabalhadores(as) participaram dessa dinâmica, percebendo os limites e possibilidades dessa participação. Isso será feito levando-se em conta fatores externos e internos ao referido movimento, tais como o contexto histórico no qual se insere o estabelecimento da confrontação, as formas de ser dos movimentos, bem como as disputas entre posições político-ideológicas atuantes no interior sindicalismo.

Nesse sentido, como indicado por Tilly (1992, p. 114), é preciso sempre atentar para “a necessidade de vincular os processos históricos, econômicos, políticos, ideológicos e aqueles da ação coletiva”. Além do que, evitar modelos de análise com “pressuposição baseada claramente em atores já constituídos, no qual a posição política resta mais ou menos estável e fixa” (Tilly, 1992, p. 113). Mais rico, dinâmico e frutífero seria

[a] elaboração de uma concepção mais histórica da evolução das formas de ação coletiva, o aprofundamento do estudo das relações entre a organização da vida cotidiana e a participação nos conflitos e, enfim, a conceituação dos atores como redes sociais cambiantes, contingentes e construídas, sujeitos eles mesmos a processos políticos e ideológicos (Tilly, 1992, p. 113).

² Na verdade, como indicado por Noronha (2009), aqui se inicia um longo ciclo de greves que irá até 1997. Acreditamos que esse trecho inicial do ciclo, principalmente no caso das greves do ABC, em termos de continuidade e inovação, é importante para a compreensão de muito do que ocorreu posteriormente no que toca as dinâmicas da ação coletiva.

Um cenário em reconstrução

Com a deflagração do golpe de Estado de 1964, o movimento sindical brasileiro foi duramente atingido, assim como as organizações de esquerda que nele atuavam. A prisão de nomes importantes, a desestruturação do trabalho nos sindicatos e nas fábricas desbarataram atividades que levariam bastante tempo para serem recompostas. Ruía, sob a força da repressão, mais de uma década de incansável e profícuo trabalho nos vários níveis organizativos e mobilizatórios.

Em termos do movimento operário, o que restou, como tradicionalmente restava em períodos como esse, foi o trabalho pequeno e silencioso no chão de fábrica. Era preciso recompor forças e somar esforços. Esse trabalho deu frutos relevantes, mantendo, ainda que em fogo brando, o movimento dos(as) trabalhadores(as). Assim, além das valiosas e mais visíveis mobilizações nas greves de Contagem e Osasco, em 1968 (Neves, 1995; Santana, 2001; Weffort, 1972), foram numerosas aquelas paralisações, greves etc. que, embora não chegassem ao grande público, demonstravam a inquietação e insatisfação da classe trabalhadora. Não se pode confundir falta de aparição pública com não existência, falta de agência, inação. Ao longo de todo o período ditatorial a classe trabalhadora não deixou de atuar, de uma forma ou de outra, como sempre, por dentro ou por fora de suas entidades representativas³.

Além disso, não se deve desprezar o avanço lento, mas consistente, de setores progressistas no interior da estrutura sindical oficial. Todo esse quadro de atuações, ao longo dos anos 1960 e 1970, ia preparando o terreno para

³ As formas de atuação foram muito variadas, tanto no sentido da resistência quanto no sentido do apoio ao regime. Por certo, como em outros períodos, setores da classe trabalhadora defenderam iniciativas de apoio ao regime e práticas negociais diante do patronato. Aqui daremos atenção às dinâmicas relativas à inquietação social, à resistência e à conflitividade desde o mundo do trabalho.

o ressurgimento do movimento dos(as) trabalhadores(as). As greves iniciadas no ABC Paulista em 1978 podem ser vinculadas não só ao movimento de resistência geral da classe trabalhadora brasileira ao regime militar, mas também às iniciativas e aos impactos dessa resistência no próprio ABC (Martins, 1994). Como assinala Antunes (1988, p. 13), “Maio de 1978 tem suas raízes no cotidiano operário, tecido especialmente nos primeiros anos da década”.

Os vínculos da mobilização grevista alcançam também as tentativas do Sindicato dos Metalúrgicos que, já de algum tempo, apesar dos limites impostos, vinha tentando ao menos refrear o arrocho salarial e o aumento da exploração no trabalho. Em 1974, ainda sob a presidência de Paulo Vidal, o sindicato organiza o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Esse encontro definirá as orientações futuras do órgão em termos da liberdade e autonomia sindical por uma lei básica do trabalho que contemplasse os seus direitos fundamentais e pela contratação coletiva de trabalho.

É com esse tipo de definição que Luiz Inácio da Silva, o Lula, que já vinha participando da direção da entidade – trazido por seu irmão Frei Chico, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, chega à presidência do sindicato em 1975. De certa forma, os procedimentos em termos de campanhas salariais não se alterariam nos anos seguintes. Apesar de algumas conquistas no varejo, no atacado, era uma relativa mobilização e a validação dos índices oficiais.

O quadro para o ano de 1977 seria o mesmo, com o fator agravante de que as empresas empreenderam elevado número de demissões, o que aumentou fortemente a inquietação e insatisfação nos meios operários. Além disso, um outro elemento importante dará tons mais fortes ao cenário que se repetia, produzindo possibilidades alternativas: a denúncia de que, nos anos de 1973 e 1974, o regime militar

maquiara os índices de inflação, mascarando o verdadeiro índice do custo de vida (Humphrey, 1980; Rainho, 1980).

Certamente, diante de uma realidade de regime ditatorial, sentido, em termos concretos, pela classe trabalhadora cotidianamente, circulavam informações sobre esse tipo de prática, que depois tiveram início de materialidade em indicações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Quando apareceu referendada em um documento do Banco Mundial, o que era “especulação” tornou-se realidade.

Lembremos que já no funcionamento “normal” do cálculo inflacionário, a classe trabalhadora tinha seus rendimentos achatados. Com um cálculo baseado em números “alterados”, essa perda ainda era maior. Isso levou os(as) trabalhadores(as) a serem penalizados em 34,1%. O sindicato começou uma campanha pela reposição salarial em busca daquilo que lhes havia sido, de forma espúria, retirado. Ainda que experimentasse e tivesse de enfrentar o pouco ou nenhum interesse dos patrões e do governo no sentido da reposição, essa campanha será muito importante no quadro das mobilizações futuras.

Concordamos com Rodrigues (1997, p. 19) quando busca ampliar o escopo da análise sobre ação sindical para além da esfera da produção, articulando-a a outras instituições fora dessa esfera. Ele assinala a importância da luta pela democracia – agregando-a a outros fatores, que conformaram linhas de entendimento, como a superexploração do trabalho (Antunes, 1988; Humphrey, 1980), a resistência operária (Maroni, 1982) e a defesa da dignidade (Abramo, 1999) – como uma das componentes indispensáveis para o entendimento desse ascenso mobilizatório do período. Em sua visão, ele teria se dado

como expressão de uma luta mais geral por direitos de cidadania no interior da sociedade. Quer dizer, ainda que a

questão imediatamente visível desse movimento tenha sido a luta pela reposição salarial no segundo semestre de 1977, em decorrência da manipulação dos índices da inflação de 1973, o fim último da luta sindical era o direito à cidadania. Essas demandas perpassavam o cotidiano fabril, o bairro, a questão da moradia, melhores condições de vida e trabalho, melhores salários, bem como representavam a afirmação de uma classe trabalhadora que já não aceitava uma cidadania limitada. Nesse sentido, eram atores que prenunciavam, com seu movimento, a necessidade de uma presença mais marcante na vida do país, tanto social quanto politicamente.

26 A busca do significado desses movimentos a partir da articulação das lutas por direitos sociais e direitos políticos, que os teria transformado em atores centrais e protagonistas na luta pela democracia, esteve presente também na análise de Moisés (1982). Nessa linha, Sader indica como esses movimentos vão tecer as ligações entre a vida cotidiana e a política, concebida sob formas e conteúdos distintos das vigentes. Segundo ele, os movimentos

[a]pontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros. (Sader, 1988, p. 313)

A greve de 1978: raio saído de um céu azul?

A campanha salarial de 1978⁴ termina, repetitivamente, como as anteriores, ou seja, homologando-se os índices oficiais estabelecidos pelo regime. Porém, o sindicato tinha

⁴ Para uma análise mais densa e aprofundada de todo esse processo ver Antunes (1988) e Abramo (1999).

como estratégia desmascarar todo o processo. É por isso que o sindicato se recusa à negociação tutelada pela Justiça do Trabalho, abrindo mão de sua participação no dissídio. Com isso, rompe com a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, que segue em seu ritual anual de negociação, e busca a negociação em separado, mas não inclui índice de aumento salarial na pauta que apresenta. Como assinala Lula (*Cadernos do Presente*, 1978, p. 73), buscou-se

mostrar ao trabalhador que pouco adiantava ele participar das assembleias do sindicato em termos de salários; de pouco adianta virem vinte mil trabalhadores numa assembleia, porque o decreto do reajuste de salário é dado pelo Presidente da República, e que a participação nas assembleias teria pouca influência na determinação do índice decretado pelo governo.

A política do sindicato, então, era tornar explícita a falácia de participação gerada pelo governo e deixar um vazio em termos da parte referente à representação de trabalhadores(as). A performance da cadeira vazia, durante o que seria o processo de negociação, produziu uma mudança interessante no repertório de ação do sindicato. Conforme Tilly (2008, p. 4), as performances têm papel importante no confronto político, à medida que ele mesmo seria

um produto de performances aprendidas e historicamente situadas. Em dado tempo e espaço, as pessoas aprendem um número limitado de performances pelas quais expressam suas demandas. Então, na maioria das vezes, se mantêm vinculadas a estas performances quando chega o momento de fazer demandas. Performances de confronto mudam incrementalmente como resultado de experiências acumuladas e constrangimentos externos.

A ausência do sindicato durante o que seria o processo de negociação salarial gerou perturbação na lógica de ação dos representantes do Ministério do Trabalho e da patronal, gerando preocupação com a quebra de um determinado ritual e com o que poderia advir daí. O jogo repetitivo passava a ser jogado com alguma alteração. Na visão de Tilly (2008, pp. 10-11),

Duas performances de confronto não se espelham perfeitamente. De fato, elas perderiam alguns de seus efeitos se operassem com a precisão de exercícios militares. Os participantes improvisam constantemente em duas direções diferentes: imaginando como moldar as rotinas disponíveis para expressar suas demandas e responder às reações daqueles a quem direcionam suas demandas. [...] Neste processo, eles introduzem pequenas inovações nas formas estabelecidas.

28

O sindicato que, ao longo da campanha de reposição que precedeu a campanha salarial, já vinha batendo na tecla do “roubo” efetuado pelo governo, preparava o caminho para uma desilusão ainda maior ao fim dessa campanha, já que interpelava os(as) trabalhadores(as) apresentando elementos que desvelavam a “farsa” da negociação salarial.

A química produzida pela articulação entre a insatisfação operária e o trabalho desenvolvido pelo sindicato, bem como com aquele de grupos políticos no interior das fábricas, rapidamente trará seus efeitos. Em fins de março, os(as) trabalhadores(as) da Mercedes-Benz já haviam paralisado o trabalho por não terem recebido o aumento que a empresa costumava conceder no período. O desenvolvimento da paralisação em vários setores da fábrica levou à demissão de 17 operários, fazendo o movimento refluir.

A própria postura da empresa posteriormente indicava certa alteração nos padrões de negociação. O

endurecimento era sensível. Segundo o relato de um militante sindical, referido por Antunes (1988, p. 19), até aquele momento, o padrão era o de que “os conflitos eram resolvidos lá dentro das fábricas. Conversavam, chegavam num acordo e tal. Bem mais aí o Lula foi lá conversar com o cara da Mercedes, um gerente [que] mandou o Lula se danar”.

Em 12 de maio de 1978, os(as) trabalhadores(as) da Scania entraram em greve. Surpreendendo a muitos. O depoimento de um militante sindical assinala que a

greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. (Antunes, 1988, p. 20)

O movimento se estabeleceu por quatro dias, findos os quais a diretoria do sindicato, chamada para representar os(as) trabalhadores(as), arranca um “acordo de boca” da direção da empresa, acordo que, depois pressionada pelos outros setores da indústria automobilística, a Scania não cumpriu, trocando os 20% das reivindicações por parcos 6,5%. Nova mobilização é tentada, mas, mediante as práticas repressivas da empresa, não se efetivou.

Nesse início de ciclo, pode-se perceber que as práticas repressivas continuavam servindo como limitador das ações operárias, servindo como um obturador da estrutura de oportunidades. O medo, real, rondava as cabeças dos(as) trabalhadores(as) e lideranças, tanto em termos de possíveis represálias do patronato quanto da ditadura.

Olhando a ação da patronal, em um tipo de dinâmica que se repetiria em outros momentos do ciclo, esse processo sinaliza com questões importantes. Independentemente se era apenas um movimento tático da empresa, que já sabia que não cumpriria o acordo, interessante notar como a

greve abre uma fissura no setor patronal e em suas práticas. Ainda que tenha aceitado o acordo, e que até pudesse cumpri-lo, tendo condições para isso, a empresa teve de recuar e cerrar fileiras novamente com seu setor. Aceitando e cumprindo o acordo, a empresa sinalizaria para a possibilidade do setor de conceder aumento maior do que o índice do governo, o que, a um só tempo, abriria a porteira para outras mobilizações em outras fábricas e no setor como um todo, bem como abriria um flanco de demolição da política econômica da ditadura.

Mas, as mobilizações por fábrica já se alastravam pelo ABC Paulista. No dia 15 de maio, para a Ford e, no dia 16, a Volkswagen. Apesar da posição do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de considerar as greves ilegais, isso foi o início de uma onda mobilizatória que alcançou grandes, médias e pequenas empresas, desenvolvendo tipos variados de greve e com duração diversa, acabando por atingir outros municípios, como Osasco e São Paulo. A mobilização chega também a outros setores da economia (Humphrey, 1980).

Um ciclo de contestação e protesto se inaugura, abrindo todo um horizonte de possibilidades. Segundo Tarrow (1993, p. 285),

Embora ondas de protestos não tenham uma frequência regular ou se estendam uniformemente para populações inteiras, um número de elementos têm caracterizado estas ondas na história recente. Eles incluem aumento dos conflitos, ampla extensão setorial e territorial, o aparecimento de novas organizações dos movimentos sociais e o empoderamento das antigas, a criação de novos eixos vertebradores de sentido, e a invenção de novas formas de ação coletiva⁵.

⁵ Além de Tarrow (1993), sobre ciclos de protesto, ver também, entre outros, Snow e Benford (1992).

Sem dúvida esse movimento significou o passo fundamental para a retomada do movimento operário e sindical brasileiro em termos da cena política mais geral, no que se abriria como a quadra final do regime militar. Todo um conjunto de articulações entre setores civis e militares vinha sendo feito sem que a classe trabalhadora dele participasse. Agora, os(as) trabalhadores(as) se estabeleciam no cenário político nacional como uma força não mais silenciável e nem negligenciável.

Conforme assinalou, ainda no calor da hora, Munakata (1980, p. 61)

O acontecimento político mais importante do primeiro semestre deste ano [...] Foi, na realidade, a irrupção do movimento grevista que, iniciado na região do ABC (SP), rapidamente se alastrou pelos grandes centros industriais e urbanos do estado, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores [...] fato político mais importante, sim. Embora a análise da dimensão e das consequências precisas deste surpreendente movimento esteja ainda por fazer [...], não se pode negar que o movimento fez emergir à tona da pantanosa cena política brasileira um novo fator: exatamente a presença dos trabalhadores, o que, aliás, já foi amplamente constatado.

31

Em uma entrevista dada à revista *Visão*, em 3 de abril de 1978, antes da greve, Lula dizia que “o caminho ficou muito tempo fechado, o mato cresceu e está impedindo os trilhos. Agora, estamos apenas cortando o mato, desobstruindo a linha” (SILVA, 1981, p. 49). O fato é que, de uma só vez, os(as) trabalhadores(as) colocavam em xeque tanto a política salarial quanto a política antigreve do governo, chocando-se com o conjunto da política de arrocho empreendida de longa data pela ditadura militar. Um fato de extrema importância nesse processo foi terem ampliado os horizontes de

possibilidades. Com a sinalização dada por um setor forte e central como os metalúrgicos, estabelecia-se um novo patamar de mobilização social nos mais diversos níveis.

Cabe dizer que no interior do movimento existiam variadas posições com relação às formas de organização e mobilização. A posição do PCB, ator político importante, que se esforçava para manter seu lugar histórico de “representante da classe operária” perante os setores emergentes acerca dessa greve e de outros movimentos que se espalham pelo país, desdobra-se no plano sindical e no plano político geral. No plano sindical, a perspectiva comunista era de uma análise positiva da greve, devendo evitar, contudo, o “triumfalismo”, evitando-se cair no que seriam “erros do passado”.

Acerca do plano político mais geral, a política comunista pode ser aferida na Declaração do Comitê Central do PCB sobre o movimento sindical, publicada no *Voz Operária* nº 152, de novembro de 1978 (Carone, 1982). Nesse documento, o partido avalia que o regime ia apresentando crescente debilitamento explicitado pelo ascenso do movimento popular em busca de seus direitos. Assim, esses movimentos e as lutas operárias teriam aberto uma primeira brecha em uma área das mais sensíveis do sistema, isto é, sua política salarial antioperária, base da política econômica do regime.

Do ponto de vista da análise do partido, o avanço do movimento operário teria significado “uma importante mudança na situação política nacional, dando novo conteúdo às lutas e exigências do campo democrático”, já que “ao reivindicar liberdades políticas, juntamente com seus direitos econômicos e sociais” lançou a luta pela democracia em outro patamar, abrindo caminho “que conduza a transformações realmente profundas na vida política e social brasileira” (Carone, 1982. p. 371).

Seguindo as indicações mais amplas do PCB, o documento vai realçar a preocupação das articulações necessárias entre as lutas operárias e as lutas mais gerais pela

democracia, que seria uma condição primordial para a efetiva participação e influência do operariado na vida política do país. O PCB indicava que não se deveria abrir mão de outros objetivos, tais como mudar a estrutura sindical para libertar as entidades sindicais da tutela do Ministério do Trabalho, assegurar a livre organização sindical de trabalhadores(as) a partir dos locais de trabalho, até a conquista de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Podemos ressaltar, contudo, que a parte referente à luta dos(as) trabalhadores(as) em termos das lutas gerais pela democracia não se dava de forma tão direta quanto o partido acreditava, ou queria acreditar. Isso fica evidente nas posições esposadas por muitos desses “novos atores” acerca dos vínculos com outros movimentos, o que também irritava aqueles que gostariam de ver uma integração mais efetiva⁶.

A greve de 1978 apresentou à cena pública a “rebelião do trabalho” em sua “luta pela dignidade” e cidadania plena. Ela não foi propriamente um raio saído de um céu azul. Costuma-se pensar nesse tipo de movimento, conforme a fala de um militante sindical citado anteriormente, pela via da espontaneidade. Nesse caso, ainda mais, já que a greve partiu do chão de fábrica, tendo o sindicato sido chamado posteriormente. Essa era a ideia que rondou também o entendimento das greves de Contagem e Osasco (Weffort, 1972), em uma chave de entendimento ainda em voga naquele período. Contudo, assim como as greves de nosso 1968 operário, a greve de 1978 pode ser entendida a partir da composição de um conjunto de forças, atores, organizações, campanhas, histórias de vida e experiências que serviram de base processual para o deflagrar daquele

⁶ Ao despontar como líder sindical de expressão nacional após a greve de 1978, Lula, em suas entrevistas iniciais, esposava posições que marcavam a separação entre o movimento sindical e outros movimentos sociais. Além disso, em plena luta pela anistia, marcava sempre que a verdadeira anistia deveria ser dada à classe trabalhadora. Ficou famoso seu debate com Terezinha Zerbini acerca disso. Ver Silva (1981).

acontecimento que, desse ponto de vista, teria sido mais que um ato de combustão espontânea.

Por um conjunto de fatores, os próprios participantes dos movimentos sociais costumam relatá-lo como uma ocorrência “espontânea”, como algo impulsivo, não planejado, imediato, vindo de baixo⁷. O estudo de Polletta (2006) sobre a construção de narrativas e como elas são contadas nos e pelos movimentos sociais assinala a importância das conexões sociais, dos esforços organizativos que precedem, acompanham e persistem, ou não, em todas as ações coletivas. De todo modo, um dado interessante nessa narrativa do espontâneo é que, segundo Polletta (2006, p. 33), em sua análise sobre os *sit-ins*⁸: “quando os estudantes descrevem os sit-ins como “espontâneos”, e como “explodindo”, “transbordando” e “como uma febre”, eles capturam o indefinível momento quando um grupo de indivíduos separados se torna um ator coletivo”.

34 Com os caminhos interditados por uma década após as greves de Contagem e Osasco, a classe trabalhadora brasileira, a partir da greve de 1978, recuperava seus espaços de participação aberta e pública, com repercussões importantes por todo o corpo social e político nacional. A construção desse ator coletivo, que assumirá a identidade de “novo sindicalismo”, rapidamente vai se associar à construção de ator político. Esse processo porta um conjunto de dimensões,

⁷ Polletta (2006) chama atenção para o fato de que dada a herança de perseguição ao comunismo nos Estados Unidos, um dos desafios mais espinhosos para os ativistas é não serem acusados de comunistas ou de terem seus movimentos controlados “de fora”, o que é o mesmo de ser controlado por comunistas. Assim, precisam, estrategicamente, indicar que seus movimentos cresceram das bases locais, repentinos e não planejados. Vale lembrar, em semelhança ao caso brasileiro, que nesse período ditatorial havia todo um risco em ser identificado com os comunistas ou com a esquerda. Ficou famosa a tirada de Lula quando perguntado se era socialista respondendo “sou torneiro mecânico”.

⁸ Movimento deflagrado a partir da ação de quatro estudantes universitários negros, na Carolina do Norte, que, em 1º de fevereiro de 1960, sentaram-se na parte então reservada para brancos demandando serem atendidos, caso não o fossem ficariam ali até que a loja fechasse. Eles voltaram em dias sucessivos, agora com o apoio de outros estudantes. O movimento logo se espalhou para várias outras cidades do país.

inclusive a discursiva. Ao analisar o mesmo período, Sader (1988, p. 60) usa como enquadramento a ideia de que

todo discurso é obrigado a lançar mão de um sistema de referências compartilhado pelo que fala e seus ouvintes. Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses significados.

Ao longo do ano de 1978, em meio ao processo de ascenso da classe trabalhadora e de suas organizações, começa a se desenvolver a ideia da criação de um partido que emergisse da classe trabalhadora e que lhe servisse de representação política.

Lula, já em julho de 1978, em uma entrevista ao *Diário do Grande ABC* (SILVA, 1981, p. 123), indicava os limites de participação política da classe trabalhadora. Segundo ele, devido às restrições do “jogo”, os partidos então existentes, criados e com “regras que não foram feitas pela classe trabalhadora, dificilmente a classe trabalhadora conseguirá participar deles”. Para Lula, contudo, “o trabalhador já tem condições de começar a se preparar para a criação de um partido político.[...]. A sigla, naturalmente deve ser discutida com a classe trabalhadora”.

Apesar de, sucessivamente, Lula demonstrar sua desconfiança na capacidade dos partidos legalmente existentes, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena), frutos do bipartidarismo imposto pelo regime militar, de representarem os interesses da classe trabalhadora, ele mesmo indicava que, apesar disso, a classe deveria não ver partidos, mas nomes. Como ele dizia à revista *Visão*, em abril de 1978:

não vejo também o MDB como salvação de nada. É um partido como a Arena. Tem gente boa no MDB, assim como há gente boa na Arena. O sindicato deve participar somente daquilo que é melhor para a classe, seja qual partido for. (SILVA, 1981, p. 48)⁹

Os “novos atores” emergentes duvidavam das iniciativas dos partidos então legalmente existentes, e se colocavam na perspectiva da criação de um novo partido. O Partido dos Trabalhadores (PT) dava seus primeiros passos saindo dos projetos para se tornar realidade¹⁰.

A greve (geral) de 1979

36 O ano de 1979 veria se desenvolver e aumentar a participação da classe trabalhadora no cenário político nacional. Desde a greve de 1978, o movimento se desdobrara, espalhara e atingira diversas categorias e estados pelo país, entre os quais centros importantes como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Mas é novamente no ABC Paulista, entre os metalúrgicos, que a mobilização vai transcender os limites impostos e colocar a luta dos(as) trabalhadores(as) e a luta pela democratização do país em outro patamar.

A campanha salarial dos metalúrgicos do ABC trazia elementos novos em termos de suas demandas. Além do reajuste salarial, era reivindicada também a garantia de emprego e a implantação de delegados sindicais no

⁹ Já em setembro de 1978, Lula dizia ao jornal *Folha de S.Paulo*: “acho que existem pouquíssimos representantes dos trabalhadores na Câmara e no Senado. Podemos contar, quando muito, meia dúzia de parlamentares que são trabalhadores, vieram do nosso meio. O MDB, é verdade, tem se mostrado bem mais acessível às reivindicações da classe trabalhadora e não poderia ser de outra forma, sendo o partido da oposição. Mas eu acho que, no bipartidarismo, é mais importante escolher o homem que se afina mais com os programas da classe trabalhadora” (SILVA, 1981, p. 79).

¹⁰ Não sendo possível discutir todo esse processo de criação do PT e seus impactos nos meios sindicais, políticos e de esquerda no escopo deste artigo, remeto os leitores a, entre outros, Santana (2001, 2007, 2012).

interior das empresas. Diante da preparação da mobilização pelos(as) trabalhadores(as), os empresários começam a solicitar medidas punitivas por parte do governo em caso de greve. Essa mesma classe empresarial, acostumada à intransigência e ao acobertamento por parte do Estado, dava sinais de que viria mais preparada para o embate.

Esse tipo de preparação fica explicitado, entre outros, no documento circulado entre seus filiados pela Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp) (Sader, 1988). Nele, a entidade deixa claras suas intenções de fornecer orientações às suas bases, controlar possíveis comportamentos de possíveis divisões internas – “Não pagar em nenhuma hipótese horas paradas e não estabelecer acordos e compensações” (Sader, 1988, p. 303) – e, mais ainda, de tentar “de todas as formas colocar os grevistas na via pública” (Sader, 1988, p. 303) para arrolar o poder público no processo.

Além disso, a Federação apresenta orientações no sentido de ataques diretos às possíveis movimentações dos(as) trabalhadores(as). Nesse sentido, práticas como “Suspender por um ou dois dias (disciplinarmente) aqueles que entram na fábrica sob condições de trabalhar e não cumprir o prometido” (Sader, 1988, p. 303), bem como “dispensar um certo número de pessoas por justa causa, após, junto com o responsável pela área paralisada, pedir ao trabalhador que execute uma determinada tarefa (a negativa caracterizará um ato de insubordinação)” (Sader, 1988, p. 303), tinham destaque. Tudo isso para produzir uma situação de “insegurança no pessoal” – trabalhadores(as) e sindicato – que gerasse a “volta ao trabalho”.

Desse ponto de vista, e já com a greve de 1978 incorporada ao campo de possibilidades, pode-se perceber que os contendores em confronto virão de forma mais organizada e planejada para a arena do conflito. O elemento surpresa não estaria mais na deflagração ou não de movimentos grevistas, mas em possíveis pontos dentro do processo de

negociação e mobilização. Após dez anos sem grandes mobilizações, essa perspectiva era considerada fraca. Agora, após a greve do ano anterior, era forte e muito presente. Todos se preparavam como nunca para essa campanha salarial.

A partir do dia 12 de março de 1979, em assembleia convocada pelo sindicato, mais de 50 mil trabalhadores(as) metalúrgicos(as) decidiram entrar em greve e paralisar o trabalho. Essa paralisação se deu em pleno processo de passagem do poder militar do general Ernesto Geisel para o general João Figueiredo. Por óbvio, as estruturas ditatoriais não ficariam passivas. No dia 13 de março, grandes empresas, como a Ford e a Volks, já amanhecera paralisadas, dando claro sinal do que se poderia esperar daquele movimento.

A primeira assembleia durante a greve foi realizada debaixo da chuva fina que caía naquela tarde do dia 13, no Estádio de Vila Euclides. Por força da improvisação, não havia palanque nem sistema de som. O presidente do sindicato, Luís Inácio Lula da Silva, falou para mais de 60 mil trabalhadores de cima de uma mesa, e suas palavras eram sucessivamente repetidas e passadas para trás. (Greve..., 1979).

No segundo dia de paralisação, a greve já se estendera ao interior do estado e era considerada ilegal pelo TRT. Apesar disso, os(as) trabalhadores(as) continuam com sua disposição de luta. Se o movimento de 1978 foi marcado pela paralisação parcial por empresas, esse de 1979 era um movimento de greve geral da categoria. Em seu quarto dia, a greve já conta com cerca de 170 mil trabalhadores(as) paralisados(as) em todo o ABC, demonstrando todo o fôlego do movimento. Já contando dez dias de paralisação, o Ministério do Trabalho tenta intervir no processo, apresentando uma proposta de conciliação que indicava a criação de uma comissão tripartite para estudar o reajuste em um prazo de 45 dias, a não demissão dos grevistas e o

pagamento das horas paradas a serem descontadas mais tarde com parcelamento.

Tal proposta foi repudiada por 80 mil metalúrgicos de São Bernardo, no Estádio de Vila Euclides, 30 mil de Santo André e 6 mil de São Caetano, em suas respectivas assembleias. A resposta do Ministério do Trabalho não se fez esperar. No dia 23 de março, foi decretada a intervenção nos sindicatos. Os momentos que se seguiram à intervenção foram marcados por muita tensão. Por diversas vezes, a massa de trabalhadores(as) quase partiu para enfrentamento com as forças policiais em praça pública. A intervenção saiu pela culatra à medida que o governo, afastando a verdadeira liderança operária, e sem conseguir emplacar os interventores como interlocutores de nada, ficou sem qualquer possibilidade de diálogo efetivo e produtivo com os possíveis canais que se conectavam com o movimento da classe. Assim, viu-se forçado a abrir interlocução com estruturas criadas para a manutenção da greve, que realmente representavam os(as) trabalhadores(as), como por exemplo, o Fundo de Greve¹¹.

39

Com seus espaços fechados, os(as) trabalhadores(as) passam a se utilizar da Igreja Matriz para os encontros da liderança sindical e da comissão de salários. Segundo Antunes (1988, p. 48), “Acentuou-se, a partir daí, o papel marcante da Igreja – particularmente da Pastoral Operária do ABC, dirigida por D. Cláudio Hummes – no apoio material e solidário aos operários grevistas”.

O fato é que a intervenção na entidade pelo governo, ao mesmo tempo que serviu de elemento radicalizador da massa, em vez de pacificá-la como era a estratégia do poder,

¹¹ Conforme indicado no sítio *ABC de luta! Memória dos Metalúrgicos do ABC* (Criação... 1979), “Sob intervenção durante a greve de 1979 e com a clara concepção de que o sindicato não é sua máquina, nem o prédio onde atua, a diretoria organizou o Fundo de Greve, inicialmente, nos porões do Sindicato e, depois, na Igreja da Matriz de São Bernardo. Em pouco tempo, o Fundo de Greve aglutinou trabalhadores não apenas para a organização da coleta e distribuição de alimentos no caso de uma greve, mas como um núcleo de discussão política nos momentos de intervenção”.

serviu também para deixar o movimento acéfalo. Embora Lula tenha dito que, em caso de intervenção, a comissão de salários assumiria o papel da direção, esse não foi um processo tranquilo e realizável enquanto tal. Por dois dias, em meio a um forte crescimento da temperatura política, o movimento seguiu sem muita coordenação. Após conversa e pressões de líderes sindicais (Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e membro do PCB, por exemplo) e personagens públicas (Lélia Abramo, atriz, por exemplo), Lula e a direção resolvem reassumir a greve.

O movimento já apresentava certo sinal de refluxo. Na terça-feira, dia 27 de março, em assembleia, seguindo avaliação do comando de greve, os(as) trabalhadores(as) aceitam um acordo com o patronato, que estabelecia o prazo de 45 dias para novas negociações em busca do índice satisfatório, findo o qual os metalúrgicos entrariam em greve mais uma vez. Ainda que com alguma resistência na assembleia, a proposta foi aceita majoritariamente.

40

Com o retorno a certa normalização, o sindicato passava à retomada de suas atividades. Segundo Lula, era uma verdadeira operação de guerra na qual os militantes sindicais intensificaram seu trabalho de porta de fábrica e de panfletagem. A lógica intransigente da ação patronal só será quebrada quando, no 1º de maio, 130 mil trabalhadores(as) reiterem sua posição e indicam a deflagração de nova greve como fato iminente. No dia 12 de maio, o sindicato celebra um acordo com a Fiesp, que será referendado no dia 13 de maio por uma assembleia de trabalhadores(as). Segundo Antunes (1988, p. 53), evidenciava-se que

apesar de esse acordo ser mais vantajoso do que aquele assinado pela Federação, era ainda bastante insatisfatório. Sua aprovação pela assembleia geral metalúrgica deveu-se, de um lado, à dificuldade de obtenção de algo mais

favorável e, de outro, à priorização que passou a ser dada no sentido da recuperação do Sindicato pelos operários.

Conforme assinala Humphrey (1980, p. 27):

A greve não foi um êxito total para os operários. Os três sindicatos se viram muito próximos de uma séria derrota e forçados a aceitar uma solução de compromisso [...]. A greve foi, entretanto, uma séria derrota para os patrões e o Estado. Em vez de pôr fim à greve com a intervenção [...] o Estado se viu forçado a reconhecer os líderes depostos como legítimos representantes dos operários.

Antes do fim da greve, setores de esquerda começam a análise acerca dos limites e possibilidades da mobilização dos(as) trabalhadores(as). No caso do PCB, a postura era: a luta contra o arrocho, pilar da política econômica da ditadura militar, teria centralidade. O restante, sem inserção na massa, deveria vir com a luta e a consolidação da democratização. Aqui, fica indicado um dos pontos que, em breve, distanciarão grandemente os comunistas desses “novos atores” surgidos no início do ciclo. Esse tipo de etapismo propugnado pelo PCB, empurrava-o contra certas demandas e propostas em debate em um movimento sindical em clara espiral de ascensão e radicalização.

De todo modo, os comunistas não deixarão de identificar as novidades trazidas pelo movimento grevista. O *Voz Operária* nº 157, de abril de 1979 (Carone, 1982), assinala, em meio à “trégua” estabelecida no meio da greve, certas posições dentro do partido, via entrevista com “especialistas” no ramo: Hercules Corrêa e Luiz Tenório da Silva. Ambos, apesar de apontarem limitações no movimento, realçarão as novidades trazidas pela greve. Corrêa (Carone, 1982, p. 386) assinala que

assembleias de 80, 70 mil trabalhadores, isso é novo no Brasil. Novo inclusive para a Europa, que não conhece esse

tipo de assembleia sindical. [...]. A maior assembleia que eu vi no passado foi uma assembleia de 50 mil no estádio da Mooca, mas que era de várias categorias.

Tenório (Carone, 1982, p. 386) acrescenta que

O fato da greve ter-se dado enquanto um general estava arrumando os papéis, fechando a mala, limpando as gavetas para sair, e o outro pondo a gravata para entrar, eu acho que foi uma tática e revelou muita sensibilidade. Acho que não foi casual.

De todo modo, pode-se sentir que sutilmente os comunistas vão mudando o tom acerca das greves e de seus líderes. Se em 1978 o tom era de muito mais apoio e percepção de possibilidades, agora já se sentem críticas a determinadas posturas e o receio de que as possibilidades fossem de resultados negativos, tanto para os(as) trabalhadores(as) como para a sociedade em sua busca por democratização.

42

Esse tipo de posição do partido se acirrará em movimentos futuros, na medida em que ele tinha ligação, também, com a consolidação de um bloco alternativo às posturas do PCB e que ia tornando realidade a construção do PT. Ao longo de 1979, o movimento pró-PT se espalhou por todo o país. Como bem indicou Rodrigues (1991, p. 27), a “formação do PT viria acentuar as divergências já existentes no interior do sindicalismo brasileiro. Os comunistas [...] não poderiam ver com simpatia o surgimento de um outro partido que viesse disputar com os PCs o controle do movimento trabalhista”.

O fato é que a greve geral dos metalúrgicos do ABC abriu as porteiras para outras formas de mobilização, seja em solidariedade à paralisação dos metalúrgicos, seja em busca de reivindicações particulares. Como havia feito no ABC, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, proferiu duros golpes nas entidades sindicais mais combativas, seguindo-se uma

onda de intervenções que intentava debelar o ímpeto das mobilizações. Nessa lista estariam, por exemplo, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, dirigido por Olívio Dutra, e o Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, dirigido por Jacó Bittar. Sindicatos e lideranças que, entre outros, estarão à frente desse ciclo de contestação e das novas possibilidades abertas em termos de organização da classe trabalhadora, tanto no nível sindical quanto no político.

Mesmo que linhas diferenciadas já fossem se concretizando no movimento sindical há algum tempo, é nesse período que começam a se consolidar identificações, formando blocos de posições que definirão o quadro do movimento dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) na entrada e ao longo da nova década que se inicia.

A greve de 1980: um ABC de lutas

Como já ocorrera nos anos anteriores, os metalúrgicos do ABC Paulista iniciavam nova mobilização em campanha salarial que resultará em uma greve que atravessará os meses de abril e maio de 1980. Aos percentuais de aumento (reajuste salarial com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais 15% a título de produtividade), integrar-se-iam outras reivindicações como: a garantia no emprego e do salário profissional, a conquista do delegado sindical, a redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução salarial e o controle das chefias pelos trabalhadores.

Para termos uma ideia ampliada das práticas organizativas e mobilizatórias empreendidas pelos(as) trabalhadores(as) no que tange aos preparativos para mais uma campanha salarial, vale assinalar que

[a] campanha salarial de 1980 teve uma mobilização intensa, através de reuniões com militantes e trabalho de porta de fábrica. O material de propaganda foi inovado, enriquecido, diversificado e sua distribuição aumentada. O Suplemento

da Tribuna Metalúrgica, que havia sido criado após a greve de 1979, chega a atingir a tiragem de 40 mil exemplares, penetrando clandestinamente no interior das fábricas. Os bairros são envolvidos na campanha e o apoio de entidades e instituições, como a Igreja Católica, foi um fator importante no processo de mobilização. A campanha é aperfeiçoada através da atuação da Diretoria, Comissão de Mobilização e criação de um “grupo especial”, incumbido de continuar coordenando o movimento na hipótese da prisão dos diretores. O trabalho de base sistematiza-se. As empresas situadas na base territorial do Sindicato são pesquisadas e distribuídas em áreas, com diretores responsáveis pelo trabalho político em cada uma delas. (Campanhas..., 1980)

44 Como dizia o lema do sindicato, “tá chegando a hora da onça beber água”. Mas se os trabalhadores(as) iam buscando se apetrechar para os embates vindouros, incorporando e inovando a experiência das duas greves anteriores, o patronato, o regime militar e seus representantes também não ficarão parados e lançarão mão de variados dispositivos no sentido de impedir a movimentação de trabalhadores(as) e, caso isso não fosse possível, debelar a mobilização o mais rápido possível. Como bem indica Antunes (1988, p. 64):

Era o início da contraofensiva ditatorial, cujo objetivo era atingir a espinha dorsal do novo sindicalismo, num primeiro momento através de medidas persuasivas e, posteriormente, através de violenta repressão. Foi exatamente nesta contextualização política que foi implementada a “nova política salarial” de novembro de 1979, que objetivava

principalmente conter e mesmo fazer refluir o movimento reivindicatório grevista¹²

Como já esperado, as contrapropostas viriam bem abaixo do solicitado: 3,65% de aumento acima do INPC, o piso salarial oferecido era a metade do demandado e as outras reivindicações, referentes à estabilidade, à redução de jornada, aos delegados sindicais e aos controles das chefias, foram todas negadas. Com os prenúncios do movimento grevista, o índice de aumento ainda foi irrisoriamente elevado para 5%.

No dia 30 de março, em assembleia, os metalúrgicos do ABC decidem paralisar suas atividades a partir do dia seguinte, 1º de abril de 1980. Já nesse dia, em São Bernardo, a greve contava com a adesão de 90% da categoria. Nesse mesmo primeiro dia, o TRT julgou-se incapaz de decidir sobre a legalidade ou não da greve e elaborou uma proposta alternativa, que não contemplava o interesse dos(as) trabalhadores(as) em greve. Apresentada essa proposta, ela cumpriu em parte com seus desígnios, já que alguns sindicatos do interior aceitam o estabelecido e acabam com a sua participação na greve. Quanto aos metalúrgicos do ABC, ainda que reconhecendo certa vitória, não aceitaram os termos estabelecidos e continuaram seu movimento ainda com 90% de adesão à greve.

Apesar da saída dos metalúrgicos de Santo André e de São Caetano no oitavo dia de greve, a empresa Termodinâmica, cedendo à negociação, dava indícios de que o desfecho poderia estar próximo. Mas não estava. Um

45

¹² Essa nova política propunha a semestralidade nos aumentos salariais, aumentos com índices pouco acima do INPC para as faixas inferiores na escala salarial e regime diferenciado de aumentos. Além disso, a referida política estabelecia condições para a negociação direta para a obtenção de aumento anual. Para tanto, o aumento só poderia ser negociado com base no crescimento da produtividade da empresa. Obviamente, como assinalou Antunes (1988, p. 65), opera-se “uma epidérmica e superficialíssima modificação na política salarial, sem jamais eliminar o arrocho salarial”.

segundo julgamento do TRT invalidou a primeira decisão e decretou a ilegalidade da greve. Assim, tudo o que o regime e o capital queriam foi conseguido. Com a ilegalidade da greve decretada, já havia respaldo legal para as ações repressivas que se sucederam, caindo pesadamente sobre os(as) trabalhadores(as), seus líderes e suas entidades.

No dia 17 de abril de 1980, o governo intervém nos sindicatos de São Bernardo do Campo e de Santo André. O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, adicionava mais intervenções à sua lista. Dessa vez, não se conteve apenas com a intervenção e a cassação das lideranças do movimento. Os líderes grevistas e outras personalidades representantes de associações liberais foram presos. Os metalúrgicos haviam se preparado bastante, em termos de estruturação, em caso da quase certa intervenção. Com os primeiros ataques do governo, as estruturas de apoio desenvolvidas começam a desempenhar seus papéis.

46 O governo e os empresários jogavam uma cartada alta à medida que um sucesso desse movimento traria um incremento do movimento sindical, já sentido a partir de 1978 e 1979. Assim, era preciso demonstrar quem tinha as cartas e quem controlava o jogo. Os metalúrgicos, sem seu sindicato – como haviam programado –, reúnem-se no Estádio de Vila Euclides e no Paço Municipal, em São Bernardo, e no Estádio da Vila Jaçatuba, em Santo André, e, com as proibições de assembleias pelo governo, na Igreja Matriz e nos bairros.

Interessante perceber a dinâmica da verdadeira luta espacial que se travou com a ditadura e com os patrões, que tentavam limitar ao máximo todos os espaços possíveis de organização e mobilização, e os(as) trabalhadores(as), que iam abrindo e encontrando espaços alternativos para sua ação. Na terceira semana de greve, os metalúrgicos tentam manter o ímpeto do movimento. A essa altura, já haviam adicionado às reivindicações anteriores a exigência da

libertação dos presos e o fim da intervenção nos órgãos de classe.

O quadro estava montado. O governo endurecia enxugando os espaços possíveis de reunião, sobrando apenas os espaços internos da Igreja. Os empresários, por seu turno, reforçavam as práticas repressivas e de persuasão como de costume. Os(as) trabalhadores(as) tentam o quanto podem seguir com o movimento. Os confrontos entre operários e as tropas policiais não eram raros dentro do cenário. Já se podia perceber esparsamente um movimento de retorno ao trabalho. Ainda assim, o 1º de maio de 1980, que reuniu mais de 100 mil metalúrgicos, retomando o Estádio de Vila Euclides, dava novos ânimos ao movimento.

Mas o refluxo do movimento começava mesmo a ser sentido. Logo no início de maio, os metalúrgicos de Santo André decidem voltar ao trabalho e encerrar o movimento. Já apresentando sinal de desgaste, os metalúrgicos do ABC põem fim ao seu movimento grevista que durou 41 dias. Lula e outras lideranças permaneceriam presos por mais alguns dias quando um recurso apresentado pelo advogado do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) consegue o relaxamento da prisão preventiva. Os sindicalistas serão processados com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), em julgamento por tribunal militar que se realizará no início de 1981.

A greve dos metalúrgicos do ABC em 1980 apresentou de forma clara não só as disposições de governo e empresários, mas, sobretudo, as limitações e restrições a que se submetia o movimento operário e sindical brasileiro. Na análise de suas lideranças, o movimento acabou enfrentando problemas internos e externos. Como disse Lula,

Nós acreditávamos que sozinhos venceríamos a classe empresarial do ABC [...]. O que não contávamos era que o Estado jogasse tão pesado como jogou em defesa das

empresas, coisa que não fez em 79... A gente tinha esperança de que o governo não iria bancar tudo sozinho. Mas ele bancou tudo do começo ao fim, desde o Tribunal até os helicópteros do Exército (Escrita Ensaio, n. 9, 1980, p. 27).

Para José Cicote, uma outra liderança, em depoimento ao *Correio Sindical*, nº 18, de dezembro de 1980, a perspectiva de ter saído da greve quando da determinação do índice pelo TRT poderia ter sido a mais acertada. Segundo ele (Santana, 2001, p. 210),

Quando houve aquele julgamento do TRT [...] eu fiquei em dúvida sobre qual a posição correta a tomar. Hoje eu acho que aquele pronunciamento do TRT foi uma vitória que poderia beneficiar todos os trabalhadores brasileiros. Se tivéssemos voltado ao trabalho no outro dia, ampliaríamos a vitória para todo o país. Isso porque, no resto do país, ninguém mais poderia declarar ilegal uma greve daquelas. Mas nós não vimos as outras categorias e isso foi um erro da gente.

48

Além disso, a greve de 1980, aprofundando um processo já presente nas de 1978 e 1979, abriu, ainda mais, a clara distinção na lógica de ação dos diversos grupos que militavam no movimento operário e sindical brasileiro. Essa distinção informará a orientação, atuação e relação desses grupos, constituindo uma dinâmica ao longo de toda a década de 1980.

No que tange à greve de 1980, pelo menos em termos de seus quadros dirigentes e publicações (por exemplo, *Voz da Unidade* de 22 a 28 de maio de 1980), o PCB desenvolveria a seguinte linha de análise: eles vão dar apoio à greve, mesmo avaliando que, após a definição do índice pelo TRT, teria sido mais efetivo sair da greve, à medida que a continuidade do movimento escaparia do espectro meramente sindical e passaria a ser, como foi, uma queda de braço com o governo e os patrões. Para tanto, segundo eles, seria necessário uma

preparação que envolvesse não só os metalúrgicos, mas também outros setores da oposição que servissem de apoio ao movimento¹³. Para um enfrentamento mais imediato com o regime, era necessário mais que um esforço de estruturação e organização interna.

O isolamento e a radicalidade do movimento teriam sido os responsáveis por tê-lo colocado em um beco, com margem pequena de manobra. Interessados na proposição da frente política pela democratização, os comunistas não só jogavam peso na construção dessa frente, como também, buscavam evitar embates que não levassem em conta a “correlação de forças no interior da sociedade”. Todo movimento poderia ser transformado em um ato contra o regime, contanto que fosse eficaz. Em caso de derrota, e eles deixaram isso claro, poderia levar também a uma derrota dos setores democráticos como um todo.

Tendo esse tipo de leitura em primeiro plano, baseando-se sempre nas linhas de orientações gerais do partido, os comunistas acabaram por afastar-se do que, naquele momento, seria o polo mais dinâmico do movimento sindical e que, tornando-se hegemônico, capitanearia as formas de organização e luta da classe trabalhadora na década que se iniciava.

Pode-se dizer que, a partir de 1978, temos um dos marcos importantes do início de um processo de rearranjo entre as forças atuantes no movimento sindical. No V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), um grupo de sindicalistas que incluía desde os novos atores até os militantes do PCB se diferenciava dos pelegos na medida em que propunha uma ação mais combativa para os sindicatos (Rodrigues, 1991). Esses sindicalistas seriam chamados de autênticos. Porém, com o caminhar do processo, nesse mesmo bloco, algumas distinções de posição se

¹³ De certa forma, ainda que partindo de posições diametralmente opostas, algumas das posições expostas pelos comunistas em seus periódicos acerca da greve do ABC de 1980 estavam presentes nas falas de Lula e de Cicote citados anteriormente.

estabeleceriam. Em 1979, nos diversos encontros sindicais, vão ficando claras as divergências sobre, entre outras coisas, a postura desses sindicalistas acerca da estrutura sindical e a forma de enfrentá-la.

Em congressos como o dos metalúrgicos em Poços de Caldas/MG, iam ficando evidentes as divisões. Daí a consolidação de outro bloco, autodenominado Unidade Sindical, que agregava, além de alguns sindicalistas que estiveram próximos dos autênticos, setores mais conservadores do movimento. Nesse bloco, também se integravam militantes de outros agrupamentos de esquerda como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Assim, os blocos se consolidavam. De um lado, a Unidade Sindical, que incluía nomes como Arnaldo Gonçalves e Joaquim dos Santos Andrade; de outro, os chamados autênticos, tendo à frente nomes como Lula, Olívio Dutra e Jacó Bittar.

50

Além, desses dois blocos, um terceiro grupo se apresentava correndo em via paralela. Eram as Oposições Sindicais, que agrupavam militantes de esquerda, egressos ou não da experiência da luta armada, e/ou militantes ligados à Igreja, setor que apresentava uma plataforma que tinha como centro o combate à estrutura sindical corporativa a partir de um intenso trabalho de base via comissões de fábrica. Sua maior expressão estava na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e podia apresentar posições que iam desde a aceitação do trabalho conjunto com o “sindicato oficial”, como pregava José Ibrahim, até setores contrários a esse tipo de articulação. Rodrigues (1991) assinala ainda a existência de um outro bloco relacionado aos grupos de extrema esquerda e ao sindicalismo revolucionário.

É em um quadro de redefinições como esse que teremos posições diferentes acerca da greve dos metalúrgicos. As divergências da Unidade Sindical com a diretoria do

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC podem ser sentidas ao longo de todo o movimento.

A posição daquele grupo em termos da solidariedade à greve fica expressa, por exemplo, no jornal *Correio Sindical* (nº 9-10) (Antunes, 1988). Acerca da campanha salarial em curso, o jornal assinala que

Devemos compreender que esta campanha salarial que se desenvolve não é só do ABC. Mas sim de todos os metalúrgicos do interior e que cabe aos nossos sindicatos a tarefa de defender a unidade com a Federação, marcando posição firme e que desmascare as diretorias divisionistas e vacilantes de outros sindicatos. É participando e defendendo posições unitárias que caminharemos rumo à conquista da direção da Federação. (Antunes, 1988, p. 76)

O que se vê é uma crítica às direções divisionistas e o lembrete de que a campanha não era só do ABC. Vale assinalar que nesse ano, como nos anteriores, os metalúrgicos do ABC, seguidos por outros sindicatos do interior, definiram-se por uma campanha autônoma àquela gerenciada pela Federação dos Metalúrgicos de São Paulo. Na análise do PCB, só a unidade garantiria o avanço da luta e abriria o caminho para a conquista da direção da federação. Diferentemente da visão do PCB, era evidente que os metalúrgicos do ABC não estavam muito interessados, pelo menos naquele momento, em disputar a direção da federação com os setores pelegos.

Outro exemplo de divergência se deu nas diferentes posturas com relação ao apoio à greve. A Unidade Sindical resolveu elaborar um bônus próprio com o qual recolheria recursos a serem doados a São Bernardo, em uma das muitas campanhas de solidariedade que atravessaram o país na época. Dessa forma, vendia outros bônus que não os administrados pela organização do movimento. Isso gerou sérias

críticas e mesmo suspeitas. Em entrevista ao jornal *Em Tempo*, nº 107, de junho de 1980, Lula, perguntado como analisaria a atuação da Unidade Sindical ao longo da greve, afirma: “Segundo informações que tenho [...], eu acho que o setor que menos ajudou a gente foi o setor da Unidade Sindical. Os que mais ajudaram foram aqueles que racharam, que agiram paralelamente à Unidade Sindical” (Silva, 1981, p. 296).

A greve de 1980 fecha essa primeira parte do longo ciclo de greves que vai de 1978 a 1997 (Noronha, 2009). Ela apresenta trabalhadores(as), patrões e Estado, em termos daquela conjuntura, em um grau avançado no que tange à sua preparação para o confronto político. A partir daí, na entrada da nova década, os(as) trabalhadores(as), ainda que mantendo o ímpeto reivindicativo, buscam formas alternativas de empreender seus movimentos lançando mão de formas bastante criativas. O período de recessão econômica que se abre e se arrastaria nesse momento também produzirá seus efeitos nos meios operários e sindicais, bem como nas formas de mobilização da classe trabalhadora.

52

Nesse período, haverá a fundação do PT, em 1980; e da CUT, em 1983. Ambos servirão, tendo em muito como base a experiência desse início de ciclo, tornando-se hegemônicos em suas áreas de atuação, de importantes instrumentos no processo de canalização da conflitividade social na década de 1980. Essa década se tornaria uma década sindical por excelência, tornando-se um dos períodos de ouro da história do movimento operário e sindical no país. Será por isso que, para o capital, ela era entendida no surrado mantra da “década perdida”. Como disse Lula durante a greve de 1980, “Que ninguém jamais ouse duvidar da capacidade de luta da classe trabalhadora” (French, 2010, p. 286).

Considerações finais

Observados os três movimentos grevistas que estiveram na base de um longo ciclo de contestação alguns pontos

importantes ficam bastante salientes. Eles tem contornos claros do que Tilly e Tarrow caracterizam como confronto político. Segundo eles,

Confronto político envolve interações nas quais atores fazem demandas dirigidas aos interesses de outros atores, levando a esforços coordenados em nome de interesse compartilhados ou programas, e nas quais governos são envolvidos como alvos, iniciadores de demandas ou terceiras partes. Confronto político, portanto, associa três elementos familiares da vida social: confronto, ação coletiva e política. (Tilly; Tarrow, 2015, p. 7)

Os três movimentos, em anos consecutivos, servem para identificarmos, no surgimento de um ciclo de contestação mais longo, elementos em termos de orientação, organização e mobilização que, no todo ou em parte, estarão presentes durante todo o ciclo. Alguns desses elementos, lançados nesse momento, configuram-se em performances diferentes de anteriores até então utilizadas e produzem impactos no que diz respeito ao repertório de ação coletiva. Esses elementos, posteriormente, serão repetidos e/ou alterados. Ao mesmo tempo, esse período reproduz e reitera outros tantos aspectos das formas de orientação, organização e mobilização já presentes historicamente no acervo vivo de lutas da classe trabalhadora brasileira.

Diante do quadro que experimentavam as forças em jogo, os repertórios de ação coletiva, até ali em vigência, precisavam ser colocados em tela, criticados, ressignificados, repensados, reiterados e/ou atualizados em suas táticas. Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2009):

as ações dos movimentos sociais assumem a forma de repertórios: números limitados de desempenhos alternativos historicamente estabelecidos ligando reivindicadores a objetos de reivindicação [...]. Os repertórios não são

simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores. (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009, p. 24)

Nesse sentido, na historicidade dos repertórios, passado e presente se articulam. Um opera sobre o outro. Mais do que uma anulação de um pelo outro, há aí uma tensão entre ruptura e continuidade, entre reforma e permanência, entre inovação e persistência. Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 29),

Os repertórios existentes corporificam uma tensão criativa entre inovação e persistência, refletindo suas lógicas instrumental e expressiva muito diferentes. A eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade [...]. O uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental e, desta forma, encoraja a inovação tática.

54

Em termos de sua dinâmica de confrontação, trabalhadores(as), patrões e Estado lançaram mão de arsenal variado de práticas no sentido de diminuir as margens de manobra de seus adversários. Como reivindicadores, trabalhadores(as) e suas organizações, dentro e fora das fábricas, buscaram tensionar o quadro estabelecido e limitante para a consecução de seus objetivos, buscando alterá-lo. Já patrões e Estado empreenderam suas energias no sentido da manutenção do estado de coisas vigente, tanto em termos do mundo do trabalho como em termos políticos mais gerais.

A dinâmica do jogo da confrontação, como sempre, produziu resultados positivos e negativos, “vitórias” e “derrotas”, de curto, médio e longo prazo, para todos os envolvidos. A derrota em termos de índices econômicos, não significava necessariamente uma derrota política e/ou organizativa. A presença da força repressiva nem sempre, ainda que tenha

acontecido em alguns momentos, serviu para arrefecer os ânimos dos movimentos. Assim, tal presença significou fechamento do horizonte de ação e possibilidades, mas também a abertura de outros. Essa dinâmica exigiu mudanças constantes por parte dos atores em confronto. As táticas utilizadas durante as três greves, em qualidade e/ou quantidade, foram diferentes entre si, como diferentes em cada momento dos movimentos específicos, apesar da manutenção de certos eixos assemelhados de ação e organização.

Olhando o movimento dos(as) trabalhadores(as), pode-se perceber todo o processo de construção de identidades e de atores coletivos ao longo da dinâmica de confrontação. Mais do que atores fixos e estáticos, eles vão se constituindo no desenrolar da confrontação. Foram se constituindo como agentes e produzindo estruturas que alicerçassem essa constituição e sua permanência, “estruturas de mobilização” e “enquadramento de ação” (Tarrow, 2009). As orientações e práticas do chamado “novo sindicalismo” (Santana, 1999) servirão como identidade e base de sustentação e organização para estes “novos atores” que emergem neste contexto.

Como já sinalizei em outro momento, é possível afirmar que o chamado “novo sindicalismo” representou a reedição de práticas já experimentadas na história do sindicalismo por setores que, ao seu tempo, se identificavam com posições progressistas em relação à luta dos(as) trabalhadores(as). Dessa forma, ele pode ser visto como inserido em uma longa tradição no movimento sindical brasileiro. Identificando-se com o polo mais dinâmico da classe trabalhadora, o “novo sindicalismo” forneceu-lhe importante contribuição no sentido de combater as políticas conservadoras e restritivas para os(as) trabalhadores(as) e o movimento sindical.

Ocupando um lugar que outras forças haviam ocupado no passado, o “novo sindicalismo” garantiu à classe trabalhadora um canal fundamental de representação e de

encaminhamento de suas demandas. Como bem assinalou Sader (1988, p. 182):

A particularidade que marcou a corrente dos “autênticos” foi sua capacidade de absorver as pressões das bases e canalizá-las para o interior do aparelho sindical. Tratou-se de uma operação das mais delicadas. Era tão estreita a margem legal para seu trabalho que viviam na ambiguidade entre querer evitar a insatisfação das bases e tentar manter o respeito à legalidade.

56 Nesse sentido, sempre, claro, com idas e vindas, limites e possibilidades, são dignas de nota as maneiras pelas quais esse movimento articulou formas verticais e horizontais de organização e mobilização, bem como empreendeu formas decisórias que conjugavam democracia representativa e democracia participatória. A presença e a articulação orgânica de diferentes movimentos nesse ciclo – bairros, religiosos, contra a carestia, mulheres etc. –, garantiram-lhe, não sem tensão, grande complexidade, riqueza, profundidade e extensão.

O “novo sindicalismo”, fruto e motor dileto deste processo, representou um grande força de redemocratização da vida sindical brasileira, tendo suas ações repercutido no sentido de auxiliar na redemocratização da sociedade brasileira (Rodrigues, 1997). Porém, também como experiências do passado, o “novo sindicalismo”, que se tornou o projeto sindical mais forte e mais duradouro da história da classe trabalhadora brasileira, enfrentou, ao longo de todo o seu desenvolvimento, dificuldades cuja resolução continua sendo um desafio para a classe trabalhadora brasileira.

Se o “novo sindicalismo” representa essas dimensões para o campo sindical, o PT representará para o campo político. O PT será outro fruto e motor dileto desse processo. Interessante perceber como um movimento que se queria

“apolítico”, “apartidário” e distante da “ação política”, politiza-se rapidamente, e até se partidariza, produzindo atores e instituições políticas de grande pujança, efetividade e impacto na ação política.

As articulações orgânicas entre o PT e os movimentos popular e sindical deram a esse partido características próprias. Além disso, sua vida interna, complexa e rica viveu vários momentos de criativos experimentos democráticos. Contudo, como nas experiências de partido desse corte, o PT caminhou para um processo de institucionalização e burocratização que, ainda que se aleguem necessários para as demandas do sistema político e eleitoral, e que, sem dúvida, o levaram à hegemonia da esquerda brasileira, à sentida força parlamentar e à presidência da República, significaram também o progressivo distanciamento de suas bases populares, da democracia interna e da relação mais orgânica com os movimentos sociais. O partido, pode-se dizer, viveu à sua própria maneira, pelos caminhos que sua maioria interna escolheu, a tragédia dos partidos social-democratas europeus.

57

Pensando a partir de pontos específicos de ontem e de hoje, algumas questões se estabelecem. Vivemos, apesar da manutenção de sua essência, em momentos de capitalismo muito diferentes, com correlata formação de classe distintas. O mesmo aconteceu em termos de regime político. Essas são mudanças substanciais para o entendimento de qualquer tentativa de aproximação entre as dinâmicas de confrontação e a ação coletiva.

Considerado em termos gerais, o “novo sindicalismo” representava e operava no sentido da constituição de um ator coletivo. Ele foi produto e produtor da articulação de demandas e da produção de novas vertebrações de sentido, que resultaram em um processo de construção de identidade. Ao interpelar os(as) trabalhadores(as) como classe trabalhadora, produzia-se uma ampliação do sentido da

composição do mundo do trabalho. Além disso, buscava-se distanciar da ideia política de classe operária vinculada a um conjunto de organizações então já longevas na militância política e sindical. Assim, como classe operária em momentos anteriores, classe trabalhadora, para além de sua dimensão descritiva, tinha um claro efeito político, portando elementos de demandas, orientação, organização, mobilização e conflito.

Nos dias de capitalismo neoliberal, claramente apresentados como uma contraofensiva sobre as conquistas e os avanços históricos do movimento da classe trabalhadora, vários processos foram postos em marcha exatamente no sentido de minar, limitar e reduzir quaisquer possibilidades, em termos da luta de classes, de um ascenso organizativo e mobilizatório dos(as) trabalhadores(as). Ao mesmo tempo em que acelera a lógica da vida – no vertiginoso “parou, perdeu” –, ataca todas as formas de segurança e seguridade, dentro e fora do mundo do trabalho. Formas de proteção são extintas, desprotegendo a vida no trabalho, bem como o enxugamento das formas de proteção após a vida no trabalho com ataques, chamados “reformas”, aos sistemas previdenciários. O que, conjugado aos índices astronômicos globais de trabalho precário e desemprego, fornece contornos ainda mais deletérios ao quadro social.

58

No processo de contraofensiva, as tentativas históricas do capital de individualizar e fragmentar a identidade coletiva de classe dos(as) trabalhadores(as) ganham nova força. Buscando eliminar a conflitividade dos horizontes sociais, o capital implantou com eficiência a substituição de termos com histórica conotação de conflito, como classe operária, operários(as), trabalhadores(as), por outros vinculados a outro campo semântico. Assim, entraram em cena termos como colaboradores(as), cliente interno, fornecedor interno etc. Os primeiros praticamente desapareceram do dicionário e do vocabulário corrente no mundo do trabalho.

A ideia de colaborador(a) – aquele(a) que “co”-“labora”, trabalha junto, não conflita – dá bem a ideia das expectativas e estratégias do capital nesse sentido.

A noção de que a fragmentação da classe, que seria uma de suas características hoje, tornaria sua organização e mobilização processos muito difíceis, senão impossíveis; e dada a tendência à desagregação e à divisão feririam de morte as formas solidárias, como o sindicalismo, teve uma rotunda resposta, entre outros, de Hyman (1996). Ele demonstra, buscando escapar de certa idealização frequente, como a fragmentação tem sido uma constante no mundo do trabalho, assim como tem sido a tentativa de sua superação através de formas de solidariedade. Dificuldade e impossibilidade não são sinônimos. A classe sempre foi um projeto, que tem uma forte dimensão política. É preciso formá-la. O que o capital tem feito, com mais ou menos sucesso em diferentes momentos, é desconstruí-la em um sentido e construí-la em outro.

Em sua crítica à tese da desagregação Hyman (1996) argumenta que o que estaria em jogo seria uma visão mitificada do passado percebido como uma época dourada em que os(as) trabalhadores(as) eram espontaneamente coletivistas e as organizações laborais alinhavam-se por detrás de um projeto de classe unificador.

Essa linha de raciocínio amplia a margem do debate sobre a “crise”, confere importância às transformações particulares e relativiza afirmações sobre a existência de uma tendência do coletivismo ao individualismo por ser uma interpretação unilateral de um conjunto de processos culturais complexos e variados. Para essa perspectiva, embora os ideólogos dos sindicatos possam ter concebido tradicionalmente o coletivismo como um valor moral em si, o mais realista seria supor que – à parte os momentos de mobilização de massas – a maioria dos membros dos sindicatos aderiu à organização coletiva como meio mais eficaz de tornar realidade suas necessidades e aspirações individuais.

A partir desse ponto de vista, mais do que uma crise dessas formas de organização, estaríamos diante de uma crise do estilo e das orientações tradicionais do sindicalismo. Nesse sentido, deve-se fazer uma análise fina da questão da solidariedade e perceber que os princípios e as práticas do sindicalismo sempre mostraram uma tensão entre ambiciosas declarações de solidariedade, em geral, vinculadas às metas da transformação socialista, e as rotinas de defesa dos interesses imediatos do emprego de categorias específicas de afiliados.

Buscando desmistificar interpretações que apontam para uma situação mais catastrófica, pode-se argumentar que a noção de classe operária sempre foi uma abstração, nunca uma descrição ou generalização sociológica e que a diferenciação, a divisão e a desunião têm sido traços onipresentes do desenvolvimento sindical. Porém, apesar das circunstâncias adversas, segue existindo um espaço para as iniciativas estratégicas dos movimentos trabalhistas, de maneira que seja possível contar com novos meios para transcender as divisões e construir o interesse comum. O que imporia uma nova lógica, um novo vocabulário de motivos para a solidariedade dos(as) trabalhadores(as).

60

Trabalhadores(as) e suas organizações, durante o ciclo de contestação das greves de 1978-1980, produziram seu próprio caminho lançando mão de repertórios existentes, mas gerando tensão criativa ao apresentarem suas inovações diante do quadro particular que experimentavam. Interessante notar como as greves tiveram elementos diferentes entre si, assim como, para manter sua eficácia, precisaram ser diferentes ao longo de toda a década de 1980.

Apesar de todas as tentativas de se obscurecer esse fato, vale lembrar, como quadro geral, que vivemos em uma sociedade capitalista, estruturada em classes sociais, que travam a luta de classes. Os desafios que estão postos hoje para uma nova classe trabalhadora – novo proletariado, novo precariado etc. – têm sido, logo de início, vencer as desconfianças políticas que a cercam, pois já caiu sobre ela um conjunto de,

digamos, prenoções (por exemplo, Standing, 2013) pouco ou nada lisonjeiras. Ao mesmo tempo, ainda que traga inovações importantes e necessárias, não pode simplesmente abolir a história de organização e luta de gerações e gerações.

Na mesma direção, precisa produzir seus próprios instrumentos de luta atualizados, que canalizem suas demandas e sua conflitividade, sem com isso também precisar negar e/ou abolir as ainda vivas possibilidades de formas organizativas que foram legadas pelas gerações anteriores. Essa tem sido uma característica histórica importante na trajetória de trabalhadores(as) na articulação de formas novas com as pretéritas, por dentro e por fora das organizações sindicais. A luta e a organização da classe trabalhadora sempre se ajustaram aos momentos históricos em que atuavam.

Nesse sentido, hoje, as orientações, demandas e formas de luta centrais no projeto de constituição dessa classe, não podem prescindir da interseccionalidade entre, por exemplo, classe, raça, etnia e gênero; da conjugação de formas de organização e mobilização horizontais e verticais; e de formas decisórias organizadas em torno de democracia baseada na representação, mas também, e sobretudo, na participação. Não há como pensar esse processo ancorado apenas em um tipo de organização, sejam partidos, movimentos, sindicatos; antes, pensá-lo a partir de uma multiplicidade articulada de plataformas. Múltiplas são as formas de exploração e opressão das quais o capitalismo lança mão, assim como múltiplas e diversas têm sido, e precisam ser, as respostas coletivas a elas. O ciclo de contestação de 1978-1980 contém lições indispensáveis nesse sentido.

61

Marco Aurélio Santana

É professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e do Departamento de Sociologia do Instituto

de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Bibliografia

- AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). 2004. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois, 1964-2004*. Bauru: Edusc.
- ABRAMO, Laís. 1999. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp.
- ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antônio (orgs.). 2009. *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)*. São Carlos: EdUFSCar.
- ANTUNES, Ricardo. 1988. *A rebeldia do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp; Ensaio.
- ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco. 2014. The dilemmas of the new unionism in Brazil – breaks and continuities. *Latin American Perspectives*, v. 41, n. 5, pp. 10-21.
- BERBEL, Márcia Regina. 1991. 147 f. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira, 1978-1980*. Dissertação de Mestrado em História Econômica. São Paulo: USP.
- BOITO JR., Armando (org.). 1991. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CADERNOS DO PRESENTE. 1968. Greves Operárias (1968-1978). *Cadernos do Presente*, n. 2, São Paulo: Aparte.
- CAMPANHAS salariais. 1980. *ABC de luta! Memória dos Metalúrgicos do ABC*. Disponível em: <<https://bit.ly/2ubURLg>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- CARONE, Edgard. 1982. *O PCB – 1964/1982*. Vol. 3. São Paulo: Difel.
- criação do Fundo de Greve em São Bernardo do Campo. 1979. *ABC de luta! Memória dos Metalúrgicos do ABC*. Disponível em: <<https://bit.ly/2KR6TUR>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- ESCRITA ENSAIO. 1980. SÃO PAULO: Escrita, n. 9.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; FORTES, Alexandre (orgs.). 2008. *Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula Nascimento (orgs.). 2009. *1968 – 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- FREDERICO, Celso. 1987. *A esquerda e o movimento operário 1964/1984*. Vol. 1. São Paulo: Novos Rumos.
- FRENCH, John D. 2010. Resenha: Antonio Luigi Negro, Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. *Tempo Social*, vol.22, no.1, pp. 277-287.

- GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. 1989. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Cortez.
- GOENDER, Jacob. 1987. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática.
- GREVE geral dos metalúrgicos do ABC. 1979. *ABC de luta! Memória dos Metalúrgicos do ABC*. Disponível em: <<https://bit.ly/2zvr3Q>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- HUMPHREY, John. 1980. As raízes e os desafios do “novo” sindicalismo da indústria automobilística. *Estudos Cebrap*, n. 26, pp. 5-39.
- _____. 1982. *Fazendo o milagre*. Petrópolis: Vozes; Cebrap.
- HYMAN, Richard. 1996. Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 2, n. 4, pp. 9-28.
- KECK, Margaret. 1991. *PT, a lógica da diferença*. São Paulo: Ática.
- KRISCHKE, Paulo José (org.). 1982. *Brasil: do “milagre” à “abertura”*. São Paulo: Cortez.
- MARANHÃO, Ricardo. 1981. *Os trabalhadores e os partidos*. São Paulo: Semente.
- MARONI, Amnérís. 1982. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense.
- MARTINS, Heloisa de Souza. 1994. *Igreja e movimento operário no ABC*. São Paulo: Hucitec.
- MATTOS, Marcelo Badaró. 2002. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. 2004. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 2009. Para mapear o confronto político. *Revista Lua Nova*, n. 76, pp. 11-48.
- MENEGUELLO, Rachel. 1989. *PT: a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MOISÉS, José Álvaro. 1982. *Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MUNAKATA, Kazumi. 1980. O lugar do movimento operário. In: IV Encontro Regional de História de São Paulo, Araraquara. *Anais...* Araraquara: ANPUH-Unesp. pp. 61-81.
- NEVES, Magda de Almeida. 1995. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis: Vozes.
- NORONHA, Eduardo. 1991. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. pp. 93-135.
- _____. 2009. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, n. 76, pp. 119-168.

- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. 1988. *Trabalho e política – O Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes.
- PARANHOS, Kátia. 1999. *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982*. Campinas: Editora da Unicamp.
- PCB – Partido Comunista Brasileiro. 1980. *Vinte Anos de Política – Documentos (1958/1979)*. São Paulo: Ciências Humanas.
- POLLETTA, Francesca. 2006. *It was like a fever: storytelling in protest and politics*. Chicago: University of Chicago Press.
- RAINHO, Luis Flávio. 1980. *Os peões do grande ABC*. Petrópolis: Vozes.
- RODRIGUES, Iram Jácome. 1997. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta; Fapesp.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. 1991. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. pp. 11-42.
- SADER, Eder. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SADER, Emir. 1987. The Workers' Party in Brazil. *New Left Review*, v. 1, n. 165, pp. 93-102.
- SANTANA, Marco Aurélio. 1999. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, pp. 12-26.
- _____. 2001. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Unirio.
- _____. 2007. Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 1970/1980. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 1, pp. 37-67.
- _____. 2012. Partidos e trabalhadores na transição democrática: a luta pela hegemonia na esquerda brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 55, n. 3, pp. 787-826.
- SILVA, Luís Inácio Lula da. 1981. *Lula: entrevistas e discursos*. São Paulo: O Repórter.
- SNOW, David; BENFORD, Robert. 1992. Master frames and cycles of protest. In: MOMS, Aldon; MUELLER, Carol. *Frontiers in social movement theory*. New Haven: CT Yale University Press, 1992. pp.133-155.
- STANDING, Guy. 2013. *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica, 2013.
- TARROW, Sidney. 1993. Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention. *Social Science History*, v. 17, n. 2, pp. 281-307.
- _____. 2009. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.

- TILLY, Charles. 1992. Réclamer Viva Voce. *Cultures et Conflits*, n. 5, pp. 109-126.
- _____. 2008. *Contentious performances*. New York: Cambridge University Press.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney. 2015. *Contentious politics*. New York: Oxford University Press.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.). 1997. *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp.
- VIANNA, Luiz Werneck. 1983. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa.
- _____. 1986. *Travessia: da abertura à constituinte 86*. Taurus: Rio de Janeiro.
- WEFFORT, Francisco. 1972. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*. São Paulo: Cebrap.



SINDICALISMO DO ABC E A ERA LULA: CONTRADIÇÕES E RESISTÊNCIAS¹

José Ricardo Ramalho^a

*^aé professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ).
Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: <joserickardoramalho@gmail.com>*

Orcid: 0000-0002-4855-6687

Iram Jácome Rodrigues^b

*^bé professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP). São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: <iramjrodrigues@gmail.com>*

Orcid: 0000-0002-5593-2505

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-067096/104>

Introdução

A resistência sindical à ditadura militar de 1964, que se consolidou no ABC Paulista a partir das greves de 1978, 1979, 1980, teve na categoria metalúrgica um de seus principais expoentes, e as estratégias de confronto político que marcaram esse período inovaram no formato e no nível de organização dos trabalhadores em comparação com experiências anteriores ocorridas no país. Entre as principais características da resistência se destacaram o trabalho de base, mesmo sob a ameaça de uma repressão policial que se manifestou dentro das próprias fábricas²,

¹ Este artigo se beneficia de resultados de pesquisa e projetos dos autores apoiados pelo CNPQ e pela Faperj (Cientistas do Nosso Estado). Agradecemos ao Jonas Tomazi Bicev pelo tratamento estatístico dos dados do Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Previdência Social (RAIS-MTPS).

² O caso da Volkswagen de São Bernardo, revelado recentemente, confirma e elucida uma participação direta de diretorias de empresas multinacionais nos processos de perseguição e tortura de trabalhadores. Ver matéria do *Jornal do Brasil*: “Der Spiegel: Volkswagen espionou e torturou funcionários durante ditadura no Brasil”, disponível em: <<https://bit.ly/2mudNAE>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

e a ampla solidariedade que essa articulação angariou junto a outros movimentos sociais.

A crítica ao autoritarismo do governo e a uma legislação trabalhista restritiva acabou tendo um efeito multiplicador e renovador das ações sindicais que tradicionalmente eram controladas pelo Ministério do Trabalho. Esse movimento que, na época, ganhou o nome de “novo sindicalismo”³, mudou a conjuntura brasileira das últimas décadas e, nesse processo, foi mola propulsora do surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

68 Internacionalmente, nos anos 1990, o sindicalismo do ABC virou exemplo de um “sindicato de tipo movimento social” (*social movement unionism*, em inglês), e foi identificado como alternativa crítica a um sindicalismo mais burocrático e em crise existente na Europa e nos EUA, principalmente porque se associava a outras formas de organização popular na luta por melhores condições de vida e de defesa dos trabalhadores.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva – principal liderança sindical do ABC Paulista – para a presidência do Brasil em 2002, e sua permanência no cargo por oito anos (2003-2010), foi a confirmação da força política desse sindicalismo que estabeleceu novos parâmetros e influenciou decisivamente os rumos da organização dos trabalhadores no país. A presença de Lula no cargo máximo da República proporcionou também a criação de uma agenda diferenciada na relação entre governo e movimento sindical, com a implementação de mecanismos até então pouco experimentados de participação social e a necessidade de articular maior apoio político.

A derrota política desse projeto e da aproximação com o movimento sindical, após o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a prisão de Lula, em 2018, teve

³ Ver, entre outros, Jácome Rodrigues (1999, 2011).

um desfecho trágico. Mas foi na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, rodeado por diferentes gerações de sindicalistas formados sob sua inspiração, que o ex-presidente fez um discurso emblemático, tomando como exemplo a história de luta dos trabalhadores brasileiros, para atacar o desmonte de direitos e garantias legais. Nesse episódio, o atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Wagner Santana, ligou para Lula e disse: “o sindicato está aqui à disposição”. E completou: “é o ambiente em que ele se sente bem, o ambiente em que ele cresceu para o mundo e para a política”. Para o dirigente, “é difícil sentar nessa cadeira. A responsabilidade de ser presidente desse sindicato, com a história desse sindicato, é assustadora. [...] É um sindicato que tem um peso, um nome, pela história, pela figura que é o próprio Luiz Inácio”⁴.

A proposta deste texto é tentar, a partir de um levantamento de dados estatísticos referentes ao trabalho e ao emprego na região do ABC Paulista, estabelecer uma relação entre o contexto econômico e político do período governado por Lula/Dilma e as estratégias sindicais dos metalúrgicos, levando em conta as ligações políticas evidentes com o governo do PT e, principalmente, com o presidente operário. A intenção é avaliar, como resultado dessa proximidade, a existência de avanços e/ou recuos nas práticas de luta do sindicato para obter melhores salários, criar novas oportunidades de emprego, aumentar a atuação junto à sociedade civil e buscar interferir no debate sobre estratégias de desenvolvimento regional⁵.

⁴ Entrevista com Wagner Santana, “A responsabilidade assustadora”, *UOL Notícias*. Disponível em: <<https://bit.ly/2L5MdIB>>. Acesso em: 31 maio 2018.

⁵ Em 2017, o Grande ABC tinha um contingente populacional de 2.753.376 habitantes, pouco mais de 1% da população brasileira e cerca de 6% dos habitantes do estado de São Paulo. Esse contingente populacional é composto pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017). Em 2012, o PT perdeu a Prefeitura de Diadema, que governava

Estratégias sindicais e os diferentes contextos

As estratégias adotadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, nas décadas subsequentes ao fim da ditadura militar de 1964, revelam os mesmos dilemas enfrentados por sindicatos de outros países, exigindo que se tome como essencial para qualquer análise considerações sobre as especificidades de tempo e de espaço.

Para Fairbrother e Webster (2008, p. 310), “programas e estratégias sindicais se desenvolvem em contextos sociais, econômicos e políticos particulares”. Segundo esses autores, essa é a melhor maneira de “entender não apenas os limites e possibilidades da organização e operação do sindicato, mas o modo como as tensões aparecem nesses contextos”.

Nos anos 1990, o sindicato dos metalúrgicos se defrontou com um contexto econômico atingido pela globalização e por uma “reestruturação produtiva” que flexibilizou relações de trabalho e afetou as empresas da região do ABC⁶. O resultado foi a adoção de uma ação sindical defensiva como modo de preservar empregos e atividades econômicas. Essa mesma postura se repetiu com a crise econômica e financeira de 2008 (Rodrigues e Ramalho, 2009).

De lá para cá, o contexto do “novo sindicalismo” se alterou substantivamente – foi obrigado a criar novas estratégias e a se reestruturar politicamente, mas não deixou de ser ativo e de articular novas demandas. E fez uso desse capital político, durante as crises econômicas, para construir canais de negociação com entidades patronais e administração pública e para introduzir uma pauta de reivindicações voltada para as questões sociais e econômicas

desde 1985. Em contrapartida, além de ter sido reeleito em São Bernardo, ganhou em Santo André e em Mauá. O total de habitantes nessas três cidades governadas pelo PT correspondia a 73% do total dos habitantes da região do Grande ABC. Esse quadro novamente se altera com a eleição de 2016, quando os candidatos do PT foram derrotados pelos partidos de oposição.

⁶ Cf., entre outros, Conceição (2008).

da região. Sua reação foi proativa, diante dos efeitos sociais negativos impostos pela nova realidade produtiva.

Em textos anteriores (Ramalho e Rodrigues, 2010, 2013; Ramalho, Rodrigues e Conceição, 2009) detalhamos essas diferentes formas de enfrentar crises que se consolidaram ao longo da década de 2000.

Apesar da gestão Lula ter mantido, em termos macroeconômicos, as linhas mestras de um padrão mundial de economias globalizadas, estabeleceu, ao mesmo tempo, novos canais de participação e de políticas sociais voltadas a atender os trabalhadores e os mais pobres. No que se refere ao trabalho, tentativas de reforma da legislação trabalhista e sindical não funcionaram, entre outras razões, pela necessidade de obter consenso em sua base política de apoio no Congresso Nacional, e o relacionamento entre o governo e os sindicatos acabou, ao longo dos anos 2000, por se caracterizar por apoio e por divergências e conflitos.

Pretendemos, ao longo do texto, mostrar dados e trabalhar com a hipótese de que o padrão sindical dos metalúrgicos do ABC, ao se beneficiar das ligações políticas com instâncias do poder, se consolida e usa as novas práticas para, de um lado, proteger os interesses dos trabalhadores que representa e, de outro, vocalizar as demandas do conjunto da população da região onde está inserido⁷.

Dito de outra forma, o sindicalismo metalúrgico no ABC adotou a postura de que, no atual estágio das relações entre capital e trabalho na região, a melhor forma de defesa dos interesses específicos de sua categoria seria colocá-la também como parte dos interesses mais gerais daquelas demandas relacionadas à cidade, à região. Com essa estratégia buscou legitimar sua atividade em setores da sociedade civil e a própria instituição sindical (Waterman, 1999, pp. 260-261).

⁷ O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC abrange, hoje, quatro dos sete municípios do Grande ABC: São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Essa opção político-sindical não está isenta de contradições, haja vista as experiências relativas à ligação de sindicatos com governos trabalhistas, já ocorridas e debatidas em outros países e em outros contextos. No entanto, pode servir de base comparativa para identificar a combinação entre avaliações teóricas gerais e os contextos históricos particulares onde estão inseridos os sindicatos.

Sindicato e região

Em estudo publicado no início dos anos 2000, que retrata as mudanças ocorridas na paisagem socioeconômica da região do ABC na segunda metade do século XX, Allen Scott (2000, p. 7) chama atenção para o fato de a região do ABC ter se constituído, logo após a Segunda Guerra Mundial, “como o primeiro centro de produção fordista do Brasil e seu crescimento foi especialmente acentuado após meados da década de 1950, quando a indústria automobilística do País começou a se desenvolver mais intensamente”.

Os anos 1960 e 1970 e parte dos 1980 foram de crescimento acelerado e trouxeram prosperidade e avanço para o ABC, transformando-o no “centro mais desenvolvido de atividades de fabricação avançada do país” (Scott, 2000, p. 7). No entanto, já em meados dos anos 1980, a economia da região colocou em dúvida suas potencialidades. “De forma muito parecida com os casos anteriores dos centros industriais fordistas da América do Norte e Oeste Europeu na década de 1970, o avanço econômico da região do ABC estava ameaçado por uma combinação de altos salários, sindicatos militantes, valores de terras em ascensão [crescimento urbano desordenado] etc.” (Scott, 2000, p. 7). Para o autor, as novas condições criam um momento político, “em que todos se unem em busca de soluções e, especialmente, de um novo modelo de desenvolvimento e crescimento econômico local” (Scott, 2000, p. 7).

Esse é o pano de fundo de atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que envolvia uma dinâmica entre diversos atores sociais, com destaque para a disputa entre as empresas montadoras e de autopeças e a ação organizada dos trabalhadores. Nessa fase, a ação sindical, que desde os anos 1970 tem situado o espaço fabril como o privilegiado da contenda entre o capital e o trabalho, a partir da década de 1990 se volta também à discussão de temas relacionados à regionalidade, ao desenvolvimento local, regional e à formulação e implementação – junto com outros atores sociais e políticos – de políticas públicas voltadas para esse território.

Os usos de novas práticas reivindicatórias não desconheceraam os conflitos estruturais entre capital e trabalho e as questões de classe, mas se aproximaram da sociedade por meio de demandas que vão além das questões corporativas e se colocam para a população trabalhadora como um todo (Rodrigues, 2006).

73

Durante a década de 2000, no período dos mandatos de Lula, as greves continuaram no setor metalúrgico, houve aumento real de salário – principalmente nas grandes empresas automotivas – o poder da pressão sindical foi extremamente forte e organizado, e a prática democrática de representação nas fábricas foi mantida e ampliada, na orientação consolidada pelos conflitos dos anos 1970 e 1980.

Sindicato e política

A experiência de um movimento sindical europeu, também atingido pela reestruturação produtiva, flexibilização das relações de trabalho e estratégias de globalização, pode fornecer elementos para refletir sobre o movimento sindical do ABC. Nesse sentido, lançamos mão da contribuição de Hyman e Gumbrell-McCormick (2001) no que diz respeito às possibilidades de ação política dos sindicatos. Para os autores, mercado, classe e sociedade seriam a

“geometria do sindicalismo”, conectados em um balanço instável dos três pontos do triângulo (Hyman e Gumbrell-McCormick, 2001, pp. 3-4). O sindicalismo com foco no mercado, na sociedade e na classe nunca existiria na forma pura e na prática: “os sindicatos hoje tendem a se inclinar para uma mistura desses três tipos ideais”.

Essa interpretação sobre as diversas manifestações do sindicato reforça argumentos que consideram posições políticas e estratégias sindicais como fruto de avaliações permeadas pelos contextos locais, regionais e nacionais, de tradições políticas incorporadas historicamente às práticas sindicais, de conjunturas econômicas globais e nacionais e seus desdobramentos sobre o mercado de trabalho e aumento do desemprego. Isso não significa esquecer a questão de classe e das relações de classe que, na verdade, definem o sindicalismo.

74 Para Hyman e Gumbrell-McCormick (2001, p. 4), sindicatos que representam os interesses dos trabalhadores em confronto com os interesses dos empregadores são também “agências de classe”, e essa característica coloca em questão, em todo momento, uma tensão entre exercer sua prática como movimento (movimentos de classe e movimentos populares) – e a institucionalização, que implica em uma acomodação dos interesses de classe dentro das instituições.

No entanto, para os autores (2001, p. 36), o sindicalismo com base na classe é ilusório: “O ‘grande sindicato único’ organizando trabalhadores de todos os tipos em suas fileiras nunca foi mais do que um sonho; os sindicatos atuais dividem ao mesmo tempo em que unem. E, enquanto os sindicatos podem se engajar em conflito, eles também regulam e normatizam a relação de trabalho”. E prosseguem:

os sindicatos, através de suas ações, mesmo que de oposição, se misturaram a sistemas de inter-relacionamentos que, ao menos parcialmente, os integram à sociedade; e através de

suas conquistas, econômicas e políticas, se tornam partes interessadas em defender elementos da ordem social⁸ (Hyman e e Gumbrell-McCormick, 2001, pp. 38-39).

E, no que diz respeito à capacidade de exercer influência sobre o mercado, “os sindicatos têm que se dirigir ao estado e, como modo de assegurar a relevância de uma ‘economia moral’ alternativa, devem participar na sociedade civil” (Hyman e Gumbrell-McCormick, 2001, p. 16).

Na avaliação de Fairbrother e Webster (2008, p. 310), “os sindicatos são um tipo de movimento social que contém dimensões progressistas e acomodatórias”, e a questão que se coloca para os analistas é identificar “como e em que circunstâncias os sindicatos podem desafiar e questionar a relação capital/trabalho”. Para esses autores, cabe aos sindicatos, como associações de trabalhadores, regular a relação salário-trabalho e, por essa razão, não podem ignorar o mercado. Mas os sindicatos “são também parte da sociedade, coexistindo com outras instituições e outras constelações de interesses”.

75

⁸ Para Hyman e Gumbrell-McCormick (2001, p. 29) “a posição marxista clássica é a de que a participação na luta de classes fortaleceria o entendimento dos trabalhadores sobre interesses comuns com outros trabalhadores e seu antagonismo com os empregadores (e também, na maioria dos casos, com o Estado). Assim, greves e outras formas de ação de oposição seriam componentes essenciais da atividade sindical anticapitalista. Muitos socialistas de esquerda no início do século XX se opuseram como um todo à noção de negociação coletiva, já que os acordos feitos com os empregadores restringiriam a capacidade dos trabalhadores de resistir à exploração de seus empregadores. [...] De novo, a experiência frequentemente indica que esses assuntos são mais complicados. Os sindicatos que aproveitam toda a oportunidade para lutar contra o empregador podem esperar retaliação; em outros momentos, distintos daqueles de tumulto social e político, a maioria dos trabalhadores provavelmente não estará disposta a aceitar por muito tempo os custos da ação sindical, e o resultado provável é derrota e desmoralização. Um negociador sindical, na famosa frase de Wright Mills (1948, pp. 8-9), age como um “gerente do descontentamento”: mobilizando as reclamações e aspirações de modo a colocar pressão sobre o empregador, mas então restringindo a ação disruptiva para proteger a relação de negociação. As pressões para combinar ordem com militância são experimentadas pelos ativistas de base assim como pelos dirigentes, por radicais políticos bem como por moderados”.

A prática sindical dos metalúrgicos do ABC de valorizar outros espaços institucionais representa uma mudança de estratégia devido ao impacto sobre o emprego do processo de reestruturação produtiva e confirma uma postura de “cooperação conflitiva” que marca essa nova conjuntura (Rodrigues, 1995). Segundo Oliveira (2011), na década de 1990 o sindicalismo do ABC buscou uma nova forma de inserção na sociedade, diversificou sua agenda de preocupações e ampliou sua participação em espaços públicos. A ideia era a de um sindicato “que não se fecha no horizonte corporativo de uma categoria”, mas atua como “sujeito social em luta pela cidadania” (Oliveira, 2011, p. 270).

Uma leitura dos dados sobre os períodos Lula (e Dilma) demonstra que o ciclo desses governos de perfil trabalhista não só foi positivo em termos de desempenho político voltado para os setores mais pobres da população brasileira – confirmando sua trajetória de trabalhador e sindicalista – como significou a chegada ao poder de um setor da sociedade tradicionalmente marginalizado. Como diz Cardoso (2016, p. 130):

76

é verdade que o PT e a CUT abandonaram seu estrito discurso socialista, mas a consequência de um processo de decisão política participativo foi a implementação de um projeto de inclusão universal na dinâmica capitalista através da melhoria das condições de vida do pobre, uma inclusão massiva das classes médias baixas e estratos mais pobres no mercado de consumo através de mecanismos de crédito subsidiado, redistribuição de renda, crescimento econômico e, mais importante de tudo, a criação de empregos.

Mesmo considerando que não houve alterações em questões importantes para os sindicatos e para os trabalhadores – como a manutenção na CLT da unicidade e do imposto sindical –, e que a decisão positiva do projeto de legalização das centrais sindicais aprovado por Lula pode ter tido o efeito de relaxar nas novas tentativas de reformar

a legislação trabalhista, Cardoso (2016, pp. 136-137) ressalta que Lula trouxe de volta o Estado de dois modos importantes com relação direta para a vida dos trabalhadores:

primeiro, a administração do PT re-politizou parcialmente a economia. Os pilares macroeconômicos do neoliberalismo estão ainda protegidos das disputas políticas, mas o Estado se tornou uma máquina central de crescimento econômico ao investir diretamente em infraestrutura e financiando o investimento privado de várias maneiras. Em segundo lugar, o Estado é novamente o principal mecanismo de coordenação da sociabilidade capitalista, um lugar que o neoliberalismo tinha cedido ao mercado.

Para o autor, “isto não é retórica política. Ao oferecer à população como um todo um projeto macroeconômico de inclusão e segurança, e lutando com as forças de oposição para implementá-lo, o Estado novamente alimentou nos trabalhadores aspirações e expectativas” (Cardoso, 2016, pp. 136-137).

Fortes e French (2012, p. 213) vão nessa mesma direção ao afirmar que “tendo liderado greves maciças dos ‘peões’ da indústria metalúrgica, Lula aprendeu que a batalha decisiva é pela massa de uma determinada base social, não por sua minoria politizada”. Em 1991, ele destacava que o objetivo do PT deveria ser “alcançar o segmento da sociedade que ganha um salário mínimo ou menos” (Silva, 1991, p. 8 apud Fortes e French, 2012). Para esses autores, “os anos Lula viram dezenas de milhões de brasileiros serem integrados à plena cidadania como trabalhadores, consumidores mais ativos e pessoas cuja titularidade a direitos foi fortalecida” (Fortes e French, 2012, p. 221).

Para Singer (2009, p. 94), as ações governamentais foram “muito além de simples ‘ajuda’ aos pobres”. Ele afirma que

o aumento do salário mínimo, a expansão do crédito popular com aumento da formalização do trabalho [...] e a transferência de renda, aliados à contenção de preços, sobretudo da cesta básica [dão uma orientação política principalmente para os setores de baixa renda.] Nesse sentido, tais ações colocam Lula *à frente de um projeto*, que é compatível com aspectos de sua biografia (Singer, 2009, p. 94).

Para Anderson (2011, p. 31), o exemplo da crise econômica de 2008 serve para ressaltar a postura de Lula na economia:

foi nesse momento que ele declarou que a quebra de *Wall Street* em 2008 pode ter sido um tsunami para os EUA, mas no Brasil ela estava mais para uma “marolinha”. [...] As medidas de contenção foram imediatas e eficazes. Apesar da queda na arrecadação fiscal, a distribuição de renda aumentava, as reservas foram reduzidas, o investimento público subiu e o consumo doméstico foi amparado. [...] Foi a política de Estado vigorosa e orquestrada que manteve a economia saudável.

78

A presença de partidos de cunho trabalhista no poder tem representado historicamente oportunidades para o avanço das pautas sindicais e das políticas sociais e econômicas favoráveis aos trabalhadores e aos setores mais pobres da população. No entanto, os desafios colocados pela globalização e as mudanças na estrutura social, segundo Martins Rodrigues (1999, pp. 238-239), fizeram os velhos “partidos da classe operária” buscarem novos segmentos do eleitorado e, quando no governo, adotarem estratégias de “partido do governo”. As indicações mais fortes, segundo o autor, apontam para a constatação que “a existência de partidos de esquerda ou centro-esquerda no governo tende a favorecer o sindicalismo, enquanto a existência de governos de direita tende a lhe ser prejudicial” (Martins Rodrigues, 1999, pp. 238-239).

Atividade econômica regional

Os dados sobre a região do ABC, referentes às décadas de 1990, 2000 e parte de 2010, permitem identificar avanços e recuos na dinâmica social e econômica regional, o perfil da mão de obra. Entre 1985 e 2016, o número de estabelecimentos de pequeno porte (de 0 a 99 empregados) saltou de 15.422 para 46.964 estabelecimentos. Ao mesmo tempo, a quantidade de empresas de médio e grande porte variou muito pouco; chegam a cair na segunda metade da década de 1990 e crescem a partir de 2005, somando 778 estabelecimentos de médio porte e 131 estabelecimentos de grande porte no ano de 2016 (Tabela 1).

Tabela 1
Número de estabelecimentos segundo o número de empregados
(Grande ABC, 1985-2016)

Ano	Empresa de pequeno porte (de 0 até 99 empregados)	Empresa de médio porte (de 100 a 499 empregados)	Empresa de grande porte (500 ou mais empregados)	Total
1985	15.422	692	135	16.249
1990	21.670	709	144	22.523
1996	25.405	649	112	26.166
2000	29.511	618	117	30.246
2006	36.068	728	152	36.948
2010	42.592	906	181	43.679
2016	46.964	778	131	47.873

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTPS da Rais – Estabelecimentos dos anos selecionados⁹.

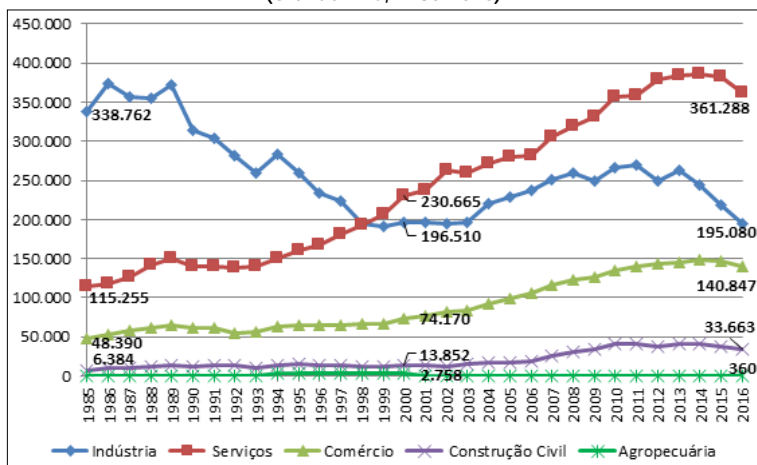
Perfil do emprego

Em relação às transformações do emprego formal na região (vínculos ou contratos de trabalho ativos no dia 31 de

⁹ Disponível em: <<https://bit.ly/2OQB0n>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

dezembro de cada ano), os dados confirmam o crescimento da formalização, especialmente durante o período Lula. Mais detalhadamente, houve três momentos: um primeiro, entre 1985-1988, com crescimento moderado do emprego, seguido de uma queda constante até 1993 – quando a região enfrenta os impactos da abertura econômica de 1991 e registra o mais baixo nível de emprego dos últimos 30 anos (467.474 vínculos de trabalho). Um segundo, de estagnação e crise, decorrentes da reestruturação das empresas e das políticas de estabilização monetária, que, a partir de 1999, começa a se reverter e inaugura um terceiro ciclo, durante os governos do PT, de grande expansão econômica e criação de postos de trabalho formais (Gráfico 1).

Gráfico 1
Trabalhadores formais segundo o setor de atividade econômica
(Grande ABC, 1985-2016)



* Vínculos ativos no dia 31 de dezembro.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTPS da Rais – Estabelecimentos dos anos selecionados¹⁰.

¹⁰ Disponível em: <<https://bit.ly/2OQB0n>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

No que tange à composição setorial do emprego, coerentemente com a mudança no perfil dos estabelecimentos, a importância do setor industrial se reduz e sua participação na totalidade dos empregos cai de 66%, em 1985 (338.762 trabalhadores), para (27%), em 2016 (195.080 trabalhadores). Em contrapartida, o setor de serviços aumenta sua participação e, em 2016, passou a representar, praticamente, a metade dos empregos (49%), isto é, 361.288 trabalhadores no ABC, seguido do comércio com 19% dos empregos (140.847 trabalhadores). Vale dizer que quase 70% das ocupações formais em 2016 correspondiam ao setor terciário.

Se o crescimento do setor de serviços e a proliferação de estabelecimentos de micro ou pequeno porte, por um lado, parecem minimizar os efeitos do desemprego na região, também, em alguma medida, reduzem o papel desempenhado pela grande empresa industrial historicamente estabelecida no Grande ABC. Empregos de longa duração, com benefícios e remunerações acima da média, que sempre foram um grande atrativo da região, foram ameaçados, assim como as demandas salariais e o modelo de relações de trabalho das indústrias.

81

Metalúrgicos¹¹ e a questão salarial

Quando observamos os dados sobre a evolução do estoque de empregos metalúrgicos nos sete municípios do Grande ABC e os comparamos com a evolução do emprego metalúrgico no Estado de São Paulo e no Brasil, o que chama atenção é uma queda acentuada no Grande ABC e um decréscimo, em menor grau, no Estado de São Paulo. Apesar do crescimento do emprego metalúrgico em geral no

¹¹ Para contornar as dificuldades decorrentes das mudanças na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), nesta seção, classificamos como metalúrgicos os vínculos de trabalho ativo no Rais dos Subsetores de Atividade 3 a 6 do IBGE (período 1985-1994); das divisões 27 a 35 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae, período 1995-2005); e divisões 24 a 30 e 33 da Cnae 2.0 (de 2006 em diante). A escolha desses setores industriais justifica-se pelo predomínio dos metalúrgicos entre os seus empregados.

país, principalmente no período do segundo governo Lula, o que os dados mostram para o período (1985-2016) é a “estagnação” do emprego metalúrgico em termos nacionais.

Além disso, os dados da Tabela 2 demonstram que a região do Grande ABC perdeu quase 115 mil trabalhadores metalúrgicos em relação ao que possuía em 1985¹². Tudo isso contribuiu para reduzir a participação relativa do Grande ABC no total de metalúrgicos empregados no país.

Tabela 2

Número de metalúrgicos empregados no Brasil, no estado de São Paulo e no Grande ABC, 1985-2016 (vínculos ativos no dia 31 de dezembro de cada ano)

Ano	Metalúrgicos Brasil	Metalúrgicos Estado de São Paulo	Metalúrgicos Grande ABC
1985	1.637.240	1.026.244	216.400
1990	1.644.803	992.918	176.817
1996	1.318.502	727.588	130.647
2000	1.276.699	672.457	106.775
2006	1.777.608	859.438	128.311
2010	2.268.733	1.040.155	148.227
2016	1.877.233	800.146	102.096

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTPS da Rais – Estabelecimentos dos anos selecionados¹³.

A redução no contingente de metalúrgicos, no entanto, não alterou as diferenças salariais com relação à média salarial no estado de São Paulo e no Brasil. A força política e organizacional do sindicato dos metalúrgicos do ABC se confirma nesse quesito e, mesmo com a queda no poder de compra dos salários, no ano de 2016, a média salarial dos metalúrgicos no Grande ABC ultrapassava em mais de R\$ 1.700,00 a média brasileira e de quase R\$1.200,00 a média do estado de São Paulo (Tabela 3).

¹² Cabe ressaltar que a maioria desses empregos foi eliminada durante a década de 1990. Segundo os dados da RAIS, MTPS, entre 1990 e 1999, foram eliminados 441.927 empregos metalúrgicos em todo o Brasil. Só no estado de São Paulo foram fechados 360.140 postos de trabalho metalúrgicos, enquanto no Grande ABC a perda foi de 73.078 postos. Disponível em: <<https://bit.ly/2OQB0n>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

¹³ Disponível em: <<https://bit.ly/2OQB0n>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Tabela 3
Média salarial dos metalúrgicos do Brasil, do estado de São Paulo e do Grande ABC, 2000-2016 (valores em R\$ de março/2018)

	Metalúrgicos – Brasil	Estado de São Paulo	Grande ABC
2000	3.280,53	3.825,00	5.014,59
2001	3.324,03	3.971,89	5.516,79
2002	3.132,03	3.696,67	5.105,84
2003	3.278,97	3.887,54	5.503,42
2004	3.288,04	3.844,98	5.199,82
2005	3.276,35	3.852,79	5.199,80
2006	3.337,36	3.918,06	5.079,46
2007	3.328,62	3.893,73	5.161,77
2008	3.442,22	4.014,75	5.251,68
2009	3.476,34	4.115,32	5.606,27
2010	3.502,86	4.121,94	5.603,02
2011	3.576,07	4.207,61	5.644,35
2012	3.605,59	4.224,91	5.463,54
2013	3.705,58	4.310,03	5.571,51
2014	3.707,38	4.315,00	5.345,32
2015	3.574,53	4.194,69	5.357,49
2016	3.591,99	4.187,64	5.333,83

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTPS da Rais – Estabelecimentos dos anos selecionados¹⁴.

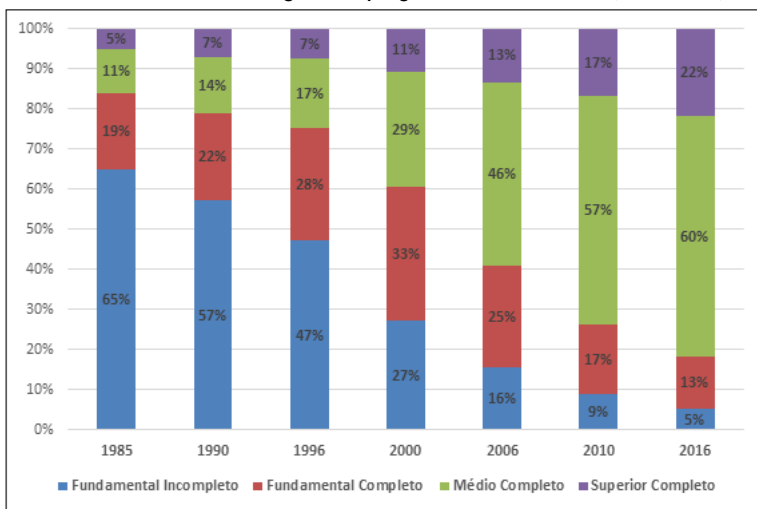
Esses números mostram a capacidade do sindicato de manter ou preservar, ao longo do tempo, as conquistas econômicas e o poder de compra dos salários dos operários que sobreviveram aos ajustes e à redução no número de empregos promovidos pelo processo de reestruturação industrial. A manutenção dos investimentos, por parte das empresas, se deu em contrapartida ao aumento das exigências, das jornadas de trabalho e da produtividade, o que também exigiu um trabalhador mais escolarizado.

No que diz respeito às mudanças no nível de escolaridade dos trabalhadores, percebemos um aumento

¹⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/2OQB0n>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

significativo, o que tem relação direta com as novas tecnologias e as exigências impostas pelas fábricas reestruturadas. Enquanto na década de 1980 o percentual dos metalúrgicos do Grande ABC que não tinham sequer concluído o ensino fundamental chegava a 65%; em 2016, esse contingente representava apenas 5,0%. Já aqueles com ensino médio completo que perfaziam 11% em 1985, em 2016 chegavam a 60% da mão de obra metalúrgica e, em 1985, apenas 5% possuíam ensino superior. Já em 2016, 22% dos metalúrgicos do ABC possuíam curso superior completo (Gráfico 2).

Gráfico 2
Escolaridade dos metalúrgicos empregados no Grande ABC (1985-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTPS da Rais – Vínculos dos anos selecionados¹⁵.

Um maior grau de escolaridade dos metalúrgicos – que reflete não só as exigências do mercado de trabalho industrial, mas também os avanços nas últimas décadas da escolaridade formal da população brasileira – e a presença maciça das grandes montadoras de automóveis e seus fornecedores nos municípios

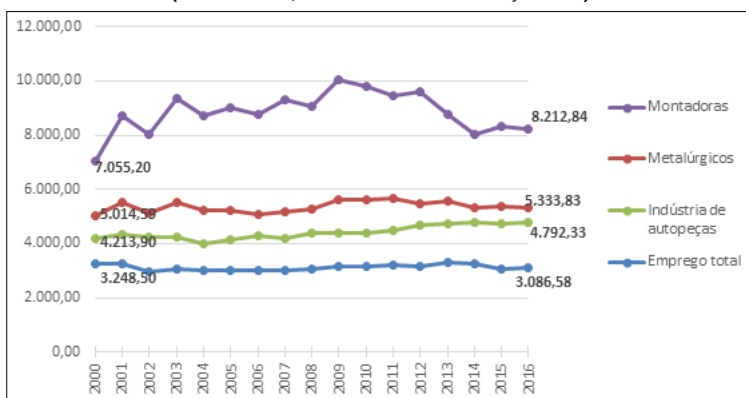
¹⁵ Disponível em: <<https://bit.ly/2OQB0n>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

do Grande ABC também contribuíram para que as médias salariais fossem superiores às verificadas em outras regiões industriais.

A despeito da redução nos postos de trabalho, o setor da “indústria de transporte” (que agrega a automobilística e parte das autopeças) é o que mais emprega os trabalhadores metalúrgicos da região: em 1985, esse contingente representava 57% do total dos metalúrgicos e, em 2016, 51% (vínculos ativos no dia 31/12).

O setor automotivo, além de ser o que mais emprega, oferece também os salários mais altos: com média salarial que, em 2016, chegava a 8,2 mil reais, superava em quase três mil reais a média salarial dos metalúrgicos da região (Gráfico 3).

Gráfico 3
Salário médio dos metalúrgicos, dos empregados das montadoras, das autopeças e dos trabalhadores formais – 2000-2016
(Grande ABC, valores em R\$ de março/2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho e da Previdência Social do Rais – Vínculos dos anos selecionados¹⁶.

O crescimento das vendas de automóveis no mercado doméstico durante o governo Lula e o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff também fortaleceu o sindicato

¹⁶ Disponível em: <<https://bit.ly/2OAOB0n>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

dos metalúrgicos do ABC durante as negociações salariais¹⁷. Desse modo, com exceção de 2015 – quando o mercado já sente os efeitos do desaquecimento da economia – os metalúrgicos conquistaram reajustes em todos os anos, com um aumento real acumulado de 38,7% no caso das montadoras, e de 34,0% no caso das autopeças, conforme as Tabelas 4 e 5.

Tabela 4
Reajuste salarial nas montadoras do Grande ABC (2003-2015)

Ano	Reajuste salarial montadoras (%)	Inflação INPC (IBGE)*	Aumento real (%) ¹⁸
2003	18,01	17,25	0,41
2004	10,00	6,64	3,15
2005	8,75	5,01	3,56
2006	4,19	2,85	1,30
2007	7,66	4,82	2,71
2008	11,01	7,15	3,60
2009	6,53	4,44	2,00
2010	10,81	4,29	6,25
2011	10,00	7,39	2,43
2012	10,00	5,39	4,37
2013	8,19	6,07	2,00
2014	8,00	6,35	1,55
2015	9,88	9,88	0,00
Total	222,37	132,31	38,77

* Os cálculos inflacionários foram baseados nos doze meses anteriores a setembro de cada ano, quando se dá a data-base dos empregados das montadoras.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS)¹⁹.

¹⁷ Segundo os dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as vendas de veículos leves no Brasil (automóveis, *pick-ups* e *vans*) saltaram de 1,3 milhão, em 2003, para mais de 3,6 milhões de unidades, em 2012 (ano recorde no volume de vendas). Em termos de faturamento anual, isso representou para a indústria uma mudança nos ganhos de 15,6 bilhões para 83,7 bilhões de dólares, acumulados somente com a venda de automóveis e *pick-ups*. Embora nos últimos anos tenha sido observada uma tendência de queda nas vendas do setor, no ano de 2015, mais de 2,4 milhões de novos veículos ganharam as ruas brasileiras, o que representou um faturamento anual elevado, próximo aos 75 bilhões de dólares (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 2016).

¹⁸ Como se trata de valores percentuais, o aumento real é calculado a partir da divisão entre a variação dos salários e a variação da inflação.

¹⁹ Disponível em: <<https://bit.ly/1ukxyWP>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Tabela 5
Reajuste salarial na indústria de autopeças do Grande ABC (2003-2015)

Ano	Reajuste salarial autopeças, forjarias e parafusos (%)	Inflação INPC (IBGE)*	Aumento real (%)
2003	16,16	16,15	0,01
2004	9,57	5,72	3,64
2005	8,00	5,42	2,44
2006	4,90	2,71	2,13
2007	7,44	4,78	2,54
2008	11,01	7,26	3,50
2009	6,53	4,18	2,26
2010	9,00	5,39	3,42
2011	10,00	6,66	3,13
2012	8,00	4,58	3,27
2013	8,00	6,07	1,82
2014	8,00	6,35	1,55
2015	9,88	9,88	0,00
Total	204,06	126,85	34,03

*Entre 2003 e 2004 os cálculos inflacionários foram baseados nos doze meses anteriores a novembro. Entre 2005 e 2007, devido a alterações na data base da categoria, o período de referência deslocou-se para os doze meses anteriores a agosto, sendo que a partir de 2008 fixou-se nos doze meses anteriores a setembro.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SAS-Dieese²⁰.

Embora o sindicato encontre dificuldades de evitar as demissões e o desemprego decorrente das inovações tecnológicas, suas lideranças se esforçam para impedir as demissões em massa e tornar as dispensas cada vez mais onerosas às empresas. No caso das montadoras é muito comum que a saída dos trabalhadores seja precedida por planos de demissão voluntária, indenizações e a manutenção por um período negociado, de um pacote de benefícios como assistência médica e vale alimentação, de modo que a saída seja menos traumática para os trabalhadores e suas famílias.

Essa estratégia, combinada com o interesse das empresas em preservar os trabalhadores mais qualificados, tende a contribuir para que haja maior retenção da mão de obra e continuidade dos vínculos. Assim, entre 1985 e 2016, os vínculos de curta

²⁰ Disponível em: <<https://bit.ly/1ukxyWP>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

duração (ou seja, encerrados com menos de um ano), caem de 31% para 17,0%. Por outro lado, aqueles estabelecidos há dez anos ou mais crescem: no ano de 1985 representavam 16% e, em 2016, eram 29%. Vale dizer que, neste ano, cerca de 1/3 dos trabalhadores metalúrgicos na região estavam empregados em suas respectivas empresas há dez ou mais anos.

Tabela 6

Tempo de duração dos vínculos de trabalho metalúrgico* (Grande ABC, 1985-2016)

Ano	Menos de 1 ano	De 1 a menos de 3 anos	De 3 a menos de 5 anos	De 5 a menos de 10 anos	10 anos ou mais	Total
1985	83.547	59.481	28.576	54.552	41.555	267.710
	31%	22%	11%	20%	16%	100%
1990	63.335	67.375	42.916	38.308	41.653	253.587
	25%	27%	17%	15%	16%	100%
1996	30.255	43.726	15.572	37.113	43.911	170.576
	18%	26%	9%	22%	26%	100%
2000	27.862	22.754	15.499	25.400	37.190	128.704
	22%	18%	12%	20%	29%	100%
2006	34.262	40.652	16.110	24.697	41.607	157.328
	22%	26%	10%	16%	26%	100%
2010	53.207	39.957	20.987	27.206	43.920	185.277
	29%	22%	11%	15%	24%	100%
2016	21.759	24.051	15.890	31.523	38.637	131.860
	17%	18%	12%	24%	29%	100%

* Totalidade de vínculos existentes a cada ano.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTPS do RAIS – Vínculos dos anos selecionados.

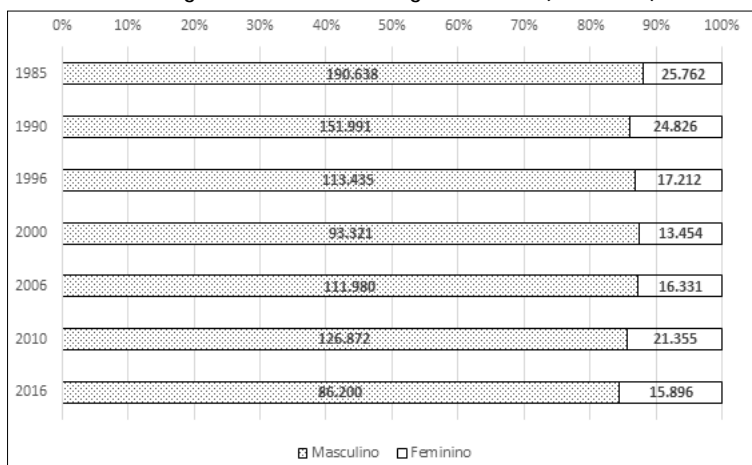
Esse fato, contudo, não evitou a rotatividade, pois, apesar do crescimento dos vínculos mais duradouros, no ano de 2016 a taxa de rotatividade ainda era alta – 27% dos metalúrgicos empregados no Grande ABC foram demitidos (com ou sem justa causa), aposentaram-se ou trocaram de emprego durante o ano. Nas montadoras, o índice de rotatividade que em 2012 representava 6%, triplica em 2016, alcançando 18% (MTPS, RAIS, 2016). Esses dados são indicativos da implantação efetiva de relações de trabalho mais flexíveis neste tipo de indústria e em toda região.

Homens e mulheres na força de trabalho

A elevada presença masculina na força de trabalho é outra característica marcante. Apesar de as mulheres terem aumentado sua participação no sindicato e no emprego industrial, o crescimento foi pequeno e, no ano de 2016, representavam apenas 16% do conjunto dos trabalhadores metalúrgicos – em torno de quinze mil trabalhadoras (Gráfico 4). Quando comparamos o ano de 1985 e 31 anos depois, verificamos que ocorreu uma diminuição em termos absolutos, tanto no número de metalúrgicos quanto no de metalúrgicas. No entanto, houve pequeno crescimento em termos relativos: as mulheres representavam, naquele ano, 12% e, em 2016, passaram a representar 16%. Além disso, a média salarial feminina nas empresas metalúrgicas do Grande ABC continua inferior à masculina. No ano 2000, por exemplo, a diferença era de cerca de R\$1.800,00, já em 2016, passados dezessete anos, essa diferença caiu um pouco menos de R\$1.000,00 (Gráfico 5), mas manteve a defasagem salarial.

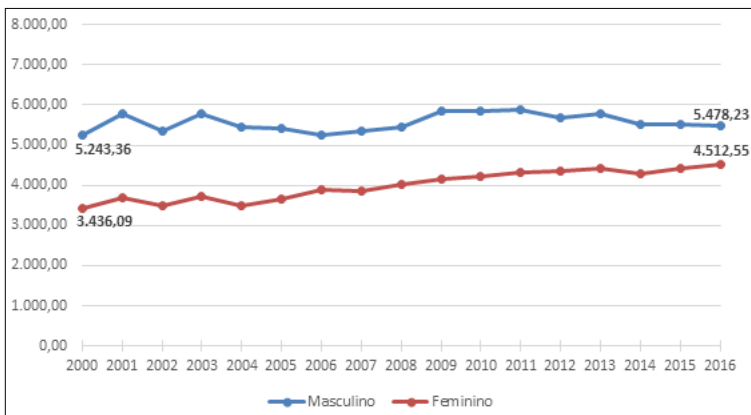
89

Gráfico 4
Metalúrgicos do Grande ABC segundo o sexo (1985-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTPS do Rais – Vínculos dos anos selecionados.

Gráfico 5
Média salarial de homens e mulheres metalúrgico(a)s no Grande ABC



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTPS do Rais – Vínculos dos anos selecionados.

90

Os dados demonstram uma região industrial em transformação. A categoria metalúrgica se reduziu (de 216.400 operários em 1985, para 102.096 em 2016), mas pode-se constatar uma mudança no perfil, seja em termos de qualificação, seja em termos de escolaridade formal.

Mobilização política e conquistas salariais

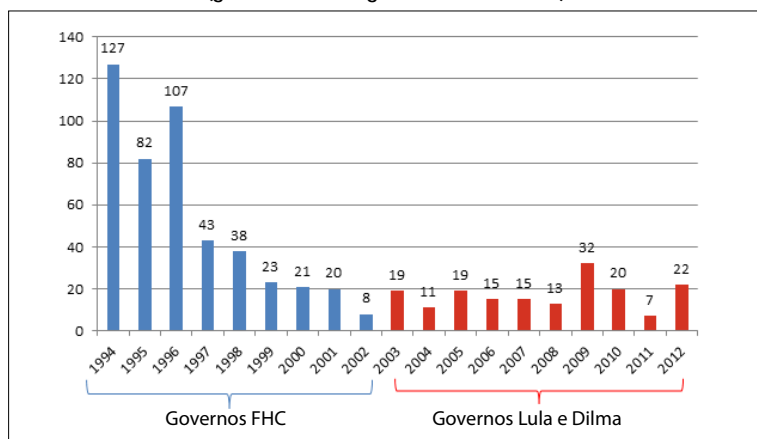
Entre 2006 e 2012, houve importantes melhorias salariais num período de expansão da renda, do crédito e do mercado doméstico.

Dados referentes ao número de greves ocorridas nos municípios do Grande ABC durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Lula (2003-2010) e nos primeiros dois anos de Dilma (2011-2012), demonstram uma intensa atividade grevista, entre os anos de 1994 e 1996, quando 316 greves ocorrem somente no Grande ABC. Esse período de grande mobilização coincide com o de estabilização monetária, de reestruturação industrial e de ameaças de fechamento e deslocamento geográfico de grandes

empresas da região (período também do regime automotivo que estimulou e viabilizou, por meio de incentivos fiscais, a implantação de novas montadoras no país).

Os dados sobre as greves, segundo os setores industriais de sua ocorrência, revelam que a grande maioria delas ocorreu nas metalúrgicas, mecânicas e na indústria do material elétrico (incluindo as fábricas de autopeças). Tais setores são marcados pela instabilidade, estavam mais expostos à concorrência externa e, recorrentemente, seus trabalhadores conviviam com problemas de atraso de salários, de décimo terceiro, do vencimento de férias e de elevado número de acidentes de trabalho.

Gráfico 6
Número de greves metalúrgicas na região do Grande ABC
(governos FHC e governos Lula/Dilma)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Dieese, Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)²¹.

As greves e paralisações ocorridas durante o governo Lula indicam um tipo de demanda que se enquadrava na pauta de questões mais gerais sobre a economia e o país.

²¹ Disponível em: <<https://bit.ly/1ukxyWP>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Em 2007, houve uma paralisação geral dos metalúrgicos em função dos protestos e manifestações contrárias à proposta de Emenda Constitucional nº 3, que tentava regulamentar e ampliar a prestação de serviços de terceiros e pessoas jurídicas para além das atividades auxiliares. Após dois dias de protestos, com marcha de trabalhadores e visitas a parlamentares em Brasília, a proposta foi engavetada.

Tabela 7
Número de greves metalúrgicas na região do Grande ABC segundo o setor industrial (governos FHC e governos Lula/Dilma)

	Metalúrgicas, mecânicas e do material elétrico	Indústria automobilística	Greve geral	Total
FHC 1994-1997	326	32	1	359
	59,5	34,4	100,0	55,9
FHC 1998-2002	74	36 ²	0	110
	13,5	38,7	0,0	17,1
Lula 2003-2006	48	16	0	64
	8,8	17,2	0,0	10,0
Lula 2007-2010	72	8	0	80
	13,1	8,6	0,0	12,5
Dilma 2011-2012	28	1	0	29
	5,1	1,1	0,0	4,5
Total	548	93	1	642
	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Dieese, Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG).

Com exceção das greves e paralisações que ocorreram durante as campanhas salariais no período Lula (somente em 2007 e 2010 não houve paralisações durante as campanhas salariais), a maior parte das atividades grevistas referia-se às demandas dos trabalhadores de uma única empresa.

Entre as montadoras, os trabalhadores da Volkswagen (Rodovia Anchieta) se destacaram no período Lula, durante

as greves de resistência ocorridas em 2003, à tentativa da empresa de se reestruturar e transferir 1.923 trabalhadores ao Projeto Autovisão, que, diferentemente de sua versão alemã – que desenvolveu uma série de atividades e atrações turísticas que revitalizaram e geraram empregos na cidade de Wolfsburg (Ramalho, 2010) – por aqui foi apresentado como um programa de demissão voluntária, transferência da mão de obra às empresas de prestação de serviços e a programas de qualificação e aperfeiçoamento profissional. Após a resistência e duras negociações, que envolveram até o envio de representantes sindicais à Alemanha, os trabalhadores conseguiram fazer um acordo que, além de ampliar os incentivos à demissão (40% do salário por ano trabalhado, verbas rescisórias e mais vinte salários nominais), garantiu a qualificação remunerada (com todos os benefícios e reajustes) aos empregados afastados até o primeiro semestre de 2006²².

Contudo, ao final do compromisso de garantia do emprego (em agosto de 2006), a montadora promoveu uma nova investida contra os trabalhadores com a demissão por carta de 1.800 empregados em um único dia²³. Dessa vez, apesar de conquistarem um novo acordo de PDV – por meio de uma nova greve de quinze dias e da suspensão do financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por parte do Governo Federal – as 1.063 adesões não atenderam às expectativas da empresa e uma pequena parte dos trabalhadores acabou sendo demitida.

A retomada das contratações por parte da Volkswagen ocorreu apenas a partir de maio de 2007 quando as medidas de incentivo do Governo Federal, como a expansão do crédito e a redução do IPI e o lançamento de novos produtos pela montadora aumentaram as suas vendas e a sua

²² Cf. *Tribuna Metalúrgica* de 2/10/2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2vtDyFl>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

²³ Cf. *Tribuna Metalúrgica* de 30/08/2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2OAc3>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

participação no mercado nacional. Nesse período, a empresa reincorporou ao chão de fábrica boa parte dos trabalhadores anteriormente afastados. O nível de emprego, no entanto, jamais retornou aos patamares anteriores à reestruturação²⁴.

Conclusão

A proximidade do sindicato dos metalúrgicos do ABC com o governo federal durante o período em que seu representante máximo ocupava o cargo de presidente da República pode ser objeto de diferentes tipos de avaliação. O levantamento de dados sobre as atividades econômicas e o mercado de trabalho na região revelam que os trabalhadores – em especial os metalúrgicos – foram diretamente afetados pelas estratégias macroeconômicas das grandes empresas multinacionais, com a redução do número de empregos e a flexibilização das relações de trabalho.

94 Por outro lado, a força da organização acumulada pelo sindicato desde os tempos da ditadura, nas greves de 1978, 1979 e 1980, e consolidada pelo trabalho de base realizado dentro das fábricas, permitiu conquistas na negociação de aumentos reais de salário e se estendeu para o mundo da política e da economia, de modo mais geral, pelas campanhas de valorização do salário mínimo, da defesa de políticas sociais voltadas às populações mais desprotegidas, da luta por reconhecimento legal da representação sindical (caso do reconhecimento legal das centrais sindicais, em 2008) e pela demanda de participar de instâncias nacionais e regionais de definição de estratégias de desenvolvimento econômico.

Não se pode desconsiderar, na avaliação desse período de proximidade do sindicato (e do sindicalismo) com governos de perfil trabalhista, que as perdas e ganhos para os trabalhadores organizados ou não estão marcadas pelas conjunturas e

²⁴ Cf. *Tribuna Metalúrgica* de 22/11/2006; 29/05/2007; 12/07/2007 e 27/11/2007. Disponíveis em: <<https://bit.ly/2OxVYxv>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

pelos contextos nos quais a política e a economia se articulam em termos nacionais e internacionais. É preciso lembrar que, como dizem Hyman e Gumbrell-McCormick (2010, p. 315), os “sindicatos não são apenas atores econômicos: eles são necessariamente protagonistas na arena política”; e que sua participação na defesa dos direitos dos trabalhadores permanece como aspecto central na vida econômica e política do país.

José Ricardo Ramalho

é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ).

Iram Jácome Rodrigues

é professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP). É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

95

Bibliografia

- ANDERSON, Perry. 2011. O Brasil de Lula. *Novos Estudos Cebrap*, v. 30, n. 3, pp. 23-52.
- CARDOSO, Adalberto. 2016. Tomorrow you will be the government: the Vargas's utopia in practice. In: CARDOSO, Adalberto. *Work in Brazil: essays in historical and economic sociology*. Rio de Janeiro: Eduerj. pp. 99-137.
- CONCEIÇÃO, Jefferson José. 2008. *Quando o apito da fábrica silencia*. São Bernardo do Campo: ABCD Maior.
- FAIRBROTHER, Peter; WEBSTER, Edward. 2008. Social movement unionism: questions and possibilities. *Employee Responsibilities and Rights Journal*, n. 20, pp. 309-313.
- FORTES, Alexandre; FRENCH, John. 2012. A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. *Tempo Social*, v. 24, n. 1, pp. 201-228.
- HYMAN, Richard; GUMBRELL-MCCORMICK, Rebecca. 2001. *Understanding European Trade Unionism: between market, class and society*. London: Sage.

- _____. 2010. Trade unions, politics and parties: is a new configuration possible? *Transfer*, v. 16, n. 3, pp. 315-331.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras. 2011. *Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: Annablume.
- RAMALHO, José Ricardo. 2010. Flexibilidade e crise do emprego industrial: sindicatos, regiões e novas ações empresariais. *Sociologias*, v. 12, n. 25, pp. 252-284.
- RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. 2010. Sindicato, crise econômica e estratégias regionais: novas dimensões da participação política no ABC Paulista. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, pp. 339-351.
- _____. 2013. Sindicato, desenvolvimento e trabalho. *Caderno CRH*, v. 26, n. 68, pp. 217-231.
- RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jefferson José. 2009. Reestruturação industrial, sindicato e território: alternativas políticas em momentos de crise na região do ABC em São Paulo, Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 85, pp. 147-167.
- RODRIGUES, Iram Jácome (org.). 1995. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. *São Paulo em Perspectiva*, n. 9, pp. 116-126.
- _____. 1999. *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2006. A dimensão regional da ação sindical: os metalúrgicos do ABC. *Estudos de Sociologia*, v. 11, n. 21, pp. 73-96.
- _____. 2011. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT (1983 a 1993)*. São Paulo: LTr.
- RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. 2009. O sindicalismo metalúrgico em contextos de reestruturação: o caso do ABC Paulista e as novas estratégias sindicais. In: LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (orgs.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, pp. 243-260.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. 1999. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp.
- SCOTT, Allen. 2000. *Revitalização industrial nos Municípios do ABC, São Paulo*. Santo André: Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC.
- SINGER, André. 2009. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebraf*, n. 85, pp. 83-102.
- WATERMAN, Peter. 1999. The new social unionism: a new union model for a New World Order. In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter (eds.). *Labour worldwide in the era of globalization*. London: Macmillan, pp. 247-264.



DAS GREVES DO ABC AO CONSELHO DE RELAÇÕES DE TRABALHO: CHANCES E LIMITES DA AÇÃO SINDICAL INSTITUCIONAL

Roberto Vêras de Oliveira^a

^aé professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, PB, Brasil. E-mail: <roberto.veras.2002@gmail.com>

Orcid: 0000-0001-7751-6863

Mario Henrique Guedes Ladovsky^b

^bé professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande, PB, Brasil. E-mail: <mhladovsky@gmail.com>

Orcid: 0000-0002-6423-1196

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-097131/104>

Introdução

Este artigo tem como propósito reconstituir os nexos entre o sindicalismo oriundo das greves operárias e populares desencadeadas a partir de fins da década de 1970 e as condições recentes de regulação do trabalho no Brasil, com particular foco na atuação sindical no Conselho de Relações de Trabalho (CRT), criado em 2010. Não se trata de realizar aqui um balanço dos últimos 40 anos, seja da trajetória do sindicalismo brasileiro, seja dos caminhos da regulação do trabalho no país. Tão somente percorremos em grandes linhas a trajetória sindical desde então, até nos determos no CRT, em sua formatação e agenda, para assim analisar as chances e os limites propiciados à atuação sindical. Para tanto, dialogamos com a bibliografia referida ao tema e com pesquisas e reflexões acumuladas pelos autores, assim como apoiamos-nos em pesquisa documental (atas do CRT, leis, decretos, medidas provisórias e portarias), e midiática, além de entrevistas com membros das bancadas sindical e governista do CRT.

A explosão de greves e manifestações de trabalhadores urbanos e rurais, da indústria e dos serviços, sindicais

e populares, que se fizeram presentes em todo o território nacional, e que tiveram como principal referência as greves operárias na região do ABC Paulista de 1978 a 1980, está agora completando quatro décadas de lutas por democracia e direitos sociais no Brasil.

A combinação de crise econômica, esgotamento político do regime militar e anseio pelo retorno da democracia produziram o contexto das lutas sindicais e populares que se estenderam do final dos anos 1970 aos anos 1980. Surgiram diversas interpretações nos estudos basilares que então se produziram: a da revolta frente ao arrocho salarial (Humphrey, 1982), a da busca pela dignidade (Abramo, 1999), a da luta por cidadania (Rodrigues, 2011), a da recusa como estratégia central (Maroni, 1982), a da luta contra a superexploração capitalista (Antunes, 1988), a da importância histórica da entrada em cena de “novos personagens” (Sader, 1988), entre outras.

98

No campo sindical, a bandeira da liberdade e autonomia sindical se associou à luta pela redemocratização do país. Um *novo sindicalismo* emergiu desse contexto, dando ensejo à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, que veio a desempenhar papel de destaque no debate sobre democracia e cidadania no Brasil nos anos que se seguiram (Oliveira, 2011).

Outros projetos sindicais também surgiram nesse momento. Ainda em 1983 constituiu-se, com um perfil político mais moderado e uma posição de defesa do sistema confederativo, a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), convertida em Central Geral dos Trabalhadores em 1986, e em Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1988. Em 1989 a CGT-Central foi recriada a partir de uma divisão na CGT-Confederação, passando a existir por alguns anos duas CGTs. Desta última saiu um grupo que criou a Força Sindical (FS), com um perfil

pragmático, em defesa de um “sindicalismo de resultados” (Rodrigues e Cardoso, 1993).

Assim armado, o sindicalismo enfrentará uma agenda que, nos anos 1980, terá como marcos o processo constituinte, a partir de 1986, e a promulgação de uma nova Constituição, em 1988.

Entre a ação direta e a ação institucional

O *novo sindicalismo* surge no embate direto, nas greves e mobilizações de rua, contra empresários e governos, contudo conquistando, por meio da estruturação de suas formas de organização e representação e do avanço das liberdades políticas e sindicais, crescente reconhecimento institucional.

Na instalação da Assembleia Constituinte, mesmo prevalecendo a posição conservadora (que tomou como base o Congresso Nacional, e não uma “Constituinte Livre e Soberana”), o sindicalismo identificado com a CUT e a maioria dos movimentos populares decidiram dela participar. Tal decisão não se fez, contudo, sem acalorados e tensos debates internos (Ladosky, 2009; Oliveira, 2011).

A Constituição promulgada em 1988 contemplou elementos de regulação pública do mercado (balizando-se pelas referências da “soberania nacional”, da “empresa nacional”, da limitação da taxa de juro, da “função social” da propriedade, da defesa do consumidor e do meio ambiente, entre outras). Foram previstos instrumentos de participação da população nas tomadas de decisões da sociedade (com o “plebiscito”, o “referendo” e a “iniciativa popular”, além da garantia do direito de greve, da livre associação e do alargamento do direito de voto). Houve uma ampliação das funções do Estado como provedor de serviços de saúde, educação, previdência e assistência social, habitação, saneamento básico etc. A ideia de direitos

sociais em uma perspectiva universalista se fez central no texto constitucional (Telles, 1999).

Quanto ao tema da regulação laboral, constitucionalizaram-se direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT (licença maternidade e paternidade, férias e 1/3 de férias, 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço [FGTS], seguro desemprego etc.), além de serem reconhecidos os direitos de greve e de sindicalização para os servidores públicos e de representação dos trabalhadores nas empresas com mais de duzentos empregados, assim como foram eliminados os mecanismos de intervenção governamental nos sindicatos, prevendo-se maior liberdade de organização, de negociação coletiva e de eleições sindicais. A isso se associou a constituição de um sistema de seguridade social de caráter universal, incluindo o Sistema Único de Saúde (SUS), o sistema de Previdência Social e a Assistência Social.

100

Alguns dos direitos aprovados ficaram, entretanto, na dependência de regulamentação específica posterior, como os direitos de greve (especialmente para os servidores públicos) e de organização no local de trabalho. No capítulo sindical, embora tenha promovido a liberalização dos aspectos mais restritivos da estrutura corporativista sobre os sindicatos, a Constituição de 1988 também tornou constitucionais elementos da estrutura sindical, a exemplo do monopólio da representação, da contribuição sindical obrigatória e do poder normativo da Justiça do Trabalho, configurando assim um modelo híbrido de regulação sindical (Boito Júnior, 1991).

Quando de sua promulgação, a nova Carta foi alvo de críticas por conta de suas insuficiências, ao preservar estruturas tradicionais de poder e privilégios, além de não ter colocado em xeque o caráter estruturalmente desigual da sociedade brasileira. Essa posição se inverteu quando, desde início dos anos 1990, vieram os ataques aos capítulos sociais pelas forças de inspiração neoliberal e conservadora.

Maior participação sindical institucional como compensação?

Com a eleição presidencial de Fernando Collor em 1990, impôs-se uma agenda de liberalização da economia, privatizações, reforma administrativa (gerencialista) do Estado e estímulo à reestruturação produtiva que levaram ao desemprego e à flexibilização, informalização e precarização do trabalho (Pochmann, 2009).

Esse quadro produziu um efeito de desmobilização dos trabalhadores e de adoção de uma estratégia sindical defensiva (Oliveira, 2011). O surgimento da FS, em 1991, em franca concorrência com a CUT, sinalizava que a disputa ideológica na sociedade refletia no campo sindical. A defesa de um “sindicalismo de resultados” e um de seus principais expoentes, Antônio Rogério Magri, para o Ministério do Trabalho, revelavam o perfil da nova central sindical.

Com o *impeachment* de Collor em 1992, assumiu Itamar Franco, que promoveu uma perspectiva negocial de condução da agenda do trabalho no país. Conforme Oliveira (2002), a partir de uma rodada nacional de debates patrocinada pelo Ministério do Trabalho, em 1993, explicitaram-se três posições principais.

Colocaram-se em defesa de uma *reforma global do sistema de relações de trabalho* a CUT, a FS e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Inspirando-se nas orientações da OIT, voltaram-se para a democratização das relações de trabalho, com liberdade e autonomia sindical, uma legislação de sustento à organização sindical e à negociação coletiva e a adoção de um novo código do trabalho. Para isso, estes grupos defendiam a eliminação da *unicidade* sindical, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho. Mas a crescente hegemonia do discurso neoliberal na sociedade, as fragilidades da liderança empresarial do PNBE e a posição da FS em favor das medidas de flexibilização das relações de trabalho, juntas enfraqueceram tal perspectiva.

Convergiram em favor da *desregulamentação das relações de trabalho* as principais organizações empresariais, a exemplo da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Federação Nacional dos Bancos (Febraban). Mirava-se na defesa das “livres negociações” por empresa, sem legislação de sustento, e na prevalência do negociado sobre o legislado. Ao mesmo tempo, apoiavam em geral a manutenção da *unicidade* sindical, do sistema confederativo e do poder normativo da Justiça do Trabalho.

Um terceiro grupo se firmou na defesa de uma *reforma parcial das relações de trabalho*, reunindo os segmentos identificados com o sistema confederativo, entre os quais a CGT-Central, a CGT-Confederação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). Estas confederações defendiam sobretudo a *unicidade* sindical, as contribuições obrigatórias, o poder normativo da Justiça do Trabalho, os juízes classistas, o sistema confederativo e a CLT.

Nos governos Collor e, principalmente, Itamar, foram criados vários fóruns consultivos referidos às políticas industriais, no contexto da *reestruturação produtiva*, nos quais as organizações sindicais buscaram se fazer representar. O mais expressivo deles foi o caso das Câmaras Setoriais. Estas foram constituídas entre 1992 e 1993 como espaços de negociação envolvendo governo, empresários e sindicatos, em várias áreas da economia (metalúrgica, máquinas agrícolas, química, construção civil), e se destacaram nesse momento. Os dois acordos da Câmara Setorial do Setor Automobilístico se converteram em sua principal referência, resultando da iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, embora tenham gerado fortes controvérsias no interior da CUT. Para Arbix (1996), tal experiência teve o mérito de

relativizar uma postura sindical de confronto com empresários e Estado e uma prática de exclusão dos trabalhadores nas decisões sobre políticas públicas. Para Oliveira (1998), o que estava em questão era a oportunidade de construção, no Brasil, de um embrião de *esfera pública*, que teria como pressuposto a publicização dos interesses privados em disputa na sociedade. Essa experiência influenciou a posição da CUT sobre a regulação das relações de trabalho¹. O capítulo das Câmaras Setoriais foi, no entanto, encerrado por decisão do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

As práticas de negociação, que antes praticamente se restringiam às campanhas salariais anuais, se expandiram com as crescentes formas de participação sindical institucional, sobretudo pelos novos espaços abertos pela nova Constituição, mas também como compensação pela retração da capacidade de mobilização sindical.

O governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso, fez uma clara opção pela suspensão do diálogo institucional (esboçado no governo Itamar) em favor da desregulamentação dos direitos laborais (contrariando o espírito da Constituição de 1988), contando para isso com um forte suporte midiático. Contudo, o governo FHC decidiu por alterações pontuais, embora sistemáticas, da legislação trabalhista (preferencialmente por meio de Medidas Provisórias), visando com isso diminuir as resistências. Os que se opunham à desregulamentação, defensores das *reformas global* ou *parcial* do sistema de relações de trabalho, foram postos na defensiva.

Ao final deste período, as mudanças promovidas concorreram para a flexibilização das relações de trabalho, com perdas de direitos, incluindo a instituição do trabalho por tempo determinado, o trabalho voluntário, sem encargos sociais e

¹ Resultou daí o projeto da CUT de Sistema Democrático de Relações de Trabalho, visando disputar com as forças neoliberais o sentido de “modernização das relações de trabalho” (Central Única dos Trabalhadores, 1995).

trabalhistas, o “banco de horas”, o trabalho por tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho, o rito sumaríssimo, o fim do princípio da ultratividade em acordos e convenções coletivas, o fim da estabilidade do servidor público, a substituição do critério de aposentadoria por tempo de serviço pelo de tempo de contribuição, entre outras (Krein, 2007).

Em 2001, o governo tentou alterar o artigo 7º da Constituição Federal, propondo a primazia do negociado sobre o legislado. Mas, diante das resistências, voltou-se para o artigo 618 da CLT, cuja modificação como lei ordinária exigia um quórum mais baixo. O governo encaminhou, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 5.483 ao Congresso Nacional. Apesar de aprovado na Câmara, não houve tempo de submeter o projeto ao Senado. Em 2003, o novo governo o retirou de pauta.

104

Ao longo dos anos 1990, forjou-se uma nova geração de trabalhadores, com parcelas expressivas expostas a uma crise generalizada de emprego e a formas mais flexíveis, informais e precárias de trabalho (Pochmann, 1999). Pode-se supor, neste contexto, uma subjetividade em que, para estes trabalhadores e trabalhadoras, o neoliberalismo não era uma ameaça, mas um fato irremediável.

O sindicalismo da CUT, ao perder capacidade de mobilização e de comunicação com as novas gerações de trabalhadores, assumiu uma posição mais defensiva no campo da *luta direta*, e ao mesmo tempo buscou compensá-la com uma postura mais *propositiva* no plano da *ação institucional* e da negociação social (visando influenciar na formulação, na fiscalização e no acompanhamento de políticas sociais). Quanto à FS, mesmo sem cargo no governo, deu importante apoio à agenda de reformas e de privatizações (Trópia, 2009).

Muitos dos espaços de gestão compartilhada na forma de conselhos, comissões, fóruns, na saúde, educação, emprego, criança e adolescente, desenvolvimento rural etc. serviram a propósitos de cooptação/adesão dos setores que atuavam

na luta por direitos de cidadania (Tatagiba, 2002). Isso envolveu de modo especial o sindicalismo. Lembra Comin (1995) que, com a incorporação no texto constitucional e a participação de representantes dos trabalhadores e de empregadores em órgãos públicos de gestão de fundos previdenciários, com destaque para o FGTS, a CUT de pronto buscou ocupar nesses espaços de gestão um assento e, junto com as demais centrais sindicais, passou a reivindicar espaço também em outros organismos tripartites de natureza similar, como o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e Conselhos Nacionais da Previdência, da Seguridade Social, da Saúde, da Educação, do Menor e do Adolescente, e da Assistência Social.

A representação sindical no sistema Codefat adquiriu importância. O FAT e o Codefat foram criados em 1990 pela Lei nº 7.998. Além de uma composição tripartite e paritária, o Conselho foi instituído com caráter deliberativo. A partir de 1994 passaram a ser constituídas as comissões/conselhos tripartites estaduais e municipais de emprego/trabalho². O interesse sindical pelo Codefat cresceu com o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor) do Ministério do Trabalho, lançado em 1995. A partir de então, tornava-se possível às entidades sindicais representadas no Codefat disputarem a aprovação de recursos do FAT para financiar projetos próprios de qualificação profissional, nos quais se apresentavam como proponentes e executoras (gerando conflito de interesse com seu papel de fiscais dos recursos do FAT). Com o Planfor e, no governo Lula, com o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), a crítica sindical ao caráter *compensatório* e *focal* de tais políticas arrefeceu (Oliveira, 2006).

² A diferença básica é que uma *comissão* pode ser criada por ato administrativo do respectivo poder executivo, enquanto um *conselho* só pode ser criado por lei, assumindo caráter mais deliberativo.

Nos governos de orientação neoliberal, a participação sindical em espaços institucionais se mostrou um campo restrito e permeado de riscos, votado a lidar fundamentalmente com a gestão de políticas sociais *compensatórias* e *focais*. Enquanto isso, as mudanças na regulação do trabalho passaram por decretos e medidas provisórias presidenciais, em uma conexão estreita entre ações governamentais e demandas empresariais.

Uma nova oportunidade com o governo Lula e o Fórum Nacional do Trabalho

Um novo cenário se configurou com a eleição de Lula. Um programa orientado à defesa do *social*, da *produção*, do *desenvolvimento* e do resgate do *projeto nacional* sinalizou um contraponto ao *neoliberalismo*. Contudo, como governo de coalizão, precisou lidar com interesses contraditórios, desde as demandas de movimentos sociais, sindicais e ambientalistas, além de segmentos empresariais em defesa da *produção* face à *financeirização* da economia, até as exigências do capital *financeiro*, do *rentismo* e dos políticos clientelistas pertencentes à base aliada.

Sobre o período que se inaugurou com a presidência de Lula e que se estendeu até o *impeachment* de Dilma, em 2016, é certo que não se produziram mudanças estruturais no mercado de trabalho no país. Também não se pode dizer que não houve medidas governamentais de caráter flexibilizador das relações de trabalho. Contudo, apesar das contradições e dos limites que tal período encerrou, são inegáveis as melhoras na situação dos trabalhadores. Ao crescimento econômico se associou o aumento dos níveis de emprego, a crescente formalização e elevação da renda média dos trabalhadores, especialmente com a

política de valorização do salário-mínimo³ (Baltar e Krein, 2013; Krein e Biavaschi, 2015).

A esse contexto se aliou a promoção de espaços de negociação social, a exemplo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), da Mesa Nacional de Negociação Coletiva para servidores federais, do Fórum Nacional da Previdência Social, de inúmeras conferências ministeriais realizadas nas pastas de trabalho e emprego, saúde, educação, meio ambiente, cidades, entre outros. Com isso, ampliaram-se as condições de participação e influência sindical na regulação do trabalho⁴. Entretanto, como veremos, limites decisivos se impuseram.

No CDES prevaleceu uma discussão mais ampla sobre políticas de desenvolvimento e empreendedorismo. A questão do trabalho surgiu pontualmente, muitas vezes por pressão empresarial, por maior flexibilização das relações de trabalho, ou mesmo por proposição governamental. Mas, mesmo não tratando da reforma trabalhista, várias políticas ali inspiradas tiveram implicações para a regulação do trabalho e, de maneiras diversas, produziram um efeito de flexibilização, a exemplo dos programas Super Simples e Microempreendedor Individual (MEI) e das novas regras de indenização trabalhista com a Lei de Falências (Krein e Biavaschi, 2015).

Quanto à CUT, esta atribuiu maior ênfase aos ganhos sociais e laborais trazidos com o bom desempenho da economia do que a medidas reguladoras dos contratos de

³ Sob pressão sindical, foi criada uma Comissão Quadripartite – com governo, trabalhadores, empregadores e aposentados – para elaborar uma política permanente de reajuste do salário-mínimo, sendo esta aprovada pelo Congresso em 2008.

⁴ No caso particular da CUT, apesar das divergências internas, prevaleceu a disposição de participar propositivamente dos novos espaços, evitando críticas ao governo. Quanto a isso, um dos momentos mais críticos ocorreu por ocasião da Reforma da Previdência, quando um grupo dissidente, identificado com o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), criou em 2004 a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) (Galvão e Trópia, 2014).

trabalho. A reação sindical se fazia sobretudo quando surgiam ameaças empresariais ou mesmo governamentais aos direitos trabalhistas.

No campo da regulação do trabalho, de imediato, o governo solicitou ao Congresso o arquivamento de dois Projetos de Lei da era FHC, o de nº 5.483, de 2001 (atribuindo prioridade do negociado sobre o legislado), e o de nº 4.302, de 1998 (que liberalizava a utilização da terceirização). Ainda em 2003 foi instituído o Fórum Nacional do Trabalho (FNT)⁵ (Decreto Presidencial nº 4.796⁶), de composição tripartite e paritária, com o fim de se tornar o principal espaço de concertação nacional entre trabalhadores, empresários e governo, visando por essa via atualizar a legislação sindical e trabalhista. Antes de sua instalação, porém, foi realizada em agosto do mesmo ano uma rodada de 27 Conferências Estaduais.

108

O Fórum previa uma *plenária* com 72 representantes, sendo 21 de cada uma das três bancadas principais, mais nove de micro e pequenas empresas, cooperativas e outras formas de trabalho, com igual número de suplentes. Previa, ainda, oito *grupos temáticos* (GTs), sobre: organização sindical; negociação coletiva; sistema de composição de conflitos individuais e coletivos; legislação do trabalho; organização administrativa e judiciária; normas administrativas sobre condições de trabalho; qualificação e certificação profissional; micro e pequenas empresas, autogestão e informalidade.

A *Comissão de Sistematização*, com 21 membros equitativamente distribuídos entre as bancadas, teria a atribuição de receber as contribuições dos GTs, das Conferências Estaduais e da consultoria técnica, sistematizá-las e encaminhá-las à *plenária* do Fórum para deliberação final.

⁵ Nesse momento também havia sido retomado o debate sobre o Sistema Público de Emprego, com a realização de dois congressos nacionais tripartites, em 2004 e 2005. No entanto, apenas em 2016 o governo apresentou um Projeto de Lei (PL) com esse fim (nº 5278), tendo sido convertido em lei em 2018 (nº 13.667).

⁶ Disponível em: <<http://bit.ly/2zyAcX0>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

Em seu discurso na cerimônia de lançamento do Fórum, Lula relacionou-o à trajetória do sindicalismo brasileiro e à dele própria⁷. Enfatizou que o movimento sindical “evoluiu muito”, mas que, como uma exigência contemporânea, havia necessidade de “*adequação*” da legislação trabalhista aos novos tempos. Ao mesmo tempo, o presidente relembrou o passado de lutas do sindicalismo brasileiro, mas destaca a importância na atualidade da “*convivência democrática*”:

A grandiosidade do Fórum é que vai permitir que a convivência democrática de vocês, na diversidade de pensamento que têm sobre as reformas que precisam ser feitas, encontre o caminho do meio. O caminho do meio sempre é o caminho que possibilita construirmos o consenso, construirmos uma maioria e fazermos as mudanças, sem a pressa daqueles que achavam, algum dia, que, para fazer um contrato coletivo de trabalho, era necessário rasgar a CLT, ou aqueles que achavam que era possível fazer um contrato de trabalho mantendo a CLT em toda sua plenitude⁸.

109

O então presidente indicou que alguns direitos deveriam ser mantidos, mas outros reformulados, e que as empresas, conforme seu tamanho, deveriam ter tratamento diferenciado quanto a isso. Acenou para o sindicalismo com o atendimento de seu pleito: “nós temos várias centrais sindicais, nenhuma reconhecida por lei. Nenhuma. Entretanto, elas funcionam como se fossem reconhecidas, quando seria muito mais fácil estabelecer logo a normatização e dar legalidade às entidades”. Mas também lhe endereça uma crítica e um chamado à responsabilidade com o novo momento...

⁷ Disponível em: <<http://bit.ly/2u9MLTa>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

⁸ Disponível em: <<http://bit.ly/2u9MLTa>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

Eu estou convencido de que o movimento sindical brasileiro tem que dar um salto de qualidade e extrapolar os limites do corporativismo [...]. Muitas vezes, a nossa cultura sindical permitiu que a gente só fosse economicista. “Então, acabou a data-base, acabou a nossa obrigação, vamos esperar o ano que vem para ver o que vai acontecer” [...]. Eu digo sempre para os meus amigos sindicalistas assim: o tempo de ser sindicato apenas de contestação já passou, e eu, possivelmente, tenha me notabilizado por isso. Agora, a História está a exigir tanto dos trabalhadores como dos empresários uma outra cabeça. Uma outra forma de comportamento. Ou seja, a solução dos problemas da sociedade brasileira passa pelo fato de vocês se entenderem. Para discutir, desde a geração de postos de trabalho a direitos, que têm que ser mantidos. Outros têm que ser reformulados. Há tratamentos diferenciados entre empresas, em função dos seus tamanhos⁹.

110

Para alguns mais críticos, o discurso de Lula teria sido uma sutil sinalização em favor da “flexibilização” das leis trabalhistas¹⁰.

Uma vez instalado o Fórum, cada bancada foi instigada a se posicionar. Em comparação com o período anterior, o governo não defendia uma flexibilização sem limites dos direitos trabalhistas, mas também não se opunha totalmente. Contraditoriamente, situou-se entre as referências históricas do seu núcleo *petista* e *sindicalista*¹¹ e os compromissos estabelecidos com sua base aliada. A aposta no “diálogo social” seria o melhor caminho para a solução dos conflitos e das divergências entre capital e trabalho, mas também para lidar com suas tensões internas.

⁹ Disponível em: <<http://bit.ly/2u9MLTa>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

¹⁰ Cf. pronunciamento do presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Grijalbo Coutinho, na *Folha de São Paulo*, 30 jul. 2003.

¹¹ Dos 21 membros da bancada do governo no Fórum, pelo menos sete tinham sido dirigentes ou assessores da CUT, dois dos quais ex-presidentes.

Os empresários, de sua parte, continuavam pressionando pela flexibilização. Mas, ao contrário de antes, buscavam inserir suas demandas na moldura do “diálogo social”. Para isso, justificavam-se com o argumento de que os encargos trabalhistas eram elevados e, por isso, favoreciam o desemprego e a informalidade no mercado de trabalho. Para o então presidente da CNI, Armando Monteiro Netto, a “*disfuncionalidade*” do sistema de relações de trabalho no país resultava das “*dificuldades que as empresas têm, ante a rigidez da legislação, de gerar novos empregos e preservar os existentes*”. Publicamente, defendeu o FNT como a esperança de uma “*nova modelagem para as relações de trabalho*”, com garantia à “*negociação voluntária, dentro de um marco regulatório básico, não interventivo*”. Contudo, não deixava de mirar na viabilização da flexibilidade:

Uma das vantagens da possibilidade de adaptação da legislação trabalhista à realidade e às necessidades dos parceiros sociais empregadores e trabalhadores está exatamente na sua flexibilidade, não só porque possibilita o permanente e rápido ajuste à dinâmica das mudanças socioeconômicas, como também atende às múltiplas peculiaridades e diferenças regionais, setoriais e empresariais do país¹².

111

Entre as centrais sindicais, haviam se estabelecido visões divergentes sobre o tema da flexibilização. Quando o governo retirou o Projeto de Lei nº 5.483 do Congresso, a CUT afirmou que não era contra as reformas na CLT, mas que se posicionava “*contra a flexibilização de direitos históricos, como 13º salário, licença maternidade, por exemplo*”. Enquanto isso, a FS, mesmo a favor do Projeto, não discordava de seu arquivamento desde que houvesse empenho em reformular a legislação trabalhista: “*o projeto como está não prejudica*

¹² *Folha de São Paulo*, 13 set. 2003.

nenhum trabalhador". A Social Democracia Sindical (SDS), que também era favorável ao Projeto, argumentava que "o projeto era melhor que nada, mas era insuficiente"¹³.

Segundo Colombi (2018), no Fórum, apesar das diferenças e divergências, houve importantes convergências entre as duas maiores centrais, CUT e FS. Enquanto a FS defendia a unicidade na base e pluralidade na cúpula sindical, o reconhecimento das centrais e a extinção gradativa do imposto sindical (e sua substituição por uma contribuição "retributiva negocial" aprovada em assembleia); a CUT, mesmo com a referência histórica da liberdade e autonomia sindical, se mostrava disposta a negociar a manutenção parcial da estrutura sindical. Sobretudo à CUT se impôs o objetivo de buscar construir consensos, de modo a evitar expor o governo ao desgaste político.

112 A primeira pauta deliberou se os trabalhos deveriam começar pela discussão da reforma sindical ou da reforma trabalhista. A primeira era defendida pela centrais, enquanto a segunda, mais claramente pela bancada dos empresários. A posição do governo favorável à primeira foi decisiva para que esta prevalecesse.

A discussão sobre a reforma sindical se estendeu até março de 2004 e resultou nos seguintes acordos principais: reconhecimento legal das Centrais Sindicais; instituição do contrato coletivo para todos os ramos da economia; fim do Imposto Sindical; organização sindical por ramo de atividade econômica (e não mais por categoria profissional); fim do monopólio da representação e sua substituição por um sistema de reconhecimento sindical de caráter participativo e plural; relativização do Poder Normativo da Justiça do Trabalho; garantia e ampliação do direito de greve; criação do *Conselho Nacional de Relações de Trabalho* (CNRT).

Entre as principais divergências, sobressaíram: liberdade e autonomia sindical *versus unicidade* sindical; grau de

¹³ *Folha de São Paulo*, 4 jan. 2003.

centralização e articulação das negociações coletivas; existência de legislação de sustento para a negociação coletiva; reformulação ou extinção do Poder Normativo da Justiça do Trabalho; reconhecimento e garantias do direito de greve; garantias de organização por local de trabalho.

Apesar dos limites, as centrais sindicais consideraram o resultado favorável. Dali resultou o Projeto de Lei (PL) nº 4.554/2004¹⁴ e a PEC nº 369/2005¹⁵. Para Denise, ex-diretora da CUT que atuou no Fórum, “a PEC saiu bem mais progressista e favorável a uma visão correspondente ao sindicalismo autônomo e classista do que aos conservadores, desagradando-os e também ao empresariado...”¹⁶. Por isso, foram fortes as resistências geradas no Congresso, sobretudo por parte dos segmentos empresariais. Luis Marinho, então Ministro do Trabalho e ex-presidente da CUT, chegou a admitir que a bancada empresarial do Congresso ameaçava reter a discussão sobre a reforma sindical porque o governo demorava em encaminhar a reforma trabalhista, e na sequência completou: “É evidente que a reforma sindical tem prevalência na medida em que pode estimular o fortalecimento da negociação, que é o principal pilar para se realizar uma reforma trabalhista ou não”¹⁷.

Mas divergências também ficaram evidenciadas do lado dos sindicalistas¹⁸. A isso se somou o quadro de instabilidade

113

¹⁴ “Regulamenta o artigo 8º da Constituição Federal, que dispõe sobre a organização sindical, e dá outras providências”. Disponível em: <<http://bit.ly/2u7wRsA>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

¹⁵ “Institui a contribuição de negociação coletiva, a representação sindical nos locais de trabalho e a negociação coletiva para os servidores da Administração Pública; acaba com a unicidade sindical; incentiva a arbitragem para solução dos conflitos trabalhistas e amplia o alcance da substituição processual, podendo os sindicatos defender em juízo os direitos individuais homogêneos”. Disponível em: <<http://bit.ly/2NGDwlz>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

¹⁶ Entrevista concedida aos autores em maio de 2018.

¹⁷ Disponível em: <<http://bit.ly/2JbXm50>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

¹⁸ No interior da CUT ganhou força uma divergência manifestada sobretudo pela Corrente Sindical Classista, ligada ao PCdoB. Por discordar dos questionamentos

política que se estabeleceu entre 2005 e 2006, com a crise do “mensalão”. O projeto não avançou no Congresso e o próprio Fórum se esvaziou, antes que tivesse seguido com a discussão sobre a reforma trabalhista.

O Governo ainda tentou uma “minirreforma”, a fim de agilizar a aprovação de medidas contidas no texto do FNT, mas também não obteve sucesso¹⁹. Restou ao final, em negociações paralelas, o encaminhamento de algumas medidas de forma pontual. Entre elas: a Lei nº 11.648/2008, que reconheceu legalmente as centrais²⁰; a Portaria nº 186/2008, detalhando os procedimentos necessários ao registro, impugnação e negociação de eventuais conflitos de representação, o que na prática permitia a pluralidade nas entidades sindicais de grau superior (federações e confederações); a criação do Conselho de Relações de Trabalho (CRT) pela Portaria nº 2.092/2010, do Ministério do Trabalho e Emprego.

114

O CRT como experiência de participação sindical em espaços institucionais

A primeira vez em que surgiu a ideia de um conselho do trabalho no Brasil (inspirando-se na Convenção 144

ao princípio da unicidade sindical, a CSC decidiu, em 2006, sair da CUT para criar a Central Brasileira de Sindicatos (CTB) (Galvão, Marcelino e Trópia, 2015).

¹⁹ Ver matéria da Folha Online, disponível em: <<http://bit.ly/2L39w1E>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

²⁰ Enquanto entidades nacionais de representação geral dos trabalhadores, cabia às centrais “coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas” e “participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores”. Para ser beneficiada, a central deverá contar com no mínimo 100 sindicatos distribuídos em 5 regiões do país; em 3 dessas regiões, deverá ter um mínimo de 20 sindicatos em cada uma; ter sindicatos filiados em no mínimo 5 setores de atividade econômica; representando no mínimo 7% do total de empregados sindicalizados no país. A indicação pela central sindical de representantes nos fóruns tripartites, conselhos e colegiados de órgãos públicos deverá seguir a proporcionalidade do índice de representatividade nacional de cada central” Disponível em: <<http://bit.ly/2L39Kpw>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

da OIT²¹) foi na gestão de Walter Borelli no Ministério do Trabalho, quando se criou um ambiente propício ao debate sobre regulação pública das relações de trabalho. O Conselho Nacional do Trabalho (CNTb) foi criado pelo Decreto nº 860/1993²². De caráter consultivo, previa uma constituição quadripartite e não paritária. Foram reservados sete lugares para o Governo (Ministério do Trabalho; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República; Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; Ministério da Educação e do Desporto; Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Meio Ambiente), cinco para os empresários (CNA, CNI, Confederação Nacional do Comércio [CNC], Confederação Nacional do Transporte [CNT] e Febraban), cinco para as entidades sindicais (CUT, CGT-Confederação, CGT-Central, FS e Contag) e quatro para a “sociedade civil” (OAB, CNBB, PNBE e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos [Dieese]). O CNTb deveria realizar em intervalos de no máximo quatro anos uma Conferência Nacional do Trabalho. A criação do CNTb sugeria um movimento de democratização das relações de trabalho no Brasil. Contudo nunca foi instalado.

Em 1995, no governo FHC, o decreto anterior foi substituído pelo Decreto nº 1.617. No novo desenho, o CNTb assumiu um formato tripartite e paritário, tendo reservado seis lugares para cada bancada. O Governo seria representado pelos Ministérios do Trabalho, do Planejamento e Orçamento, da Fazenda, da Previdência e Assistência

²¹ Esta Convenção foi aprovada em 1976. O texto se refere a “consultas efetivas” de natureza tripartite sobre assuntos da regulação das relações de trabalho. No Brasil, o texto da Convenção 144 foi aprovado pelo Congresso em 1989, ratificado em 1994 e promulgado em 1998. Disponível em: <<http://bit.ly/2NJ6ZeQ>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

²² Disponível em: <<http://bit.ly/2N9XJPY>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

Social, da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e da Indústria, Comércio Exterior e Turismo. Deveriam representar os empresários a CNI, CNC, CNA, CNT, Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF) e Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Quanto aos trabalhadores, se fariam representar pela CUT, CGT-Confederação e FS. Também nessa versão, o Conselho jamais foi instalado. Conforme vimos, as medidas governamentais de então (em muito orientadas à *desregulamentação* das relações de trabalho) foram tomadas sem que tivesse sido acionado o CNTb nem qualquer outro espaço tripartite de consulta.

116 Com o FNT, em 2003, o tema volta à baila, sendo contemplado no texto da reforma sindical. O PL que daí derivou, ao não prosperar no Congresso, levou junto a proposta de um Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT). O governo ainda tentou por Medida Provisória (MP), de nº 294/06²³, inseri-lo na estrutura do Ministério do Trabalho, mas foi rejeitada, junto com a MP nº 293 que previa o reconhecimento legal das centrais sindicais²⁴. No entanto, ambas as propostas foram retomadas mais à frente. O reconhecimento das centrais se fez pela Lei nº 11.648/2008 e a criação do Conselho de Relações de Trabalho (CRT), por Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de nº 2.092/2010²⁵.

A criação do CRT só se efetivou no segundo mandato de Lula, em 2010. No vácuo que se estabeleceu com o esvaziamento e desativação do FNT, a CUT buscou ampliar sua atuação no Congresso, visando sobretudo barrar iniciativas que ameaçavam prejudicar os trabalhadores, como o debate sobre terceirização. Nas palavras de Denise,

²³ Ver <<http://bit.ly/2NJ8U32>>. Acesso EM: 11 jul. 2018.

²⁴ Ver Folha Online, disponível em: <<http://bit.ly/2KMOyIv>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

²⁵ Disponível em: <<http://bit.ly/2mamEHD>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

Se a PEC nº 369/2005 avançasse seria necessário ter um espaço de diálogo tripartite para tentar realizar os ajustes, adequações e inclusive um posicionamento do CRT diante dos questionamentos do parlamento em relação ao conteúdo dela durante a tramitação (para que empregadores, governo e trabalhadores não fossem cada um com um posicionamento pressionar o parlamento e houvesse uma tentativa de se chegar em algum ponto comum) [...] Por que o CRT poderia então tentar negociar ou resolver pontos da Reforma Sindical importantes, vamos assim dizer no “varejo” já que a grande reforma ampla, geral e integral, como previa a PEC nº 369, não andou. A ideia era selecionar pontos, tais como financiamento sindical, OLT, negociação coletiva e tentar “renegociar” e encaminhar um a um no CRT²⁶.

Nesse esforço, ganhou maior relevância a construção de uma agenda convergente com as demais centrais. Era sabido que enquanto a CUT tinha melhor trânsito junto ao Palácio, a FS tinha mais influência nas articulações no Parlamento (Colombi, 2018).

Em 2010, antes das eleições, foi realizada uma nova Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat)²⁷ (Ramalho, Cordeiro e Silva, 2014). Sua convocação foi feita pela CTB, CUT, FS, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)²⁸. Seu propósito era ajustar a agenda e buscar influir nas eleições.

Desde o início do segundo mandato de Lula, em 2007, o MTE havia saído do comando do PT e passado ao do PDT, com Carlos Lupi como titular. Nessa ocasião, a FS ganhou

²⁶ Entrevista dada aos autores em maio de 2018.

²⁷ A primeira, histórica, reunindo todas as correntes do movimento sindical brasileiro, havia sido realizada em 1981.

²⁸ Nesse momento, existiam outras centrais: CSP-Conlutas, com hegemonia do PSTU e a Intersindical, vinculada ao PSOL.

mais espaço no MTE, dividindo-o com a CUT. Lupi não gozava do poder de influência estratégica no governo. Com isso, o MTE não conseguiu articular um espaço tripartite que estivesse à altura da importância do FNT para o governo. As principais decisões governamentais com implicações para os trabalhadores foram tomadas, nesse período, em negociações diretas entre representantes empresariais e/ou sindicais junto ao Palácio²⁹. Mesmo assim, as negociações para a definição do formato do Conselho foram intensas e contaram com a participação direta das principais representações dos trabalhadores, dos empresários e do MTE.

A Portaria nº 2.092/10 atribuiu ao CRT um caráter consultivo, tripartite e paritário. Mas, diferentemente das versões anteriores, sendo instituído por Portaria do MTE, a este viu circunscrito, não contando com a participação de outros ministérios. “Esse é um ponto de fraqueza desse Conselho”, asseverou Manoel Messias³⁰, ex-dirigente da CUT que se tornou Secretário de Relações de Trabalho do MTE e que, nessa função, coordenou o CRT entre 2012 e 2016.

Para se garantir paridade em relação à representação de empregadores, na definição dos representantes dos trabalhadores foi considerado o critério de proporcionalidade previsto na Lei nº 11.648/2008. Foram previstas ainda três câmaras bipartites, formadas entre o MTE e as bancadas dos trabalhadores, dos empregadores e dos servidores públicos.

²⁹ Uma situação com flagrante relutância no acionamento, pelo governo, de consultas tripartites em casos de importância para os trabalhadores ocorreu na discussão sobre a desoneração de folhas de pagamento, ocorrida em 2011, que redundou na Lei nº 12.546/2011. Apesar de envolver 56 setores de atividade, afetando o Programa de Integração Social do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e a Previdência Social e, em consequência, ter implicações importantes para os recursos do FAT, até mesmo o Codefap não chegou a ser consultado (Ramalho, Cordeiro e Silva, 2014). Segundo apuração da *Folha*, a decisão de fazer a reunião buscou reduzir as críticas de centrais sindicais, que reclamaram de não terem sido consultadas sobre as mudanças que tornaram mais rigorosas as regras de concessão de benefícios como seguro-desemprego, abono salarial e pensão pós-morte.

³⁰ Entrevista concedida aos autores em maio de 2018.

Embora criado em 2010, o Conselho só foi instalado em 2011, na gestão de Brizola Neto (Portaria nº 754). O primeiro ano foi destinado aos entendimentos sobre o regimento interno e à instalação das câmaras bipartites (Colombi, 2018). Na opinião de Messias³¹, Brizola Neto tinha menor peso político e compromisso com o Conselho mas, paradoxalmente, foi quando este começou a funcionar.

O registro sindical foi o primeiro tema em discussão no CRT. As denúncias sobre cobrança de propina no Ministério para liberar o registro de sindicatos provavelmente foi uma das causas da saída de Lupi³². O debate visou redefinir as regras do registro e implicou em um esforço de construção de uma tabela de categorias, tendo como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Conforme testemunhou Messias³³, houve forte envolvimento das bancadas de trabalhadores e de empregadores nesse debate. A negociação fluiu bem, inclusive porque foi conduzida por representantes sindicais e empresariais que haviam participado, com êxito, de uma negociação em 2007 sobre o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), no âmbito do Fórum Nacional da Previdência. Sobre as novas regras para o registro sindical, a negociação foi bem-sucedida, chegando-se ao final a um acordo.

Outros pontos foram pautados (seja pelo MTE, seja por alguma das demais bancadas), especialmente os que se encontravam acumulados na Secretaria de Relações do Trabalho (SRT), na maioria dos casos se tratando de temas pontuais. Foram exemplo o ponto eletrônico (sobre o qual não houve acordo), a regulamentação do trabalho de demonstradores de supermercados (também sem resultar em acordo), um projeto de lei sobre práticas antissindicais (que encontrou resistência por parte da bancada

³¹ Entrevista concedida aos autores em maio de 2018.

³² Cf. matéria do G1 disponível em: <<https://glo.bo/2L3qksB>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

³³ Entrevista concedida aos autores em maio de 2018.

empresarial, não havendo acordo), o registro de músicos e de outras categorias profissionais, entre outros. Apesar de seu caráter secundário, conforme observou Messias³⁴, o debate que se processou em torno desses assuntos foi importante para se criar um ambiente de negociação. O problema foi o MTE e o CRT não conseguirem trazer para o seu âmbito a discussão e o encaminhamento dos temas mais importantes da agenda do governo referidas às áreas de trabalho, emprego e renda. Outros espaços de negociação criados e mantidos entre os dois mandatos de Lula, como o CDES, haviam perdido o dinamismo anterior. As bancadas de empresários e de trabalhadores reclamavam desse fato, e cada uma buscava tratá-lo diretamente com o Planalto. Algumas delas foram encaminhadas em conversas tripartites, embora por formações *ad hoc*, não passando por dentro do Conselho e sem o protagonismo do MTE. Note-se que com menos de um ano o MTE muda de mãos novamente, quando assume Manoel Dias, também do PDT (aliado de Lupi). A mudança, contudo, afeta pouco o funcionamento do CRT. O próprio Manoel Messias seguiu titular da SRT.

O debate sobre o tema da terceirização foi emblemático das limitações do Conselho. Mesmo tendo sido provocado pela bancada empresarial, esse tema jamais foi debatido no CRT. O assunto foi, ao contrário, tratado em um espaço criado especificamente para isso, a Mesa Quadripartite, envolvendo representantes do governo, das centrais sindicais, dos empresários e do Congresso Nacional. Mesmo envolvendo basicamente os mesmos atores do CRT, este não conseguiu se afirmar como espaço de negociação sobre o tema. Desde a apresentação do PL nº 4.330/2004 pelo deputado Sandro Mabel (então no Partido Liberal), praticamente liberando a terceirização sem restrições, as centrais sindicais, com destaque para a CUT, buscaram tomar iniciativas em contrário.

³⁴ Entrevista concedida aos autores em maio de 2018.

Entre elas, colaborou com a formulação do PL nº 1.621, apresentado em 2007 pelo deputado federal Vicente Paulo da Silva (PT), que basicamente propunha a proibição da terceirização em atividade fim; a igualdade de direitos entre terceirizados e trabalhadores diretos; e a responsabilidade solidária do contratante (Dau, 2009). Em 2009, a CUT conduziu a *Campanha Nacional de Combate à Terceirização, Precarizar Não!* (Colombi, 2018). Em 2013, as centrais se articularam para cobrar do governo a constituição da Mesa Quadripartite. Em sua implementação, a bancada do governo se reuniu previamente com vários ministérios (Trabalho, Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, Banco Central e outros órgãos). O processo que se seguiu foi muito intenso, tendo avançado na construção de entendimentos (conforme atestou Messias³⁵), mas se frustrou ao final, não consumando o acordo. Enquanto os empresários não aceitavam discutir o tema da representação sindical dos terceirizados na mesma categoria econômica da empresa contratante, os trabalhadores não aceitavam que não houvesse tratamento distinto para a terceirização de atividades meio e fim³⁶.

121

Ao contrário, o debate sobre o contrato de curta duração foi negociado no CRT. Ganhara relevância na agenda das centrais a negociação de *Compromissos nacionais*, estabelecidos em regime tripartite, referidos a setores específicos. Alguns dos mais relevantes foram o *Compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana de açúcar*, negociado em 2009, o *Compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na indústria da construção*, firmado em 2012, após dois anos seguidos de greves nacionais nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

³⁵ Entrevista concedida aos autores em maio de 2018.

³⁶ Na avaliação de Messias (entrevista concedida aos autores em maio de 2018), mais uma vez as centrais não atuaram com posições comuns. O tema sobretudo dividiu a CUT, CTB e Intersindical, de um lado, e a FS e UGT, de outro. De outra parte, a CUT se via fragilizada pelas divergências internas.

(Oliveira, 2014), e o *Compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na Copa do Mundo da FIFA*, realizado em 2014. No final de 2013, a bancada dos empregadores e representantes do MTE pautaram no CRT a necessidade de regulamentação dos contratos de curta duração, o que, segundo Ramalho, Cordeiro e Silva (2014), teria gerado grande tensão. Os empregadores reclamavam da necessidade de maior segurança jurídica na contratação por prazo de curtíssima duração, sem o ônus tributário que incide em um vínculo formal de emprego, sobretudo com foco no setor de hotéis, bares e restaurantes no período da Copa do Mundo. A resistência das centrais, em sua maioria, impediu o acordo. Um conselheiro da CGTB vaticinou: “na Copa veio a ideia de criar uma nova legislação de contrato de trabalho, em que você não teria mais os direitos da CLT, e se isso vira lei...” (Ramalho, Cordeiro e Silva, 2014, p. 50). Para Messias³⁷, havia diferenças entre e dentro das bancadas. A posição dos empresários implicava em flexibilizar para além do que o MTE estava disposto a ceder. Entre os sindicalistas não houve consenso.

122

Na mesma direção, foi encaminhado o tema do Programa de Proteção ao Emprego, embora neste caso tenha sido produzido um acordo, mas que não envolveu centralmente o espaço do CRT. A proposta começou a ser discutida em fins de 2014³⁸, mas só em 2015, com o agravamento da crise, é que o governo puxou o debate com centrais sindicais e empregadores, com as negociações sendo conduzidas de forma tripartite diretamente pelo Palácio, embora para isso tenha se utilizado do espaço de negociação mantido pelo CRT, conforme observou Messias³⁹. A proposta se concretizou na MP nº 680/2015, que se converteu

³⁷ Entrevista concedida aos autores em maio de 2018.

³⁸ Ver matéria da *Folha Online*, disponível em: <<http://bit.ly/2maXCI5>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

³⁹ Entrevista concedida aos autores em maio de 2018.

na Lei nº 13.189, de 2015⁴⁰, consistindo em promover uma redução na jornada de trabalho (em até 30%) acompanhada da redução de salário (de no máximo 15%). Tal medida deveria valer para alguns setores dentre os mais afetados pela crise, por um período determinado (vigência até final de 2016), ainda cabendo ao Governo uma complementação de parte do salário dos trabalhadores assistidos (limitada a 65% do maior benefício do seguro-desemprego) e isenções de impostos⁴¹.

A discussão sobre nova regulamentação do trabalho aos domingos e feriados, ao contrário, foi pautada no CRT e ao final se chegou a um consenso materializado na Portaria nº 945/2015. Ainda no governo FHC, com a Lei nº 10.101/2000, o trabalho aos domingos e feriados foi regulamentado, sob protesto da CUT, admitindo-se como única restrição a permissão de trabalho em apenas um domingo por mês (Colombi, 2018). Em 2007, com a Lei nº 11.603, havia sido ratificado o trabalho aos domingos para os comerciários, sendo permitido no máximo dois domingos ao mês, mas nesses casos e nos feriados era necessária a aprovação em convenção coletiva e atenção à legislação municipal. Quanto à Portaria nº 945/2015, esta reafirmou a necessidade de acordo coletivo específico firmado entre empregadores e entidade representativa da categoria profissional de empregados. Outras condicionalidades foram também previstas, especialmente quanto ao acordo coletivo específico: prever escala de revezamento, prazo de vigência da prestação do trabalho, condições específicas de segurança e saúde para o trabalho em atividades perigosas e insalubres etc. Segundo Messias⁴², teria ocorrido um longo processo de

⁴⁰ Disponível em: <<http://bit.ly/2maXCIs>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

⁴¹ Ver a Lei nº 13.189/2015 na nota anterior e a matéria da *Folha Online* disponível em: <<http://bit.ly/2ztfmbj>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

⁴² Entrevista concedida aos autores em maio de 2018.

negociação, um exercício de tripartismo: “foi difícil, longo, mas que se chega ao outro lado”.

Outros temas relevantes para os trabalhadores foram tratados com completo alheamento do CRT. A condução das negociações sobre Plano Brasil Maior (que determinou a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2014) envolveu vários ministérios e foi conduzido pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ligada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Em setembro de 2015, o governo resolve criar o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social, envolvendo representantes dos trabalhadores, empresários, aposentados e pensionistas⁴³, sob a coordenação dos Ministérios do Planejamento, Fazenda, Previdência e Trabalho, desconhecendo completamente o papel do CRT. Já ao final do governo Dilma, a distância entre este e as centrais sindicais se agravou. Em 2015, foi bastante criticado pelas centrais o fato de não terem sido consultadas sobre as mudanças nas regras de concessão de benefícios nos casos do seguro-desemprego, do abono salarial e da pensão pós-morte, tornando tais regras mais rigorosas⁴⁴.

O Pleno Tripartite do CRT, embora tenha funcionado, o fez sob limites. Quanto às Câmaras bipartites, estabeleceram-se com menos consistência. Dentre essas, apenas a de Governo e Trabalhadores teve um funcionamento mais regular, com o foco recaindo sobre aferição da representatividade das centrais, questões envolvendo disputas sindicais, definição de critérios para redefinir a representação dos trabalhadores da agricultura familiar e dos assalariados, projeto de lei sobre práticas antissindicais, entre outros. Em poucas ocasiões, foram tratados temas de cunho trabalhista, a exemplo do trabalho de curta duração

⁴³ Ver matéria disponível em: <<http://bit.ly/2md0cNY>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

⁴⁴ Ver matéria da *Folha Online* disponível em: <<http://bit.ly/2L0A9Ym>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

e do trabalho aos domingos e feriados. Eventualmente as atas explicitam divergências nos posicionamentos das centrais.

A Câmara entre Governo e Servidores Públicos foi instalada em dezembro de 2011. Seu funcionamento foi bastante irregular, tendo muito poucas reuniões realizadas. A hipótese é a de que esta Câmara ficou paralisada devido a um impasse na regulamentação da Convenção 151, da OIT, que trata do direito de negociação no serviço público, ratificada no final do governo Lula e desde então pendente de um arcabouço jurídico na legislação nacional.

A Câmara entre Governo e Empresários foi instalada em outubro de 2011, não tendo se reunido novamente por mais de dois anos. A partir de então ela seguiu com reuniões esporádicas. Entre outros pontos, foram discutidos o contrato de curta duração e a representação da organização sindical de setores patronais. Parece claro nas atas que o interesse maior dessa Câmara foi sempre o da temática trabalhista, na busca de segurança jurídica no exercício de formas diversas de contrato flexível.

Nos últimos instantes do governo Dilma, em abril de 2016, a presidenta revogou o Decreto nº 1.617, de 1995, e instituiu, com o Decreto nº 8.732, o Conselho Nacional do Trabalho como órgão do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Confirma-se seu caráter consultivo, tripartite e paritário e se reafirma o propósito de “promover o primado da justiça social e o tripartismo no âmbito da legislação trabalhista, com vistas à democratização das relações de trabalho”. Para a definição das representações das bancadas, seguiu-se basicamente os mesmos critérios da Portaria de 2010⁴⁵.

Para Messias⁴⁶, é evidente que o governo, nesse processo, não fez uma aposta no tripartismo, perseguindo uma efetiva participação dos três segmentos na determinação das

⁴⁵ Disponível em: <<https://bit.ly/2OD4hI2>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

⁴⁶ Entrevista concedida aos autores em maio de 2018.

políticas com incidência no tema do trabalho. As situações criadas nessa direção foram quase sempre produto de iniciativas de governantes e representantes de trabalhadores e, em menor medida, de empresários. De fato, um dos limitadores do exercício do tripartismo é o desinteresse do segmento empresarial, apesar de se poder ver alguma retórica nesse sentido. A representação sindical ousou pouco em matéria de regulação das relações de trabalho; conteve-se em uma atitude fundamentalmente reativa às pressões empresariais e ou governamentais.

O CRT se mostrou muito restrito e limitado em seu escopo, sua pauta e seus resultados. Por tudo isso, durante todo o período coberto por esta pesquisa, ele se mostrou incapaz de se converter em lugar, por excelência, de discussões sobre os temas da regulação do trabalho no país. Na percepção de Colombi (2018), o CRT, ao fim e ao cabo, se configurou como um espaço para o movimento sindical buscar garantir sua própria sobrevivência, enquanto que para o setor patronal funcionou como meio de se certificar que medidas contrárias a seus interesses não seriam aprovadas.

Em 2015, ano em que se aprofunda a crise econômica e política e crescem as manifestações pelo *impeachment* de Dilma, as atas do Pleno Tripartite do CRT e das Câmaras Bipartite registram reuniões até maio. Entre abril e agosto, apesar de ter caráter provisório, o novo governo deu início ao desmanche do legado social dos governos Lula/Dilma.

Considerações finais

Desde a eclosão das lutas operárias e populares nos anos 1970, muito se percorreu entre formas de ação sindical direta e de participação institucional, com tensões internas e disputas para fora, com os campos empresarial e governamental. Nessa trajetória, o sindicalismo se modificou e ajudou a constituir e transformar os espaços nos quais atuou.

Na década de 1980, entre uma e outra forma de ação, registraram-se conquistas inéditas, sobretudo consagradas na Constituição de 1988. No período seguinte, um quadro socioeconômico adverso e governos hostis levaram a um arrefecimento das mobilizações sindicais e a uma certa prioridade (em parte por compensação) à participação em fóruns, comissões, conselhos e outros tipos de espaços de negociação social e de gestão de políticas públicas. Isso ocorreu, muitas vezes, ao preço alto desse tipo de ação sindical se restringir ao trato de políticas sociais *focais* e *compensatórias* e se ver preso a compromissos inibidores. A partir de 2003, um ambiente socioeconômico e político-institucional mais favorável abriu novas possibilidades, estimulando ainda mais a participação sindical institucional. O CDES, o FNT e o CRT foram alguns dentre os mais relevantes espaços de formulação concertada de políticas econômicas, sociais e laborais.

A experiência sindical vivenciada nas últimas décadas se revelou complexa e desafiadora. Neste estudo, procuramos combinar uma reconstituição histórica ampla – para uma melhor apreensão dos nexos entre o que aqui tomamos como pontos de partida e de chegada – e uma abordagem focada na experiência do CRT.

Um tema sobressaiu: o das possibilidades e limites da participação sindical institucional. Contextos diferenciados testaram caminhos e estratégias diversos. Não há lições definitivas. Alguns aspectos, entretanto, podemos realçar.

Os espaços de participação institucional se mostraram, apesar dos avanços, muito frágeis. Mesmo nos governos Lula-Dilma, em que os espaços de negociação social se multiplicaram, muitas vezes não passaram de formações *ad hoc* (como a Mesa Quadripartite para tratar da regulação da terceirização).

A negociação tripartite, inspirada no modelo da OIT, esbarra, no caso brasileiro, em pelo menos três obstáculos: os empresários não têm nessa negociação uma prioridade,

dela participando só quando a situação o exige ou quando têm necessidade desse espaço para obter legitimação social de suas demandas; os governos refletem a pouca referência da sociedade sobre práticas de participação e experiência no tripartismo; o sindicalismo, embora tenha convergido para atribuir estratégica importância à participação institucional e ao tripartismo, se encontra fortemente marcado por um desenho organizacional fragmentado e uma configuração político-ideológica muito heterogênea e marcada por disputas. Por outro lado, é necessário reconhecer que o exercício da negociação social em espaços tripartite em vários momentos decisivos forçou uma agenda em comum entre as centrais sindicais.

128

Apesar do sindicalismo ter, de modo geral, se gabaritado ao longo dos anos para ocupar uma grande diversidade de espaços institucionais, sua ação neles têm a marca da reatividade, agindo sobretudo quando se vê ameaçado pela ação governamental e/ou empresarial. Foi assim nos anos 1990, mas também sob os governos Lula-Dilma, quando as possibilidades se ampliaram.

Apesar das distâncias que hoje se nota entre as bandeiras que marcaram o surgimento do “novo sindicalismo” e as propostas defendidas pelas representações sindicais nos espaços institucionais (a exemplo do tema da liberdade e autonomia sindical e sobre como se fez concessões a ele por ocasião da discussão no FNT), é possível se constatar nexos entre um e outro.

A ruptura que se estabeleceu com o *impeachment* de Dilma certamente está propiciando ao sindicalismo uma situação desafiadora. Principalmente, ela problematiza uma dinâmica na qual o sindicalismo se encontrava acostumado à ação institucional, enquanto se vê desafiado a retomar com mais centralidade formas (renovadas) de ação direta.

Para ser bem-sucedido, o sindicalismo precisará saber (re)conhecer os novos conflitos do local de trabalho e o

novo perfil dos trabalhadores. Como construir espaços de participação institucional e negociação social efetivos, do ponto de vista dos trabalhadores e do sindicalismo, em tempo de pressão sistemática por flexibilização e perda de direitos? Não se trata de tarefa simples, com um mundo do trabalho cada vez mais marcado pela informalidade e flexibilização de relações de trabalho em ambientes *home office*, *coworking*, virtual, heterogêneo, fragmentado...

Roberto Véras de Oliveira

é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e bolsista de produtividade do CNPq.

Mario Henrique Guedes Ladosky

é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

129

Bibliografia

- ABRAMO, Laís Wendel. 1999. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial.
- ANTUNES, Ricardo. 1988. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-80*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Ensaio.
- ARBIX, Glauco. 1996. *Uma aposta no futuro: os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística*. São Paulo: Scritta.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; KREIN, José Dari. 2013. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil. *Caderno CRH*, v. 26, n. 68, pp. 273-292.
- BOITO JÚNIOR, Armando (org.). 1991. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra.

- COLOMBI, Ana Paula Fregnani. 2018. *A institucionalização do consenso: atuação da CUT e da FS durante os governos do PT (2003-2014)*. Tese de Doutorado em Economia Aplicada. Campinas: Unicamp.
- COMIN, Álvaro Augusto. 1995. *A estrutura sindical corporativa: um obstáculo à consolidação das Centrais Sindicais no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: USP.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 1995. Sistema democrático de relações de trabalho: desatar os nós. *InformaCUT*, n. 250. Não paginado.
- DAU, Denise. 2009. A expansão da terceirização no Brasil e a estratégia da CUT de enfrentamento à precarização do trabalho. In: DAU, Denise; RODRIGUES, Iram; CONCEIÇÃO, Jefferson (orgs.). *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho*. São Paulo: Annablume; CUT, pp. 167-186.
- GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula; TRÓPIA, Patrícia Vieira. 2015. *As Bases Sociais Das Novas Centrais Sindicais Brasileiras*. Curitiba: Appris.
- GALVÃO, Andréia; TRÓPIA, Patrícia Vieira. 2014. A CSP-Conlutas em perspectiva. In: OLIVEIRA, Roberto Verás; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (orgs.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, pp. 115-148.
- HUMPHREY, John. 1982. *Fazendo o "milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap.
- KREIN, José Dari. 2007. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005*. Tese de Doutorado em Economia Aplicada. Campinas: Unicamp.
- KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda de Barros. 2015. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000. *Cuadernos del Cendes*, v. 32, n. 89, pp. 47-82.
- LADOSKY, Mário. 2009. *A CUT no Governo Lula: da defesa da liberdade e autonomia à reforma sindical inconclusa*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: USP.
- MARONI, Amnéris. 1982. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense.
- OLIVEIRA, Francisco. 1998. Corporativismo: conceito ou emplastro? *Democracia Viva*, n. 3, pp. 7-16.
- OLIVEIRA, Marco Antonio. 2002. *Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil: da era Vargas ao governo FHC*. Tese de Doutorado em Ciências Econômicas. Campinas: Unicamp.

- OLIVEIRA, Roberto Vêras. 2006. *Qualificar para quê? qualificação para quem? do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje*. São Paulo: UniTrabalho; Campinas Grande: EdUFCG.
- _____. 2011. *Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: Annablume.
- _____. 2014. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, pp. 111-136.
- POCHMANN, Marcio. 1999. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século, São Paulo: Contexto.
- _____. 2009. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 66, pp. 41-52.
- RAMALHO, José Ricardo; CORDEIRO, Marina de Carvalho; SILVA, Eduardo Ângelo. 2014. O movimento sindical urbano no exercício da participação. In: LEITE LOPES, José Sérgio; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia (orgs.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, pp. 41-65.
- RODRIGUES, Iram Jácome. 2011. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT (1983-1993)*. 2. ed. São Paulo: LTr.
- RODRIGUES, Leôncio Martins; CARDOSO, Adalberto Moreira. 1993. *A Força Sindical: uma análise sócio-política*. São Paulo: Paz e Terra.
- SADER, Éder. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TATAGIBA, Luciana. 2002. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 47-103.
- TELLES, Vera da Silva. 1999. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- TRÓPIA, Patrícia Vieira. 2009. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular.



TRABALHO E POLÍTICA EM SÃO BERNARDO: ARQUEOLOGIA DE UMA HEGEMONIA PRECÁRIA

Ruy Braga^a

^aé professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP,

Brasil. E-mail: <ruy.braga@usp.br>

Orcid: 0000-0002-8512-4306

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-133165/104>

Apresentação

Em março de 2016, a convite da professora Natalia Brizuela, participei do lançamento do dossiê da revista *Film Quarterly* (v. 69, n. 3) dedicado ao legado do cineasta Eduardo Coutinho. O evento ocorreu no intervalo da apresentação de dois documentários de Coutinho, *Boca de Lixo* (1993) e *Peões* (2004), no prédio recém-inaugurado do Berkeley Art Museum and Pacific Film Archive (BAMPFA). A professora Brizuela pediu-me para introduzir o filme *Peões* ao público presente e, rapidamente, fiz alguns comentários sobre o método etnográfico “radical” de Coutinho e sua habilidade de condensar os dilemas da visão social de mundo dos subalternos em entrevistas traspassadas por um profundo sentido de dignidade humana.

Além disso, busquei contextualizar historicamente o tema de *Peões*, isto é, o filme que, rodado em 2002, ano da eleição de Lula da Silva, Coutinho dedicou à trajetória da classe operária fordista do ABCD paulista. Observei como o documentarista foi hábil em restituir a agência histórica aos próprios trabalhadores. Afinal, tendo em

vista o sucesso de Lula da Silva e da burocracia sindical de São Bernardo, muitas vezes não nos lembramos que foi aquela classe operária semiqualficada, retratada nas telas por meio de algumas trajetórias individuais exemplares, a verdadeira protagonista do ciclo das greves de 1978, 1979 e 1980. Insisti na ideia de que os peões explicam o ativismo de Lula da Silva, mas Lula da Silva não consegue explicar o ativismo dos peões¹.

134 Lembrei ao público que após o golpe de 1964, a ditadura civil-militar interveio nos sindicatos, perseguindo as lideranças comunistas do ABCD paulista e substituindo-as por antigos pelegos diversas vezes batidos nas eleições sindicais e usualmente alinhados aos setores conservadores da igreja católica. Paulo Vidal foi o mais bem-sucedido desses sindicalistas. Conhecido por entregar militantes de esquerda para a polícia e ameaçar quem falasse em greve, Vidal foi o predecessor de Lula da Silva na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. O “sindicalismo autêntico”, como ficou conhecido esse estilo sindical, nada mais era do que uma tentativa extemporânea de negociar com as multinacionais da região pequenas concessões materiais ao estilo do *business unionism* estadunidense (sindicalismo de negócios), no qual a nova burocracia de São Bernardo espelhava-se.

Deparando-se com o total desinteresse das empresas em negociar com os trabalhadores, afinal, o golpe de 1964, entre outras funções, serviu para barrar as concessões materiais ao operariado, conquistadas pelas greves do período populista, e pressionados pelo aumento da mobilização das suas próprias bases, a escolha de Lula da Silva como sucessor de Paulo Vidal em 1976 marcou o momento da renovação das velhas práticas pelegas de controle da insatisfação operária pela burocracia sindical. Diante da inevitabilidade da

¹ Ver, entre outros, Batalha (2000) e Marson (1992).

greve, Lula da Silva soube se reinventar politicamente, passando de instrumento do assistencialismo sindical à principal liderança de um movimento operário intempestivo e, até certo ponto, imprevisível.

No entanto, o documentário de Coutinho mostra uma dimensão ainda mais sutil dessa história. Na realidade, o filme soube capturar a relação dialética entre a insatisfação, os desejos e as iniciativas políticas dos peões, verdadeiros sujeitos de sua própria história, e a tentativa de controlar esta agência empreendida por Lula da Silva. Recorrendo a outros filmes da época, em especial, o já clássico *Linha de Montagem* (1982) de Renato Tapajós, Coutinho revelou por meio de detalhes – o choro, a ansiedade, a chantagem emocional e o pedido do voto de confiança –, o nascimento de uma liderança política ainda desconfiada de sua própria força.

Ao mesmo tempo, o cineasta mostrou como nesses instantes de fragilidade de Lula da Silva, os dilemas dos próprios operários em seu “fazer-se” história condensavam-se e encontravam um sentido mais ou menos consciente. Trata-se do nascimento de uma forma de hegemonia precária capaz de amalgamar o consentimento popular em torno de um projeto burocrático de poder, ainda que à custa de sua autodeterminação política, isto é, como grupo social capaz de definir autonomamente seus próprios objetivos (Oliveira, Braga e Rizek, 2010). Assim, forjou-se a relação entre os peões e a burocracia sindical de São Bernardo, ao mesmo tempo, limitando e potencializando a pulsão plebeia por trás do ciclo grevista, além de conduzi-la na direção da negociação com o regime autoritário e com as empresas da região. Sabemos que daí surgiu um líder cuja legitimidade deriva do controle da insatisfação popular por meio de negociações que lentamente garantem pequenas concessões aos trabalhadores. Uma força social reformista a afiançar o armistício entre a autonomia dos subalternos e a presunção dos dominantes.

Trabalho e política: o regime fabril despótico de São Bernardo

Obviamente, essa história remonta à integração do operariado fordista do cinturão industrial de São Paulo ao regime fabril despótico consolidado pela regulação autoritária durante o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, período conhecido como “milagre brasileiro” devido às altas taxas de crescimento econômico. O objetivo deste artigo consiste em revisitar etnografias do trabalho operário e estudos de caso que se concentraram na análise da formação da inquietação operária na região do ABCD paulista a fim revelar os momentos-chave que explicam a eclosão daquele ciclo grevista ocorrido há exatos quarenta anos atrás. Além disso, pretendemos identificar o surgimento do embrião daquela relação social hegemônica que aproximadamente três décadas mais tarde, iria assumir, por meio do governo federal, a direção do modelo de desenvolvimento brasileiro, florescendo como a base do modo de regulação lulista dos conflitos sociais.

136

Em nossa opinião, essa relação social começou a se insinuar durante a primeira metade dos anos 1970 através das iniciativas da burocracia sindical de São Bernardo em estabelecer negociações por melhores salários e condições de trabalho nas fábricas. Concentrando-se em empresas automobilísticas de São Bernardo – uma delas, a mesma pesquisada por Rodrigues cerca de uma década antes –, Humphrey refutou a ideia de que o precariado metalúrgico seria formado majoritariamente por operários jovens e sem tradição de trabalho industrial². Nas duas fábricas automobilísticas

² Empregamos o conceito de “precariado” para designar o proletariado precariado, isto é, aquela fração da classe trabalhadora desqualificada ou semiqualficada que é submetida a altas taxas de rotatividade do trabalho. Devemos acrescentar também os jovens trabalhadores à procura do primeiro emprego, indivíduos que estão na informalidade e desejam alcançar o emprego formal, além de trabalhadores subremunerados (no caso brasileiro, aqueles que recebem até um salário mínimo e meio) e inseridos em condições degradantes de trabalho. Uma população que, no

estudadas, cerca de 61% dos operários eram classificados pela companhia como operários não qualificados (20%) ou semiqualeificados (41%), a maioria já contando com algum grau de experiência urbana e industrial. A despeito dessa proporção ser mais elevada do que as encontradas nos setores tradicionais, esse percentual não diferenciava a indústria automobilística dos demais ramos metalúrgicos.

A abundante oferta de força de trabalho não qualificada no pós-guerra, somada aos progressos da automação e do controle gerencial, estimulou as montadoras a recrutar no mercado externo de trabalho. Na medida em que a experiência operária era menos importante para a elevação da produtividade do trabalho, o interesse das empresas em estabilizar os trabalhadores declinou. Como bem demonstrou Humphrey, a política da rotatividade da força de trabalho ajudava a estruturar um sistema industrial que não apenas servia para garantir a obtenção da disciplina operária devido ao medo do desemprego, como também favorecia o aumento de produtividade.

A subordinação da folha salarial ao departamento financeiro das empresas também permite perceber por que a progressão funcional levava à demissão. Ao progredirem na carreira, os operários semiqualeificados que alcançavam as posições mais altas eram demitidos e substituídos por jovens não qualificados, que recomeçavam o ciclo. Este supunha a existência de uma complexa hierarquia salarial que anunciava aumentos atribuídos em parcelas e por períodos conforme o parecer das chefias. O operário buscava, então, trabalhar disciplinadamente para ascender a uma faixa salarial mais elevada. Quando o operário por fim conseguia

137

Brasil, aumentou muito desde a década de 1990. Não nos esqueçamos que, mesmo com o avanço da formalização do emprego entre os anos de 2003 e 2015, as taxas de rotatividade, de flexibilização e de terceirização e o número de acidentes de trabalho no país subiram no mesmo período. Em suma, o precariado é formado pelo setor da classe trabalhadora pressionado pelo aumento da exploração econômica e pela ameaça da exclusão social (Braga, 2012).

alcançar essa faixa, era demitido e substituído por outro, que recomeçava com um impulso renovado o mesmo ciclo desde as faixas salariais mais baixas.

Assim, não é difícil compreender o desinteresse da indústria em negociar com os sindicatos. Para Humphrey (1983), esse sistema industrial conduziu os operários da indústria automobilística na direção dos mesmos interesses do restante da classe trabalhadora brasileira. Além disso, após 1964, o precariado metalúrgico – diferentemente dos operários qualificados que ainda percebiam certos reajustes salariais – sofreu mais agudamente com a carestia. Durante o período do “milagre econômico” (1968-1975), a inquietação operária motivada pela deterioração salarial, assim como pela intensificação da produtividade do trabalho, fomentou formas passivas de resistência entre as fileiras operárias:

138

Cada um tem uma mentalidade. Tem pessoas que zela pela sua máquina, cuida. Outras vê a máquina cum raiva. Qué destruí. Cabá cum aquilo. Isso acontece dimais numa seção. E se alguém fala cum eles... ele fala: Num é meu não, rapaiz... Deixa isso cabá. [...] Quando recebe uma órdi... a maioria das pessoa vai quétinho fazê aquilo mais pur dentru ele tá remuendo (Rainho, 1980, p. 65).

Ou ainda:

Então, eu conversei cum ele e falei: escuta u senhor não passa pelo nosso problema. U senhor não tem que enfrentá aquela fila de torneira. U senhor num tem que pegá u ônibus. U senhor tem u seu carro. U senhor não suja as mãos. U senhor é mestre. U senhor lida cum papel. U senhor teria que passar pelo nosso problema pra entendê u qui é isso. Mas ele fala não, que a norma da firma é essa e que nós temo que... vivê assim. Então, a gente combinô, sabe? Isso foi uma reação da turma... ele qué nos proibí saí

cinco e vinte e cinco da seção, falamos: Não, nós temo que saí todo mundo junto cinco e vinte e cinco, até ele desisti. Ele vai ameaçá, dá carta de advertência... fazê u diabo. Mas a gente num deve desisti, sabe? Cinco e vinte e cinco sai todo mundo junto. E, nós tamo saindo. E ele fica doido, sabe? Então, a gente sai cinco e vinte cinco, depois volta pra seção pra marcá u cartão (Rainho, 1980, p. 77).

Isso sem mencionar o descontentamento com o trabalho noturno e com o interminável número de horas extras que, tendo em vista a pressão das empresas, o operariado como um todo era obrigado a aceitar. Na realidade, os longos períodos de horas extras em um setor que normalmente exige acentuado esforço físico, ocasionando fadiga intensa e acidentes de trabalho, consolidaram-se como uma prática comum na indústria automobilística brasileira:

Esse problema de extra... isso aí é um troço antigo... ninguém conserta. A firma interessa e às vez u peão exige... inclusive nu meu setor eles tão na maior briga lá. Uns elemento querem emprestado pra outro setor pra fazê hora extra... esse otro setor u pessoal num fazia hora extra... num querem fazê hora extra, reivindicando melhó salário. Então eles deixam de pagá... u salário... um pouquinho mais pr'aqueles que eles mantém aquilo lá... e eles às vez vão pagá o dobro mais... elementos que ali em baixo tá ganhando quatro... eles vão pagá oito pru peão í fazê aquela hora extra. E u peão vai. Vai matando. Porque ele ganha um pouquinho mais. Aquilo pra ele fazendo hora extra é um negócio. Sem sabê que ele tá prejudicando u companheiro e ele... aí então quando foi agora, esses dias... é... devido u pessoal tê entrado cum u processo de pedido de integração de hora extra, férias, décimo tercero, essas coisa. [...] Ocê tem que sabê que si ocê num vivê cum oito hora, ocê num vive nem cum vinte. Depois ocê tem que sabê que se ocê

fô fazê hora extra só a firma é que tem a ganhá: ocê perde a saúde, energia, prejudica aquele seu companheiro, tira o emprego de dois ou treis que tá lá fora precisando de trabaiá (Rainho, 1980, p. 101).

Facilmente substituído e percebendo salários menores, o precariado metalúrgico experimentava sérias limitações para poder resistir à imposição das longas jornadas e ao aumento dos ritmos do trabalho. Na vívida descrição de Rainho, podemos compreender os expedientes utilizados por esses trabalhadores para aumentar a produção, assim como apreender a multiplicidade de fontes de pressão pela intensificação dos ritmos de trabalho que os submetiam:

140

Mas, como apesar do estado permanente de cansaço os operários não podem deixar de produzir, fazem, então, o que chamam de “apelar” para conseguirem “vencer” o dia de trabalho. [...] Durante um certo tempo, mesmo o corpo não querendo, abstraem-se de tudo e voltam-se inteira e obcecadamente para o trabalho que, realizado com afinco e rapidez, lhes possibilita “esquentar o sangue” e ir até o final do expediente. Mas tendo acostumado o corpo ao ritmo, ele não pode ser esfriado. No entanto, invariavelmente, isso acontece com as interrupções para refeições. É então, na oportunidade, que recorrem à bebida como estimulante, em bares existentes nas proximidades das fábricas... [...] Pode também ser atribuído [o ritmo intenso de trabalho] a outros fatores, tais como: a) competição e rivalidade entre as turmas, que “já faz parte da personalidade das empresas”, embora não seja assim percebida pelos próprios operários; b) pessoas em experiência que, no afã de serem aprovadas para admissão definitiva, “dão tudo o que têm”; c) outros, desejosos de obter aumento ou promoção, trabalham intensamente para mostrar aos chefes que são “bons”; d) os que não possuindo “vícios” não dosam suas energias e,

finalmente, e) o receio de serem demitidos por não dar produção como os demais (Rainho, 1980, pp. 244-245).

Os efeitos do aumento do esforço físico eram visíveis não apenas no permanente estado de esgotamento do operário, mas, sobretudo, no aumento da produção. Entre 1970 e 1978, por exemplo, a produção na empresa revisitada por Humphrey havia dobrado, sem qualquer modernização saliente da base técnica. Não é de espantar que, a certa altura, a gerência tivesse simplesmente abandonado a cronometragem das tarefas, passando a exigir das diferentes seções metas arbitrárias: “Antes a gente tinha cronometragem. Aí estava certo. Mas agora já não. [...] Se tem dez pessoas fazendo um serviço, eles já estão pensando que é demais e que devem tirar mais dois. Às vezes não dá. Todo mundo sai nervoso daqui” (Humphrey, 1983, p. 90). Evidentemente, os problemas relacionados com as condições de saúde e de segurança dos trabalhadores aumentavam. Tendo em vista as características gerais desse sistema industrial, o que a indústria automobilística deveria fazer para atrair novos operários, renovar os ritmos e garantir a elevação da produtividade no setor? A solução inspirou-se no próprio Ford, ou seja, nos chamados “altos salários”.

E o ciclo se completa: quando o precariado metalúrgico não conseguia mais acompanhar o ritmo e “dar a produção”, seja por conta de fadiga, acidente ou adoecimento, era facilmente substituído por uma nova onda de jovens trabalhadores atraídos pelos altos salários praticados no setor. Além disso, produto da política de rotatividade do trabalho, as maciças flutuações do emprego no setor atingiam predominantemente o jovem precariado metalúrgico. A intensa rotação da força de trabalho, além de servir como meio de disciplinarização dos trabalhadores, correspondia à estratégia das montadoras de descarregar sobre o precariado o ônus das flutuações cíclicas das vendas de veículos,

garantindo o aumento das margens de lucro: caso houvesse queda da demanda, os custos relativos ao pessoal deveriam ser adequados ao montante dessa queda e o volume do emprego ficava atrelado à flutuação das vendas.

Se fora da empresa os trabalhadores enfrentavam a ditadura militar, dentro das fábricas encontravam-se submetidos à autocracia dos departamentos financeiros: precariedade do emprego, instabilidade dos salários, condições inadequadas de segurança, cadências produtivas “infernais”, arbitrariedade gerencial... Um ex-operário da Ford sintetizou da seguinte maneira os efeitos da combinação entre o controle e a rotatividade do operariado de São Bernardo:

Na maioria das vezes o peão, antes de ser admitido, pensa que vai trabalhar num lugar agradável, limpo, que lhe proporcionará bem-estar, segurança e bom relacionamento. Pode pensar que vai realizar aí sua vida como profissional e pessoa humana. Logo, porém, vem a realidade. Tudo isso apenas encobre algo que lembra um campo de concentração. [...] Tudo dentro da fábrica está organizado para tirar o máximo do operário às custas de um desgaste físico insuportável, poluição, barulho e ritmo incansável de trabalho que deixa a pessoa humana despossuída de todas as reservas físicas, mentais e morais. [...] Quando o físico e a mente estão esgotados; quando o operário já adquiriu o suficiente número de doenças industriais incuráveis; quando vai ficando só o bagaço, então vem a substituição por um operário novo que entregará suas melhores energias que ficarão cristalizadas nos carros bonitos, produtos de seu suor, que percorrem e engarrafam as ruas das cidades, num ritmo louco de produção e consumismo muitas vezes inútil. [...] Existe a divisão artificial entre especializados e não especializados, diferenças de categorias e em cada categoria escalas, todas divisões, A.B.C.D., artificiais, com pequenas diferenças de salários, a fim de promover a concorrência

entre os próprios operários e criar a ilusão de uma luta individual para subir de escalão; o que age contra o espírito coletivo de luta, e cria a disputa para aumentar e melhorar a produção (Brito, 1989, pp. 29-30).

Percebendo a fragilidade do sindicato em negociar salários e melhores condições de trabalho, a situação encontrada por Humphrey em 1975 pode ser descrita como de relativa inatividade. Mesmo assim, o autor reconheceu nos protestos “espontâneos” por melhores salários, liderados pelos operários qualificados das montadoras em 1973 e 1974, consistentes indícios da existência de focos de resistência operária. Combinando repressão com aumentos diferenciais de salários, a reação das empresas foi suficiente para controlar a situação, restabelecendo a “normalidade” do processo de trabalho. No entanto, logo após o fim das paralisações, o precariado metalúrgico experimentou um acentuado aumento da carga de trabalho.

Temendo a demissão, os trabalhadores submeteram-se aos ritmos impostos pelas gerências. Apesar disso, os protestos de 1973 e 1974 demonstraram a existência de uma inquietação na base suficientemente forte para alimantar a retomada das reivindicações no setor. Humphrey chega mesmo a comparar as respostas ao questionário de Rodrigues relativas às atitudes sindicais com outras obtidas a partir da tabulação de seu próprio questionário. Argumenta, então, que seus dados, apesar de não serem suficientes para afirmar que as fábricas de automóveis no Brasil estariam povoadas de operários com consciência de classe, permitiam ao menos afastar o ceticismo em relação à auto-organização sindical.

Da consciência contingente à consciência necessária

Entendimento próximo já podia ser observado na pesquisa de campo realizada por Celso Frederico no final dos

anos 1960³. Entrevistando operários de uma metalúrgica de Santo André, Frederico soube anunciar pioneiramente a transformação do conhecimento do objeto rumo à análise do regime fabril. Mobilizando um amplo cabedal de autores marxistas clássicos e contemporâneos – de Lukács a Lenin, passando por Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel –, o autor construiu uma interpretação relativamente inédita entre nós a respeito da consciência operária, cujo eixo gravitava em torno da teoria lukacsiana da *reifização*⁴. Assim, buscou compreender a consciência do grupo operário como uma processualidade na qual coexistiam, contraditoriamente, tanto a “falsa consciência” – isto é, as formas contingentes, fragmentadas e imediatas da consciência psicológica dos operários subsumidos ao processo de coisificação das relações capitalistas de produção – quanto vestígios de “consciência necessária”, ou seja, a consciência capaz de reconhecer no operariado um sujeito político.

144

Amparado por suas entrevistas, ele concluiu que os operários mais qualificados e experientes atuavam como o grupo mais avançado e reivindicativo dentro da fábrica e que os ajudantes – pelo fato de serem jovens, solteiros, não qualificados ou semiquilificados – representavam uma massa politicamente inorgânica. Ainda assim, Frederico identificou formas elementares da consciência de classe que, em determinadas condições históricas, poderiam evoluir para formas politicamente ativas. Por constituírem o setor mais dominado e explorado do grupo operário, o precariado metalúrgico, mesmo interpretando sua situação em termos mais vantajosos do que a do precariado rural, percebia claramente as dificuldades para progredir no interior da empresa. Por um lado, se a expectativa de progresso ocupacional reforçava certo *conformismo*, por outro, essa esperança

³ Ver Frederico (1978).

⁴ Evidentemente, não ignoramos o trabalho pioneiro de Michael Löwy sobre *História e consciência de classe*. Ver Löwy (1962) e Löwy e Chucid (1962).

chocava-se cotidianamente com o medo da demissão, a realidade da carestia e a intensificação do trabalho. Em certos momentos, essa *tensão latente* conseguia erodir as barreiras do conformismo, vocalizando uma inquietação capaz de fustigar até mesmo o sindicato:

Pedro: “O sindicato tinha mais força antigamente. Agora ele caiu muito com a mudança de governo. O Castelo Branco entrou aí e acabou com tudo. O sindicato não pega mais força. Antes do Castelo os sindicatos tinham força, depois mudou. O Castelo disse que sindicato não resolvia nada, era tudo com ele que se resolvia. O sindicato perdeu a força que tinha. Naquela época, se o cara queria aumento, arrumava cinco pessoas, ia lá e resolvia. Até greve podia fazer que o sindicato garantia. Agora aumento é só de ano em ano por lei, e se os trabalhadores fazem greve o patrão chama a cavalaria sobre a gente. O Presidente da República ajudava o sindicato, qualquer coisa o sindicato falava com o presidente e conseguia. Agora o sindicato tem uma desculpa: diz que os trabalhadores caíram muito, que eles estão com medo”.

Ciro: “O sindicato não vale mais nada. Antigamente ele tinha mais força, mandava parar, parava. Depois que entrou o governo militar, eles cassaram e prenderam os dirigentes sindicais. Hoje é tudo mandado pelo governo. Antigamente tinha greve, eles tinham força para fazer greve e pedir aumento. Eles tinham força porque o governo apoiava eles também. Não é que apoiava, é que tinha liberdade de fazer. Com esse governo acabou. Os operários não fazem mais greve porque não podem. Agora não pode nem falar, o governo prende” (Frederico, 1978, pp. 62-63).

145

Nem por isso o conformismo instalou entre os metalúrgicos. Incerta, a inquietação operária assumiu a forma da contenção da produção. Objetivando pressionar a empresa por aumentos salariais, a conhecida técnica de diminuir o

ritmo de trabalho surgiu como um estratagema dos grupos profissionais para pressionar a gerência. Em certa medida, a limitação produtiva substituiu o recurso à greve. Tendo em vista a fragilidade do movimento sindical, os operários se viam cada dia mais dependentes da utilização de enfrentamentos “espontâneos” no chão de fábrica para defender seus salários. Nesse sentido, a contenção identificada por Celso Frederico entre os anos de 1970 e 1971 prefigurou a resistência operária em 1978:

Orlando: “O engenheiro chegou pedindo aumento de produção, mas não falou em aumento de salário. No primeiro dia nós demos a produção que ele queria e pedimos aumento. Ele negou. Todo mundo amarrou a produção! Foi impressionante! Não foi um nem dois, foi todo mundo. Aí entramos em entendimento e deram aumento. Antes disso houve ameaças de despedir os operários, mas como era todo mundo que amarrava eles não podiam mandar todos embora” (Frederico, 1978, p. 91).

146

De fato, se a condição operária é capaz de promover uma espécie de *consciência prática crítica* do sistema de relações industriais fordista, não devemos negligenciar o papel que a *crítica prática*, isto é, aquelas “orientações políticas assumidas pelas organizações sindicais e partidárias”, cumpriu no amadurecimento da experiência operária. Herdados do período populista e intensamente perseguidos pelos militares, os agrupamentos políticos ressurgiram nas oposições sindicais. Estas empenharam-se em organizar “comitês de fábrica”, passando a disputar com o aparato burocrático a influência sobre o operariado. Se durante o “milagre” econômico a influência das oposições sindicais nas fábricas tendeu a declinar tendo em vista a combinação da repressão militar com a delação dos militantes pelos “pelegos sindicais”, já em meados dos anos 1970 a revivificação do ativismo na base referendou o trabalho das oposições.

O golpe de 1964 redefiniu o peso da classe trabalhadora no interior do modelo de desenvolvimento. As altas taxas de crescimento econômico entre 1968 e 1975, somadas à repressão ao operariado, deslocaram as tensões classistas para o interior das fábricas, ocultando a deterioração de salários e de condições de trabalho por meio de uma mobilidade ascendente acessível a uma minoria. De fato, imediatamente após o golpe, a destruição do sindicalismo populista e o recuo dos sindicatos para uma função de mero apoio assistencial erodiram o poder de barganha da classe operária. Além disso, a implantação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao facilitar as demissões, estimulou a concorrência entre os próprios trabalhadores, pressionando os salários para baixo. Para completar esse quadro, os operários temiam que uma eventual participação no sindicato redundasse em prisões e inquéritos na Justiça Militar.

Além disso, como bem observou Frederico, a passagem da barganha salarial coletiva para a barganha individual serviu para aumentar ainda mais a fratura no interior da própria classe. O jovem precariado metalúrgico viu a distância entre seus salários e os dos grupos profissionais aumentar. Enquanto estes procuravam se defender do arrocho por meios “corporativistas”, o precariado viu-se abandonado à própria sorte.

147

Da burocracia sindical à vanguarda metalúrgica

Em meados da década de 1970, esse grupo operário insatisfeito com a rotatividade, a intensidade do trabalho e o aumento da carestia encontrou-se com uma burocracia sindical herdeira do colapso do populismo em busca de sua própria identidade: a pauta reivindicativa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo acantonava demandas que iam da liberalização do controle sobre os sindicatos à negociação coletiva livre com o restabelecimento do direito de greve. Contudo, a mesma pauta nada dizia sobre o fim da

unicidade sindical. Outro importante ponto da reivindicação metalúrgica era a demanda por comissões de fábricas mistas no interior das empresas, com garantias de estabilidade para os delegados sindicais.

Carente de canais de comunicação com o governo e com as empresas, pressionada pelas condições de vida das bases e pela presença da oposição sindical, essa burocracia liderada por um conhecido “pelego”, Paulo Vidal, foi apurando sua prática “apolítica”: facilitar a filiação dos trabalhadores ao sindicato, aperfeiçoar o serviço de assistência médica e social e construir uma nova sede, além de manter permanentemente o foco sobre o poder de compra dos salários. E no momento em que a ditadura militar começava a emitir os primeiros sinais de fadiga, essa burocracia mostrou-se permeável à inquietação operária, especialmente em relação à insatisfação com as horas extras e com a rotatividade do trabalho. Em grande medida, essa sensibilidade decorria do fato de que uma parte importante dessa burocracia se originara no setor automobilístico⁵.

148

As demandas dos sindicalistas de São Bernardo mostraram-se afinadas com a limitação do controle do Estado sobre os sindicatos e com o restabelecimento dos direitos democráticos aos trabalhadores. Foram as principais características do fordismo periférico, tais como o despotismo fabril, a alta rotatividade e as longas jornadas, somadas à repressão política e ao arrocho salarial, que alimentaram a inquietação operária, conduzindo a burocracia sindical ao confronto com as empresas e os governos⁶. Buscando soluções para os problemas imediatos do operariado metalúrgico, essa burocracia – particularmente após a entronização de Lula

⁵ Por burocracia sindical entendemos um fenômeno social, a um só tempo, econômico, institucional e político, apoiado sobre o desenvolvimento de uma camada social que se apropria de funções organizativas previamente exercidas pelos próprios trabalhadores, ou seja, a burocracia operária. Ver Mandel (1992).

⁶ Sobre o conceito de despotismo fabril, ver Burawoy (1985).

da Silva na presidência do sindicato, em 1975 – inspirou a mobilização de outros grupos de trabalhadores pelo direito de greve, por conquistas salariais, por formas de negociação coletiva e pela redemocratização do país.

A recessão econômica experimentada pelo capitalismo avançado, entre 1973 e 1979, atingiu a economia brasileira, deteriorando a capacidade do país de pagar encargos da dívida externa. Assim, em meados na década de 1970, o regime começa a emitir os primeiros sinais de distensão política, com a escolha de Ernesto Geisel para a Presidência da República. Além disso, a denúncia de manipulação dos índices inflacionários de 1973 a 1975 somou-se à insatisfação com a carestia, incentivando a campanha pela reposição salarial de 1977 e a eclosão do grande ciclo grevista do ABCD paulista. A inquietação que catalisou esse ciclo grevista apoiou-se na convergência de um pequeno grupo qualificado e relativamente estável de trabalhadores com o jovem precariado metalúrgico, concentrado e permeável à ação dos agrupamentos políticos clandestinos nas fábricas.

Em termos sumários, tendo em vista, sobretudo, o incremento do número de sindicalizados e o militantismo demonstrado por seus novos quadros, a burocracia sindical de São Bernardo passou por uma revivificação que culminou, em 1975, na eleição de Lula da Silva para a presidência da entidade. O sindicato passou então a ser reconhecido como um interlocutor confiável por algumas empresas-chave do setor, dentre as quais a própria Ford. Mas a grande reviravolta na conjuntura adveio do encontro da crise econômica com um renovado criticismo da sociedade civil. Cresce, então, a oposição nas ruas – protestos estudantis – e na imprensa – por meio de periódicos alternativos etc. –, além de vitórias eleitorais significativas da oposição parlamentar. Um esboço de distensão do regime começou a ser ventilado por lideranças militares e as direções sindicais se sentiram mais livres para retomar uma atividade militante

mais combativa. Em São Bernardo, a burocracia sindical decidiu lançar uma campanha salarial apoiada em um notável esforço de panfletagem e em assembleias com ampla participação dos trabalhadores.

Da rebeldia das bases ao ciclo das greves

Em 1977, a euforia com o “milagre econômico” já havia passado. Ao contrário, atingidos pela carestia e submetidos a duras condições de trabalho, os metalúrgicos experimentavam o aumento da desigualdade promovido pelo modelo de desenvolvimento: “Uns dizem que o Brasil tá melhorando muito. Outros dizem: Olha, é cumo uma abobra podre... [...] O Brasil tá melhorando para os ricos e piorando para os pobres. [...] Os aumentos do salário não resolvem a situação” (citado em Rainho, 1980, pp. 156-157). Além disso, a experiência com as eleições parlamentares de 1974, quando o opositorista Movimento Democrático Brasileiro (MDB) inesperadamente venceu a Aliança Renovadora Nacional (Arena) por ampla margem de votos, deixou claro que mesmo uma vitória da oposição parlamentar não seria suficiente para alterar a situação dos operários. O desinteresse dos metalúrgicos pela eleição de 1978 mostrou que eles se distanciavam de uma solução parlamentar para os impasses do regime:

As eleições, pur exemplo, são daí a quinze dias, mais u pessoal num tem nem comentado. Mesmo sendo pessoal de fábrica, é a primeira eleição qui eu vejo uma frieza total da classe. [...] Ninguém fala que vai votá nesse ou naquele. Cumo política, eu nunca vi uma pulítica tão fria desse jeito. Parece qui u operário tá dando u maior desprezo em pulítica. [...] Na última eleição eu votei no Quércia e MDB e esse ano vou votá novamente no MDB que vai entortar a Arena. Agora pra mim nem um dos dois partidos fazem diferença (citado em Rainho, 1980, pp. 155-156).

A essa decepção somou-se a indignação com a manipulação dos índices inflacionários. Liderada pelo sindicato de São Bernardo, a campanha salarial de 1977 enfatizou a necessidade de recuperar tais perdas. Como resultado do esforço de mobilização do sindicato, as assembleias operárias tornaram-se muito concorridas, levando a direção sindical a usar campos de futebol para abrigar a imensa quantidade de trabalhadores que queria participar das reuniões. A agitação operária, naturalmente, repercutiu no interior das fábricas, onde os operários usavam qualquer horário disponível para debater a campanha. Comissões de fábrica foram criadas nas empresas em que não existiam e as comissões já existentes foram renovadas pela mobilização das bases.

Diante desse quadro, Lula da Silva declarou em seu discurso de posse à frente do sindicato, em 21 de abril de 1978, que a paciência em negociar com as empresas e com o governo já havia se esgotado:

Depois de sete meses, cheguei lamentavelmente à conclusão de que a classe empresarial não quer negociar com seus trabalhadores, mas tirar toda a sua força física, até a última gota de suor. Por isso está na hora de deixar o diálogo de lado e partir para a exigência. Sem medo de nada (Lula da Silva apud Antunes, 1992, p. 18).

A campanha salarial de 1978 representou para a burocracia sindical uma oportunidade ímpar, não apenas de consolidar o nível de mobilização conquistado no ano anterior, mas também de atrair os operários mais ativos na base.

A campanha enfatizou a inutilidade da negociação com o governo, afirmando que para reaver as perdas salariais os metalúrgicos deviam paralisar a produção: “Foi uma campanha de praticamente cinco meses, mostrando ao operário que ele só recuperaria esse dinheiro se partisse pro pau. E quando nós trabalhadores usamos esse linguajar

de partir pro pau, não é brigar não, é simplesmente parar as máquinas” (Lula da Silva apud Humphrey, 1983, p. 156). As reivindicações espalharam-se de forma rápida pelas empresas, evidenciando um avançado processo de auto-organização das bases. Apesar da disposição demonstrada pela burocracia sindical de São Bernardo, de estreitar os vínculos com o jovem precariado metalúrgico, a eclosão de um forte movimento grevista enraizado no chão de fábrica apanhou de surpresa até mesmo a diretoria recém-eleita. Nesse momento, o papel do sindicato limitou-se a intermediar os conflitos entre os operários grevistas e as empresas. Nas palavras de Lula da Silva:

A ação da direção sindical foi mais no sentido de representação do movimento grevista nas fábricas, quando solicitada pelos trabalhadores (e em alguns casos pelo próprio patronato, com o objetivo de buscar canais de negociação). No momento inicial, quando da eclosão das primeiras greves, o Sindicato atuou inclusive mais como intermediação entre o operariado e a direção fabril (Lula da Silva apud Antunes, 1992, p. 34).

152

No entanto, isso não quer dizer que as primeiras paralisações fossem de todo inesperadas. Dando mostras de sagacidade política, o sindicato já havia integrado na chapa de 1978 a parte mais ativa das jovens lideranças surgidas na região. Nesse momento, também a burocracia sindical amadureceu politicamente. Refletindo alguns meses antes do início das greves de 1978 sobre os limites do modelo de desenvolvimento, Lula da Silva afirmou:

“Mas vocês não podem parar as fábricas.” Não pode em termos. Vamos dar mais um tempo que vamos ver se podemos ou não podemos. Não vejo outra forma, pô. Conversar com patrão? Já conversamos. Conversar com

autoridade? Já conversamos. Ninguém tá preocupado com o trabalhador... (apud Humphrey, 1983, p. 157).

Assim, não causa espanto que uma paralisação em maio na Saab-Scania tenha rapidamente se espalhado pelas plantas da Mercedes-Benz, Ford, Volkswagen e Chrysler, envolvendo 45 mil grevistas nas primeiras semanas. A greve da Scania revelou, igualmente, outra característica do ciclo grevista: a convergência entre os operários profissionais e o jovem precariado metalúrgico. A greve iniciou-se pela ferramentaria, onde os operários apresentavam mais familiaridade com a ação sindical, conquistando rapidamente a adesão dos demais setores. Por um lado, a tradição sindical dos profissionais assegurou o início da greve, por outro, a adesão da massa precarizada garantiu seu sucesso. Ao contrário das paralisações de 1973 e 1974, limitadas à ferramentaria, a greve de 1978 apoiou-se em ambos os grupos:

153

A ferramentaria já estava garantida. E as outras seções? Falar para todo mundo não era bom negócio, porque ia ter alguém que ia furar o bloqueio e falar para os mestres. Mas também eles tinham que saber antes de parar. Então, pensamos nos ônibus da saída, mas não da entrada, do dia 12. Com os que sabiam, combinamos: vamos fazer um tipo de sanfona. Vamos conversar só com as pessoas de confiança de todas as seções. Esse trabalho foi feito dia 10 de meio-dia em diante e dia 11. Não foi feito mais que isso... No dia 12 a gente conversou nos ônibus que a ferramentaria ia parar e que era importante que as outras seções acompanhassem. [...] Quando chegou na sexta-feira, dia 12 de manhã, o esquema da ferramentaria estava pronto. O pessoal da noite, poucos sabiam. Esse pessoal saía e já deixava o do dia trabalhando. E aquele pessoal ia saindo e ninguém que entrava começava a trabalhar... a ferramentaria não ligou as máquinas. Nas outras seções no pavilhão A ninguém ligou

as máquinas. Só umas 3 ou 4 seções ligaram uma ou outra máquina. Eu sei que a ferramentaria parou e o pessoal de outras seções viam que ela estava parada. Aí foi indo, parou a fábrica toda (Menezes apud Antunes, 1992, p. 22).

Enraizando-se no chão de fábrica por meio do crescimento dos associados e apoiado em uma pequena, porém sólida, base de ativistas formada por operários profissionais espalhados pelas principais empresas da região, o sindicato de São Bernardo aproximou-se do jovem precariado metalúrgico a fim de fortalecer a campanha salarial. Por um lado, se as paralisações ocorridas em 1973 e 1974 haviam evidenciado que os ferramenteiros sozinhos não seriam capazes de prevalecer sobre as gerências, por outro, a convergência destes com a massa precarizada mostrou-se alvissareira. Demonstrando um considerável poder de resistência à pressão patronal, os “peões”, a exemplo do que havia acontecido durante o ciclo grevista de 1968, mas em uma escala muito maior, criaram e revivificaram comissões de fábrica que se transformaram nos principais meios de mobilização do movimento. Por sua vez, a burocracia sindical de São Bernardo concluiu, pressionada pelo descontentamento operário na base e pela ameaça da intervenção do Ministério do Trabalho em sua cúpula, que modificações na estrutura sindical não poderiam ser alcançadas sem o confronto aberto com a ditadura.

Surpreendidas pelo movimento, as gerências imediatamente pressionaram os trabalhadores a voltar ao trabalho antes de acenar com qualquer negociação, ameaçando demitir os grevistas e chamar a polícia. No entanto, diante da resiliência operária, muitas empresas – caso da própria Ford, um dos bastiões do sindicato – foram obrigadas a abrir negociações ainda com as máquinas paradas. Sem a necessidade de recorrer ao piquete, a tática de “picar o cartão” e “cruzar os braços”, muito utilizada a partir de 1978 em São Bernardo, dependia basicamente da coordenação política

entre os operários profissionais e o precariado metalúrgico. Essa tática foi aplicada na Volkswagen, uma fábrica conhecida por sua resistência ao sindicato, e o resultado foi a abertura de negociação com as máquinas ainda paradas.

Nesse momento, a burocracia sindical de São Bernardo apoiou as reivindicações das bases, ao mesmo tempo que se esforçava para construir uma imagem confiável perante as empresas. Liderada por Paulo Vidal, a burocracia sindical de São Bernardo atravessou a retomada da atividade política nas bases operárias apoiada na “autenticidade sindical”, noção com a qual travara contato durante os cursos preparados pelo Ministério do Trabalho. O desafio estava exatamente em coadunar esse sindicalismo “autêntico”, enraizado nas fábricas e que se supunha hábil em negociar salários e melhores condições de trabalho, com um sistema laboral vertebrado pelo fordismo periférico.

E ainda que contra a inclinação de Vidal, a campanha pela reposição dos 34,1% catalisou a insatisfação operária, impulsionando o ciclo grevista de maio de 1978. O entusiasmo operário com a campanha foi tão grande que impôs à diretoria a criação de uma comissão salarial de mobilização aberta a todos os trabalhadores interessados⁷. Além dos ganhos salariais, o movimento de 1978 serviu para pôr fim a um período de dez anos de intenso controle exercido pela aliança empresarial-militar sobre os operários e seus sindicatos. Certos direitos sociais, como o próprio direito de greve, foram restabelecidos *na prática* ao longo das jornadas grevistas e a liderança sindical metalúrgica do ABCD acumulou enorme prestígio, alcançando uma inédita projeção nacional. Sem mencionar a decisão da burocracia sindical, sob a pressão de agrupamentos marxistas, em discutir a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

⁷ Ver Paranhos (1999).

No entanto, a campanha salarial do ano seguinte deparou-se com um patronato determinado a derrotar o movimento. Na realidade, o reajuste tornou-se uma questão menor. As empresas cobravam dos militares o retorno à “normalidade”. Após dez dias de greve e temendo a intervenção do Ministério do Trabalho, a burocracia sindical encaminhou uma proposta de retomada do trabalho que foi rechaçada por uma assembleia de 90 mil trabalhadores. Imediatamente o ministério decretou a intervenção em São Bernardo e Santo André.

Mesmo após o fim da greve e sem conquistas imediatas, os “peões” do ABCD deram uma impressionante demonstração de apoio ao sindicato, reunindo, durante as comemorações do 1º de maio, aproximadamente 150 mil pessoas em São Bernardo. O processo grevista de março mostrou ao patronato e ao regime militar que não seria fácil desmobilizar o ativismo no ABCD. Ao mesmo tempo, a greve de 1979 serviu para eliminar quaisquer dúvidas a respeito do papel desempenhado pelo Estado naqueles conflitos industriais do final dos anos 1970. A imagem de uma aliança empresarial-militar forjada contra os operários foi se consolidando na consciência metalúrgica. No tocante à burocracia sindical, a lição era clara: não seria possível alcançar concessões sem o recurso às greves.

O movimento de 1979 coincidiu com a escolha de João Batista de Oliveira Figueiredo para a Presidência da República e as promessas de “redemocratização” do regime entraram na pauta política nacional. Se até meados dos anos 1970 a burocracia sindical de São Bernardo havia advogado um distanciamento em relação às questões políticas nacionais, o final da década testemunhou uma rápida politização das reivindicações. Além disso, após o malogro da campanha salarial de 1979, e diante de sinais claros de agitação nas bases, à burocracia pouco restava a fazer que não fosse acompanhar o desejo dos trabalhadores de construir a greve geral metalúrgica:

O sindicato não decretou a greve, mas esta foi decretada por uma assembleia que houve numa segunda-feira. Antes de o pessoal do sindicato falar em greve, um pessoal já estava gritando por greve geral. A ameaça existia, mas ainda se esperava conseguir alguma coisa na mesa-redonda que tinha na mesma segunda-feira. Eu fiquei na primeira noite de greve dentro do sindicato. Às 11h30 chega o pessoal da Schuller parado, os caras tinham parado antes da hora marcada. Depois chega o pessoal da Brastemp, chega o pessoal da Villares, todo mundo querendo saber se a greve tinha sido decretada. Foram lá pra saber se a greve tinha sido decretada. Foram lá pra saber mas já tinham parado. Da meia-noite às 6 da manhã foram realizadas quatro assembleias. [...] Então a decisão [...] era não fazer piquete. [...] Mas, na verdade, até aquele momento esses operários não estavam acreditando muito em greve geral. Então eles alegavam: “Olha nós temos que ir pra porta da fábrica, pra não deixar ninguém entrar”. Quem começou o piquete [...] foram os próprios operários que ficaram na porta da fábrica, deram-se os braços e não permitiram a ninguém entrar. [...] Então, eu acho que esse conjunto de coisas é que levou à greve geral (operário metalúrgico, citado em Antunes, 1992, p. 45).

157

Contando com um pouco mais de liberdade de ação e acumulando experiências de enfrentamento com a aliança empresarial-estatal, a burocracia sindical de São Bernardo percebeu que, naquelas condições, mesmo questões relativas à segurança no ambiente de trabalho transformavam-se rapidamente em ameaças às empresas e, em consequência, ao regime. Tendo isso em vista, a burocracia sindical decidiu abraçar o projeto de construção do PT e passou a fazer duras críticas aos planos de “redemocratização” esboçados pela ditadura. A decisão de criar um novo partido apoiou-se na conclusão de que os operários não podiam depender da tutela estatal. Dispensável dizer que o acentuado

fortalecimento da onda grevista, que passou de cerca de meio milhão de trabalhadores, em 1978, para mais de 3 milhões, em 1979, pesou de maneira definitiva para a decisão de fundar o PT. Vale observar, ainda, que 17% do total das greves ocorridas em 1979 concentrou-se na indústria da construção civil, demonstrando que o jovem precariado operário estava de fato na vanguarda da mobilização operária (Coutinho, 1980).

Em 1980, a mobilização operária foi novamente testada. Como no ano anterior, a greve geral operária foi decretada no dia 1º de abril, logo após o malogro da campanha salarial. Mais uma vez o movimento espalhou-se pelas empresas da região e contou com o suporte de um nível inédito de organização sindical: prevendo a intervenção do Ministério do Trabalho, um comando de greve foi organizado e, em caso de prisão das lideranças, outros militantes sindicais assumiriam as funções dos presos. Além disso, 45 ativistas foram encarregados de transmitir as diretrizes à comissão de salários e mobilização, formada por cerca de quatrocentos trabalhadores distribuídos pelas fábricas e pelos bairros, cujo papel seria estabelecer a ligação entre as bases e o comando. As assembleias gerais eram as principais instâncias e eram convocadas com certa frequência para reavaliar a situação do movimento. Finalmente, o fundo de greve garantia algum respaldo material para os operários.

Ainda assim, os trabalhadores não conseguiram suplantam a determinação da aliança empresarial-militar de não atender nenhuma reivindicação. Seja por questões relativas aos salários, seja por conta das duras condições de trabalho, as greves metalúrgicas questionavam diretamente a política econômica da ditadura. De pronto, o Ministério do Trabalho interveio nos sindicatos, encarcerando e processando os líderes sindicais com base na Lei de Segurança Nacional. Após 41 dias de intenso conflito, o movimento

grevista, embora apoiado em uma notável unidade entre o operariado profissional e o jovem precariado metalúrgico, foi derrotado. A despeito desse contratempo, a greve logrou desnudar aos olhos dos “peões” a verdadeira natureza da distensão do regime: concessões aos trabalhadores estavam fora de questão.

O movimento grevista do final dos anos 1970 trouxe de volta a questão operária para o centro do palco, ajudando a revelar a natureza reacionária dessa ideologia empresarial. Apoiada no reconhecimento de que o conflito entre o trabalhador e a empresa é permanente, a politização da consciência operária resultou curiosamente do confinamento do conflito trabalhista ao espaço privado do chão de fábrica. Proibidos de se manifestar nas ruas, os metalúrgicos viram-se obrigados a transformar a produção imediata em seu palco de lutas. “Não é possível fazer greve e não é possível não fazer greve”: a solução para essa contradição foi “picar” os cartões e cruzar os braços.

159

Da “explosão de consciência de classe” verificada nesse período adveio a revivificação das assembleias metalúrgicas e das comissões de fábrica, redefinindo os horizontes da mobilização operária no país. Evidentemente, o sentido dessa “explosão” não se limita à “espontaneidade” da revolta operária. Ao contrário, a “súbita” intervenção do precariado metalúrgico e da construção civil no final dos anos 1970 foi antecedida pelo acúmulo de experiências de resistência operária somado à ação clandestina das “oposições sindicais” surgidas no início da década. Enfrentando burocracias pelegas, as oposições apostavam nas comissões de fábrica como meio para criar um novo sindicalismo, independente e representativo.

Vale observar que nosso esforço no presente capítulo procurou se afastar de uma interpretação “metafísica” da explosão de consciência de classe. Ao contrário, buscamos combinar as características mais salientes da regulação

autoritária e do regime de acumulação despótico a fim de apreender o ciclo grevista como uma construção social enraizada no amadurecimento do classismo prático do precariado metalúrgico do ABCD. Aos nossos olhos, essa “explosão” assentou-se sobre dois pilares: objetivos táticos e estratégicos. Por um lado, temos as reivindicações imediatas ligadas às diferentes campanhas salariais e ao dia a dia das greves. Por outro, a necessidade de potencializar a consciência operária por meio de instrumentos organizativos, tais como um novo partido político ou uma nova central sindical.

Das “operações tartaruga” no início dos anos 1970 aos protestos liderados pelos setores profissionais entre 1973 e 1974, até chegarmos às paralisações de 1977, a “explosão” amadureceu lentamente na consciência do precariado metalúrgico do ABCD. Logo após o lançamento da campanha salarial de 1978, surgem as operações “gato selvagem”, em que os operários paralisavam o trabalho e logo retomavam a produção. Além de dificultar a repressão das chefias, essa tática permitia que os operários avaliassem sua força antes de iniciar o movimento grevista. Com a experiência acumulada em 1973 e 1974, os operários concluíram que o melhor momento para deflagrar o movimento era ou após o café ou após o almoço, pois as máquinas já estariam paradas. Assim, enfraqueciam a pressão das chefias, que cairia sobre os primeiros a cruzar os braços.

O apetite grevista amparou-se na indignação disseminada com salários e condições de trabalho. Por sua vez, a resiliência dos operários apoiou-se na ação política clandestina de grupos organizados dentro e fora das empresas. Dispensável dizer que o trabalho organizativo desses militantes, muitos deles ligados às oposições sindicais e à pastoral operária, foi decisivo tanto para o sucesso do movimento grevista como para o fortalecimento das comissões de fábrica. Além disso, a mobilização operária no chão de

fábrica criou centenas de comissões para negociar os encaminhamentos da greve com as empresas. O impulso para a criação e a reapropriação dessas comissões provinha, como não poderia deixar de ser, da forte agitação nas bases metalúrgicas, que perceberam nas comissões uma oportunidade ímpar de auto-organização, a um só tempo eficaz como instrumento de resistência ao despotismo fabril e independente do sindicato⁸.

Considerações finais

Em resumo, diríamos que no final dos anos 1970, um inédito ciclo grevista dirigido por uma burocracia sindical afinada com a inquietação das bases metalúrgicas subverteu a estrutura sindical oficial, ameaçando a estabilidade política da ditadura militar. A decisão do aparelho de Estado de casar sua liderança não surtiu o efeito esperado, simplesmente porque a força motriz da rebelião não era o sindicato, mas o próprio grupo operário. Num primeiro momento, o sindicato traduziu essa rebelião em uma série de campanhas reivindicativas mais ou menos bem-sucedidas, entrando em conflito com a própria estrutura sindical oficial da qual é produto (Boito Júnior, 1991). No momento do refluxo da rebelião operária, especialmente após a derrota da greve de 1980, a burocracia sindical reassumiu, não sem tensões internas, sua função na estrutura oficial.

Se a hegemonia lulista que vigorou no país entre os anos de 2003 e 2016 foi um modo de regulação que logrou constituir certas margens de consentimento popular por meio da incorporação de parte das reivindicações dos “de

⁸ Mesmo após a derrota do ciclo grevista, em muitas empresas consideradas estratégicas pelo movimento sindical o processo de mobilização das bases não refluíu. As plantas da Ford e da Scania estavam entre aquelas que sustentavam os mais altos níveis de mobilização e apoio ao sindicato. As duas greves com a ocupação da Ford ocorridas em maio e novembro de 1981 demonstram bem isso: após a demissão de 450 trabalhadores, no dia 3 de julho de 1981, os operários decidiram entrar em greve exigindo a readmissão dos demitidos. Ver Rodrigues (1990).

baixo” em reação à subversividade esporádica dos subalternos, a trajetória do novo sindicalismo pode nos dizer muito sobre as raízes da crise atual. Não se trata apenas da origem do PT. Por si só, isso seria suficientemente importante para justificar um retorno às etnografias e aos estudos de caso que, ao longo dos anos 1970, registraram e analisaram a relação dos “peões” do ABCD com a burocracia sindical de São Bernardo. Antes, porém, a revisita a essas pesquisas permitiu identificar os primeiros passos de uma nova forma de dominação social cujo fundamento localizou-se no encontro de dois tipos distintos, porém complementares, de consentimento.

162 Por um lado, vimos como a mobilização operária dos anos 1970, alimentada pela insatisfação com os salários e as condições de trabalho e apoiada pela ação clandestina de agrupamentos políticos, detonou o maior ciclo grevista da história do país (Noronha, 2009). Nesse momento, a burocracia sindical de São Bernardo, pressionada pelos operários e incapaz de negociar com a aliança empresarial-militar, subverteu, na prática, a estrutura oficial, dirigindo um ciclo de greves julgadas “ilegais” pelo regime. Entretanto, após a derrota da greve de 1980, essa burocracia reassumiu progressivamente seu lugar na estrutura sindical oficial, sem, contudo, deixar de afiançar concessões aos trabalhadores, mostrando-se igualmente sensível às reivindicações das bases, além de permeável à incorporação daqueles operários que se destacavam pelo trabalho organizativo nas empresas.

A trajetória de Lula da Silva aponta para essa direção: mesmo fazendo parte da diretoria ampliada do sindicato em 1969, aproximou-se da oposição a Paulo Vidal, reconciliando-se com o “pelego” sindical em troca de uma vaga na diretoria efetiva de 1972. Eleito diretor, ele passou a cuidar do recém-criado setor de previdência social e FGTS do sindicato. Escolhido por Vidal para encabeçar

a chapa situacionista, procurou se cercar de novos ativistas oriundos das principais empresas do ABCD paulista. Surpreendido pela vitalidade da greve de 1978, viu-se obrigado a ampliar a direção sindical criando as comissões de salários e de mobilização. Lula da Silva ergueu um consentimento ativo à sua liderança pela frequente incorporação às fileiras sindicais dos ativistas mais destacados nas empresas⁹. Contou para isso com o decidido apoio de diferentes agrupamentos políticos reorganizados em torno do PT e da CUT.

No encontro entre essas duas formas de consentimento, percebemos como a subversividade inorgânica transformou-se em consentimento ativo para muitas daquelas lideranças provenientes das bases operárias. Além disso, podemos da mesma maneira notar em que medida o poder sindical oficial foi sendo conscientemente restabelecido pela burocracia, em detrimento das assembleias de fábrica. E uma nova forma de dominação social – apoiada sobre a pacificação reformista dos conflitos trabalhistas e somada à integração à estrutura sindical oficial, isto é, ao Estado, daqueles ativistas mais destacados – começa a se insinuar... Uma forma de dominação que desabrochou plenamente apenas após as eleições presidenciais de 2002 e que, aos nossos olhos, foi uma das principais responsáveis pela despolitização das relações sociais promovida pelos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff (Hunter, 2010).

163

⁹ A trajetória de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, ajuda-nos a entender esse processo. Filho de trabalhadores rurais sem-terra, Vicentinho migrou para São Paulo após transitar por inúmeras ocupações informais em Acari, no Rio Grande do Norte. Em 1976, logo ao chegar em Diadema, foi contratado pela empresa metalúrgica Tamet como inspetor de qualidade, filiando-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no ano seguinte. Em 1980, trabalhando como inspetor de qualidade na Mercedes-Benz, Vicentinho destacou-se como um dos principais líderes da comissão de mobilização da greve de 1979, elegendo-se, em 1981, vice-presidente do sindicato. Em 1987, ele sucedeu a Jair Meneguelli na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, tornando-se presidente nacional da CUT sete anos depois.

Ruy Braga

é professor e chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. 1992. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista (as greves de 1978-1980)*. Campinas: Editora Unicamp.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. 2000. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, pp. 32-49.
- BOITO JÚNIOR, Armando. 1991. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: _____. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 26-51.
- BRAGA, Ruy. 2012. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- BRITO, José Carlos Aguiar. 1989. *A tomada da Ford: o nascimento de um sindicato livre*. Petrópolis: Vozes.
- BURAWOY, Michael. 1985. *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*. New York: Verso.
- COUTINHO, Ronaldo do Livramento. 1980. *Operário de construção civil: urbanização, migração e classe operária no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- FREDERICO, Celso. 1978. *Consciência operária no Brasil*. São Paulo: Ensaio.
- HUMPHREY, John. 1983. *Fazendo o milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes.
- HUNTER, Wendy. 2010. *The transformation of the workers' party in Brazil, 1989-2009*. New York: Cambridge University Press.
- LÖWY, Michael. 1962. Consciência de classe e partido revolucionário. *Revista Brasileira*, n. 41, pp. 159-160.
- LÖWY, Michael; CHUCID, Sara. 1962. Opiniões e atitudes dos líderes sindicais metalúrgicos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 13. Não paginado.
- MANDEL, Ernest. 1992. *Power and money: a marxist theory of bureaucracy*. New York: Verso.
- MARSON, Adalberto. 1992. Lugar e identidade na historiografia dos movimentos sociais. In: BRESCIANI, Maria Stella et al. *Jogos da política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: Marco Zero, pp. 44-59.
- NORONHA, Eduardo. 2009. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, n. 76, pp. 119-168.

- PARANHOS, Kátia Rodrigues. 1999. *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982)*. Campinas: Editora Unicamp.
- OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). 2010. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo.
- RAINHO, Luís Flávio. 1980. *Os peões do Grande ABC*. Petrópolis: Vozes.
- RODRIGUES, Iram Jácome. 1990. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez.



QUANDO OS TRABALHADORES PARAM? REINTERPRETANDO A OCORRÊNCIA DE GREVES NO BRASIL

Alexandre Sampaio Ferraz^a

^aé economista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

São Paulo, SP, Brasil. E-mail: <alexandre@dieese.org.br>

Orcid: 0000-0002-9335-4996

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-167200/104>

Introdução

A greve é um dos principais instrumentos de pressão do movimento sindical, mas seu sentido é causa de ampla divergência acadêmica. Algumas greves podem ser de natureza “propositiva” – por novas conquistas – ou “defensiva”, reivindicando a manutenção e/ou o cumprimento das condições vigentes. Outras podem ser de protesto ou solidariedade. Também podem ser classificadas como greves políticas ou econômicas, gerais, setoriais ou locais. Sua deflagração pode ser interpretada como sinal de força ou de debilidade do movimento sindical, como consequência de uma decisão racional ou “irracional”.

Se há um ponto comum na literatura, é que a greve é custosa para ambas as partes e, principalmente no caso do setor público, é custosa também para a sociedade. Na perspectiva dos trabalhadores, os custos da greve vão do desconto das horas paradas à eventual perda do emprego pelos grevistas, incluindo os dirigentes sindicais. Na perspectiva dos patrões, há risco de perda do lucro e da participação no mercado, ou até mesmo risco de falência da empresa. Já

na perspectiva dos consumidores ou clientes, a greve pode significar aumento de preço ou interrupção do consumo de um bem ou serviço, o que se torna mais agudo no caso de greve em setores monopolistas ou no setor público.

Em princípio, tanto trabalhadores quanto patrões têm um bom motivo para evitar a greve. O melhor para ambos seria a celebração de um acordo, sem a necessidade de deflagração de greve, evitando seus custos e, principalmente, as incertezas que cercam seu desfecho. A inexistência de acordo não é necessariamente fruto da irracionalidade ou falta de informação das partes. E nem sempre o motivo da greve é a obtenção de um ganho material. As greves podem ter também dimensão política, simbólica e até pedagógica. Para realizar uma greve, os trabalhadores devem ser capazes de se organizar coletivamente, mas a própria greve é capaz de mobilizar sua organização.

168

Este artigo explora as dimensões política, organizacional e econômica das greves após o retorno da democracia com a Constituição de 1988. O objetivo não é explicar as greves do ponto de vista individual, mas tratá-las como fenômeno social e coletivo. A explicação para a atividade grevista nesse período é confrontada com algumas das principais hipóteses da literatura sobre o tema. A análise mostra que a queda do número de greves não pode ser necessariamente vista como indicativo de perda de vigor do movimento sindical ou de cooptação das lideranças; nem seu aumento um indício da sua revitalização. A greve não é um bom indicador do poder do movimento sindical. O que não significa que não seja um elemento importante para compreender seus rumos.

O argumento está dividido em cinco partes. A primeira apresenta uma breve revisão da literatura nacional e internacional sobre greves. A segunda busca interpretar as greves em dois períodos distintos da história brasileira recente: o período de transição e o de normalidade democrática. Na terceira parte, a análise se concentra na relação

entre greve e conjuntura econômica. Na quarta parte é feita uma análise da relação entre as greves e a organização do movimento sindical. No lugar de uma conclusão, a última parte contém algumas conjecturas sobre os significados da “nova onda” de greves no Brasil.

Uma breve revisão da literatura sobre greves

A greve é uma das principais armas dos trabalhadores, senão a principal, na luta por melhores salários e condições de vida dentro e fora do local de trabalho. Lenin a chamava de escola revolucionária por seu potencial de transformação da consciência dos trabalhadores e criação da cultura organizativa (Lenin, 1961). O surgimento da greve está historicamente ligado ao aparecimento do capitalismo e da indústria, e sua manifestação é um dos principais indicadores do grau de conflito de classes no capitalismo (Engels, 2008, p. 258). A greve pressupõe a organização dos trabalhadores, e está intimamente ligada à formação das associações de trabalhadores e à união do proletariado contra a exploração capitalista (Engels, 2008, p. 252).

As abordagens marxistas sobre as greves no Brasil geralmente associam seu crescimento à força do movimento sindical, ao passo que a diminuição da sua frequência é associada ao abandono da perspectiva revolucionária, um sinal da burocratização e “cooptação” das lideranças sindicais (Alves, 2000). Nessa leitura, o conflito entre classes é irremediavelmente irreconciliável no capitalismo. Não há espaço para colaboração entre capital e trabalho de forma a que todos saiam ganhando, pois para elevar e mesmo manter seus lucros a burguesia deve necessariamente rebaixar o nível salarial e de vida da classe operária (Trotsky, 1978, p. 79).

Se para os marxistas a greve é um ato racional e legítimo do operariado, fruto do conflito irreconciliável entre classes, para os economistas neoclássicos e teóricos da

escolha racional, ela é uma atitude irracional ou no mínimo tomada com base em informação imperfeita. A greve nunca deveria ocorrer se os dois lados agissem de forma racional, uma vez que é custosa para ambos. A solução do chamado “paradoxo de Hicks” supõe que a ocorrência de greve só pode ser explicada por uma “falha de comunicação”, que levaria os trabalhadores a acharem que o patrão pode pagar mais do que ele realmente pode, e o patrão a subestimar a capacidade dos trabalhadores de fazerem e sustentarem a greve (Golden, 1997, p. 5; Lange e Tsebelis, 1993).

Mas, para além da miopia geral, as aparentes manifestações de irracionalidade podem em alguns casos ser explicadas pela descoberta de “arenas ocultas” onde se dá a disputa sindical (Lange e Tsebelis, 1993). É o que procura demonstrar Golden (1997, p. 136), ao analisar a deflagração de greves aparentemente “perdidas” contra demissões. Para a autora, em alguns casos as greves seriam “na verdade” motivadas pela tentativa das lideranças sindicais de protegerem a própria organização sindical (arena oculta) e seus líderes durante o processo de ajuste, e não para evitar realmente demissões em massa.

170

A teoria das “arenas ocultas” é utilizada por Lange e Tsebelis (1993) em sua crítica às teorias que explicam a greve a partir dos “recursos de poder” ou das falhas informacionais. Para os autores, a baixa incidência de greves em contextos onde o sindicalismo é “forte” (alta concentração e centralização da estrutura sindical, e altas taxas de sindicalização), conjugada com a restrição salarial, pode ser explicada pela concessão de vantagens aos trabalhadores em outra arena: a política. Os trabalhadores consentem em não fazer greves e aceitam salários menores em troca de um nível maior de emprego, menor inflação e maiores benefícios na forma de “salário social”.

Para que ocorra a contenção da militância, é necessário que os sindicatos contem com partidos aliados no comando do governo. A centralidade do alinhamento entre sindicatos

e partidos na explicação para a disposição grevista aparece também no trabalho de Murillo (2001) sobre as reformas neoliberais. A autora argumenta que tanto o nível de militância como seu resultado dependem da relação entre sindicatos e partidos e da competição interna ao movimento sindical. Murillo (2001) mostra que as greves são mais comuns quando existem vários partidos com ligações com o movimento sindical ou “competindo” por suas lideranças. Por outro lado, tanto a militância como a cooperação são mais efetivas quando os sindicatos estão organizados em uma estrutura concentrada e centralizada, sendo representados por centrais sindicais abrangentes.

Em trabalho posterior, Maria Victoria Murillo e Lucas Ronconi (2004) procuram mostrar que a incidência de greves no setor da educação durante as reformas neoliberais poderia ser mais bem explicada pelos alinhamentos partidários do que pela estrutura sindical. Segundo os autores, apesar da adoção de uma mesma política de descentralização da educação no plano nacional, a incidência de greves, medida tanto pelo seu número como pelos dias parados, foi sempre maior onde os sindicatos subnacionais não tinham ligações ou “alinhamento” com o partido do governador; e menor onde tinham ligações estreitas com o partido do governador (Murillo e Ronconi, 2004, p. 86).

Na tradição da análise econômica e sociológica, a greve aparece também ligada aos ciclos econômicos, associando-se a maior ou menor incidência de greves ao desemprego, aos ganhos salariais e à inflação (Card, 1990). Apesar de poucas evidências quanto à influência dos ciclos em termos da variação do produto interno bruto (PIB), alguns trabalhos mostram que altas taxas de desemprego, assim como ganhos salariais no acordo coletivo anterior, reduzem a probabilidade de greves (Ashenfelter e Johnson, 1969; Card, 1990). Roberto Franzosi (1982), em uma grande revisão teórica, corrobora essa tese ao concluir que:

A pesquisa quantitativa mostrou, para além de qualquer dúvida, e em diferentes contextos institucionais, que a frequência de greves segue o ciclo econômico e o movimento do desemprego, em particular, quanto maior o nível de desemprego, menor o número de greves (p. 15, tradução nossa).¹

Alguns trabalhos sobre greves procuram ir além da análise econômica, adotando uma abordagem institucionalista que salienta a importância das regras que estruturam o conflito na definição das estratégias e escolhas dos trabalhadores, lideranças e sindicatos na explicação para a incidência de greves (Brandl e Traxler, 2010). É o caso das abordagens corporativistas. Cameron (1984, p. 170), nessa linha, mostra em um trabalho clássico que a “paz trabalhista” está “associada tanto ao controle dos governos por partidos social-democratas, como à existência de condições estruturais do corporativismo”. A mesma conclusão aparece na revisão da literatura feita Franzosi (1982):

A pesquisa comparada mostrou que a atividade grevista tem caído sempre e onde partidos social-democratas de orientação trabalhista assumiram a responsabilidade pelo governo [...] grandes explosões de agitação trabalhista, ou ondas de greve, estão relacionadas a mudanças na posição política dos trabalhadores na estrutura de poder nacional (p. 20, tradução nossa).²

¹ “Quantitative research has shown beyond doubt, across different institutional settings (sample periods and countries) that strike frequency follows the business cycle and the movement of unemployment in particular the higher the level of unemployment, the lower the number of strikes” (Franzosi, 1982: 15).

² “Comparative research has shown that strike activity has gone down whenever and wherever labor oriented, social democratic parties have acquired government responsibilities [...] major outbursts of labor unrest, or strike waves, are related to shifts in the political position of labor in the national power structure” (Franzosi, 1982, p. 22).

Não se deve, contudo, trocar um reducionismo por outro. As explicações focadas na economia ou na política estão longe de ser excludentes, uma vez que os sindicatos usam tanto a pressão política como a econômica para defender o interesse dos trabalhadores. Movimentos sindicais unificados (concentrados e centralizados) associados a partidos aliados ao movimento sindical no poder permitem aos trabalhadores reivindicar politicamente parte do produto na forma de “renda social”, ou de gastos com programas sociais (Przeworski, 1994). A relativa efetividade com que partidos social-democratas e trabalhistas são capazes de “socializar o consumo e a distribuição da renda nacional” é determinante para explicar mudanças no volume de “conflitos industriais” (Hibbs, 1978, p. 154).

O gasto do governo com programas distributivos e de mitigação dos riscos do mercado de trabalho, beneficiando inclusive cidadãos fora do mercado formal, seria uma compensação pela menor militância grevista e pela contenção dos salários. Como mostra Przeworski (1994, p. 186), nessa luta os sindicatos têm que calibrar a militância de forma a conseguir controlar parte do produto e adequar os salários a um “nível legitimador” do sistema sem, no entanto, causar uma crise econômica que o destrua. Mas isso só é possível onde os sindicatos são capazes de mitigar a competição interna ao movimento sindical e se fortalecer como atores coletivos (Cameron, 1984; Kaufman, 1982; Akkerman, 2008).

173

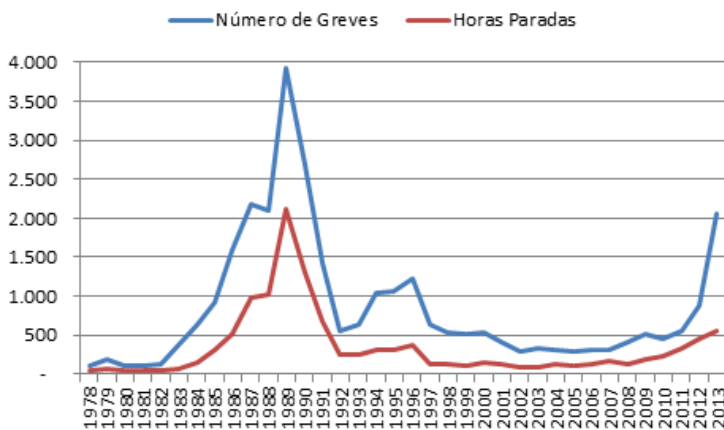
Contando greves

A Lei nº 7.783 de 1989, conhecida como a lei de greve do setor privado, define como greve legítima “a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador” (BRASIL, 1989) apenas depois de “frustrada a negociação” e o “recurso arbitral”, e exige a notificação com antecedência mínima de 48 horas ao empregador. Apesar de poder ser interpretada pelo art. 9 da Constituição como um direito dos trabalhadores – “é

assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo” (BRASIL, 1988) –, a lei delega aos sindicatos a prerrogativa de conduzi-la.

Os trabalhos acadêmicos na área usam como variável dependente geralmente o número bruto de ocorrências de greves, ou o número de horas paradas, ou jornadas perdidas, multiplicado pelo número de trabalhadores que aderem ao movimento pelo número de dias parados. Esses dois indicadores, apresentados no Gráfico 1, possuem alta correlação de Pearson (0,97), mas os dados sobre o número de greves são muito mais confiáveis do que o número de horas perdidas, que é sempre uma estimativa. São raros os momentos em que esses indicadores têm sinal invertido.

Gráfico 1
Número de greves e horas paradas



Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-Dieese)

Nota: Horas paradas para cada 1 milhão de habitantes (população estimada, IBGE)

O ano de 1989 é especial no Brasil por ser o ponto de inflexão da onda de greves, mas também por ser o ano da primeira eleição presidencial do novo período democrático e o ano em que o ex-presidente Sarney promulgou a lei de

greves do setor privado. Essa é a principal mudança nas regras do jogo após a Constituição de 1988 e seu impacto sobre o volume de greves é claro. Em 2007, um parecer do Supremo Tribunal Federal determinou que, enquanto não fosse regulamentado o direito de greve no setor público, a mesma regra do setor privado passaria a valer para os servidores.

O comportamento do número de greves no Brasil apresenta clara convergência com o dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), principalmente a partir de 2002. Entre 1982 e 1989, contudo, a explosão de greves no Brasil se dá em oposição ao declínio das greves nos países desenvolvidos. Esse período particular de transição política no Brasil enquadra-se dentro da fase que Noronha (2009) chama de “auge do grande ciclo”, que para ele vai de 1985 a 1992. Nessa fase, os trabalhadores passam a se firmar como atores políticos centrais, mas ainda têm que lutar no seu início pelo reconhecimento sindical, pela autonomia das organizações, pelo direito de greve e pela própria democracia eleitoral.

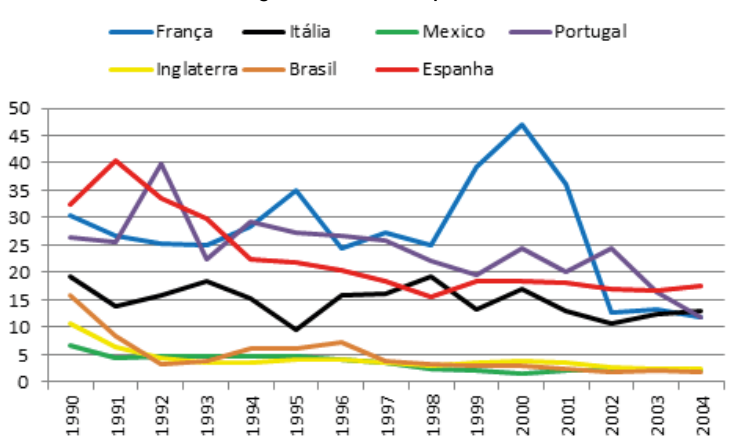
O período recente é visto como uma fase de ressurgimento do conflito industrial na Europa, curiosamente renascido juntamente com os pactos sociais, mas também numa conjuntura econômica recessiva e com queda no poder dos sindicatos. A comparação parece também apoiar a tese de que os diferentes padrões de relações de trabalho influenciam a ocorrência de greves e, particularmente, sua duração (Noronha, 2009, p. 145). Na comparação internacional, o Brasil é um dos países com uma das leis de greve mais permissivas, admitindo greves políticas, greves no setor público e greves de solidariedade, proibidas em diversos países da Europa (Warneck, 2007).

Mas apesar da maior “permissividade”, o Brasil é um país onde o número de greves em relação à população é pequeno se comparado a outras nações, como pode ser observado no Gráfico 2 (os dados são similares quando usamos apenas a

população ocupada). O Brasil apresenta níveis semelhantes aos da Inglaterra e do México, e bem inferiores aos dos nossos “primos” mediterrâneos: França, Itália, Espanha e Portugal.³ A opção aqui para comparar os países selecionados foi dividir o número absoluto de greves pelo número de habitantes, em 2000. Ao controlar o número de greves pelo tamanho da população passível de aderir à greve, procurou-se evitar maiores imprecisões com a inclusão de outras variáveis como o número de trabalhadores parados e horas perdidas.⁴ Os estudos comparados mostram em geral que os países com menos greves são os escandinavos, com um pequeno desvio devido à onda de greves na Dinamarca na década de 1990, e os EUA (Piazza, 2005; Scheuer, 2006; Vandaele, 2016).

Gráfico 2
Evolução das greves no Brasil e países selecionados

176



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE) e Laborsta/ILO.

Nota: Número de greves a cada 1 milhão de habitantes.

³ A comparação entre países é extremamente precária, dada a disparidade das fontes de dados e instrumentos de coleta. Entretanto, grande parte dos estudos comparados utilizam os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

⁴ Para uma análise detalhada sobre a comparabilidade das estatísticas de greve ver Dribbusch e Vandaele (2016).

Boa parte dessa variação pode ser explicada por fatores institucionais ligados às diferentes leis que regulam a ação grevista e às regras de organização do movimento sindical. Mas a tendência observada tem íntima relação com fatores conjunturais que determinam o equilíbrio de poder entre capital e trabalho, particularmente com a dinâmica do próprio mercado de trabalho e da economia, e a dinâmica política, sejam eles a evolução do emprego e da renda, ou o domínio do Executivo por partidos de esquerda, além do peso dos partidos de esquerda no Legislativo.

Dos anos de transição à normalidade democrática

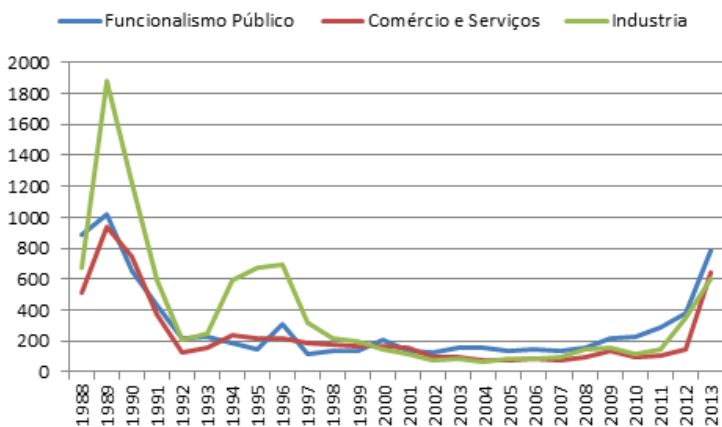
O grande número de greves após a Constituição de 1988 está claramente vinculado ao caos econômico que viveu o país até 1994, com descontrole inflacionário e baixo crescimento econômico (Noronha, 2009). A escalada do movimento grevista desde 1982 engrossou a pressão pela redemocratização e atingiu seu pico em 1989, tendo clara relação com a transição política em curso (Noronha, 2009). Ao fim, a própria Constituição acabou por incluir dispositivos sobre o direito de greve e a liberdade sindical.

O número de greves nesse período (1982 a 1989) foi provavelmente um dos mais altos da história. Apenas no ano de 1989 foram registradas 3.926 greves, o maior número da série histórica, iniciada em 1978. A partir de 1989, a onda grevista passa a esmorecer, principalmente entre 1992 e 1993, quando foi votado o *impeachment* de Collor e Itamar Franco assumiu o governo de coalizão. Na década de 1980 ocorreram quatro greves gerais coordenadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) – em 1983, 1986, 1987 e 1989 –, além de algumas importantes greves nacionais de categoria. Entre estas, a greve dos petroleiros em 1983; a greve nacional dos bancários de 1985; e a greve dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no final de 1988, quando o exército ocupou a fábrica e três operários foram mortos.

A greve da CSN teve grande importância simbólica e, juntamente com a greve geral de março de 1989 em reação ao Plano Verão, contribuiu para a regulamentação da greve. O Poder Executivo enviou uma medida provisória ao Congresso regulando a matéria em maio daquele mesmo ano que, aprovada no mês seguinte, originou a Lei nº 7.783/1989. A lei restringe a greve em setores essenciais e estipula diversas condições para sua realização, além de determinar os modos de solução do conflito e conferir à Justiça do Trabalho o poder de julgá-la legal ou ilegal. O novo ordenamento jurídico foi um claro desestímulo à atividade grevista, impondo altos custos aos sindicatos, principalmente no caso das greves julgadas ilegais. O caso emblemático foi o da greve dos petroleiros de 1995, quando uma multa pela atividade grevista “ilegal” quase levou ao fechamento dos sindicatos da categoria (Miagusko, 2001).

178

Gráfico 3
Greves por setor econômico



Fonte: Dieese. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-Dieese)

Fernando Collor, o primeiro presidente eleito após a redemocratização, assumiu em março de 1990. Em junho ocorreram greves nacionais dos bancários e dos funcionários da saúde

lideradas pelas três maiores centrais da época, a CUT, a CGT e a Confederação Geral dos Trabalhadores. No ano seguinte, as mesmas centrais convocaram sua primeira greve geral após a volta das eleições diretas. Apesar de ter sido considerado um fracasso pela mídia, em grande parte pela não adesão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comandado por Antônio Medeiros, o movimento teve ampla repercussão.

Os dados sobre greves mostram que entre 1991 e 1992 ocorreram 95 greves “intercategorias”, o que só voltaria a ocorrer após 2000, ainda que em número muito reduzido. Ao mesmo tempo, estouravam também greves localizadas, por empresa, que ultrapassariam 5 mil nesses dois anos. O aumento do número de greves por empresa nos anos 1990 é relacionado por alguns autores ao movimento mais defensivo e de corte corporativista, em oposição às greves intercategorias e gerais do momento anterior, de “cariz classista”. Este é o caso de Alves (2000, p. 115), que se apoia em Ricardo Antunes para afirmar que, na década de 1990, diante do liberalismo, surge nas duas principais centrais um sindicalismo “de cariz neocorporativo, como o sindicalismo de participação”, que estaria disposto a incluir em sua pauta “a parceria com o capital”.

O ano de 1992 marca o início do programa de privatizações, lançado no ano anterior, com a venda da Usiminas. O processo de privatização motivou inúmeras greves por empresa desde 1989, quando começa a ser desenhado principalmente no setor siderúrgico e metalúrgico, que inauguraram o processo. Mas as derrotas dos movimentos grevistas e a percepção de que seria impossível barrar as privatizações inibiram as greves ao longo do processo. Como mostra Ferraz (2000), a disputa entre a Força Sindical (FS) e a CUT e CGT nesse período acirrou a concorrência entre as correntes nas eleições sindicais do setor siderúrgico e metalúrgico. Alguns sindicatos importantes da CGT e da CUT migraram para a FS, como é o caso do sindicato dos metalúrgicos de Ipatinga, em 1992, e de Volta Redonda, em 1993.

O governo Collor terminou com o *impeachment* e com uma inflação crescente. A mesma orientação neoliberal, entretanto, dominaria a agenda política do país até o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 2002, apesar da orientação vacilante durante o período Itamar Franco. O primeiro governo FHC foi marcado por alto nível de manifestações, particularmente na indústria e no setor da construção civil. Ainda em 1994, ocorreria nova greve nacional dos bancários e a primeira mobilização nacional contra o Plano Real, que abarcava também outras reivindicações. A Jornada Nacional de Lutas, que nesta edição ocorreu também junto com o I Grito da Terra, virou um evento tradicional do movimento sindical e popular no país.

Em junho de 1996, o governo FHC enfrentou sua primeira greve geral, a primeira grande paralisação após o fim truculento da greve dos petroleiros, em maio de 1995. Organizada pelas três maiores centrais da época, CUT, CGT e Força Sindical, seu mote principal foi a luta contra o desemprego, que se tornaria a principal bandeira do movimento sindical na segunda metade dos anos 1990. Pouco antes da greve, o Executivo havia encaminhado o PL nº 1.802 que regulamentava multas aos sindicatos em decorrência de greves consideradas ilegais. O projeto foi apensado ao PL nº 401/1991, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), que até 2017 ainda estava em tramitação, tratando também da regulamentação das atividades consideradas essenciais.

Depois dessa greve geral, o governo se depararia com outra mobilização nacional apenas em 1999. A greve ficaria conhecida como a Marcha dos 100 mil sobre Brasília, pela retomada do crescimento, empregos e salário, além do pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito contra a privatização da Telebras. Entre as reivindicações dessa paralisação, aparece também a redução da jornada de trabalho, o que viria a ser um dos principais

pontos de unificação da pauta sindical, junto com o aumento do salário mínimo na década seguinte.

A situação se altera nos anos 2000, quando as greves no setor público passam a ser mais numerosas, liderando a recuperação do ímpeto grevista a partir da crise de 2008. Nessa fase, o funcionalismo ligado ao setor da educação foi quem mais contribuiu para o aumento da militância grevista. O ressurgimento das greves no setor público deve ser analisado também a partir do crescimento de empregos na área, principalmente nos estados e municípios, mas também no governo federal. A “explosão” de greves de funcionários públicos municipais e estaduais, sobretudo após 2011, pode ser observada no Gráfico 4.

São várias as hipóteses que podem ser levantadas aqui, e as respostas não serão definitivas, mas dois movimentos são particularmente importantes: o aumento do quantitativo de trabalhadores abordado anteriormente e uma norma do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que regulamentou a cobrança da contribuição sindical no setor público, acirrando a luta pelo reconhecimento sindical e potencializando os recursos organizacionais e financeiros das entidades⁵.

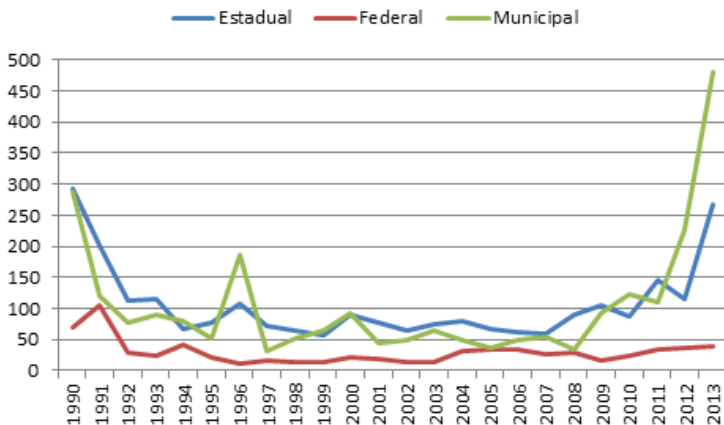
É difícil pensar no balanço de um período tão extenso, mas, sem dúvida, Cardoso (2015, p. 500) está certo ao afirmar que a greve, assim como o sindicalismo continuam presentes na cena política e econômica do país, apesar de não terem o volume ou a proeminência dos anos da transição democrática. Como observa o autor:

O que ele perdeu [o sindicalismo], e, como mostraram os protestos e greves de abril de 2015, perdeu apenas em parte, foi seu caráter expressivo e de massa, aspectos que ajudaram a construir a identidade do movimento sindical no país nos anos 1980 (Cardoso, 2015, p. 500).

⁵ A norma citada no parágrafo é a Instrução Normativa nº 1, de 30 setembro de 2008.

Tais aspectos, organizacionalmente, podem ser considerados “desnecessários” nas décadas seguintes, quando as conquistas por melhores salários e empregos dispensaram a movimentação de massa, passando antes por uma espécie de “acordo social democrata”.

Gráfico 4
Greves no setor público por esfera de governo



Fonte: Dieese.

A economia política da greve

A relação entre a incidência de greves e os ciclos econômicos foi amplamente estudada na literatura econômica e política. E, apesar de boa parte dos trabalhos não ter encontrado qualquer associação significativa entre a incidência de greves e as flutuações no produto agregado, as taxas de inflação e desemprego, assim como de variação nos salários, aparecem como importantes variáveis explicativas para análise. As linhas de transmissão entre essas variáveis e a ocorrência de greves nem sempre são claras, uma vez que são múltiplas as interações e as variáveis intervenientes “associadas”.

Assim, o aumento da inflação em determinado período está associado à maior incidência de greves no período seguinte. A lógica desse argumento se baseia no fato de que a desvalorização do poder de compra do salário levaria os trabalhadores a buscarem uma correção no período seguinte, nem sempre aceita pelos patrões. Não é novidade o fato de os trabalhadores usarem a inflação passada como base para suas reivindicações salariais presentes. Mas a relação poderia também ser oposta, com a greve num determinado momento levando a mais inflação no momento seguinte, puxada pelo aumento da demanda.

O fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 foi marcado pela hiperinflação. Nos seis anos entre 1989 e 1994, o Brasil teve inflação sempre na casa dos quatro dígitos, com exceção do ano de 1991, quando a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, foi de “apenas” 473%. Mas se a escalada da inflação na década de 1980 foi precedida da escalada de greves, o mesmo não se observou nos anos seguintes, chegando ao pico das paralisações em 1989. O crescimento das greves na década de 1980 é fortemente marcado por motivação política, enquanto a queda no número de greves a partir de 1989 tem origens políticas, mas também econômicas. Nos quatro anos entre 1989 e 1992, o PIB caiu em média 0,15% ao ano e a inflação cresceu mais de 5.000%, apesar de o desemprego ter se mantido em taxas relativamente baixas.

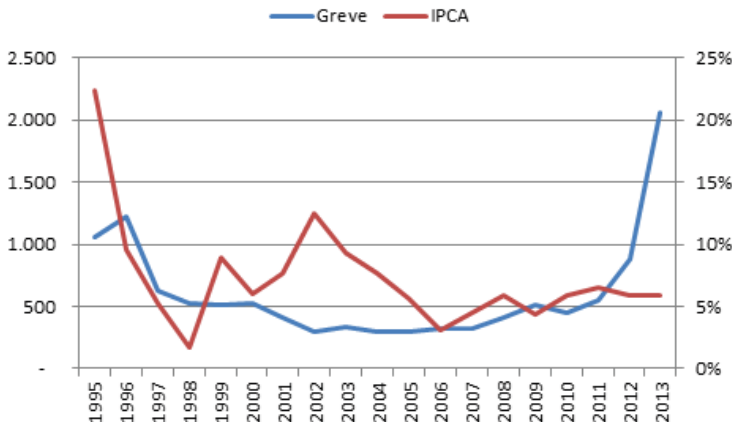
O final de 1993 foi marcado pela disputa em torno da revisão constitucional (que teve forte oposição de setores da esquerda), pelo escândalo dos “anões” do orçamento e pelo início do Plano Real, em dezembro. A introdução da nova moeda, em julho de 1994, contribuiu para o recuo da inflação, mas, devido à elevação dos preços no primeiro semestre, o IPCA fechou o ano ainda em inacreditáveis 916,5%. A situação se “normalizaria” apenas a partir de 1995, quando o IPCA aumentou 22,4%. Os três anos entre 1994 e 1996 são, contudo,

marcados por uma retomada das greves, que voltaram a ocorrer em número superior a mil por ano. O novo impulso das greves não pode ser creditado à queda da inflação, nem ao custo da estabilização sobre o salário dos trabalhadores.

O IPCA cede de 1994 até 1998, mas as greves passam a cair apenas a partir de 1996 (Gráfico 5). Após as eleições de 1998, o Plano Real mudou radicalmente de rumo. O governo abandona a âncora cambial e passa a focar no ajuste fiscal. Em 1999, o país volta a observar grande crescimento da inflação, que passa de 1,7% no ano anterior para 8,9%, de certa forma alimentando as greves de 2000. A inflação se deteriorou rapidamente entre 1998 e 2002, quando voltou ao patamar de dois dígitos, atingindo 12,5%. Apesar da alta quase contínua da inflação, o número de greves continua a cair, atingindo seu menor nível em 2002. A explicação mais plausível para essa queda parece ser o alto desemprego que assolava o país desde 1999.

184

Gráfico 5
Número de greves e inflação



Fonte: Dieese. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE) e IBGE.

Em 2003, como fruto do ajuste monetário, a inflação passa a cair, atingindo seu menor nível em 2006. E, a partir

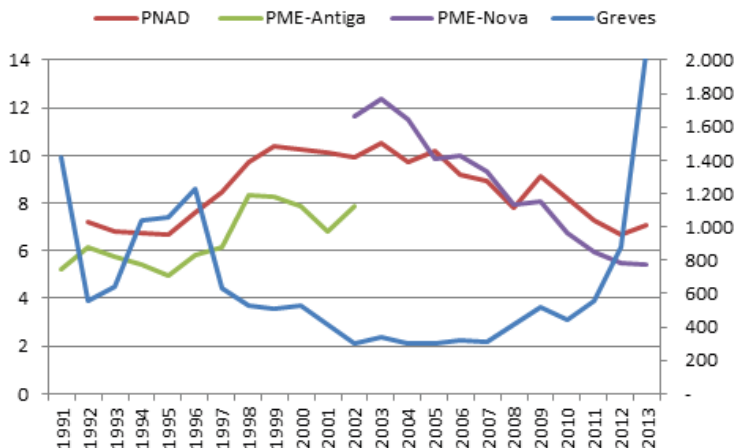
daí, praticamente se estabiliza em torno dos 5,5% ao ano até 2013 (o IPCA chegou a 10,7% em 2015). Mesmo com o ajuste “ortodoxo” do início do governo Lula e o leve aumento no número de greves em relação ao último ano do governo anterior, pode-se dizer que entre 2002 e 2007 observa-se um período de relativa trégua na militância grevista. A grande contribuição para entender essa trégua parece ser a expectativa da eleição de um partido pró-trabalhador, com grande contribuição do movimento sindical e rápida recuperação do emprego a partir de então.

O fato é que a chamada “década neoliberal” não foi fácil para os trabalhadores. A taxa de desemprego, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), subiu de forma praticamente constante entre 1995 e 2003. Já o emprego formal, acompanhado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresentou tendência de queda. O resultado foi o aumento da informalidade nas regiões metropolitanas entre 1992 e 2002, coincidindo com a estagnação do PIB *per capita* e a queda contínua do rendimento médio dos ocupados entre 1996 e 2003 (Ipea, 2013). A tendência de deterioração das condições do mercado de trabalho só é invertida de forma consistente entre 2003 e 2012, quando o desemprego atinge um dos menores patamares nesse novo período democrático.

A relação entre incidência de greves e desemprego aparece de forma mais direta na literatura. Os dados apresentados no Gráfico 6 indicam que o desemprego aparece como variável interveniente na explicação da incidência de greves de tal forma, que quanto maior o desemprego, menor o número de greves (Pearson: -0,61). Quando a inflação é alta e o desemprego também, a taxa de greves é baixa. Mas quando a inflação é alta e o desemprego é baixo, a taxa de greves é alta. Essa interação ajuda a explicar a queda nas greves no início da década de 1990, quando subia o desemprego e a inflação permanecia elevada, e também a

interpretar a nova onda de greves em um contexto de queda no desemprego e de leve aceleração da inflação.

Gráfico 6
Número de greves e taxa de desemprego



186

Fonte: Dieese, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE)⁶.

O aumento da frequência de greves entre 1992 e 1995 ocorre em um contexto de queda do desemprego. A partir de 1995, o desemprego sobe de forma persistente e contínua até 1999, quando se estabiliza em um patamar alto, se considerada a taxa da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). O crescimento da taxa de desemprego na PME antiga, entre 2001 e 2002, e da série nova, entre 2002 e 2003, mostra que o desemprego pode ter se deteriorado ainda mais no período, e não se estabilizado.

O aumento do desemprego no primeiro período aqui analisado, que vai até o fim do governo FHC, é acompanhado

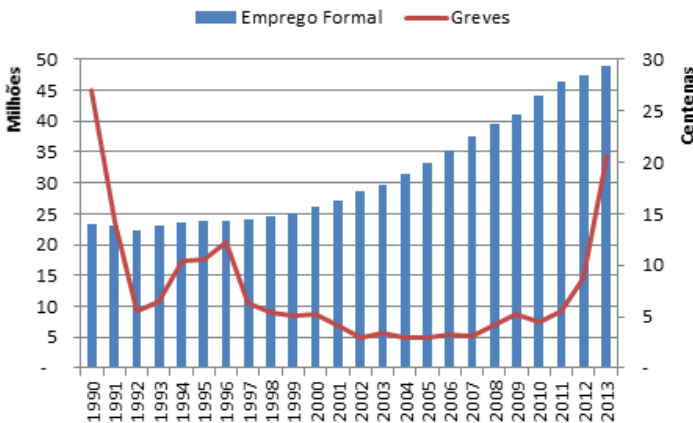
⁶ A PME nova e a antiga são pesquisas mensais abrangendo número reduzido de regiões e capitais. Já a Pnad “antiga” é uma amostra anual nacional, pesquisada no mês de setembro. Para uma explicação metodológica detalhada sobre a diferença entre as pesquisas citadas, é possível consultar as notas metodológicas do próprio IBGE.

pela queda na incidência de greves e também pela mudança de sua “natureza”, com predomínio de greves “defensivas” (Marcelino, 2017). Esse “interlúdio” apresentou queda no desemprego, apesar da participação do emprego formal entre a população em idade ativa ter diminuído (aumento do emprego informal e por conta própria). Entretanto, a partir da crise de 2007, o sinal se inverte e a redução do desemprego passa a ser acompanhada de aumento do número de greves (Gráfico 6). Apesar da relação inversa apresentada, é preciso salientar que, em termos absolutos, o número de greves nos anos 1990 foi superior ao registrado no período seguinte, mesmo com a queda do desemprego.

O fenômeno da redução do desemprego nesse período está também associado à crescente formalização dos vínculos, isto é, ao crescimento do emprego formal. Ou seja, a queda no desemprego ocorre paralelamente ao aumento do número de trabalhadores diretamente representados pelas entidades sindicais e ao aumento do número absoluto de sindicalizados, apesar da estabilidade da taxa de sindicalização.

187

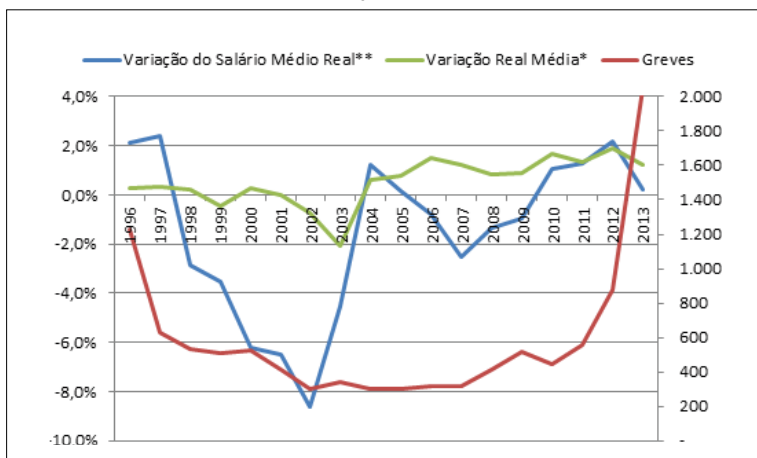
Gráfico 7
Estoque de emprego formal e número de greves



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE).

Os dados sobre reajustes salariais, extraídos do banco de acordos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), bem como a evolução do salário médio real, a partir de dados dos registros do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), permitem outro insight para interpretar a relação entre greve e salário. A primeira evidência é que, olhando para os dados dos acordos, de fato os reajustes reais caem junto com o número de greves e aumentam no momento de sua escalada. A correlação é, contudo, baixa, em parte devido ao pequeno número de casos, o que compromete a significância estatística. Mas chama também a atenção que o volume de ações grevistas caia antes da queda do reajuste médio e suba apenas muito depois do aumento deste.

Gráfico 8
Greve e reajuste médio real



* Variação média real dos reajustes monitorados pelo banco de acordos do Dieese. ** Variação do salário médio real no estado de São Paulo, trabalhador com carteira (Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/Dieese).

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Por um lado, o aumento do número de greves poderia se fazer seguir pelo aumento na variação do salário real médio. Por outro, a magnitude do crescimento dos salários reais em

um determinado tempo poderia inibir a incidência de greves no período seguinte. O Gráfico 8 mostra essa relação, mas os resultados são inconclusivos visual e estatisticamente. Uma série mais longa e a introdução simultânea de outras variáveis poderiam elucidar melhor essa relação, particularmente com a análise da crise econômica após 2014. Mas os dados colocam sérias dúvidas sobre a capacidade da militância de interferir positivamente na evolução dos salários reais.

Não resta dúvida de que o desemprego é um dos grandes inimigos da ação grevista. Ele amedronta o trabalhador, inibindo seu ímpeto para ação grevista, e reduz o próprio contingente de trabalhadores empregados e filiados às organizações – os participantes “privilegiados” da ação grevista. A relação entre greve e salário, contudo, é muito menos clara e ambígua, e sua explicação parece demandar mais investigação e evidência do que as apresentadas aqui. O que parece certo é que a “nova escalada de greves” no fim do período apresentado parece não ter se convertido em melhorias para o trabalhador, nem imediatamente na remuneração, nem no emprego.

189

Estrutura sindical e movimento grevista

Em importante trabalho, Boito e Marcelino (2010) fizeram uma crítica à tese de que o declínio do sindicalismo pudesse explicar a queda na atividade grevista. Como demonstram os dois autores, a tese de Rodrigues (1999) pode explicar a década de 1990, mas é incapaz de explicar a nova onda de greves. Conforme mostram Boito e Marcelino (2010, p. 334), com base em dados do Dieese, a nova “onda de greves” foi capitaneada principalmente pelos setores tradicionalmente mais organizados, com a “novidade” das greves propositivas, indicando uma retomada do movimento sindical:

Na nossa avaliação, vivemos, pelo menos desde 2004, uma conjuntura de recuperação da atividade sindical no Brasil.

Na base, a ação grevista mantém-se num nível razoavelmente alto, e a grande maioria das greves tem permitido ganhos reais de salários; na cúpula do movimento, a disputa política acirrou-se com o surgimento de cinco novas centrais sindicais. Essa recuperação da luta sindical pode ser tomada como um indicador da vitalidade do sindicalismo como movimento social (Boito e Marcelino, 2010, p. 328).

190 Após uma década de estagnação nos anos 1990, o Brasil passou por um período de retomada do emprego formal e, conseqüentemente, de aumento da cobertura dos acordos coletivos de trabalho, extensivos por lei aos não sindicalizados. Isso ocorreu inclusive nos setores tradicionais, onde, apesar da perda relativa da participação na ocupação, houve aumento significativo de emprego. Os efeitos diretos do aumento do emprego formal no movimento sindical são fundamentais para entender a dinâmica do sindicalismo. Pelo menos três deles merecem ser mencionados: o crescimento do número de sindicatos, o aumento da arrecadação sindical e a elevação do número de filiados.

O trabalho de Boito e Marcelino (2010) levanta uma série de hipóteses importantes para pensar o “renascimento” do ímpeto grevista. Mas uma delas, apesar de já explorada pelos autores, é fundamental para o argumento desenvolvido nesta seção: “concorrência política entre as centrais sindicais brasileiras, cujo número e variedade de orientações político-ideológicas cresceram [...] entre 2004 e 2007” (Boito e Marcelino, 2010, p. 330).

Não foi fácil para os trabalhadores superar a década de 1990, mas, apesar do cenário de alto desemprego e crise econômica, o sindicalismo parece ter se fortalecido. Os dados do IBGE (2003) mostram que o número de sindicatos de trabalhadores cresceu 49,2% entre 1992 e 2001, chegando a 11.354. Tal crescimento implicou maior fragmentação, mas revelou também grande capacidade de mobilização dos trabalhadores

(Cardoso, 1997)⁷. No mesmo período, 3,5 milhões de “novos” trabalhadores urbanos se sindicalizaram, elevando para 9,2 milhões o número de sindicalizados, dos quais 66,5% estavam sob o guarda-chuva das centrais sindicais.

O crescimento na base foi acompanhado de maior concentração na cúpula, com aumento dos sindicatos filiados às centrais, que passaram de 33% para 38%. Ao mesmo tempo, as duas principais centrais mantiveram sua hegemonia, com mais de 86% do total das filiações sindicais ao longo do período. Em 2001, os sindicatos filiados a centrais respondiam por 52,3% do total de trabalhadores filiados (66,5% no caso dos empregados urbanos), sendo que as duas primeiras centrais concentravam mais de 88% desses trabalhadores. O próprio IBGE (2003, p. 80), na análise do censo sindical, conclui que: “Levando-se em conta que houve um expressivo aumento do número absoluto de sindicatos na última década, conclui-se que as centrais sindicais se fortaleceram bastante”.

Apesar de não serem comparáveis com os dados do IBGE, os dados do MTE mostram que no início de 2010 havia 8.826 sindicatos urbanos com carta sindical, contra 6.133 no censo de 2001. Em 2010, 61,3% dos sindicatos eram filiados a alguma central, contra os 38% de 2001. Em março de 2012, o total de entidades registradas havia passado para 9.854, sendo 72,9% filiadas a centrais. Esse crescimento veio acompanhado de uma nova realidade no mercado de trabalho, marcada pelo aumento expressivo do emprego formal (Gráfico 7).

O dinamismo sindical observado está intimamente ligado à dinâmica grevista. Essa associação é feita por Noronha (2009) em seu trabalho inicial, que mostra a importância das greves para o nascimento do “novo sindicalismo”. Já alguns autores, como Almeida (1996), apontaram que a escalada de greves não fora acompanhada de ganhos efetivos para os

⁷ Boa parte do crescimento ocorrido após 1988 veio da liberdade sindical expressa na Constituição, que garantia a formação de sindicatos de servidores públicos, grande parte deles formados a partir da conversão de antigas associações em sindicatos.

trabalhadores, em parte devido às divisões no movimento sindical e à sua decorrente incapacidade de criar canais efetivos de participação na definição de políticas públicas. O movimento mais recente foi, contudo, bem distinto do observado até 2002, apesar da experiência das Câmaras Setoriais no início da década de 1990. O movimento sindical passou a ocupar um crescente número de arenas tripartites e a participar mais efetivamente da formulação de políticas públicas.

O movimento de criação de sindicatos e a “nova onda” grevista parecem corroborar para a tese de que não há no Brasil nenhuma perda evidente de poder dos sindicatos, ou mesmo de importância, bem como nenhuma diminuição da sua capacidade de ação coletiva (Cardoso, 2015). Esse movimento foi observado também por Cardoso (1997) entre 1980 e 1992, quando o “aumento da participação dos trabalhadores na vida política e social brasileira” elevou o “ritmo de criação dos sindicatos”. A conclusão de Cardoso é taxativa:

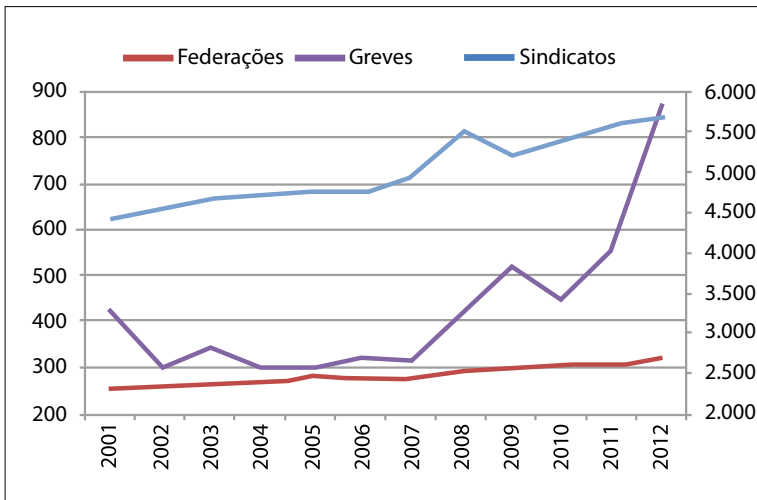
192

O ritmo de criação de sindicatos acompanha quase ponto por ponto [...] o grau de mobilização dos trabalhadores, tal como medido pelas estatísticas de greve [...] a correlação simples (Pearson) entre criação de sindicatos [...] e o número de greves é ainda maior: 0,73 (Cardoso, 1997, p. 104).

O aumento do número de sindicatos pode estar associado a uma maior fragmentação e descentralização das negociações, o que, por sua vez, se relaciona ao crescimento do número de greves (Brandl e Traxler, 2010). Esse padrão está sujeito a certos limites, pois a possibilidade de criação de sindicatos não é infinita. Mas o movimento recente mostra que a unicidade e o enquadramento continuam convivendo com forte movimentação de criação de sindicatos. Apesar de não haver série estatística confiável para o número de sindicatos nos anos 1990 que contemple a variação anual, os dados da década de 2000 parecem corroborar para essa conclusão.

O Gráfico 9 traz informações que indicam que o maior número de greves está relacionado a um maior número de sindicatos (Pearson: 0,747). Mesmo diante da rigidez “para baixo” no número de sindicatos, essa relação parece ser preservada. Os dados se limitam a indicar a criação de sindicatos, mas a criação de confederações e federações, bem como o movimento das centrais é de extrema importância nesta análise. Apesar da manutenção da unicidade, o desmembramento de categorias para criação de novos sindicatos intensificou a disputa entre as organizações de base, o que foi potencializado e fomentado pela competição na cúpula (o número de confederações, não apresentado no gráfico, ficou inalterado entre 2001 e 2004; e subiu de 17 para 25 em 2012).

Gráfico 9
Número de sindicatos e número de greves⁸



Fonte: Dieese e Caixa Econômica Federal.

⁸ Número de sindicatos cadastrados na Caixa para receber a contribuição sindical. O eixo vertical da direita se refere ao número de Federações sindicais e de greves, e o da direita o número de Sindicatos.

Nos anos 1980, constituíram-se as três principais centrais: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e União Sindical Independente (USI). A CGT se fragmentou no fim da década de 1980, dando origem à Força Sindical (FS) e a outras duas centrais: a Central Geral dos Trabalhadores e a Confederação Geral dos Trabalhadores. A essas centrais, somaram-se nos anos 1990 a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), em 1994, e a Social Democracia Sindical (SDS), em 1996. Essa movimentação na cúpula continuou na década seguinte com o surgimento de quatro novas centrais.

194

O contexto político marcado pela reforma da previdência em 2003 contribuiu para que, em 2004, grupos ligados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e à corrente intersindical saíssem da CUT para fundar a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Divergências em torno do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) levaram à criação da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) em 2005, reunindo as confederações oficiais e os sindicatos a elas vinculados. Em 2007, foi criada a União Geral dos Trabalhadores (UGT), resultado da fusão da CAT, SDS e CGT-Confederação, com a incorporação, ainda, de dissidentes da FS. Finalmente, no mesmo ano a CUT perderia também a Corrente Sindical Classista, ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que fundaria a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Essas mudanças na cúpula ocorreram no bojo da consolidação e institucionalização das centrais no governo Lula, com a Lei nº 12.648/2008. No texto da lei prevaleceu a tese de que os sindicatos têm liberdade de filiação às centrais, decidindo para qual delas será destinada a parcela da contribuição arrecadada. O interesse pelos recursos, por sua vez, contribuiu para acirrar a disputa na cúpula por sindicatos (Cardoso, 2015). Mas, apesar do conflito latente em torno da estrutura sindical, a partir do governo Lula as

centrais foram capazes de construir uma unidade de ação e uma importante pauta nacional conjunta, em grande parte mediada pelo Dieese (Radermacher e Melleiro, 2007).

Os dados de representatividade publicados pelo Ministério do Trabalho mostram um quadro de relativa estabilidade na representatividade das centrais, com as três maiores mantendo cerca de 60% da representação total, apesar do pluralismo e da competição na cúpula (Ferraz, 2014). Essa estabilidade na cúpula esconde não só a movimentação na base, mas também a ampla movimentação na estrutura intermediária, com a criação de novas federações (cerca de 10% de crescimento) e confederações (crescimento de 19%).

Uma análise mais profunda dessa relação deveria se debruçar sobre a competição entre as centrais sindicais e as oposições sindicais, boa parte delas financiadas pelas próprias centrais no nível local. Essa competição tem duas formas diretas: a competição pela criação de novos sindicatos onde estes não existem ou na mesma base territorial. O exemplo mais claro é a criação de sindicatos de trabalhadores siderúrgicos e metalúrgicos num mesmo município, fragmentando uma base anteriormente comum. Ou a criação de sindicatos de trabalhadores municipais representando professores municipais, onde já havia sindicato de professores do setor público, ou ainda o caso da sobreposição entre o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifef) no ensino superior.

O caso dos trabalhadores do setor público merece um estudo à parte devido a duas mudanças importantes na dinâmica do setor que podem estar associadas tanto à maior militância como à criação de sindicatos. De um lado, o Ministério do Trabalho permitiu a cobrança de contribuição

sindical no setor⁹. De outro, foi expressivo o aumento da contratação de funcionários públicos municipais em decorrência da descentralização nas áreas de saúde, educação e assistência social. Os dados do Ministério do Trabalho (RAIS/MTE) mostram que entre 1995 e 2013, o número de funcionários da administração pública municipal cresceu 154%, ao passo que a expansão na administração federal e estadual foi de 25% e 17%, respectivamente.

Essa é apenas uma conjectura, mas com respaldo no forte crescimento das greves no setor público justamente a partir de 2008, como pode ser observado no Gráfico 4. Não é à toa que a média de greves dos servidores municipais, tradicionalmente baixa, passou de 44 greves ao ano, no quadriênio de 2005 a 2008, para 137 no quadriênio de 2009 a 2012. O movimento grevista parece ter assim sido fomentado tanto pela pressão de cima, com a concorrência entre as centrais por filiados, como pela disputa entre seus filiados na base.

196

Conclusão

Este trabalho explorou a evolução do número agregado de greves no Brasil após a criação de três marcos institucionais fundamentais: a Constituição de 1988, a lei de greve do setor privado e a lei de criação das centrais sindicais. A análise procurou investigar a ligação entre as greves e três conjuntos de variáveis – econômicas, políticas e organizacionais –, mostrando a pertinência e a força dessa relação. Em sintonia com a literatura internacional, a incidência de greves no país encontrou ligação estreita com a evolução do binômio emprego e desemprego e com a dinâmica salarial, particularmente a evolução do salário médio no ano imediatamente anterior.

A ligação entre as greves e a conjuntura política e os aspectos organizacionais também foram, de certa forma,

⁹ A contribuição foi regulamentada por norma infralegal do Ministério do Trabalho, em 2008 (Instituição Normativa nº 1), revogada em 2013, reeditada em 2017 e revogada novamente no mesmo ano.

condizentes com algumas das hipóteses da literatura. No aspecto político, os dados apontam para uma queda no número de greves durante os governos liderados por coalizões de centro-direita, quando foram implementadas políticas de cunho liberal que estiveram associadas à escalada do desemprego. Após 2002, quando as greves chegaram ao seu nível mínimo, o país viveu um breve período de “paz social”, sob um governo de centro-esquerda, mas claramente liderado por um partido trabalhista, com estreitos laços com os sindicatos. Esse período de paz acaba no meio do segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva, com uma nova “escalada” de greves a partir de 2008, em meio à crise econômica mundial.

Os aspectos organizacionais ou institucionais, internos ao movimento sindical, explorados nesta análise indicam que a forte fragmentação e descentralização na base da estrutura sindical e a concorrência na cúpula têm clara relação com o número de greves. Como mostra a literatura sobre o estado de bem-estar social e a social-democracia, uma estratégia de contenção de greves em troca de políticas públicas favoráveis aos trabalhadores requer concentração e centralização do movimento sindical.

A expansão do número de sindicatos vai de encontro a essa exigência, ainda que nossa estrutura fragmentada e descentralizada tenha sido contrabalançada pela concentração na cúpula. Entretanto, isso não desfez a forte competição no interior do movimento sindical, ao contrário, parece tê-la estimulado. A luta entre as centrais por sindicatos reverbera na luta salarial, dificultando possíveis compromissos envolvendo a redução das greves. Nesse quadro de disputa política, as greves devem continuar, principalmente, no caso de uma crise econômica que enfraqueça o governo, como a crise do fim do governo Dilma Rousseff. Por fim, a perda do governo por parte do Partido dos Trabalhadores (PT) pode acirrar ainda mais a ação grevista nesse contexto.

Alexandre Sampaio Ferraz

Economista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é pesquisador do Dieese e professor colaborador no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL-UnB). Entre 2015 e 2016, atuou como professor visitante no IPOL-UnB. Tem trabalhos publicados sobre sindicalismo e processo político, e sobre a participação social em conselhos de políticas públicas.

Agradecimentos do autor

Agradeço ao Dieese, particularmente aos pesquisadores do Sistema de Acompanhamento de Informações Sindicais (SAIS-Dieese), e ao Grupo de Pesquisa Repensando as Relações entre Sociedade e Estado (Resocie) do IPOL-UnB por me abrigar e possibilitar novas reflexões sobre a participação social. Por fim, agradeço também aos pareceristas anônimos pelas sugestões e ao professor Sidney Jard da Silva, da Universidade Federal do ABC (UFABC), por sua leitura atenta e contribuições ao texto final. Os erros remanescentes são, contudo, exclusiva falha minha.

198

Bibliografia

- AKKERMAN, Agnes. 2008. Union competition and strikes: the need for an analysis at the sector level. *Industrial and Labor Relations Review*, v. 61, n. 4, pp. 445-459.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. 1996. *Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Edusp.
- ALVES, Giovanni. 2000. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, pp. 111-124.
- ASHENFELTER, Orley; JOHNSON, George. 1969. Bargaining theory, trade unions, and industrial strike activity. *American Economic Review*, v. 59, n. 1, pp. 35-49.
- BOITO JÚNIOR, Armando; MARCELINO, Paula. 2010. O sindicalismo deixou a crise para trás? um novo ciclo de greves na década de 2000. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, pp. 323-338.

- BRANDL, Bernd; TRAXLER, Franz. 2010. Labour conflicts: a cross-national analysis of economic and institutional determinants, 1971-2002. *European Sociological Review*, v. 26, n. 5, pp. 519-540.
- BRASIL. Poder Legislativo. 1988. Constituição de 1988. Disponível em: <<https://goo.gl/E3iKfP>>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- _____. Presidência da República. 1989. Lei nº 7.783, de 1989. Disponível em: <<https://goo.gl/bSWLKL>>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- CAMERON, David R. 1984. Social democracy, corporatism, labour quiescence, and the representation of economic interest in advanced capitalist society. In: GOLDTHORPE, Jonh (ed.). *Order and conflict in contemporary capitalism*. Oxford: Clarendon Press, pp. 143-178.
- CARD, David. 1990. Strikes and bargaining: a survey of the recent empirical literature. *The American Economic Review*, v. 80, n. 2, pp. 410-415.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. 1997. O sindicalismo corporativo não é mais o mesmo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 48, pp. 97-119.
- _____. 2015. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. *Caderno CRH*, v. 28, n. 75, pp. 493-510.
- DRIBBUSCH, Heiner; VANDAELE, Kurt. 2016. Comparing official strike data in Europe: dealing with varieties of strike record. *Transfer: European Review of Labour and Research*, v. 22, n. 3, pp. 413-418.
- ENGELS, Friedrich. 2008. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- FERRAZ, Alexandre Sampaio. 2000. *Sindicatos e política de privatização no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Paulo: USP.
- _____. 2014. Novos rumos do sindicalismo no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 86, pp. 109-162.
- FRANZOSI, Roberto. 1982. One hundred years of strike statistics: methodological and theoretical issues in quantitative strike research. *CRSO Working Paper*, n. 257.
- GOLDEN, Miriam A. 1997. *Heroic defeats: the politics of job loss*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HIBBS, Douglas A. 1978. On the political economy of long-run trends in strike activity. *British Journal of Political Science*, n. 53, pp. 153-175.
- IBGE. 2003. *Sindicatos: indicadores sociais 2001*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IPEA. 2013. Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad. *Comunicados do Ipea*, n. 160.
- KAUFMAN, Bruce E. 1982. The determinants of strikes in the United States, 1900-1977. *Industrial and Labor Relations Review*, v. 35, n. 4, pp. 473-490.

- LANGE, Peter; TSEBELIS, George. 1993. Wages, strikes, and power: an equilibrium analysis. In: BOOTH, William James; JAMES, Patrick; MEADWELL, Hudson (eds.). *Politics and rationality: rational choice in application*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LENIN, Vladimir Ilyich. 1961. *Sobre os sindicatos*. Rio de Janeiro: Vitória.
- MARCELINO, Paulo. 2017. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. *Tempo Social*, v. 29, n. 3, pp. 201-227.
- MIAGUSKO, Edson. 2001. *Greve dos petroleiros de 1995: a construção democrática em questão*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: USP.
- MURILLO, Maria Victoria. 2001. *Labor unions, partisan coalitions, and market reform in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MURILLO, Maria Victoria; RONCONI, Lucas. 2004. Teachers' strikes in Argentina: partisan alignments and public-sector labor relations. *Studies in Comparative International Development*, v. 39, n. 1, pp. 77-98.
- NORONHA, Eduardo G. 2009. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, n. 76, pp. 119-168.
- PIAZZA, James A. 2005. Globalizing quiescence: globalization, union density and strikes in 15 industrialized countries. *Economic and Industrial Democracy*, v. 26, n. 2, pp. 289-314.
- PRZEWORSKI, Adam. 1994. *Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- RADERMACHER, Reiner; MELLEIRO, Waldeli. 2007. Mudanças no cenário sindical brasileiro sob o governo de Lula. *Nueva Sociedad*, n. 211, pp. 124-143.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. 1999. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp.
- SCHEUER, Steen. 2006. A novel calculus? Institutional change, globalization and industrial conflict in Europe. *European Journal of Industrial Relations*, v. 12, n. 2, pp. 143-164.
- TROTSKY, Leon. 1978. *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairós.
- VANDAELE, Kurt. 2016. Interpreting strike activity in Western Europe in the past 20 years: labour repertoire under pressure. *Transfer: European Review of Labour and Research*, v. 22, n. 3, pp. 277-294.
- WARNECK, Wiebke. 2007. *Strike rules in the EU27 and beyond: a comparative overview*. Brussels: ETUI-REHS.



PLURALIDADE SINDICAL NO CAMPO? AGRICULTORES FAMILIARES E ASSALARIADOS RURAIS EM UM CENÁRIO DE DISPUTAS¹

Everton Lazzaretti Picolotto^a

^aé doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: <everton.picolotto@ufsm.br>

Orcid: 0000-0003-4199-5553

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-201238/104>

Introdução

O sindicalismo dos trabalhadores rurais constitui a maior rede de sindicatos do Brasil e é um dos únicos ramos que tem registrado aumento de filiações. São mais de quatro mil sindicatos, cerca de cinquenta federações estaduais e três confederações nacionais. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de sindicalização rural nas últimas décadas passou de 17% em 1992 para 24% em 2013, enquanto a taxa de sindicalização urbana decaiu, no mesmo período, de 23% para 15% (Rodrigues, 2015). Essa estrutura, articulada historicamente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), além de robusta e com grande distribuição no país, tem vivenciado mudanças profundas desde meados da década de 1990, quando assumiu a agricultura familiar como público prioritário e conduziu certa transformação interna

¹ Este artigo traz resultados do projeto “A formação do sindicalismo da agricultura familiar no Brasil e a pluralidade sindical no campo” financiado pelo Edital de Ciências Humanas e Sociais – MCTI/CNPq/MEC/CAPES, n. 22/2014.

para adequar seu projeto político, passando para segundo plano outras bandeiras tradicionais, como a reforma agrária, os direitos trabalhistas e as categorias de trabalhadores rurais que as sustentavam, como os assalariados rurais, sem-terra, posseiros etc. De outra parte, tem enfrentado a concorrência de outras organizações sindicais, como a Federação dos Empregados Rurais de São Paulo (Feraesp), criada em 1989, e a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil)², inicialmente criada na região Sul, em 2001, e nacionalizada na mesma década. Ademais, outras organizações não sindicais também mobilizam trabalhadores sem-terra, pequenos agricultores e diversos grupos de populações tradicionais (extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos), entre outros.

202

Ainda em meados da década de 1980 ocorreu uma “implosão” da categoria “trabalhador rural” como agregadora da representação sindical no campo (Favareto, 2006; Medeiros, 1989; 2001; Novaes, 1997), acompanhada pela emergência de diversas possibilidades organizativas que romperam com a estrutura corporativa da representação sindical. Surgiram tanto alternativas externas ao universo sindical – como é caso dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dos Atingidos por Barragens (MAB) e das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) – quanto outras que, dentro do campo sindical, apontaram para a criação de sindicatos por categorias específicas, tais como os empregados rurais, os fumicultores, os suinocultores e, mais recentemente, os agricultores familiares (Medeiros, 1989; 2001).

Pelos canais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) formou-se uma estrutura sindical rural que se via como paralela à Contag. O Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT, fundado em 1988, foi uma iniciativa

² No ano de 2016, a Fetraf alterou sua denominação para Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contraf).

ousada que procurava concretizar o programa da Central de defesa da liberdade e autonomia sindical (Rodrigues, 1990). O DNTR além de dar abrigo para sindicatos existentes e que se desgarravam da Contag também articulava oposições sindicais e novas estruturas que estavam surgindo, como a Feraesp e sindicatos regionais de pequenos produtores em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (Favareto, 2001; Medeiros, 1989; 2001; Picolotto, 2011).

Ainda que este primeiro ensaio de formação de uma estrutura sindical tenha sido abortado pelo acordo entre CUT e Contag em 1995, que resultaria na unificação das duas estruturas sindicais e a extinção do DNTR, problemas de diversas ordens no interior da Contag deram base para a continuidade das organizações de assalariados, como a Feraesp, novas dissidências políticas e a formação de outras estruturas sindicais específicas de agricultores familiares, como a Fetraf.

Nos últimos anos têm ocorrido expressivas mudanças no ordenamento normativo sindical rural, exigindo readaptações nas organizações sindicais. Desde 2014 passou a vigorar um novo entendimento no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de que podem existir duas categorias sindicais específicas dentro da categoria eclética de trabalhador rural, quais sejam: assalariados rurais e agricultores familiares. Essas duas novas possibilidades de sindicalização podem formar estruturas sindicais próprias.

Diante desse novo cenário o sindicalismo da Contag precisou se repensar nos últimos anos e tem optado por representar a agricultura familiar e dissociar a categoria dos assalariados rurais. Apoiou a formação de sindicatos de assalariados rurais, federações e a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar), em outubro de 2015. No entanto, essas mudanças também impulsionaram uma nova corrida pela busca do reconhecimento dos entes sindicais da Fetraf e da Feraesp.

Este artigo tem por objetivo analisar as mudanças ocorridas no campo sindical com a emergência de novas organizações sindicais de agricultores familiares e de assalariados rurais e avaliar a possibilidade da configuração de uma condição de pluralidade sindical no campo brasileiro. O estudo resulta de investimentos de pesquisa realizados com financiamento do CNPq, no qual se fez uso de documentos das organizações sindicais, do MTE, de observação em eventos sindicais e de entrevistas com lideranças sindicais.

Sindicalismo de trabalhadores rurais: entre o corporativismo e o pluralismo

O sindicalismo brasileiro foi estruturado na década de 1930 pelo governo de Getúlio Vargas segundo uma forma corporativista de conceber as relações Estado-sociedade (Araújo, 2002; Goldin, 2013; Ladosky, 2014) – corporativismo que Schmitter (1974) chamou de “estatal ou autoritário”, em que as representações dos grandes interesses sociais são subordinadas à “autoridade estatal, quando não são criadas por ela” (Araújo e Tápias, 1991, p. 10). Tal corporativismo constitui a unidade dos múltiplos interesses em um único corpo de representação, e um dos seus traços característicos é a forte identificação entre Estado e sociedade, com afluências para a concentração do poder no primeiro.

Esse modelo deixou suas marcas na estrutura sindical brasileira. A primeira delas diz respeito à tutela do Estado sobre as organizações sindicais. Tal tutela foi estabelecida pela chamada investidura sindical, que significou a necessidade de reconhecimento prévio do sindicato pelo Estado, por meio da Carta Sindical. Ou seja, era o Estado que outorgava às entidades sindicais a representatividade de determinado segmento de trabalhadores e o poder de negociação com os órgãos patronais. Além disso, o Ministério do Trabalho exercia forte controle sobre a vida sindical, seja na regulação das eleições, das posses de diretorias, poder de intervenção,

fiscalização das ações e das finanças. A segunda marca foi dada pelo estabelecimento da unicidade sindical, que instituía a existência de apenas uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial. Por fim, a terceira marca refere-se às contribuições sindicais obrigatórias estabelecidas por lei: imposto sindical e taxa assistencial. Tais contribuições foram uma espécie de poder tributário concedido pelo Estado aos sindicatos, fazendo-os dependerem do próprio Estado e não dos trabalhadores de sua base para se financiarem (Boito Jr., 1991; Coletti, 1998; Ladosky, 2014; Pinto, 1979; Vianna, 1976).

O sindicalismo dos trabalhadores rurais foi regulamentado na década de 1960, por meio de portarias do Ministério do Trabalho que estabeleceram a representação paralela entre trabalhadores e patrões. O sindicalismo dos trabalhadores organizou-se na forma de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) nos municípios, de Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetag) nos estados e da Contag, órgão sindical superior de âmbito nacional. Nessa estrutura, toda a diversidade de grupos sociais e de situações de trabalho rural foi enquadrada na categoria trabalhador rural, sejam eles assalariados, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, entre outros (Medeiros, 1989; 2001; Novaes, 1997; Palmeira, 1985).

Nas disputas políticas nos primeiros tempos desse sindicalismo, a opção do grupo que assumiu a direção da Contag em 1968, após um período de intervenção do regime militar, foi a de fazer um esforço político de garantir a unificação dessa diversidade contra tendências que se esboçavam nas direções quer de deslocar os pequenos produtores aos sindicatos rurais patronais, ligados à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), quer de formação de um sindicalismo próprio de pequenos produtores (Medeiros, 2001; 2014; Palmeira, 1985)³.

³ A possibilidade formar uma *terceira faixa* de enquadramento sindical também aparecia nas articulações de sindicalistas do Sul do país, que não se sentiam confortáveis em uma organização hegemônica por porta-vozes de *assalariados*, *parceiros* e *posseiros*,

206

Ao trabalho político de unificação conduzido pela Contag soma-se a unificação formal desse sindicalismo consolidado com o Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, que dispunha sobre o enquadramento e as contribuições sindicais rurais. Nele são definidos os contornos do que se deve entender por “trabalhador rural”, seja empregado ou pequeno produtor, ambos abrangidos no sindicalismo de trabalhadores rurais. O pequeno produtor é considerado trabalhador quando “proprietário ou não trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar”, “ainda que com ajuda eventual de terceiros”, em área igual ou inferior à dimensão do módulo rural⁴ da respectiva região (Brasil, 1971, n.p.). Algumas décadas depois – após muitos debates e pressão interna na Contag, vinda especialmente das federações do Sul do país, que requeriam a ampliação destas dimensões – a Lei 9.701, de 17 de novembro de 1998, ampliou o enquadramento do pequeno produtor para explorações com áreas de até dois módulos rurais da respectiva região (Brasil, 1998). Ou seja, quem tiver menos do que dois módulos é considerado enquadrado para fins sindicais na categoria de trabalhador rural.

No final dos anos 1970 e início da década seguinte, emergiram novas lideranças e novas formas de encaminhar as lutas, e junto com as novas demandas desafiavam o sindicalismo contaguiano a gerar respostas. Essa situação trouxe à tona críticas ao modo de agir deste sindicalismo que, apesar de seus esforços, tinha dificuldades de dar voz e encaminhar as reivindicações de diferentes segmentos, num momento

especialmente, de lideranças nordestinas. Para superar essas divergências foi criado um programa unificador dos diferentes grupos. Segundo Francisco Urbano (dirigente da Contag nas de 1970-1990), a definição de um “Plano de Integração Nacional” estabeleceu que “temos que ter políticas para todos os grupos que nós representamos” (informação verbal, entrevista ao autor, 2016).

⁴ O módulo rural é uma medida fixada para cada região, define a propriedade familiar que absorve toda a força de trabalho da família, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico (Lei nº 4.504, de 1964).

em que novos atores e repertórios de ação ganhavam espaço público e novas questões surgiam. Assim, além das demandas referentes a *posseiros*, *assalariados*, *pequenos agricultores*, aparecia as lutas por terra pelos que a haviam perdido, dos atingidos por barragens, dos afetados pelas secas, dos que buscavam manter suas atividades tradicionais, como é o caso dos seringueiros. Demandas antigas e novas se cruzavam com os debates nacionais sobre sindicalismo e seus rumos (Picolotto e Medeiros, 2016). Esse processo vincula-se intimamente à atuação de setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, que – por meio de um trabalho molecular nas comunidades eclesiais de base, cursos de formação, entre outras atividades – foram introduzindo novas questões e disposições, em especial entre os jovens. Surgiram as oposições sindicais que se articularam na CUT e desenvolveram uma série de críticas às formas de ação do sindicalismo contagiano, tais como: “assistencialistas”, “atrelados ao governo”, “burocráticos”, “conservadores” etc. Paralelamente, surgiram organizações, independentes das normas que tolhiam a ação sindical, como o MST, MAB, MMTR, entre outros (Favareto, 2001; Medeiros, 1989; Novaes, 1991).

207

Com esses novos atores conformava-se um “campo de forças” (Bourdieu, 2005) no âmbito da representação política com rebatimentos no sindicalismo. Enquanto o sistema Contag defendia a unidade corporativa da categoria *trabalhador rural*, por meio da manutenção da unicidade sindical e de seu monopólio na representação de todos os trabalhadores do campo, de outro lado, o sindicalismo rural ligado à CUT propunha *liberdade e autonomia*, qual seja, a possibilidade de formar novos sindicatos autônomos ao Estado, mas adequados à organização das lutas de categorias sociais específicas no campo. Fosse entre os assalariados rurais ou entre os pequenos produtores e sem terras, estimulava a diferenciação de estruturas. A postura da CUT se baseava em um ideário influenciado pelas experiências pluralista

de vertentes socialistas e anarquistas de origem europeia e norte-americana (Goldin, 2013; Ladosky, 2014; Ricci, 2013). Na concepção pluralista podem conviver “vários grupos ou centros de poder, mesmo que em conflito entre si” (Bobbio, 1998, p. 928). Trata-se de uma corrente de pensamento que se opõe à concentração e unificação do poder e, no campo sindical, se opõe ao monopólio corporativista da estrutura sindical oficial. É favorável à coexistência de organizações sindicais diversas competindo entre si, segundo a lógica de um “campo” ou “mercado” político, em que os agentes competem por ideias, por interesses e pela representação de bases sociais.

208

O processo de democratização da sociedade brasileira ao longo dos anos 1980 e a pressão e conquistas dos movimentos sociais na Constituição de 1988 favoreceram o fortalecimento da sociedade civil diante do Estado, pulverizando os centros de representação e enfraquecendo o jugo corporativista tradicional. Deram base, por um lado, para a formação de uma expressiva pluralização dos movimentos sociais (sejam sindicais ou por fora dos canais sindicais), o que configura diversos centros de representação de interesses; o enfraquecimento da tutela estatal sobre as organizações sindicais. Por outro lado, a criação de espaços de negociação entre o Estado e as classes sociais, para onde as organizações de representação dos trabalhadores – a CUT em particular – direcionaram suas demandas e para diversos conselhos de políticas públicas, câmaras bipartites e tripartites, fóruns de debates, conferências, etc. (Alves, 2000; Cardoso, 2003; Domingues, 2007; Ladosky, 2014).

Contudo, esse fortalecimento da sociedade civil e da pluralização dos grupos e centros de representação não foi traduzido de forma direta em mudança do estatuto legal do corporativismo sindical na Constituição de 1988. Se, de um lado, a nova Carta estabeleceu que os cidadãos devem ter liberdade de organização política e sindical, de outro, em

termos da estrutura sindical, manteve pilares fundamentais do corporativismo, como a unicidade, as contribuições sindicais obrigatórias (similar ao antigo imposto sindical) e o poder normativo da Justiça do Trabalho.

Essas ambiguidades legais deram base para que pudessem coexistir o sistema sindical da Contag e o da CUT. Os setores rurais da CUT que já haviam constituído uma Secretaria Nacional desde sua fundação, em 1984, em 1988 tomaram a iniciativa de organizar um Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) e seus Departamentos Estaduais (DETR). Funcionava como uma organização sindical paralela à Contag, articuladora das diversas categorias de trabalhadores rurais, ainda que a direção política estivesse com os pequenos agricultores (Favareto, 2006; Medeiros, 2014). Mas também foi de forças cutistas abrigadas no DNTR que surgiu a iniciativa da criação de instrumentos sindicais específicos de categorias de trabalhadores, como os empregados rurais, em São Paulo. Em 16 de abril de 1989, na cidade de Jaboticabal (SP), foi lançado um manifesto de constituição de Sindicatos de Empregados Rurais (SER) e de uma Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp). Nessa iniciativa, que em 1992 passava a contar com quatorze SER – especialmente na região de Ribeirão Preto – aparecia com clareza o entendimento de que “a partir da nova Constituição, *o Estado perdeu seus poderes sobre o sindicato*, cabendo aos trabalhadores definir sua forma de organização, *desde que obedçam os limites da Constituição*” (Feraesp, 1989 apud Coletti, 1998, p. 217, grifos no original). Dentre os principais argumentos levantados para formação de sindicatos específicos de empregados rurais estava a constatação dos “conflitos de interesses” dentro dos STR, que agregavam empregados e pequenos produtores, muitos dos quais contratavam força de trabalho externas e eram chamados de “pequenos patrões” (Coletti, 1998). Os STR tinham sido “tomados” pelos “pequenos patrões”,

não eram mais vistos como um espaço de representação dos interesses próprios dos empregados.

No início da década de 1990, ambas as vertentes sindicais da CUT e da Contag passavam por certa “crise” que demandava mudanças. O sistema Contag sofria desgaste de sua forma de relação próxima ao Estado e das dificuldades de atualizar o seu projeto sindical, suas bandeiras de luta, estrutura organizativa e forma de ação sindical pautada pelos caminhos legais. No caso do DNTR/CUT, os limitadores estavam na dificuldade em firmar-se como o interlocutor perante o Estado e na sua limitada influência nacional, por possuir bases principalmente nos estados do Sul e no Pará (Favareto, 2006; Novaes, 1991). Essa crise seria um dos motivadores da unificação destas duas tradições sindicais, realizada com a aprovação da filiação da Contag à CUT durante o IV Congresso da Contag de 1995 (Picolotto, 2011).

210

Com esse processo de unificação formal do sindicalismo, também foi adotada uma nova postura. Passa de uma postura *contestatória* (marcada fortemente por mobilizações de confronto e de reivindicações da década de 1980) para outra mais *propositiva* (que faz mobilizações, mas que tem propostas concretas, um projeto para a agricultura e para o país), com a participação mais ativa em comissões conjuntas com órgãos do Estado para realizar estudos sobre a agricultura familiar e definir de políticas públicas para esse público (Favareto, 2006; Picolotto, 2014a). Tratava-se de um momento em que a própria CUT, enquanto Central, passava por mudanças na sua forma de relação com o Estado e o patronato. Com abertura de alguns espaços de participação definidos pela nova Constituição e influenciada por certo ideário “neocorporativista”⁵ de inspiração europeia, assumia a representação dos

⁵ Offe (1989) entende por “neocorporativismo: ao mesmo tempo em que é atribuído “*status público*” aos grupos sociais organizados, busca manter certa dose de controle estatal sobre o seu funcionamento com vistas a tornar cooperativa e previsível a relação entre Estado e os interesses organizados das classes.

trabalhadores na participação, ao lado de entidades patronais e setores do Estado, em arenas de decisão, formulação e a gestão das políticas públicas em uma clara mudança em relação a sua postura de autonomia e antiestatal da década anterior. Em síntese, passava da “CUT-Movimento” para a “CUT-Instituição” (Alves, 2000; Galvão, 2012; Ladosky, 2014; Ricci, 2013).

Os agricultores familiares entre duas organizações sindicais e a sub-representação dos assalariados

Nos esforços para unificar o sindicalismo de trabalhadores rurais, em meados da década de 1990, ocorreram eventos marcantes que mostravam o potencial que a união das organizações do campo (DNTR/CUT, Contag, MST, MAB, entre outros) e a nova postura propositiva poderiam ter, como a construção dos Gritos da Terra Brasil (a partir de 1994), uma forma de mobilização anual, unifica e massiva de âmbito nacional e com objetivo de propor e negociar políticas com os governos; a participação da CUT e Contag na Comissão Técnica do Pequeno Produtor do Ministério da Agricultura (1993/94) para elaborar uma “política agrícola diferenciada” para este público, atingido pelo acordo do Mercosul; a conquista de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995; e a realização do ambicioso Projeto CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical (1996-1999) que visou repensar o projeto e a estrutura sindical rural (Grisa e Schneider, 2014; Picolotto, 2014b; Sabourin, 2017).

Esse conjunto de ações acabou redefinindo o projeto sindical da CUT/Contag e deu certo direcionamento de suas atenções e interpelações do Estado para o público da agricultura familiar. A formulação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), com base nas elaborações do Projeto CUT/Contag de Formação Sindical, ocupou o centro das iniciativas sindicais na segunda metade da década de 1990. No VII Congresso da Contag (realizado

em 1998), foram aprovados os seus contornos centrais: a luta por reforma agrária como forma de romper com o modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de terra, renda e poder, e para expandir e consolidar a agricultura familiar; a opção pelo modelo da agricultura familiar que, além de propiciar desenvolvimento mais descentralizado, democrático, pode produzir alimentos com menores custos e danos ambientais, além de reduzir o êxodo rural; para os assalariados rurais, tratava-se de criar novos postos de trabalho, reduzir o desemprego e possibilitar melhores condições de vida e trabalho; criação de novas políticas sociais para o campo: educação, saúde, lazer, previdência e assistência social, formação profissional, pesquisa e assistência técnica etc.; e o repensar das relações de gênero e geração para valorizar os diversos sujeitos do campo (Contag, 1998).

212 Nas pautas anuais do Grito da Terra Brasil (1994-2015) – que passou a ser o principal eventos anual de mobilização e reivindicação do movimento sindical de trabalhadores rurais – percebe-se a presença constante, entre os principais temas, das demandas por política agrícola e reforma agrária para fortalecer a agricultura familiar. Como bem sintetiza Alberto Broch, presidente da Contag, referindo-se ao centro do seu projeto: “Nós queremos que ele se baseie no fortalecimento e na expansão da agricultura familiar, esse é o grande eixo, o grande eixo é fortalecer a Reforma Agrária porque se você tem a Reforma Agrária você expande, você fortalece a agricultura familiar” (informação verbal)⁶.

A busca por fortalecimento e ampliação da agricultura familiar passou a ocupar o centro do projeto da Contag, implicando uma mudança no eixo de poder interno. Se desde a sua fundação as pautas prioritárias foram a reforma agrária e os direitos trabalhistas, com lideranças nordestinas nos seus postos principais, com a entrada dos cutistas

⁶ Alberto Broch, presidente da Contag entre 2009 e 2017, entrevista ao autor, em 2016.

e adoção do PADRS, foi eleita a agricultura familiar como prioritária e lideranças sulistas passaram a ter maior destaque. O modelo da agricultura familiar adotado teve fortes contornos sulistas (Bonato, 2003): a de origem *colona* (pequenos proprietários de origem imigrante), modernizada, marcada pela perspectiva de integração aos mercados. Para ela, a principal demanda era crédito para produção, o que o Pronaf supriu (Picolotto e Medeiros, 2016).

Entretanto, essas novas orientações sindicais não foram unânimes entre os setores cutistas e nos anos seguintes causariam desacordos políticos internos e com antigos aliados. Setores cutistas descontentes com a unificação sindical e com a perspectiva de um sindicalismo propositivo deflagraram uma dissidência que daria origem ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Da forma semelhante, o MST, que era próximo da CUT, discordou dessas novas perspectivas e passou a organizar, juntamente com o MPA, uma nova articulação de atores sociais do campo. Dessa articulação formou-se a seção brasileira da Via Campesina a partir do final da década de 1990 (Fernandes, 2004; Vieira, 2011). No âmbito sindical, ainda que a unificação na Contag tenha propiciado conquistas importantes, outras propostas cutistas não foram acolhidas provocando divergências nos anos seguintes. Dentre elas estiveram a adoção do pluralismo sindical e a flexibilização das formas de organização sindical de base que não foram aceitas em nome da preservação da unicidade.

A Contag e a CUT precisaram responder a essas divergências internas. A Feraesp, por exemplo, era uma organização específica da base da CUT e, com esta aliança, que visava tornar a Contag o principal instrumento de atuação cutista no campo, era natural que solicitasse sua filiação à confederação. Fez seu pedido de filiação para o VII Congresso da Contag de 1998, mas este foi recusado em nome da preservação da unicidade sindical. Como já existia uma federação (Fetaesp) e os STR que atuavam no estado, a maioria do

congresso da Contag decidiu pela recusa do pedido de filiação (Medeiros, 2014).

Essas mesmas dificuldades e contradições motivaram uma dissidência sindical de agricultores familiares, na região Sul. Começou em Santa Catarina com a formação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de SC (Fetrafesc), criada em 1997, após tentativas frustradas de unificação sindical no estado. A Fetrafesc também solicitou filiação à Contag no Congresso de 1998, mas não foi aceita. Com essa negativa, fortaleceu a ideia de construir uma organização própria, alimentada pelo reconhecimento de que a *agricultura familiar* passava a ter no âmbito das políticas públicas e no debate acadêmico.

A emergência do *agricultor familiar* como personagem político na região Sul foi construída por diversas iniciativas das organizações sindicais e outros atores que criaram novos canais organizativos e fortaleceram sua identidade. A partir de 1996 ocorreram diversas ações massivas de debates e organização desse público, como o Mutirão de Animação de Base em diversos municípios dos três estados; os Encontros Regionais da Agricultura Familiar, realizados uma vez por ano; e a constituição da Frente Sul da Agricultura Familiar, criada no encontro de 1999 para congregar diversos atores: sindicatos, cooperativas de crédito, leite, produção, associações diversas, segmentos de igrejas e ONG (Medeiros, 2014; Picolotto, 2014a).

Esse movimento organizado em favor do reconhecimento da agricultura familiar fez um trabalho de constituição da ideia-força *agricultura familiar* como identidade política. Como define Melucci (2001), a identidade política se constrói de forma relacional, nas demarcações de sentido com outros grupos. Para isso, o movimento apropriou-se da novidade que essa categoria representava, afirmou a especificidade de um segmento de agricultores que podiam ser chamados de *famíliares* e construiu um projeto político de

valorização do modelo de agricultura que estes exerciam (Picolotto, 2011; Picolotto e Medeiros, 2017).

Com o fortalecimento da dinâmica organizativa e da identidade da agricultura familiar na região Sul – aliado à percepção da falta de perspectiva de mudança na correlação de forças nas Fetags na região e na Contag – desenvolveu-se a ideia de construir uma organização sindical específica dos agricultores familiares de âmbito regional. Esse processo desaguou na fundação Fetraf-Sul no I Congresso Sindical da Agricultura Familiar, chamado para esse fim entre os dias 28 e 30 de março de 2001, em Chapecó-SC (Fetraf-Sul, 2001). Pouco tempo depois, com a criação de novas federações em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia e Minas Gerais, consolidava-se a dissidência e ganha maior corpo a ideia de formar uma organização nacional da agricultura familiar, o que ocorreu em novembro de 2005, durante o I Congresso Nacional da Agricultura Familiar, quando foi fundada a Fetraf-Brasil. O Congresso contou com delegados de 22 estados, “reunindo aproximadamente 1.000 sindicatos, representando mais de 500 mil famílias de agricultores e agricultoras” (Fetraf-Brasil, 2005, p. 6). Nos anos seguintes, a Fetraf-Brasil deslocou o centro político desse sindicalismo da região Sul para o âmbito nacional (Conti, 2016).

O processo de nacionalização da Fetraf também pode ser observado pela evolução de suas pautas anuais das Jornadas Nacionais de Luta da Agricultura Familiar (2005-2016). Até 2009 elas centravam-se em temas tradicionais dos agricultores do Sul, como crédito, renda, comercialização, dívidas e habitação rural. A partir de 2010, cresce a diversificação de demandas e de grupos representados. Ao lado de crédito e melhoria da renda aparecem reforma agrária, redução da pobreza, preservação ambiental e da biodiversidade, acesso à água e infraestrutura hídrica, respeito à diferença e à diversidade do Semiárido, sucessão rural e direito à liberdade de organização sindical. Essas demandas evidenciam que o

modelo originário da agricultura familiar *colona* da Fetraf precisou ser repensado e complexificado, para abranger as necessidades de outros grupos de *agricultores familiares* de outras regiões. Se no Sul as bases são formadas fundamentalmente por setores relativamente consolidados de agricultores familiares com terra, em outros estados – como Pernambuco, Ceará, Pará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal – as bases da Fetraf-Brasil são provenientes de assentamentos de reforma agrária e de setores da agricultura familiar menos capitalizados (Picolotto e Medeiros, 2016; Soares, 2016).

A criação de uma nova organização sindical de agricultores familiares confrontada com certo reposicionamento da Contag para dar maior espaço para essa mesma categoria produziu uma forte concorrência por bases, legitimidade e pelo formato da estrutura sindical rural. Enquanto o sistema sindical da Contag procurava manter unificada a representação formal de todas as situações de trabalho no meio rural (inclusive os agricultores familiares), a Fetraf ergueu a bandeira da representação específica dos agricultores familiares, para isso procurou transformar os seus sindicatos ou construir novos na forma de Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf), diferenciando-os dos STR da Contag.

No entanto, se as duas organizações direcionavam sua representação e seus projetos para a agricultura familiar, as demais categorias de trabalhadores rurais ficavam em segundo plano e geravam-se outros descontentamentos. Se nas décadas de 1970 e 1980 as polêmicas se davam pela sub-representação dos pequenos produtores na agenda sindical, a partir da década de 1990 a situação se inverte (Favareto, 2001; Medeiros, 2001). As principais dificuldades, apontadas nos documentos sindicais e relatos de lideranças, estão relacionadas à não priorização das demandas dos assalariados rurais nas pautas de reivindicações apresentadas aos governos e à necessidade de criação de maiores espaços internos para aumentar a participação desses trabalhadores.

Ao que pese a disputa entre organizações sindicais, o fato da direção da CUT ter dado certo apoio à criação da Fetraf (inclusive com a presença do presidente nacional na sua fundação) causou fortes questionamentos por parte da Contag, por esta também estar filiada à CUT. Afinal, como seria possível que duas organizações cutistas disputassem as mesmas bases? Qual deveria ser a organização prioritária?

Essa situação causou um debate no interior da Central sobre como deveria ser seu modelo organizativo no campo e como equacionar os conflitos. Diante dessa situação a CUT decidiu criar restrições quanto ao reconhecimento da Fetraf e sindicatos nos locais onde já atuavam as Fetag e sindicatos filiados (CUT, 2009). Passou a reconhecer federações e sindicatos específicos novos somente onde as organizações já existentes não fossem cutistas. Com isso, dava respaldo para a Fetraf (e também à Feraesp) se organizar nos estados em que as Fetag não eram filiadas à CUT (caso da região Sul e dos estados da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais, do Mato Grosso, entre outros), mas fechava a possibilidade de reconhecer sindicatos e federações que concorriam com organizações ligadas à Contag e que também eram filiadas à CUT (em estados do Nordeste e do Norte). Assim, referendava tanto a Fetraf (onde esta era mais forte) e a Feraesp (em São Paulo) quanto a parcela da Contag que era cutista. Tratou-se de uma fórmula para conciliar os interesses dos grupos das organizações, cedendo um pouco para cada um. Mas, com essa regra, ao mesmo tempo em que a Fetraf recebeu aval para atuar em diversos estados importantes, acabou não recebendo o reconhecimento da Fetraf-Brasil, pois atuava na base da Contag.

Essa disputa intestina na CUT levou à insatisfação de setores da Contag e à avaliação sobre a pertinência da continuidade de filiação da Contag na CUT, uma vez que a Central estava dando guarida à organização concorrente. O ápice desse processo levou à desfiliação da Contag da CUT no seu congresso

nacional, em 2009⁷, movimento também influenciado pela fundação da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), formada por dissidentes cutistas da Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), somados à corrente Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), associada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e sindicalistas independentes (Medeiros, 2014). Filiaram-se à CTB diversas federações de estados importantes (dos três estados do Sul, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, entre outros), alterando, assim, o jogo de forças interno na Contag. A independência das centrais seria escolhida como melhor caminho (Contag, 2009), ainda que continue com boas relações com as centrais em que as federações são filiadas (CUT e CTB).

Uma das principais divergências históricas entre os membros da CSC e da parcela hegemônica da Contag com a direção majoritária da CUT era a defesa, por esta última, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, que recomenda a adoção do pluralismo sindical. Na visão desses setores, defensores da unicidade sindical, o pluralismo, ao estimular a criação de diferentes sindicatos, poderia dividir os trabalhadores e enfraquecer o movimento sindical (Corrêa, 2016; Galvão, Marcelino e Trópia, 2015).

218

Disputas no campo jurídico: organizações “eccléticas” versus “específicas”

A disputa entre as organizações sindicais desaguou no âmbito jurídico. Como os entes sindicais da Feraesp e da Fetraf não buscaram alcançar os registros sindicais ou tiveram dificuldades para obtê-los no Ministério do Trabalho – uma vez que este só admitia a categoria de sindicalização “trabalhador rural”, inseparável – as Fetags de diversos estados (como as da região Sul, de Pernambuco e São Paulo) têm

⁷ Foram 1.441 votos favoráveis à desfiliação da CUT e 1.109 contrários (Rodrigues e Ladosky, 2015).

questionado sua legalidade e suas ações de representação sindical. Alguns desses conflitos na justiça são elucidativos. Já no primeiro ano de existência, a Feraesp organizou uma grande greve de empregados do setor da cana na região de Ribeirão Preto: cerca de 58 mil trabalhadores pararam suas atividades por quinze dias. O setor patronal não aceitou negociar com os Sindicatos dos Empregados Rurais (SER) e a Feraesp, mas, sim, com a Fetaesp, federação reconhecida. A Feraesp e seus sindicatos entraram com um pedido de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho de Campinas-SP, mas não obtiveram sucesso. O Tribunal considerou os SER e a Feraesp como “partes ilegítimas do processo, por lhes faltarem as condições legais de representação sindical” (Coletti, 1998, p. 225). Ao longo da década de 1990 ocorreram diversos outros conflitos judiciais pela representação da categoria dos empregados rurais e pelas verbas oriundas das contribuições sindicais, como sintetiza um documento: “à medida que novos Sindicatos de Empregados Rurais eram organizados, novos processos judiciais eram promovidos” (Feraesp, 2015, p. 19). A situação, aparentemente, só se alterou nos anos 2000, após longas disputas judiciais, quando a Feraesp foi reconhecida como representante legítima da categoria dos empregados rurais do estado de São Paulo, tendo inclusive obtido ganho de causa sobre as contribuições sindicais dessa categoria (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, 2008). Entre os critérios que embasaram a decisão judicial destacam-se: “No atual momento do ordenamento jurídico brasileiro, há aprofundado *prestígio à autonomia sindical* e se incentiva a constituição de entidades por categorias econômicas ou profissionais *específicas*” (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, 2008, p. 8, grifos nossos). Com a prevalência desse entendimento, a Feraesp, enquanto entidade específica, foi considerada a legítima representante dos “empregados rurais assalariados”, portanto deveria receber as contribuições sindicais da categoria.

A disputa foi similar entre os entes sindicais da agricultura familiar. No ano de 2003 as três federações do Sul deram entrada conjuntamente no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em um Mandado de Segurança contra a inclusão da Fetraf-Sul e de seus sindicatos como organizações credenciadas pelo MDA para fornecer Declarações de Aptidão ao Pronaf, instrumento necessário para obter crédito e outros benefícios voltados à agricultura familiar. Alegavam que a área de atuação da Fetraf-Sul se sobrepunha às delas, o que feria a unicidade sindical e que ela não possuía Carta Sindical. Diante desse pedido, a ministra do STJ argumentou que apesar da Constituição de 1988 “vedar a criação de mais de uma entidade sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial”, esta também estabelece em seu art. 8 que “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato” (Brasil, 2004, p. 4). Como a Fetraf-Sul foi devidamente constituída por registro em Cartório, seria “*mera formalidade a exigência do registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego*” (Brasil, 2004, p. 5, grifos no original). Dessa argumentação, depreende-se a dubiedade da Constituição no que se refere à possibilidade de criação de novas organizações sindicais: determina que exista somente um sindicato por base territorial reconhecido pelo Ministério do Trabalho, mas permite que outros possam operar sindicalmente, embora sem registro sindical.

Essa situação não agrada as organizações sindicais estabelecidas e tem motivado diversos outros conflitos judiciais. Em 2009, no estado de Pernambuco, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetape), ligada ao sistema Contag e filiada à CUT, moveu um processo judicial buscando a “nulidade de representação de categoria profissional da Fetraf, além do cancelamento do seu registro em cartório e da sua inscrição do CNPJ perante a Receita Federal” (Soares, 2016, p. 3). Em Santa Catarina, seguindo uma linha semelhante, a Fetaesc buscou “a nulidade da criação e a cessação

da atividade como Federação da Fetraf-Sul” (Fetaesc, 2008), alegando que esta não tinha a Carta Sindical e era, na verdade, uma ONG. A lógica dos conflitos é similar nos municípios onde foram criados novos sindicatos específicos, seja de agricultores familiares, seja de assalariados rurais. O conflito de Graça Aranha, no Maranhão, é elucidativo. O STR local contestou a legalidade da existência de um Sintraf em sua base, alegando que este feria o princípio da unicidade sindical. O caso foi parar no Tribunal Superior do Trabalho (TST), donde se considerou que mesmo que a Constituição e a CLT estabeleçam que não possa coexistir dois sindicatos representativos de categorias idênticas na mesma base territorial, “*não impedem o desmembramento de sindicatos com o objetivo de melhor representar diversas categorias que os integrem.*” (Brasil, 2010, p. 3, grifos no original). Ademais, acrescentam que “o desmembramento proporciona aos filiados maior identidade de interesses, pois se torna menos generalizado, em consonância com a *regra de organização por categorias específicas*” (Brasil, 2010, p. 3, grifos no original).

221

A partir da avaliação desses casos, pode-se considerar que, mesmo que os atores estabelecidos tenham utilizado recursos do campo jurídico para desqualificar e dificultar a atuação do ator desafiante, fica evidente nos casos relatados que o campo jurídico não é neutro e imutável na interpretação da legislação, conforme estabelece Bourdieu (2005). Está sujeito a mudanças, motivadas ou não por pressões externas na interpretação do direito. Nessa perspectiva, as decisões favoráveis à Fetraf, à Feraesp e aos seus sindicatos garantiram a essas federações certa segurança jurídica mediante as investidas dos adversários. Consolidavam-se, assim, suas posições no campo como representantes *específicas* dos agricultores familiares e dos assalariados rurais, respectivamente, enquanto as federações do sistema Contag seriam representantes *ecléticas* (genéricas) dos trabalhadores rurais em geral.

Uma das consequências das disputas entre organizações sindicais e dos rebatimentos no campo jurídico é a consolidação do entendimento – com “jurisprudência fixada no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho” (Contag, 2017, p. 71) – de que podem existir sindicatos específicos no interior de uma categoria eclética (como a de trabalhador rural), o que legitimou diversas iniciativas de divisão de sindicatos ou criação de novos por outros atores concorrentes.

Categorias de sindicalização específicas: *agricultores familiares e assalariados rurais*

O Ministério do Trabalho e Emprego criou, em 2011, o Grupo Especial do Trabalho Rural (Getru) para analisar a situação de concorrência política e de disputas judiciais e, ademais, avaliar as implicações sindicais da Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de junho de 2006, com o “possível surgimento de uma nova categoria” (Brasil, 2012, p. 1). O objetivo declarado do Getru foi alcançar “consensos” entre os diversos ministérios – do Trabalho, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social – com atuação na área e as organizações de representação sindical rural – Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), Contag e Fetraf (Brasil, 2012). Foi feito um levantamento sobre a legislação que regulamenta as políticas públicas para o âmbito rural, inclusive sobre o enquadramento sindical, mas não houve consenso sobre a pertinência de se constituir a categoria sindical *trabalhador na agricultura familiar*. Somente a Fetraf se posicionou favoravelmente ao entendimento de que a agricultura familiar tornou-se uma “categoria profissional diferenciada” com a Lei da Agricultura Familiar, pois passou a ter regulamento próprio, diverso ao dos demais

trabalhadores rurais. Portanto, ao seu juízo, esta seria uma categoria específica passível de organização sindical própria.

Como o Getru de 2011 não chegou a produzir um relatório final por falta de consensos, o MTE criou e integrou um novo Grupo de Trabalho Rural em 2013, composto por centrais sindicais (CUT, CTB, Força Sindical, entre outras) e organizações sindicais da área (Contag, Fetraf e Feraesp), com o objetivo declarado de “estudar a realidade das relações de trabalho dos trabalhadores no âmbito rural, objetivando construir consensos para apresentação de propostas que definam a sua representação sindical” (Brasil, 2013, p. 59).

A forma de funcionamento desses grupos evidencia algumas características da sua composição e dos seus objetivos. Enquanto o primeiro grupo de 2011 foi composto por diferentes ministérios, com a participação da CNA e notória ausência da Feraesp, o segundo grupo de 2013 contou apenas com a presença do MTE pelo governo, das centrais sindicais e das diferentes organizações sindicais de trabalhadores do campo. Se o primeiro era mais plural por contar com representantes da CNA e de diversos ministérios, o segundo abrangeu mais organizações sindicais (centrais e Feraesp). Outra característica desses grupos foi a busca de consensos entre diferentes atores que concorrem entre si pelas bases sindicais e por recursos. Esse é um modelo de gestão do Estado em que as partes interessadas são chamadas para compor GT, estudar a situação e, juntas, decidirem o que será feito. Pode ser associado com a perspectiva do “neocorporativismo” (Offe, 1989) ou, mais especificamente, com a ideia de “Estado compromisso” (Vianna, 2007): o Estado convida as organizações de representação política para, juntos, arbitrarem a solução de um conflito, segundo a lógica estatal, ganhando o compromisso dos atores sociais com a solução encontrada.

Nessa perspectiva, no GT Rural de 2013, foram apresentados dados do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais

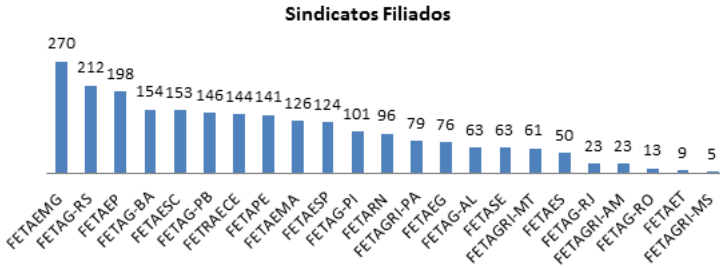
(CNES) reveladores dos conflitos existentes. Eles apontavam a existência de 117 sindicatos de assalariados rurais e dezesseis sindicatos regionais de agricultores familiares já com registro sindical, em sua maioria, por força de decisões judiciais e todos sem qualquer relação com a confederação reconhecida (Contag). Além desses, havia, em 2013, mais 324 pedidos de registro sindical de novas entidades específicas, aumentando para 600 pedidos em 2014 (Contag, 2017). Com base nisso e perante as demandas das organizações específicas (legitimadas pelas decisões judiciais), consolidou-se o entendimento em favor de uma nova normativa que redefiniria a categoria de enquadramento sindical *trabalhador rural* do Decreto-Lei nº 1.166, de 1971, abrindo “a possibilidade de dissociação da categoria eclética de trabalhador rural nas categorias específicas de *assalariados rurais* e de *agricultores familiares*” (Brasil, 2014, p. 107, grifos nossos). Ou seja, abria-se a possibilidade legal da existência de mais duas categorias de sindicalização independentes. Passam a coexistir a categoria eclética de *trabalhador rural*, composta pelos empregados rurais/assalariados e os agricultores familiares convivendo em um mesmo STR e Fetag; e as categorias específicas, *agricultor familiar* organizados nos Sintraf e Fetraf⁸, e *empregado rural/assalariado* organizados nos SER e Feraesp (Feraesp, 2015, p. 16).

Essa norma criava espaços para todos os atores existentes, mas a situação atual não é de menor nível de disputa. Instaurou-se uma nova corrida por reconhecimento sindical no MTE, o que mobilizou diferentes legitimidades. A Contag afirma ter uma rede sindical de cerca de quatro mil STR, congregados em 27 federações em todos os estados e no Distrito Federal (Contag, 2017). Mas esses dados não

⁸ Desde 2011, busca firmar-se outra organização sindical, a Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais (Conafer), ligada à Força Sindical e fazendo um recorte de público sindical com base na linguagem da Lei da Agricultura Familiar (nº 11.326, de 2006).

correspondem exatamente aos registros do CNES do MTE, que contabiliza 2.295 sindicatos filiados à Contag e 23 federações (Brasil, 2017a). Não constam registros de federações nos estados do Acre, Roraima, Amapá e no Distrito Federal. A distribuição das federações do sistema Contag e o número de sindicatos filiados podem ser visualizados no Gráfico 1.

Gráfico 1
Distribuição das federações do sistema Contag e sindicatos filiados



Fonte: CNES, Brasil (2017a).

A Fetraf também contesta os dados sobre a abrangência e formalização dos sindicatos contaguianos. Segundo seu coordenador nacional, Marcos Rochinski, um grande número de STR “não tem carta sindical ativa”, porque está desatualizado, “ou porque não tem, mesmo, STR”; até mesmo algumas de suas federações estariam em situação irregular: “Então, também não é assim – ‘ah, a Contag tem...’ – que alguns deles ficam dizendo que – ‘ah, a Fetraf é ONG’ – e não sei o quê. Não é bem assim, não. O telhado deles é bem de vidro” (informação verbal)⁹.

Por sua vez, o sistema sindical da Fetraf está estabelecido em dezoito estados brasileiros, nos quais conta com federações estaduais, e afirma estar presente em

⁹ Marcos Rochinski é Coordenador Geral da Fetraf-Brasil desde 2013. Entrevista concedida ao autor, em 2016.

cerca de mil municípios¹⁰. Organiza-se na forma de uma Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, federações estaduais e sindicatos municipais ou microrregionais (FetraF-Brasil, 2016). Nos últimos anos passou a pleitear seu reconhecimento como organização sindical da agricultura familiar. A Feraesp, de outra parte, além de estar organizada em São Paulo – onde afirma contar com setenta SER – esboçou um trabalho de criação de novas federações de assalariados rurais nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Paraná para constituir “uma Organização Nacional da Categoria” (Feraesp, 2015, p. 23)¹¹.

Atento a essa possibilidade e visando não dar espaços aos concorrentes, o sistema sindical da Contag vem discutindo esse tema desde o XI Congresso Nacional, de 2013, quando sugeriu que se estabelecesse uma regulamentação para os processos de dissociação de sindicatos (Contag, 2013). Ao perceber que estava perdendo bases para os adversários devido às dificuldades internas de aceitar mudanças na estrutura sindical, passou a orientar os seus sindicatos e federações com forte presença de assalariados que fizessem o processo de dissociação. Como declara Alberto Broch (presidente da Contag entre 2009 e 2017):

Nós começamos a compreender que o nosso sindicato é composto de mais de uma categoria. E quando você desassocia, você não quebra a unicidade. A unicidade você quebra se cria dois sindicatos da mesma categoria. Aí também teve uma parte complicada que ajudou muito, que foi a história da Feraesp em São Paulo, do Elio Neves, que criaram, lá, uma federação antiga e eles entraram na justiça

¹⁰ Os dados do CNES não identificam a vinculação de Sintraf com a Fetraf, pois esta não é registrada no MTE.

¹¹ Pelos dados do CNES, existem 49 sindicatos filiados à Feraesp (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017a).

contra a gente e começaram a ganhar as ações. E aí nós fomos vendo que, se a gente não criasse um movimento, ele ganhava as ações. Aí, ele ia para o Rio Grande do Sul e criava uma federação lá, ganhava as federações e eles iriam levar, digamos, os assalariados para um caminho de muito conflito, de muita briga. Se é isso, por que nós não vamos propor? (informação verbal) ¹².

Com essa nova orientação, a Contag está procurando se adaptar ao novo cenário, frear as dissidências e a excessiva fragmentação de sindicatos e, ao mesmo tempo, preservar seu papel de *central camponesa*, reivindicado desde os anos 1980. No entanto, essa posição é um tanto insegura para o momento atual. Continuar sendo uma organização de representação eclética em um cenário com outros atores específicos que ganham bases e dissociam categorias específicas aparenta não ser a melhor opção. Para se precaver e coerentemente com sua trajetória recente, o sistema sindical da Contag decidiu, em uma reunião de seu Conselho Deliberativo Extraordinário Ampliado, em 2014, “pela necessidade de estruturar dois sistemas sindicais autônomos e harmônicos” (Contag, 2017, p. 33). De um lado, optou por se manter na representação da *agricultura familiar* e, de outro, decidiu pela dissociação da categoria dos *assalariados rurais* por meio da formação de outro sistema sindical específico. Com essa decisão, após a formação de sindicatos e federações de assalariados nos estados, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar), durante o I Congresso Extraordinário dos Assalariados e Assalariadas Rurais, no dia 31 de outubro de 2015, em Brasília-DF.

As federações e os STR foram orientados a realizarem a opção pela representação de uma das categorias possíveis. Entre 2014 e o primeiro semestre de 2016, cerca de 560 STR

¹² Entrevista concedida ao autor em 2016.

fizeram a dissociação sindical e optaram por representar os agricultores familiares ou os assalariados rurais, e foram formados noventa novos sindicatos nessas mesmas bases para representar a categoria dissociada. No que se refere às federações estaduais, nesse mesmo período, optaram pela representação da agricultura familiar as dos seguintes estados: Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Pará, Rondônia, Maranhão, Goiás, Tocantins e Distrito Federal; e optaram pela representação dos assalariados as dos estados do Rio de Janeiro e do Mato Grosso do Sul. Também foram fundadas federações específicas de assalariados rurais nos estados do Pará, Pernambuco, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, que, juntas com as do Rio de Janeiro e do Mato Grosso do Sul, formam o sistema sindical da Contar (Contag, 2017; Contar, 2017).

228

A Contar foi criada para congregar os assalariados rurais por uma dissociação pacífica dessa categoria do sistema Contag. Tal interpretação também é compartilhada pelo presidente da Contar, Antônio Lucas, (ex-secretário de Assalariados Rurais da Contag, entre 2005 e 2013), que acrescenta outros elementos que dão sentido para a existência de uma estrutura sindical autônoma:

Eu acho que quando nós apresentamos aquela pauta [da 1ª Marcha dos Assalariados Rurais em Brasília, em 2012, quando, em sua ótica, o governo não soube lidar com as reivindicações dos assalariados rurais e os confundiu com agricultores familiares], o mundo parece que se abriu para nós, para pensar assim: “Olha, nós precisamos de uma entidade cada dia mais específica. Nós precisamos ter entidade específica de agricultor familiar, para lidar com a pauta deles, e nós precisamos ter a nossa pauta específica e nossas entidades específicas”. [...] Não é briga interna; não é porque a Contag não vinha representando. A Contag representava.

Mas quem representava eram os agricultores familiares.
Essa direção da Contag, aqui, é de agricultor familiar. [...] Representando assalariado? Como? (informação verbal)¹³.

A representação dos interesses dos assalariados, segundo essa leitura, não poderia ser realizada a contento por lideranças majoritariamente provenientes da agricultura familiar. Pois, nos momentos decisivos, essas lideranças tenderiam a dar maior atenção para os interesses de sua categoria de origem, o que causava descontentamento para os assalariados. Esse é um elemento importante que reforçou as justificativas para criar uma estrutura sindical independente dos assalariados rurais.

Após a criação da Contar, a Contag afirmou ter feito uma alteração estatutária e de sua nomenclatura oficial em reunião do seu Conselho Deliberativo, ocorrida em 8 de março de 2016, passando a requerer a representação específica da categoria dos agricultores familiares (Contag, 2017). Desde então, foi nomeada formalmente como Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (mantendo a sigla Contag), mas ainda não abriu mão da representação eclética dos trabalhadores rurais (Brasil, 2017b)¹⁴.

229

Nesse quadro, também a Fetraf tem revisto algumas de suas opções anteriores de auto-organização sindical, sem registro formal no Ministério do Trabalho. Nos estados do

¹³ Antônio Lucas é presidente da Contar desde 2015. Entrevista ao autor, em 2016.

¹⁴ O MTE publicou a aceitação do pedido de Alteração Estatutária da Contag e da sua nomeação em 17 de março de 2017. No entanto, a representação estatutária foi mantida nos termos da Carta Sindical de 5 de fevereiro de 1964: “Coordenação das entidades a ela filiadas que tenha representação da Categoria Profissional dos Trabalhadores e trabalhadoras rurais os assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, avicultura, hortifruticultura e extrativismo rural, e agricultores e agricultoras, que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas na base territorial Nacional” (Brasil, 2017b, p. 53).

Sul está dissolvendo a Fetraf-Sul (de âmbito regional) e consolidando federações estaduais desde 2014. A partir desse momento, empenha-se em obter o registro das suas federações e sindicatos como representantes específicos dos agricultores familiares. Nessa perspectiva, a Fetraf-Brasil aprovou, no seu IV Congresso Nacional de 2016, a criação de um *Sistema Confederativo da Agricultura Familiar* para reforçar sua estrutura nos estados e municípios, e mudou sua denominação para Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – Contraf (Fetraf-Brasil, 2016). Essas mudanças, segundo relato de seu coordenador geral, Marcos Rochinski, deveram-se à busca do registro sindical como confederação da agricultura familiar, e também porque “se apresentar como confederação tem um peso maior, do ponto de vista político. Seja na relação com o governo; com a sociedade” (informação verbal)¹⁵. Além do mais, seu IV Congresso Nacional também aprovou uma resolução em que solicita à CUT o imediato acolhimento da sua filiação, visto que essa é a única confederação sindical da agricultura familiar vinculada à Central.

Da parte da Fetraf (agora Contraf), a busca do registro no Ministério do Trabalho e da filiação à CUT está relacionada à obtenção de maior segurança jurídica e política de sua posição enquanto ente sindical (preocupação que teria crescido com a mudança no governo federal), e combater o discurso dos sindicatos e federações do sistema Contag que acusam suas estruturas locais de serem clandestinas ou ONG. Ocorre que tanto a Contag quanto a Contraf estão realizando processos de adequação formal e pedidos de registro de sindicatos, federações e confederações sindicais dos agricultores familiares. As duas desencadearam uma corrida pelos registros sindicais e seu resultado pode reordenar o sindicalismo no campo.

¹⁵ Entrevista ao autor em 2016.

Diante dessa situação de concorrência, cabe questionar: quais serão os critérios possíveis para dirimir conflitos pelas mesmas bases em um cenário em que existem organizações que se sobrepõem? Os contaguianos afirmam que, pelo critério de antiguidade e de organização enraizada em todos os estados, terão a prerrogativa de representar a agricultura familiar no país. Os fetrafianos afirmam representar a agricultura familiar de forma específica há mais tempo, que o sistema sindical da Contag optou por esse público apenas nos últimos anos e que a Contag continuou sendo uma organização eclética por seguir representando os trabalhadores rurais em geral (citam exemplos de onde não ocorreu a dissociação de uma das categorias). Na categoria dos assalariados as disputas também podem emergir em termos semelhantes, caso a Feraesp tenha sucesso no estabelecimento de sindicatos e federações concorrentes nos estados de atuação da Contar. O futuro do sindicalismo rural dependerá do desenrolar dessas disputas.

231

Considerações finais

Este trabalho apresentou um panorama das transformações no sindicalismo nas últimas décadas, relacionadas à acirrada disputa por representação, à criação de novas organizações sindicais e à fragmentação da representação política dos trabalhadores do campo. Trata-se de um processo de disputa que opõem diferentes organizações de representação de trabalhadores, mas que, em regra geral, convergem em termos de reivindicações e projetos políticos.

Com base nesta reflexão, pode-se constatar que a estrutura sindical dos trabalhadores rurais não foi capaz de representar satisfatoriamente a diversidade de interesses e de grupos existentes no campo. Desde a década de 1980, emergiram diversos atores sociais questionando a forma corporativa de representação e construindo novos canais de organizativos, seja optando por constituir movimentos (como MST,

MAB e, nos anos 1990, o MPA) relativamente independentes dos canais sindicais, seja formando novas estruturas sindicais (como DNTR, Feraesp, Fetraf, Contar). Como resultado desse processo, criou-se uma situação em que, mesmo mantido o discurso de defesa da unicidade sindical por parte da Contag, a situação atual da representação do conjunto dos trabalhadores rurais (sejam eles agricultores familiares, assalariados, sem-terra etc.) mostra a pluralidade de atores concorrendo entre si. Cada ator representa um grupo ou categoria social e tem determinados alinhamentos políticos e sindicais. Com essa nova condição de concorrência entre atores, foi enfraquecida a forma de representação corporativa tradicional do sindicalismo dos trabalhadores rurais e, por consequência, ocorreu certa perda de poder da organização estabelecida, comparando-se com épocas precedentes.

232

Com o acirramento da concorrência entre atores nos últimos tempos, os desdobramentos dos conflitos judiciais e as novas normativas do MTE tem se consolidado o entendimento favorável à existência e reconhecimento das organizações sindicais específicas dentro da categoria eclética de *trabalhador rural*. Nesse cenário, a situação da Contag – que sempre teve o monopólio formal da representação da categoria – tornou-se insegura. Continuar sendo uma organização de representação eclética, uma espécie de *central sindical camponesa*, não parece ser mais a melhor opção, tendo em vista que a Fetraf e a Feraesp podem estar recebendo o reconhecimento do MTE para representar as categorias específicas dos *agricultores familiares* e dos *assalariados rurais*, respectivamente. Desde 2014, o sistema sindical da Contag vem realizando mudanças com vistas a se recolocar no campo, dissociando a categoria dos assalariados rurais, criando o sistema sindical da Contar e optando pela representação dos agricultores familiares. Nessa nova condição, Contag e Contar estão batendo de frente com as organizações sindicais que já representavam especificamente essas

categorias, como a Fetraf e a Feraesp. Essa situação de organizações específicas concorrendo pelas mesmas bases e requerendo os registros no MTE ainda está indefinida. Seus desdobramentos definirão os rumos da representação sindical rural.

Por fim, ao avaliar o que restou da herança corporativa no sindicalismo de trabalhadores rurais, constata-se o seguinte: 1) mesmo com a manutenção da unicidade sindical como princípio constitucional, a realidade do campo evidencia a concorrência de organizações pelas mesmas bases, o que caracteriza uma situação de pluralidade sindical; 2) o registro prévio no MTE não é obrigatório, mas dá maior segurança e reconhecimento formal para as organizações sindicais, especialmente em momentos de disputas com outras organizações e de dificuldades de diálogo com os governos; 3) as contribuições sindicais obrigatórias foram extintas com a Reforma Trabalhista de 2017. Essa medida afeta especialmente os sindicatos de assalariados rurais, no momento em que estão constituindo sua estrutura nacional. Mas, entre os agricultores familiares, não terá muita consequência, uma vez que as contribuições já eram voluntárias. Portanto, dos pilares centrais do corporativismo, mantêm-se com certa força legal apenas a unicidade e o registro sindical no MTE, este último considerado facultativo.

233

Everton Lazzaretti Picolotto

é doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFR-RJ, professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Bibliografia

- ALVES, Giovanni. 2000. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, pp. 111-124.
- ARAÚJO, Angela. 2002. *Do corporativismo ao neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo.

- ARAÚJO, Angela; TÁPIAS, Jorge. 1991. Corporativismo e neocorporativismo: exame de duas trajetórias. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 32, pp. 1-30.
- BOBBIO, Norberto. 1998. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Editora UnB.
- BOITO JÚNIOR, Armando. 1991. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bonato, Amadeu. 2003. O Deser na história das organizações da agricultura familiar da região Sul. *DESER 15 anos*, ago. 2003.
- BOURDIEU, Pierre. 2005. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRASIL. 1971. Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 abr. 1971. Disponível em: <<https://bit.ly/2v8P08r>>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- _____. 1998. Lei nº 9.701, de 17 de novembro de 1998. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 1998. Disponível em: <<https://bit.ly/2uOwvXA>>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- _____. Superior Tribunal de Justiça. 2004. Mandado de Segurança nº 2003/0212224-0. *Diário Oficial de Justiça*, Brasília, DF, 17 dez. 2004. p. 390.
- _____. Tribunal Superior do Trabalho. 2010. *Processo nº TST-RR-136300-25.2009.5.16.0020*. Brasília, DF: TST. Disponível em: <<https://bit.ly/2zSQxpu>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. 2012. *Nota Informativa nº 90/2012 CGRS/SRT/MTE: relatório do Grupo Especial do Trabalho Rural*. Brasília, DF: MTE.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. 2013. Portaria nº 005, de 10 de julho de 2013. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jul. 2013. p. 59.
- _____. 2014. Nota Técnica nº 88. In: _____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Manual de Procedimentos de Registro Sindical*. Brasília, DF: MTE.
- _____. 2017a. Portal de informações sobre relações do trabalho: cadastro nacional de entidades sindicais. *Ministério do Trabalho*, Brasília, DF. Disponível em: <<https://bit.ly/2us11Go>>. Acesso em: 29 dez. 2017.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. 2017b. Pedido de alteração estatutária. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 53, 17 mar. 2017. Seção 1.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. 2003. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 2009. *Resoluções do 10º Concut*. São Paulo: CUT.

- COLETTI, Claudinei. 1998. *A estrutura sindical no campo*. Campinas: Editora Unicamp.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS E ASSALARIADAS RURAIS. 2017. Federações filiadas. *Contar*, Brasília, DF. Disponível em: <<https://bit.ly/2uq0zcH>>. Acesso em: 20 maio 2017.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. 2013. Documento base. In: 11º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, Brasília. *Anais...* Brasília, DF: Contag.
- _____. 2017. Documento Base e Plano de Lutas. In: 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares, Brasília. *Anais...* Brasília, DF: Contag.
- _____. 1998. *Anais do VII Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, DF: Contag.
- _____. 2009. *Anais do X Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, DF: Contag.
- CONTI, Irio Luiz. 2016. *Organizações sociais e políticas públicas: inserção da FetraF-Sul nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS.
- CORRÊA, Ellen Gallerani. 2016. Tendências recentes do sindicalismo rural no Brasil (2003-2014). In: VII Seminário Nacional de Sociologia e Política, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR.
- DOMINGUES, José Maurício. 2007. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. *Análise de Conjuntura OPISA*, n. 2, pp. 1-12.
- FAVARETO, Arilson. 2001. *Agricultores, trabalhadores: estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas: Unicamp.
- _____. 2006. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, pp. 27-44.
- FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2015. *Informativo Feraesp: Feraesp realiza seu sétimo congresso com a participação de 600 trabalhadores*. São Paulo: Feraesp.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL. 2001. *Resoluções do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar*. Chapecó: Fetraf-Sul.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA. 2008. *FetraF-Sul na mira da lei: Fetaesp requer ação declaratória de inexistência da Fetraf-Sul*. Florianópolis: Fetaesp.

- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL. 2005. *Resoluções do I Congresso Nacional da Agricultura Familiar*. Brasília, DF: Fetraf.
- _____. 2016. *Documento base do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar*. Brasília, DF: Fetraf.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. 2004. *Questões da Via Campesina*. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária.
- GALVÃO, Andréia. 2012. De “laboratório” das relações de trabalho a formulador da política nacional: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista. In: SOUZA, Davisson Cangussu; TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Sindicatos metalúrgicos no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Fino Traço, pp. 135-161.
- GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula; TRÓPIA, Patrícia Vieira. 2015. *As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras*. Curitiba: Appris.
- GOLDIN, Adrián. 2013. Corporativismo, neocorporativismo y libertad sindical. *Derecho Laboral*, v. 50, n. 247, pp. 451-472.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. 2014. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, pp. 125-146. Suplemento 1.
- LADOSKY, Mario Henrique. 2014. A CUT e a questão corporativa no Brasil. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 3, pp. 121-151.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. 1989. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase.
- _____. 2001. Sem-terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, Norma (org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, pp. 103-128.
- _____. 2014. O sindicalismo rural nas últimas duas décadas: mudanças e permanências. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (orgs.). *O sindicalismo na era Lula*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- MELUCCI, Alberto. 2001. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes.
- NOVAES, Regina Reys. 1991. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO, Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1997. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia.
- OFFE, Claus. 1989. A atribuição de status público aos grupos de interesse. In: OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.

- PALMEIRA, Moacir. 1985. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola. pp. 43-51.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. 2011. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRRJ.
- _____. 2014a. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. *Sociologias*, v. 16, n. 35, pp. 204-236.
- _____. 2014b. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, n. 52, pp. 63-84.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. 2016. A representação política no sindicalismo rural: antigos e novos atores. In: XL Encontro Anual da Anpocs, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anfiteatro Hotel Glória, pp. 1-30.
- _____. 2017. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa; DELGADO, Guilherme Costa. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília, DF: Sead, pp. 344-368
- PINTO, Luzia Alice Guedes. 1979. A Contag de 64 a 76. In: ARAÚJO, Braz de José. *Reflexões sobre a agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 121-159.
- RICCI, Ruda. 2013. *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- RODRIGUES, Iram Jácome. 2015. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? *Caderno CRH*, v. 28, n. 75, pp. 479-491.
- RODRIGUES, Iram Jácome; LADOSKY, Mario. 2015. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e a ruralização da ação sindical. *Lua Nova*, n. 95, pp. 87-142.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. 1990. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SABOURIN, Eric. 2017. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: BERGAMASCO, Sonia; DELGADO, Guilherme. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília, DF: Sead, pp. 263-269.
- SCHMITTER, Philippe. 1974. Still the century of corporatism? *Review of Politics*, v. 36, n. 1, pp. 85-131.
- SOARES, Luiz Felipe. 2016. Unidade versus pluralidade: a construção política da representação sindical da categoria agricultor familiar em Pernambuco. In: VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, Natal. *Anais...* Natal: UFRN.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO. 2008. *Acórdão nº 20080645660*. São Paulo: TRT2.

VIANNA, Luiz Werneck. 1976. *Liberalismo e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 2007. O Estado Novo do PT. *Política Democrática*, n. 18, pp. 1-9.

VIEIRA, Flávia Braga. 2011. *Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina*. São Paulo: Alameda.



VOLVIENDO A LAS BASES: EL SINDICALISMO ARGENTINO FRENTE A LOS RETOS DEL CAPITALISMO ACTUAL

Bruno Dobrusin^a

^aUniversidad de Buenos Aires (UBA), Centro de Estudios e Investigaciones Laborales – CEIL – CONICET. Buenos Aires, Argentina. E-mail: <bdobrusin@gmail.com>

Orcid: 0000-0002-0218-1146

Juan Montes Cató^b

^bDoctor en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA) e Investigador del Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CEIL-CONICET). Co-coordinador del Programa de Estudios Críticos sobre el Movimiento Obrero (PECMO). Docente de la UBA. Argentina, Buenos Aires.

E-mail: <jmontescato@gmail.com>

Orcid: 0000-0002-5835-4878

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-239258/104>

Introducción

El movimiento sindical argentino se enfrenta a un reto fundamental: continuar con una modalidad de actuación basada en el corporativismo clásico originado en el inicio de los modelos de relaciones laborales a mediados de la década del 1940; o romper con la dependencia en la intervención estatal y retornar a un modelo de acción basado en la presencia en los lugares de trabajo, confrontando directamente con el capital. Este reto no es reciente, pero se acrecienta a partir de la profundización de la globalización neoliberal que agranda el poder del capital en relación al Estado y a los trabajadores (Harvey, 2005). La extensa tradición de lucha sindical en Argentina se compone de momentos históricos donde la

confrontación directa, en un marco de represión e ilegalidad, tuvo predominio a comienzos del siglo XX y durante las diferentes dictaduras militares; y momentos de mayor legalidad, con activa intervención del aparato estatal como mediador frente a los conflictos con el capital. Esta última forma, con características corporativistas clásicas, dominó el escenario político-sindical desde el surgimiento del peronismo en adelante.

El proceso de cambio se comienza a expresar con claridad hacia los años 90, luego de una década del 80 con activa militancia sindical, cuando las políticas neoliberales logran mermar el poder sindical, disminuir la afiliación y la capacidad de organizarse en los lugares de trabajo, histórico bastión del movimiento obrero (Montes Cató, 2004; Etchemendy, 2011). El debilitamiento estructural no fue total. El sindicalismo entró en problemas, pero no necesariamente en crisis terminal. Las estructuras sindicales se reciclaron hacia otros fines (provisión de servicios), manteniendo la incidencia política en el gobierno y en la oposición (Murillo, 2005).

240

Este artículo argumenta que los cambios económicos estructurales producidos a partir de la profundización del neoliberalismo, de la concentración y extranjerización empresaria (Wainer, Gaggero y Schorr, 2014), hirieron al movimiento sindical en el núcleo duro de su organización. Esta herida produjo una caída del poder estructural del sindicalismo en relación al capital y al Estado, expresada, entre otras cuestiones, en la merma de la tasa de densidad sindical por debajo del 40% (Roberts, 2007). La recuperación económica experimentada durante los años post-crisis 2001, en particular durante los gobiernos neodesarrollistas del kirchnerismo, lograron una revitalización temporaria del poder sindical, sin consolidar ese “retorno del gigante” (Etchemendy, 2011) que se esperaba con mayor incidencia económica y política.

La dependencia del sindicalismo sobre métodos basados en la etapa corporativista (con un Estado activo, una economía semi-cerrada y un fuerte componente de capital privado

de corte nacional) declinó el poder sindical en la actualidad, ya que estas prácticas son insuficientes para superar las limitaciones estructurales políticas y económicas sobre el sindicalismo y sobre el propio Estado. Volver a las bases significa, en palabras de Poulantzas, desbordar los espacios estatales (Poulantzas, 1980), retomando un período de mayor confrontación directa con el capital. Este, entendemos, es el principal desafío del movimiento sindical argentino en la etapa actual.

El trabajo está dividido en cinco apartados. El primero desarrolla los componentes principales del modelo corporativista. El segundo se centra en los cambios y transformaciones recientes del mundo laboral. El tercero aporta un análisis sobre nuevas formas de conflictividad. El cuarto retoma las líneas históricas respecto a la representación y organización en los lugares de trabajo. La última sección introduce las conclusiones.

Lógicas de acción en el sindicalismo argentino

En Argentina, la CGT tiene una presencia política extendida en el tiempo, con incidencia sobre la política nacional desde antes de su creación –y unificación– en 1930. Los gobiernos peronistas se nutrieron del accionar de la CGT, que ya tenía un recorrido histórico importante y de hecho permitió consolidar al movimiento liderado por Perón. La CGT y el peronismo, más allá de la alianza histórica que mantienen, nunca tuvieron una relación de afinidad total, y sí se puede caracterizar como una relación caracterizada como de tensión entre ambos sujetos políticos (Murmis y Portantiero, 2004; Torre, 2004, 2012). Tanto durante los gobiernos peronistas, cuando la conformación del Partido Laborista era la opción promovida por sectores dentro de la central sindical, como en los procesos donde el peronismo estuvo proscrito, nunca se produjo un acuerdo total en torno a cómo entablar la relación entre estos dos actores (James, 1988). La integración y la resistencia, tanto en la época de proscripción como después, son características distintivas de la dinámica entre la CGT y el

peronismo. En términos interpretativos generales, esta configuración de las formaciones sindicales argentinas responde a lo que se ha dado llamar como organización corporativista.

El corporativismo¹ implica una relación de intermediación entre el Estado y los dos grupos organizados más relevantes, el empresariado y los trabajadores, cuyas organizaciones obtienen monopolio de reconocimiento y, en la mayor parte de los casos, financiamiento por parte del Estado (Kay, 2003). En sus orígenes, los modelos corporativos funcionaron como una forma de contención del conflicto social, en especial en los países donde el activismo sindical mayoritario tenía características rupturistas respecto al régimen económico y político. Argentina, Brasil y Uruguay son casos paradigmáticos de esta situación, aunque se encuentran también condiciones similares en otros países de la región (Zapata, 1993). A los fines de la argumentación de este trabajo, se refuerza la idea que, en los modelos corporativos, el conflicto intentaba ser contenido dentro de los márgenes del Estado y tenía al aparato estatal como principal objetivo.

242

El espacio estatal es comprendido a partir de los trabajos de Nicos Poulantzas (1980, 2012), en especial su propuesta respecto a que los espacios materiales e inmateriales del Estado representan un régimen de condensación de la lucha de clases. Para Poulantzas, existen dos concepciones del Estado que imposibilitan contar con una comprensión acabada de la dinámica social. Por un lado, el Estado como *cosa* supondría que este es simplemente un instrumento manipulable por una sola clase o fracción, y que no posee ninguna autonomía. La segunda interpretación, supone al Estado como *sujeto*. Aquí la autonomía sería absoluta, porque el poder es concentrado por un Estado con racionalidad propia. Frente a estas concepciones, el autor propone comprender al Estado como una relación, y más exactamente como la condensación material de

¹ Se recuperan en este apartado algunas nociones expuestas de manera más amplia en Dobrusin y Montes Cató (2017).

una relación de fuerzas entre clases y fracciones de clase, que se expresa en el seno del Estado. Esta definición evita tomar el Estado solo como instrumento de las clases dominantes o como sujeto aparte del resto de los sujetos políticos, concepción esta última que se encuentra en la base de la corriente institucionalista-funcionalista, predominante en los análisis sobre el sindicalismo en la región. Esta segunda visión está en parte basada en una confusión entre el Estado como espacio y lo que se refiere al aparato estatal. La visión funcionalista refuerza la idea que la burocracia estatal – el aparato del Estado– opera de manera autónoma respecto a los actores de la sociedad y a las disputas de la lucha de clases.

En esta perspectiva, la conflictividad sindical tiene razón de ser en su orientación hacia el espacio estatal, ya que en éste se ven reflejadas también las posiciones de las fracciones hegemónicas del capital. El avance más importante de los movimientos sindicales en conquistas de derechos y en participación en las decisiones relevantes de política económica, se produjo a partir de la integración en los espacios estatales. Lo que Berins Collier y Collier (1991) denominan como ‘procesos de incorporación’, se pueden ver también como conquistas logradas por el movimiento sindical a partir de la lucha de clases (Murmis y Portantiero, 2004). En definitiva, la trayectoria sindical de acción conflictiva en el marco de los espacios estatales dio sus frutos a partir de la mejora relativa de la situación del movimiento obrero durante los procesos desarrollistas (Nosiglia, 1983). Recuperando la tradición de los estudios que interpretan lo político también con una construcción desde abajo y una mirada activa de los sujetos sociales, entendemos que existen varios argumentos que rebaten ciertas lecturas lineales y empobrecedoras de la política, que reduce su accionar a la planificación premeditada y calculada del gobierno en pos de sus intereses instrumentales.

El accionar sindical al interior del espacio estatal no significa que las luchas directas, de corte clasistas, entre capital y

trabajo estaban ausentes, pero la preponderancia fue, en la trayectoria del corporativismo, dada por la centralidad del espacio y del actor estatal. Esta particularidad estuvo especialmente presente en el caso de las cúpulas sindicales que, a excepción de aquellos países donde continuaron las férreas relaciones con los partidos clasistas, perdieron el eje del combate hacia el capital y se orientaron hacia la negociación con y en el Estado. Esto tenía que ver con las mejoras objetivas obtenidas por la clase trabajadora y también por la dirigencia sindical durante los períodos de gobiernos que promovieron el corporativismo (Berins Collier y Collier, 1991).

El avance del neoliberalismo en los años 1970 fue cambiando la relación de fuerzas entre el capital y el trabajo. El neoliberalismo no fue solo un discurso ni una teoría sobre las libertades individuales y el libre mercado, sino un proyecto de poder en beneficio de los grandes capitales monopólicos (Harvey, 2007; Crouch, 2011). Esta situación alteró la capacidad del sindicalismo de incidir sobre las políticas económicas y de desarrollo, que pasaron a estar sujetas a las prioridades de las EMN. El crecimiento exponencial fomentado por la concentración de mercados y la extranjerización de las economías dejó al sindicalismo frente una situación compleja, y con la necesidad de reacomodarse ante el nuevo panorama. Las luchas de la post-democratización por derechos sociales, económicos y políticos (Valenzuela, 1989) movilizaron al actor sindical convirtiendo a las luchas por ciudadanía en luchas económicas. Sin embargo, esas luchas no se tradujeron en una alteración significativa de los esquemas productivos, que ya comenzaban a dar señales del avance del capital transnacional y de una caída en la participación del sindicalismo en las decisiones económicas.

Durante los años 1990, la caída de la conflictividad clásica, medida en huelgas y horas paradas por los trabajadores, fue clave para el avance del proceso neoliberal, que profundizó la crisis de estas organizaciones. El conflicto sindical

fue mutando hacia esquemas de movilización basados en la ocupación de los territorios, en desmedro del eje sobre los espacios productivos.

Transformaciones laborales y desafíos al accionar tradicional

El corporativismo como modelo de accionar sindical enfrenta límites impuestos esencialmente por los cambios en los modelos de acumulación del capital. Las mejoras socioeconómicas de los mandatos del kirchnerismo en Argentina no lograron consolidar un nuevo sistema de relaciones Estado, sindicatos y empresarios. La concentración y extranjerización del capital se profundizó durante la etapa, siguiendo la línea trazada a comienzos de los años 1990 (Wainer, Gaggero y Schorr, 2014). La mayor presencia estatal mediante el incremento de los impuestos al campo, la ampliación de los beneficios sociales y el crecimiento de la negociación colectiva (Dobrusin y Campos, 2015) no consolidaron un régimen de acumulación alternativo. Los gobiernos neodesarrollistas reforzaron la presencia del Estado en áreas claves de la economía, produjeron procesos redistributivos con eje en el mercado interno, y al mismo tiempo mantuvieron una estructura productiva y de exportación que consolidó el modelo implantado con el neoliberalismo. La dependencia en las estrategias de cadenas productivas de empresas multinacionales es un factor que no logró ser revertido durante los neodesarrollismos, lo que distingue del proceso desarrollista clásico, cuando las empresas estatales tenían preponderancia en los sectores más importantes de la economía.

Los cambios en el mercado de trabajo hacia la predominante precarización laboral y la informalidad como un dato de la realidad del mercado de trabajo se mantuvieron durante los gobiernos neodesarrollistas. La informalidad descendió de manera constante a partir de 2003, produciendo uno de los descensos más importantes en la región (Betranou y Casanova,

2015), pero a 2010 todavía se mantenía en niveles que superaban el 40% del total de trabajadores ocupados (Ibidem en base a datos de OIT). El empleo asalariado no registrado tuvo la baja más expresiva, del 49% en 2003 a un 34,6% en 2012 (Betranou y Casanova, 2015, p. 38). Ese núcleo duro de informalidad se comenzó a expandir nuevamente a partir de 2014 (OIT, 2016), siendo ya una característica de la economía argentina de los últimos 30 años. La representación sindical de trabajadores informales es una de las problemáticas que debe enfrentar el sindicalismo en la etapa actual. Una segunda es la organización contra la precariedad laboral que se extiende inclusive dentro del sector empleado formalmente (OIT, 2016). Comienzan en Argentina a surgir nuevas organizaciones sociales que apuntan a organizar a ese conjunto de trabajadores, en especial la Confederación de Trabajadores de la Economía Popular, pero lo hacen en paralelo a las principales organizaciones sindicales.

246

La persistencia de acuerdos de libre comercio, acuerdos Bilaterales de inversión, y los acuerdos marco de la Organización Internacional del Comercio, crean grandes restricciones al accionar del Estado como regulador y actor en la economía, pero también por sobre los sindicatos como organizadores en los lugares de trabajo. La histórica dependencia en la presencia del Estado como mediador es insuficiente para confrontar a un capital internacionalizado y cada vez más concentrado. En un artículo reciente, la académica norteamericana Ruth Milkman (2013) proponía que los sindicatos tenían que “volver al futuro”. El argumento de Milkman es que el crecimiento original de los sindicatos se dio a comienzos del siglo XX, con la intervención del Estado a favor de los empresarios, en un ambiente hostil, de concentración económica y de amplias desigualdades. El accionar sindical se basó en la presencia en los lugares de trabajo, la utilización de la huelga (inclusive de forma ilegal), y la construcción de lazos transnacionales (Milkman, 2013, p. 648). Esta descripción puede ser extrapolada al contexto argentino de comienzos del siglo XX,

con el auge del sindicalismo anarquista, comunista y socialista. La situación actual, con un nuevo gobierno de corte empresarial, empuja a los sindicatos a rever sus estrategias en base a un contexto diferente de aquel en el cual se produjo un auge sindical. El corporativismo tuvo un rol fundamental en defender conquistas durante los años 1990, pero es insuficiente para el panorama político, económico y social actual. Siguiendo la propuesta de Milkman, el sindicalismo argentino tiene en su propia historia, y en sus propias prácticas de lucha, una referencia para actuar en la coyuntura del neoliberalismo recargado que se vive en la actualidad.

Rasgos de la conflictividad: nuevas relaciones y sujetos colectivos

Puede señalarse que, en cuanto al protagonista de la conflictividad, exceptuando el período de agudización de la crisis durante el 2001, el actor sindical tuvo un despliegue significativo. La irrupción de las organizaciones de desocupados tuvieron sin embargo un impacto fuerte en vista del cambio en la lógica de representación, ya que estas últimas poseen un arraigo territorial sumamente importante (en esta misma tendencia, las organizaciones de los trabajadores de la economía popular en la actualidad se emparentan con las organizaciones de desocupados). Ahora bien, si la novedad en términos de luchas sociales vino de la mano de las organizaciones de desocupados, ello es parte de un fenómeno más amplio de luchas defensivas que se revierte a partir del 2003, período donde comienza a revertirse este fenómeno de la mano de un aumento de la conflictividad ofensiva demandando mejoras en los salarios y condiciones de trabajo, aunque la primera de estas demandas se encuentre atada al poder adquisitivo del salario real por el proceso inflacionario.

A partir del año 2003 los conflictos laborales estuvieron orientados, en términos generales a la recuperación del salario real, que había caído a los mínimos históricos en el año 2002.

Este proceso se refleja en el contenido de la materia negociada como en los motivos de la conflictividad. En este marco, se destacó una participación muy significativa de los niveles centralizados de la estructura sindical (federaciones y uniones), y por ello mismo de los conflictos por rama de actividad. En el año 2008 tiende a modificarse esta tendencia cuando diversos indicadores comenzaron a dar cuenta de una creciente descentralización de los conflictos (ODS, 2011).

Si bien el fenómeno al que hacemos referencia es difícil de mensurar, puede ser caracterizado a través de ciertos indicadores que permiten aproximarnos al tema en términos cuantitativos. Por un lado, se verifica una amplia cantidad de conflictos circunscriptos al ámbito de la empresa, que representan el 78% del total en desmedro de los conflictos a nivel de actividad o rama (ODS, 2010). En segundo lugar, se consolida un crecimiento de los reclamos promovidos por sindicatos locales o seccionales, que explican el 64% de los casos en el 2009 (frente a un 51% en el año anterior). En tercer lugar, persiste una importante cantidad de conflictos (un 14% del total) llevados adelante en espacios de trabajo en los que no se consigna la presencia de representantes sindicales, o se trata de colectivos que poseen una representación de hecho (muchas veces opuesta a la conducción de la organización sindical) construida en el desarrollo del propio conflicto. Esto último es significativo, porque señala la existencia de conflictos que son encabezados por activistas que actúan como delegados “de hecho”.

A partir del 2009, también se ha profundizado una tendencia hacia la descentralización de los conflictos laborales, tanto en lo que hace a los sujetos que participan en ellos, como al ámbito en el que se producen. A partir de entonces, comenzó a crecer la participación de los sindicatos de base y de las secciones en los conflictos. Ellos pasan de representar el 50% del total en los años 2007 y 2008, a alrededor del 65% en los años 2009 y 2010, y llevan a un 78% en el año 2011. Como

contrapartida, se registra una retracción de la intervención de las federaciones y de las uniones, que pasan de explicar más de un tercio de los conflictos laborales en 2007 y 2008, a poco menos de un 10% en el año 2011.

Otro dato importante es la canalización de conflictos por fuera de las instituciones gremiales, dando cuenta de la inexistencia de organizaciones sindicales o de las contradicciones entre las bases y dirigencias. Esta observación se complementa con el análisis del ámbito de los conflictos. En el sector privado, los conflictos por empresa pasan de representar el 68% en 2007 al 82% en 2011, con un movimiento inverso de los conflictos por rama de actividad.

Este auge de conflictos en los espacios productivos (en las empresas en lugar del nivel de la actividad como aquellos motorizados exclusivamente por comisiones internas) constituye una novedad en el campo sindical en vista de la recuperación de una tradición obrera de lucha situada en el lugar de trabajo que permitió la consolidación y desarrollo de nuevas experiencias sindicales de base de la mano de una repolitización de la militancia gremial.

249

La emergencia del lugar de trabajo para confrontar al capital

El contexto sociopolítico post-crisis 2001 implicó, para el movimiento sindical, enfrentar múltiples desafíos profundizados en el período anterior, donde el capital logró asumir la iniciativa política imponiendo una agenda de discusión exclusivamente asociada a sus intereses y encorsetando la intervención sindical a instancias institucionales por fuera de los espacios productivos. La ofensiva sobre los sindicatos adquirió una intensidad inusitada. Sus efectos son conocidos: supuso la destrucción de puestos de trabajo y la precarización de las relaciones laborales, el deterioro de las condiciones de trabajo, la erosión de un conjunto de normas protectoras, la implementación de rígidas normas disciplinarias

(simultáneamente a nuevas políticas manageriales de *implicación* desdibujando de ese modo los contornos de intervención de los delegados) y el deterioro del poder sindical. Todas ellas articuladas fueron devastadoras para la intervención sindical en los lugares de trabajo.

Probablemente, la despolitización de los espacios de trabajo –entendida como ausencia de organización colectiva de los trabajadores– sea una de las marcas más potentes que permite articular estratégicamente los efectos del discurso presuntamente desideologizado del neoliberalismo y de la post-dictadura. Esto se vio reforzado por un proceso de desmovilización promovido por algunos dirigentes sindicales (en especial por aquellos que condujeron la CGT durante los noventa) que asumieron esta estrategia a cambio de la acumulación de recursos políticos principalmente orientados a transformar sus organizaciones en sindicatos de corte empresarial.

250 A pesar de la enorme fuerza puesta a disposición de estos objetivos, en plena hegemonía neoliberal-privatizadora emergieron algunas experiencias de recomposición política en el interior de los espacios de trabajo que marcaron procedimientos, dinámicas de relacionamiento y desafíos que guiaron las futuras luchas obreras. En gran medida, algunos de los rasgos distintivos de estas experiencias recuperaban elementos históricos de la experiencia sindical de base: militancia, politización de los espacios productivos, modelo asambleario y discurso opositor, y se articulaban con un conjunto heterogéneo de luchas populares instaurando nuevos repertorios y simbologías vinculadas a la conflictividad social, re-actualizando de ese modo las tradiciones de lucha.

Muchas de las expresiones de resistencia organizada en los lugares de trabajo fueron de la mano de las comisiones internas en sectores que habían sufrido el vendaval privatizador y de ajuste (estatales, telefónicos, ferroviarios, petróleo, subtes), que encontrarán un contexto más propicio para la expresión pública de la resistencia en el marco de la crisis institucional

del gobierno en el 2001, y sentarán las bases para que en la siguiente década vuelva a desarrollarse con intensidad la experiencia de las comisiones de fábrica.

La presencia de estas organizaciones en los centros productivos tensiona dos relaciones que resultan importantes cuando de lo que se trata es de comprender el conjunto de vínculos en los que interviene el sindicalismo. Por un lado, la relación con el capital, en la medida que constituye una forma de poder que disputa el control del proceso de trabajo y las condiciones de extracción del plusvalía; por otro, con las esferas sindicales, en cuanto colocan el tema de la autonomía en el centro de debate. Esta tensión se configura a partir del carácter dual que constituye a las organizaciones sindicales de base que, por un lado, despliegan cierta capacidad de disputar el control de la producción y, por lo tanto, la rentabilidad empresarial, y, por otro lado, se colocan en un lugar neurálgico en tanto desafían el control de la burocracia sindical sobre los trabajadores.

Un factor de gran importancia que operó alentando estas transformaciones fue el avance jurisprudencial en materia de protección de la actividad sindical en general, y de la libertad sindical en el espacio de trabajo en particular, que contribuyó a reafirmar la capacidad de acción de los niveles de base. En este plano, el pronunciamiento de la Suprema Corte de Justicia de la Nación en un caso testigo fue el mayor gesto de respaldo institucional y claro indicador de que los extendidos cuestionamientos al modelo sindical basado en el monopolio de la representación empezaban a tener una traducción institucional de alto nivel con serias consecuencias políticas en el mediano plazo².

² En el fallo “Asociación Trabajadores del Estado c/M de Trabajo” S.C.A, 201, L. XL del 11 de noviembre de 2008, la Corte establece un fuerte cuestionamiento a una cláusula del artículo 41 de la Ley de Asociaciones Sindicales que dispone que, para ejercer las funciones de delegado del personal o miembro de comisiones internas u organismos, “se requiere: a) Estar afiliado a la respectiva asociación sindical con personería gremial y ser elegido en comicios convocados por esta”, considerándolo violatorio

El fallo dispone que en los lugares de trabajo pueden elegirse delegados que no pertenezcan a la asociación sindical con personería gremial. El pronunciamiento de estas sentencias, que reconocía numerosos antecedentes de tribunales de menor alcance, tuvo consecuencias muy concretas, tanto en los procesos ya en curso –con la reinstalación de sindicatos en formación o de simple inscripción–, como para las experiencias incipientes, en la medida que se constituyó como una garantía de amparo legal a la libre iniciativa gremial en los espacios de trabajo. Además, en cierto sentido, también es posible pensar que el surgimiento de estas dos sentencias, que cuestionan tan severamente ciertos pilares del modelo sindical, constituyen una cristalización institucional –de máximo nivel– de un proceso subyacente, que señalábamos anteriormente, de cierta recomposición de la representación directa de los trabajadores en los lugares de trabajo, que en alguna medida entró en tensión con la normativa establecida e instaló un conflicto que fue canalizado institucionalmente, en este caso, por vía judicial.

252

En términos de la ubicación de estos procesos de organización y lucha de mínima escala en sectores productivos o casos concretos, aunque no hay información rigurosa sistematizada, en principio es posible decir que estas experiencias aparecen en distintas zonas geográficas y en un amplio espectro de actividades³.

Vale destacar que estas experiencias constituyen un conjunto sumamente heterogéneo, tanto en lo que refiere a las características de sus formas de organización y sus conflictos,

del derecho de asociación sindical previsto en el artículo 14 bis de la Constitución Nacional y en diversos tratados internacionales suscriptos por la Argentina.

³ Subterráneo de Buenos Aires, línea 60 de colectivos, ferroviarios del ramal Mitre, choferes de UOCRA), telecomunicaciones (*call centers*), comercio (supermercados, como Wall Mart), industria química (Praxair), metalúrgica (EMFER, CAT, ASIMRA, Paraná Metal), alimentación (Terrabusi, Pepsico, Stani, Kraft Foods, Wertheim, Sindicato de la Carne), transportistas (Iveco, SIMECA), Prensa (diario Perfil, Radio Nacional, diario La Jornada de Chubut, diario Clarín, diario Popular, TELAM, Editorial Colihue), textil (fábrica Spring, Mafias, tinturerías Pagoda) y bancarios (banco Credicop).

como a los objetivos políticos que se plantean a partir de la conformación del colectivo de base. Así, encontramos experiencias que se plantean un horizonte político de proyección e institucionalización a partir de la conformación de sindicatos paralelos a los establecidos (el caso paradigmático es el del subte), otras en las cuales se propone un crecimiento político al interior de la estructura sindical propia, y otras que o bien no pretenden o no pueden sostener un crecimiento político más allá del nucleamiento en el espacio de trabajo o de los conflictos puntuales, por lo cual se formalizan y persisten como comisiones internas y cuerpos de delegados, o se desarticulan una vez resueltas –para bien o mal– las reivindicaciones específicas. Puede sostenerse que, entre otros factores, el tipo de relación política entablada con la estructura sindical “oficial”, y la posibilidad de articulación con otras experiencias (dentro y fuera del ámbito estrictamente sindical) es un elemento clave para definir la trayectoria y las posibilidades de estas organizaciones primarias.

253

Conclusiones

La ofensiva neoconservadora que se despliega en varios países Latinoamericanos, luego de una etapa caracterizada por políticas neodesarrollistas y ampliación de derechos laborales de principios del siglo XXI, busca erosionar la capacidad de resistencia del movimiento obrero para imponer todo un repertorio orientado a ampliar la informalidad del mercado de trabajo y profundizar la flexibilidad de las condiciones laborales. Desarticular la organización y lucha de los sindicatos se vuelve una etapa clave de la restauración neoliberal.

Para comprender este proceso, hemos destacado que uno de los grandes desafíos para las formaciones sindicales es el de desmarcarse de las limitaciones que lo constriñen seguir insistiendo en la lógica neocorporativa. De este modo, el sindicalismo en Argentina ha estado históricamente caracterizado por regirse bajo sistemas de tipo ‘corporativistas’, tal como lo

han definido diversos autores (Berins Collier y Collier, 1991; Murillo, 2005; Cook, 2007; Fernández, 2007; Berins Collier y Handlin, 2009; Etchemendy, 2011). El rasgo principal de este sistema de relaciones está dado por la centralidad del Estado como espacio, institución, de participación y negociación de los actores sociales claves: empresarios y sindicatos. Esta dinámica tripartita caracterizó el desarrollo del accionar sindical en Argentina desde el auge del peronismo en adelante. Los procesos de industrialización por sustitución de importaciones –ISI– que se produjeron en la segunda posguerra y hasta mediados de los años 1970 profundizaron el accionar sindical corporativista. La principal característica de estos procesos fue una economía semi-cerrada que priorizaba actores como el empresariado nacional en industrias pesadas y el sindicalismo, dando a cada uno de estos actores roles monopólicos en sus respectivos espacios de incidencia. La centralidad del actor estatal y la permanencia del corporativismo como sistema de ordenamiento de actores empresariales y sindicales es un rasgo destacado de las relaciones del trabajo en Argentina, especialmente si se consideran los cambios rupturistas entre los diferentes procesos económicos, del desarrollismo del ISI al neoliberalismo de las décadas de 1980 y 1990, y de este al neodesarrollismo de los gobiernos en la primera década de 2000.

Como indica Kay (2003, p. 291), el sistema corporativo no solo resistió los cambios en las políticas económicas de la región, sino que también en diversos casos –Brasil, México, Argentina– fue un factor esencial para llevar adelante esos cambios. La incidencia de los actores corporativos es continua. La capacidad de ordenar las relaciones capital-trabajo, inclusive en contextos de debilidad del actor sindical, es una cualidad distintiva de Argentina que perdura en el tiempo (Cook y Bazler,

2013), permitiendo a su vez que los actores de ese tripartismo se mantengan como protagonistas⁴.

Los autores que se han enfocado en el sindicalismo comparado en América Latina han puesto el enfoque central en las acciones del Estado como factor determinante del accionar sindical. Esto tiene esencialmente que ver con el modelo de relaciones laborales y con la historia de la mayoría de los países, donde el corporativismo instalado como forma de mediación entre sectores divergentes se construyó a partir del Estado. Así, el trabajo de Berins Collier y Collier (1991) toma lo que determinan “coyunturas críticas” que permitieron cambios sustanciales en las relaciones de los Estados con los movimientos sindicales de la región. Estas coyunturas son momentos de crisis y transformación política, de un régimen a otro, que permiten formatear la realidad de una manera decisiva para los tiempos subsiguientes. En estas coyunturas, suelen dominar los clivajes entre los trabajadores y el Estado, así como los trabajadores y los empresarios. Los procesos de incorporación por parte del Estado responden a esas coyunturas críticas, y permiten, a través de esa participación en instancias de negociación, el control de los conflictos para el Estado, así como también para las organizaciones una canalización de las demandas. El trabajo de Berins Collier y Collier no niega que hayan existido alternativas a este modelo centralista en América Latina, en especial a través de movimientos anarquistas y autonomistas, pero refuerzan que la dinámica costo-beneficio era ampliamente a favor de integrarse a los modelos corporativistas. Argentina cuenta con una trayectoria importante de sindicalismo anarquista, pero fue bajo el paraguas corporativista que se expandió el accionar

⁴ Este protagonismo es puesto cuestión en base a los análisis sobre los límites de los procesos redistributivos que promovió el kirchnerismo. Berins Collier y Etchemendy (2007) ya comienzan a marcar diferencias al hablar de un “neocorporativismo segmentado”, que no tiene el mismo alcance que en épocas de ISI. El crecimiento de la informalidad sumado a la precariedad laboral y al poder transnacional de las empresas colocan en cuestión el protagonismo sindical y el corporativismo como sistema. Este debate es profundizado en el capítulo 5 y luego retomado en la conclusión.

sindical y que consolidó a la CGT como un actor significativo en el contexto político-económico argentino.

El auge neoliberal de los años 1990 comenzó a minar la capacidad de acción sindical clásica de los modelos corporativistas. La privatización de empresas estatales, combinada con la flexibilización de los contratos de trabajo y el avance de las empresas multinacionales por sobre los propios estados, puso al corporativismo en jaque. Más allá de una breve recuperación de la capacidad de incidencia sindical durante los gobiernos neodesarrollistas entre 2003 y 2015, la debilidad estructural del actor sindical perdura. Ese corporativismo eficiente de una economía semi-cerrada es insuficiente para enfrentar los retos actuales que viven los trabajadores. Desbordar los espacios estatales no significa una estrategia independiente de lo que ocurra en el Estado, sino una complementación de la participación en los espacios estatales con una estrategia de confrontación y disputa directa hacia el capital, en especial en su versión transnacional. Entre los principales elementos para llevar adelante esa estrategia, se torna necesario rediscutir las relaciones de producción (Mello y Silva, 2016), y reformular los proyectos sindicales en vistas de las limitaciones del Estado en la coyuntura actual.

256

Bruno Dobrusin

es doctor en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA) y becario de posgrado del Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CEIL-CONICET). Docente del Global Labour University.

Juan Montes Cató

es doctor en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA) e Investigador del Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CEIL-CONICET). Co-coordinador del Programa de Estudios Críticos sobre el Movimiento Obrero (PECMO). Docente de la UBA.

Bibliografía

- BERINS COLLIER, Ruth; COLLIER, David. 1991. *Shaping the Political Arena: critical conjunctures, the labor movement and regime dynamics in Latin America*. Princeton: Princeton University Press.
- BERINS COLLIER, Ruth; ETCHEMENDY, Sebastián. 2007. Down but Not Out: Union resurgence and segmented neocorporatism in Argentina (2003-2007). *Politics & Society*, v. 35, n. 3, pp. 363-401.
- BETRANOU, Fabio; CASANOVA, Luis. 2015. *Las instituciones laborales y el desempeño del mercado de trabajo en Argentina*. Buenos Aires: OIT.
- COOK, Maria Lorena. 2007. *The politics of labor reform in Latin America: between flexibility and rights*. University Park: The Pennsylvania State University Press.
- _____. 2011. Unions and Labor Policy under left governments in Latin America. *Revista Trabajo*, v. 5, n. 7, pp. 55-73.
- COOK, Maria Lorena; BAZLER, Jonathan. 2013. Bringing Unions back in: labour and left governments in Latin America. *Cornell ILR Working Paper*, n. 166, pp.1-45.
- DOBRUSIN, Bruno; CAMPOS, Luis. 2016. Labour conflict in Argentina and Brazil: challenging an alliance?" *Workers of the World: International Journal of Strikes and Social Conflict*, v. 1, n .8, pp. 99-121.
- DOBRUSIN, Bruno; MONTES CATÓ, Juan. 2017. Repensar el conflicto sindical latinoamericano frente a las estrategias del capital transnacional. *Revista Theomai*, n. 36, pp. 1-17.
- ETCHEMENDY, Sebastián. 2011. *Models of economic liberalization: business, workers and compensation in Latin America, Spain and Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FERNÁNDEZ, Arturo. 2007. *Estado y sindicatos en perspectiva latinoamericana*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- HARVEY, David. 2007. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Akal.
- KAY, Paul. 2003. Trying on the Emperor's New Clothes? Concertación, Corporatism and Neoliberal Restructuring in the Semiperiphery. *Bulletin of Latin American Research*, v. 22, n. 3, pp. 291-318.
- MELLO E SILVA, Leonardo. 2016. Inovações do sindicalismo brasileiro em tempos de globalização e o trabalho sob tensão. In: SINGER, Andre; LOUREIRO, Isabel. (eds.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo. pp. 93-121.
- MILKMAN, Ruth. 2013. Back to the future? US labor in the New Gilded Age. *British Journal of Industrial Relations*, v. 51, n. 4, pp. 645-665.
- MONTES CATÓ, Juan. 2014. Los comités de fábrica en Brasil y Argentina: trayectoria y recomposición del sindicalismo de base. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, n. 31, pp. 229-254.

- MINISTERIO DE TRABALHO, EMPLEO Y SEGURIDAD SOCIAL. 2010. *Informes especiales sobre conflictos laborales 2006-2010*. Asunción: MTESS. Disponible en: <<http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/negcol/informesa.asp>>. Acceso en: 24 feb. 2018.
- _____. 2011. *Informes especiales sobre conflictos laborales 2006-2010*. Asunción: MTESS. Disponible en: <<http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/conlab/informesa.asp>>. Acceso en: 24 feb. 2018.
- MURILLO, Maria Victoria. 2005. *Sindicalismo, coaliciones partidarias y reformas de mercado en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. 2016. *Panorama Laboral America Latina y el Caribe 2016*. Lima: Oficina Regional OIT para America Latina y el Caribe.
- POULANTZAS, Nicos. 1980. *Estado, poder y socialismo*. Madrid: SigloXXI.
- WAINER, Andrés; GAGGERO, Alejandro; SCHORR, Martin. 2014. *Restricción eterna: El poder económico durante el kirchnerismo*. Buenos Aires: Futuro Anterior.
- ZAPATA, Francisco. 1993. *Autonomía y subordinación en el sindicalismo Latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica.
- _____. 2003. ¿Crisis en el sindicalismo en América Latina? *Kellog Institute Working Paper*, n. 302, pp. 1-26.



O SINDICALISMO AINDA CONTA? PODERES SINDICAIS EM DEBATE NO CONTEXTO EUROPEU¹

Hermes Augusto Costa^a

^aé sociólogo, professor da Universidade de Coimbra e pesquisador do Centro de Estudos Sociais.

Coimbra, Portugal. E-mail: <hermes@fe.uc.pt>

Orcid: 0000-0001-7873-4440

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-259285/104>

Introdução

Ao longo da última década, a Europa e, em especial, os países da periferia da zona euro, foram varridos por cenários de crise económica e social iniciados com a crise do *subprime* americano, em 2008. Numa Europa atravessada por assimetrias entre países centrais e periféricos, que secundariza a convergência económica e social que constara da lógica fundadora da ideia europeia (Reis, 2018, p. 180), as oportunidades para uma dignificação do trabalho são relegadas para segundo plano, como demonstraram as políticas de austeridade. Por sinal, políticas que, mais do que definidas por critérios económicos e financeiros, são algo de “iminentemente político” (Santos, 2012, p. 11) que produz impactos em diferentes planos: desigualdades, classe média,

¹ A reflexão empreendida neste texto insere-se no projeto de pesquisa “Rebuilding trade union power in the age of austerity: a review of three sectors” (PTDC/IVC-SOC/3533/2014 – POCI-01-0145-FEDER-016808), a decorrer no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra entre 2016 e 2018. O projeto tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/MEC) por meio de fundos nacionais e é cofinanciado pelo FEDER através do Programa Operacional Competitividade e Inovação COMPETE 2020.

desemprego, endividamento das famílias ou sociedade-providência (Santos, 2012). Nesse sentido, a austeridade constituiu-se como “forma de economia política de natureza regressiva” (Observatório Sobre Crises e Alternativas, 2014, p. 313), que modificou as relações sociais e redefiniu o lugar central do trabalho na economia. E as relações laborais e seus atores – em especial o sindicalismo – foram alguns dos alvos preferenciais dessa economia política regressiva.

Autoridades públicas e legisladores nacionais adotaram medidas de flexibilidade empresarial. Por um lado, medidas ditas temporárias, relacionadas com o tempo de trabalho (por exemplo, o aumento do tempo de trabalho ou as reduções nos pagamentos do trabalho suplementar) e com os contratos de trabalho atípicos (duração determinada, *part-time*, trabalho temporário etc.). Por outro lado, medidas de caráter permanente, relacionadas com a flexibilização das regras dos despedimentos ou com as alterações nos sistemas de relações laborais e de negociação coletiva (Clauwaert e Schömman, 2012). Consequentemente, esse contexto adverso – marcado pelo reforço de assimetrias nas relações laborais e por um aumento da precariedade laboral – estimulou o crescimento de formas de protesto social, tanto no campo sindical como fora dele (Campos Lima e Artiles, 2014; Costa, Dias e Soeiro, 2014; Dias e Fernandes, 2016).

Basta olhar para o discurso da principal organização sindical europeia – a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), fundada em 1973 – para constatar que, sendo produto do processo construção europeia e considerando a “Europa Social” como principal pilar política europeia (Degryse e Tilly, 2013), a CES se posiciona como forte adversária das políticas de austeridade. Aliás, algumas campanhas da CES – como “A pay rise for European workers is a matter of social justice. It’s time for OUR recovery!” ou “Raise your voice for a Social Europe”² –,

² Disponível em: <<https://bit.ly/2o42qhK>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

testemunham bem o apelo transnacional no sentido de perseguir o crescimento económico e superar as desigualdades.

Perante um contexto generalizado de insatisfação e retrocesso civilizacional, importa recuperar (na primeira secção do texto) o legado histórico do sindicalismo na construção de direitos para o qual os sindicalistas europeus parecem, hoje, olhar de forma saudosista. Mas, não obstante o compreensível apelo da CES à “soma de esforços”, esta organização – que em maio de 2018 tinha 45 milhões de trabalhadores filiados, provenientes de 89 confederações sindicais nacionais de 39 países e de 10 federações sindicais europeias (Europe Trade Union Confederation, 2018) – continua a ter pela frente o grande desafio de ter de combinar um programa comum coerente com uma grande diversidade de experiências e tradições (Bernaciak, Gumbrell-McCormick e Hyman, 2014). Daí que seja inevitável, na secção seguinte deste texto, recordar distintas teorias e modelos sindicais, por sinal em reconhecimento de que existem não só “variedades de capitalismo” (Hall e Soskice, 2001), como, igualmente, “variedades de sindicalismo” (Frege e Kelly, 2004; Gumbrell-McCormick e Hyman, 2013, pp. 6-27).

261

O parágrafo anterior sugere, pois, que o sindicalismo está confrontado com influências *externas* (globalização económica, crise, austeridade, apropriação política das crises etc.) e com influências *internas* decorrentes das especificidades nacionais. Ora, sendo sabido que o sindicalismo não foi, designadamente no seu berço europeu, concebido como poder, mas, antes, como contrapoder, importa perceber em que medida, num cenário defensivo, podem ainda os atores sindicais fazer a diferença na sociedade. Nesse sentido, na terceira e na quarta secção do texto, faz-se, por um lado, um mapeamento analítico das principais formas de poder do sindicalismo e, por outro lado (de modo complementar), uma análise de quatro temas – representatividade sindical, independência, ação internacional e construção de alianças sociais – que são um corolário da discussão das formas de

poder do sindicalismo e constituem um teste à percepção da sua importância social e política.

A construção de direitos como legado histórico do sindicalismo

O sindicalismo foi crucial na construção de direitos sociais e laborais. Desde logo, no contexto britânico, em que, entre 1780 e 1830, foi se fortalecendo uma classe operária dotada de consciência e identidade coletiva e com legitimidade para reivindicar melhores condições de vida e maior influência sobre o poder e a política. As primeiras associações de trabalhadores tinham um caráter secreto e seus membros faziam juramentos por meio dos quais se comprometiam com um conjunto de deveres, comportamentos e obrigações. As primeiras associações caracterizavam-se muito pela afirmação de identidade e por um caráter mutualista, o que significa que a componente reivindicativa não ocupava aí um lugar central. A prioridade residia na tentativa de resolver carências absolutas dos trabalhadores e de procurar dotá-los de estruturas de proteção e solidariedade.

262

Foi com a Revolução Industrial que o “direito do trabalho” se construiu, em resultado da massificação da produção, da migração da população rural para os centros urbanos industrializados e, conseqüentemente, da busca de trabalho num contexto de ausência de poder de negociação/reivindicação mediante o patrão. Na verdade, um longo percurso até seu reconhecimento e afirmação. Nessa linha, as leis do trabalho foram, sem surpresas, direcionadas aos mais desprotegidos. Visaram, por exemplo, “regular o trabalho de crianças e mulheres, datando de 1819”, na Inglaterra, “com leis progressivamente complementadas até 1878”, e de “1891, em Portugal, seguindo-se um período de certa uniformização dos regimes laborais nos vários países europeus” (Dionísio, 2004, p. 1).

Dentre os progressos alcançados no domínio dos direitos laborais no plano internacional (sobretudo europeu), a

conquista das oito horas de trabalho diárias/48 horas semanais, a criação da Organização Internacional do Trabalho (em 1919) e as convenções (tendo a primeira sido exatamente sobre o horário de trabalho) foram marcos essenciais de “uniformização e de regulação das relações sociolaborais à escala mundial” (Dionísio, 2004, p. 2).

Em especial depois da Segunda Guerra Mundial, consagrou-se a “idade de ouro” das conquistas laborais, assente na edificação de normas de cidadania laboral no local de trabalho e no desenvolvimento de políticas macroeconómicas favoráveis ao pleno emprego (Ross e Martin, 1999, p. 7). Num contexto no qual importa destacar marcos como a *Declaração de Filadélfia* (1944) e a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), generalizaram-se, sobretudo no lado ocidental da Guerra Fria, um conjunto de leis e de direitos laborais, sindicais e sociais. O Estado-providência e o objetivo do pleno emprego configuraram-se, pois, como dois mecanismos redistributivos essenciais: o *neocorporativismo* consagrou-se como dispositivo institucional de fomento de consensos entre o governo e os interesses organizados (Regini, 1995, p. 8), e o *fordismo* como modelo de relação salarial dominante. Em todo esse trajeto de afirmação de direitos (tanto individuais quanto coletivos), o papel emancipatório do sindicalismo foi crucial (Costa, 2017b).

263

As variedades do sindicalismo: revisitando teorias e modelos

Falar das variedades do sindicalismo na Europa implicaria, por certo, uma incursão prévia por abordagens das relações laborais, pois estas funcionam como antecâmara das teorias e modelos do sindicalismo no contexto europeu³. Reporto-me aqui apenas a algumas teorias e modelos, tomando como referência, entre outras, as propostas

³ Para uma análise de tais abordagens – sistémicas, marxistas, institucionalistas, da ação e de inspiração económica –, cf. Müller-Jentsch (1998).

de Michael Poole (1981), Larson e Nissen (1987), Paquet, Tremblay e Gosselin (2004) e Hyman (2001). A meu ver, é possível distinguir dois conjuntos de teorias. O primeiro diz respeito às *teorias morais* e éticas e às teorias sobre as *reações “psicológicas”* ou *defensivas* mediante as primeiras condições de industrialização. Um segundo conjunto de teorias encontra-se situado no triângulo “mercado-classe-sociedade” (Hyman, 2001).

De acordo com as *teorias e abordagens éticas e morais*, os sindicatos são um produto de valores éticos, morais e religiosos que despontaram no século XIX. No final do século XIX, em *A divisão do trabalho social*, Émile Durkheim (1839) defenderia que a principal tarefa das sociedades industriais avançadas consistia num “trabalho de justiça”, que pressupunha tratar as relações sociais de acordo com critérios de crescente igualdade. Mais tarde, mas num sentido semelhante, John Rawls (1972) defenderia uma concepção geral de justiça no movimento operário, capaz de garantir distribuição igualitária de liberdade, oportunidade, rendimento e riqueza. Em suma, o sindicalismo era visto como uma instituição moral baseada tanto em movimentos cristãos socialistas protestantes como na Igreja Católica Romana. No caso desta, as encíclicas papais – *Rerum Novarum* (1891), do Papa Leão XIII; *Quadragesimo Anno* (1931), do Papa Pio XI; ou *Laborem Exercens* (1981), do Papa João Paulo II – consideraram o sindicalismo como uma via de regeneração moral da sociedade (Larson e Nissen, 1987).

Por sua vez, os teóricos do sindicalismo enquanto *reação psicológica* ou *defensiva* em face das primeiras condições de industrialização (Poole, 1981, pp. 14-15) focaram-se nas respostas dos trabalhadores à perda de estatuto social e de identidade coletiva resultante da inovação tecnológica (Paquet, Tremblay e Gosselin, 2004). Mas, além disso, contestava-se também a influência potencialmente nociva dos intelectuais no movimento sindical, que fazia que o trabalho tivesse de

lutar não apenas contra o capital, mas também contra os membros da *intelligentsia* que procuravam desviar o sindicalismo dos seus objetivos básicos, ainda que fosse suposto o intelectual enquadrar os programas dos sindicatos e moldar suas políticas (Perlman, 1987 [1928], p. 162).

O segundo conjunto de teorias remete para o triângulo “mercado, classe e sociedade”. As teorias sindicais do “mercado” centram-se nas “condições económicas” do sindicalismo (Poole, 1981, pp. 15-16), isto é, no papel dos sindicatos enquanto instituições económicas e não morais, psicológicas ou revolucionárias. O *business unionism* americano, associado a categorias de trabalhadores relativamente qualificadas, exemplificou bem a conceção dos sindicatos enquanto atores económicos (Hyman, 2001, pp. 8-9) dotados de objetivos essenciais: satisfazer interesses concretos dos trabalhadores no emprego, no contexto da produção industrial; negociação coletiva como via para obter melhores condições de trabalho; mais “consciência do emprego” em vez de “consciência de classe” (Larson e Nissen, 1987, p. 131; Paquet, Tremblay e Gosselin, 2004, p. 302).

265

Em segundo lugar, as teorias da “classe” inspiraram-se na escola marxista e no reconhecimento de que “a moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe” (Marx e Engels, 1982 [1848], p. 107). Em todo o caso, a centralidade do conflito não foi exclusiva do pensamento marxista, destacando-se igualmente as teorias pluralistas que viram nos sindicatos uma forma institucionalizada de regulação social, sendo a negociação coletiva o meio pelo qual o conflito entre empregador e empregado seria regulado. Note-se, todavia, sobretudo ao longo da última década na periferia da zona Euro, que a questão da “classe” não desapareceu das relações laborais. Ora, o contexto laboral português, marcado pela destituição de direitos, precariedade, insegurança e exploração resultantes das políticas de austeridade, foi um exemplo disso (Costa,

2012; Lehndorff, Dribbush e Schulten, 2017; Leite et al., 2014). Por sinal, um contexto adverso que parece replicar-se no Brasil, sobretudo desde que o governo Temer fez cair o governo Dilma e abriu clivagens na sociedade brasileira, de que a reforma trabalhista será apenas um exemplo. Assim, a “luta de classes” não poderá ser totalmente descartada, mesmo sabendo que é atravessada por várias tensões: entre intervenção política e pragmatismo economicista; entre militância (confronto) e acomodação (compromisso); entre uma solidariedade de classe ampla e comportamentos sectaristas (Hyman, 2001, pp. 28-30).

Por fim, as teorias da “sociedade” valorizam o papel democrático e integrador do sindicalismo, bem como o diálogo social. Na linha de Zoll (1998) e de Hyman (2001), é necessário um esforço suplementar para que o sindicalismo se consolide como ator da sociedade civil, tanto mais que o sindicalismo social-democrata, assente numa negociação ou parceria institucionalizada com governos e empregadores, há muito terá perdido sua aura. Daí a necessidade de recuperar o papel de movimento social do sindicalismo e construir, tanto à escala nacional como supranacional, alianças com outras organizações da sociedade (Costa, 2008; 2015; Bieler, 2014; Hyman, 2002).

Essa exposição de teorias sindicais europeias se repercute na existência de modelos. A síntese dos “modelos do sindicalismo”, proposta por Gumbrell-McCormick e Hyman (2013) e por Bernaciak, Gumbrell-McCormick e Hyman (2014), é um bom testemunho das “variedades do sindicalismo”. Aqueles autores se baseiam em países da Europa Ocidental e elegem vários critérios de análise: filiação/densidade sindical; peso da ideologia; fronteiras entre setores, entre público e privado; estatuto ocupacional; democracia sindical; efeitos concretos da ação sindical etc. O resultado é uma distinção por quatro grupos de países: nórdicos, centrais, do sul e os de língua inglesa.

Os *países nórdicos* (sobretudo a Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia) são caracterizados por: sistemas de relações laborais baseados na institucionalização de compromissos de classe entre capital e trabalho; elevados níveis de sindicalização; ausência de divisões ideológicas; separação de organizações por empregados segundo trabalho manual, *white collar* e profissional ou graduado etc.

Por sua vez, os *países centrais* (Alemanha, Áustria, Suíça, Holanda e Bélgica) são caracterizados por: tradições consolidadas de parceria social; densidade sindical relativamente baixa – exceto na Bélgica; negociação coletiva combinada com disposições no sentido de estender acordos a empregadores não signatários; sistemas legais de conselhos de empresa normalmente dominados por representantes sindicais; Estados de bem-estar mais fracos do que nos países nórdicos, mas com espaço relevante para o envolvimento sindical na formulação de políticas públicas etc.

Em terceiro lugar, os *países do sul* (França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia) são caracterizados por uma forte presença de partidos comunistas, bem como pela importância da ideologia no movimento sindical; apresentam relações laborais altamente politizadas; a regulamentação do emprego depende geralmente mais da legislação do que da negociação coletiva etc.

Por fim, os países de *língua inglesa* (Grã-Bretanha e Irlanda) estão mais próximos dos “mercados liberais”; aí os sindicatos são relativamente fragmentados ao longo das linhas ocupacionais e industriais; além disso, os sindicatos têm que granjear reconhecimento empresa a empresa (Bernaciak, Gumbrell-McCormick e Hyman, 2014, pp. 7-9).

As fontes de poder sindical

À luz da diversidade de teorias e modelos anteriormente expostos, cabe então perguntar: onde reside o poder sindical? Como se pode classificar? Poderá parecer

estranho articular sindicalismo e poder, desde logo, se considerarmos que o poder está conotado com a política conduzida por governos, ao passo que o sindicalismo atua “à margem do poder”. Além disso, na sua gênese (no contexto da Revolução Industrial), as organizações sindicais – “espada da justiça” que defende os fracos e desfavorecidos (Gumbrell-McCormick e Hyman, 2013; Hyman, 2002) – foram concebidas como contrapoder⁴. Todavia, mesmo admitindo que a retórica da “crise do sindicalismo” se impôs em face dos discursos do poder sindical, não se podem deixar de mencionar alguns dos estudos que associam a atividade sindical a fontes de poder. Ao lançaram-se nesse desafio, tais estudos mais não fizeram do que identificar dimensões vulneráveis da ação sindical, mas, ao mesmo tempo, dimensões em que o sindicalismo poderia encetar renovadas estratégias de afirmação.

268

Jelle Visser (1995) apresentou, há mais de duas décadas, uma das análises mais consistentes sobre as fontes de poder sindical, distinguindo três tipos desse poder: organizacional, institucional e económico. O *poder organizacional* consiste na capacidade dos sindicatos de mobilizar e recrutar membros (reforçando a sindicalização); evitar fragmentações e divisões ideológicas; colaborar com estruturas partidárias, mas sem cair na dependência delas; ou ainda criar uma extensa organização externa com ramos concernentes à empresa e um controle centralizado dos processos de decisão. O *poder institucional*, por sua vez, está relacionado com os laços que os sindicatos estabelecem, por consulta, negociação e representação, com associações de empregadores e instituições públicas. Esse poder institucional tende a ser maior quando é concedido aos

⁴ O que, apesar de tudo, historicamente não invalidou a identificação do sindicalismo com orientações ideológicas distintas (revolucionárias, bolchevistas, reformistas, nacionalistas, corporativas, cristãs), por sinal, umas com maior distanciamento diante do poder do que outras.

sindicatos um estatuto “semipúblico” e quando os governos apoiam explicitamente uma política de autoregulação entre empregadores e empregados. Por fim, o *poder económico* está associado ao padrão de qualificações dos membros de um sindicato (por exemplo, os sindicatos com trabalhadores qualificados possuem, segundo Visser, um amplo poder económico, em tudo semelhante ao dos controladores de tráfego aéreo ou aos pilotos de aviação). Esse poder económico – que normalmente é menor em períodos de recessão e desemprego – prende-se, pois, com a capacidade sindical para “influenciar” o mercado e será tanto maior quanto maior for a organização e a proteção institucional do sindicato, ou seja, num sinal de sinergia evidente com as duas fontes de poder anteriores.

Simultaneamente, Jensen, Madsen e Due (1995) identificaram duas fontes de poder complementares e, por sinal, em destaque no contexto de austeridade e retrocesso nos direitos sociais registado nos países da periferia da zona euro nos últimos anos: por um lado, um *poder conflitual*, associado a uma tendência dos sindicatos a contrariarem o poder do capital sempre que este põe em causa interesses sindicais; por outro lado, um *poder político*, pois os sindicatos estão investidos da capacidade para exercerem pressão sobre determinado sistema político sempre que ele for desestabilizador para as relações laborais (Jensen, Madsen e Due, 1995). Tais análises sobre as fontes de poder sindical foram, entretanto, retrabalhadas por Wright (2000), Silver (2003), Schmalz e Dörre (2013), Gumbrell-McCormick e Hyman (2013), McGuire (2014), Crouch (2017), entre outros. Recuperando algumas dessas análises, Lehndorff, Dribbush e Schulten (2017, pp. 9-11) procedem a uma sistematização das fontes de poder distribuída do modo explanado a seguir.

Por um lado, a ideia de *poder estrutural* baseia-se no poder de negociação dos trabalhadores no mercado de trabalho (ditado pela escassez de trabalhadores) e no

processo de trabalho (ditado pela localização de trabalhadores). Ou seja, o poder estrutural dos trabalhadores será tanto maior quanto mais difícil for substituir trabalhadores por suas qualificações ou sua posição na cadeia de valor. Só indiretamente o poder sindical pode ser influenciado pelos sindicatos, sendo diretamente moldado pelo modelo particular de desenvolvimento socioeconômico nacional, bem como pela política social e econômica e estratégias dos empregadores na reestruturação das cadeias de valor e processos de trabalho.

O *poder organizacional* baseia-se quer na expressão numérica dos sindicatos, quer na capacidade de mobilização da filiação. Essa forma de poder depende da influência ditada pelas atividades dos próprios sindicatos. Existe, assim, uma influência recíproca entre a dimensão da filiação sindical e a capacidade de financiamento dos sindicatos. Se em alguns países o poder organizacional depende das contribuições financeiras resultantes da filiação, em outros países os contributos (diretos ou indiretos) podem resultar de acordos coletivos ou da legislação.

270

O *poder institucional* é o resultado da presença de instituições de governação econômica que moldam não apenas a capacidade dos sindicatos organizarem e representarem trabalhadores, mas também da sua posição na negociação coletiva. O poder institucional pode ser suportado indiretamente por regulações do mercado de trabalho (como salário mínimo ou subsídio de desemprego). Trata-se de uma forma de poder muito sensível à intervenção legislativa.

Por fim, o *poder societal* apresenta duas componentes: por um lado, a componente do poder colaborativo, traduzida na capacidade dos sindicatos construírem coligações no âmbito de redes na sociedade civil, inclusive com partidos políticos; por outro, a componente discursiva e comunicativa, traduzida na capacidade de os sindicatos influenciarem o discurso público e fixarem uma agenda.

Converter fraquezas em mecanismos de capacitação: quatro temas incontornáveis

Após a sistematização das variedades de sindicalismo e das fontes de poder sindical, quais temas urgem ser discutidos como forma de perceber se os sindicatos ainda contam? A resposta a essa interrogação passa, na linha de Estanque, Costa e Silva (2015), por uma reflexão em torno de quatro temas: representatividade sindical, independência, ação internacional e construção de alianças sociais.

A representatividade sindical

Várias análises da evolução do sindicalismo contemporâneo na Europa veem na quebra da sindicalização um dos principais sinais reveladores da sua crise (Bernaciak, Gumbrell-McCormick e Hyman, 2014; Gumbrell-McCormick e Hyman; 2013; Waddington, 2014). E ainda que os níveis de sindicalização sejam variáveis – indo dos 70% nos países nórdicos, como Suécia (68,8%) e Dinamarca (67,6%), até valores bem mais baixos na Estónia (7,6%) ou na França (7,7%) (Sousa, 2011, p. 6) –, a tendência de retração tem se confirmado sobretudo no Sul e no Leste da Europa. No caso português, a tendência de perda de sindicalizados vem se acentuando nas três últimas décadas – 60,8% de sindicalizados em 1978, 35% em 1988, 23,4% em 2008, e estima-se que cerca de 19% em 2015 (Stoleroff, 2013; Costa, Dias e Soeiro, 2014; Estanque, Costa e Silva, 2015).

Para Pedersini (2010), os indicadores de sindicalização atestam a influência dos sindicatos no domínio das relações coletivas de trabalho e da relação com outros atores sociais e políticos. Tais indicadores revelam o poder organizacional dos sindicatos (nos termos de uma das fontes de poder anteriormente mencionadas) e a capacidade de conquistarem o apoio dos trabalhadores em geral. Assim, as cotizações dos sócios constituem a principal fonte de receita sindical, algo

crucial em países onde não existe qualquer tipo de subvenção estatal aos sindicatos, como sucede no caso português. E os meios materiais disponíveis condicionam muito a ação desenvolvida. Por sinal, a própria CES continua a depender dos recursos da Comissão Europeia como forma de compensar as cotizações provenientes dos associados.

A quebra de sindicalização explica-se, em parte, por fatores como: as transformações na legislação laboral, as quais geram transferências de rendimentos do trabalho para o capital (Leite et al., 2014); a variação dos contextos económicos, políticos, sociais e institucionais em que operam os sindicatos nos vários países (Crouch, 2017); o nível das desigualdades sociais e salariais; o grau de coordenação sectorial e nacional da negociação coletiva; a robustez das instituições de concertação e diálogo social e do Estado social; a participação dos sindicatos na gestão de sistemas de proteção social (Sousa, 2011, p. 7).

272

Mas é importante ter presente que não é apenas na evolução da sindicalização que reside a explicação para a afecção representatividade e influência dos sindicatos. Convirá, por isso, ter em conta outros fatores: o grau de cobertura da população ativa empregada pelas convenções coletivas de trabalho; a cobertura dos locais de trabalho pelos sindicatos ou outras formas de organização dos trabalhadores (comités de empresa, comissões de trabalhadores); os conflitos laborais; a potencial influência das organizações sindicais na formação das políticas públicas sociais e laborais; a efetiva capacidade de mobilização social (Sousa, 2011, p. 5).

Independência sindical

Já me referi à ausência de independência financeira da CES, uma vez que as receitas dos seus filiados são insuficientes. Ora, essa perda de independência financeira pode contribuir para pôr em causa a independência política. No caso português, por exemplo, o sistema de relações laborais foi sempre

muito caracterizado por uma forte politização dos processos de negociação das condições de trabalho, por ligações das organizações sindicais e patronais ao sistema partidário, por uma centralidade do Estado na relação capital-trabalho, apesar do quadro jurídico e institucional assentar no princípio de autonomia das partes (Dornelas, 2009; Costa, 2012; Leite et al., 2014; Silva, 2007). Na verdade, poderá ser dito que, se existe uma autonomia sindical no plano das conceções, dos estatutos, na prática essa autonomia surge muito limitada.

Aliás, como alertam Estanque, Costa e Silva (2015, p. 125), os princípios da independência sindical são questionados quando está em jogo a relação com os partidos políticos, a qual é apelidada por Ebbinghaus (1995) como relação de “gémeos siameses”. Tais interligações apresentam várias formas: o “modelo Leninista”, em que o partido procura controlar as políticas e ações do sindicato; o caso britânico, em que os sindicatos criaram o Partido Trabalhista; o padrão social-democrata, que envolve “interdependência e simbiose”; ou ainda a posição em que os sindicatos, mesmo que politicamente engajados, recusam quaisquer alianças com partidos políticos (Hayward, 1980 apud Gumbrell-McCormick e Hyman, 2013, p. 136). A regulação do mercado de trabalho parece, pois, configurar-se como uma questão de poder – e recorde-se aqui a ideia de *poder institucional* sistematizada por Lehndorf, Dribbusch e Schulten (2017), mas igualmente a componente colaborativa do *poder societal* –, tanto mais que os sindicatos são protagonistas na cena política e, nesse sentido, influenciam a forma como o Estado molda as regras do jogo no mercado de trabalho, a negociação coletiva e os processos de mobilização da ação coletiva (Hyman e Grumbrell-McCormick, 2010). Foi, pois, com esse propósito que alianças históricas entre sindicatos e partidos de esquerda, bem como com partidos e forças democratas cristãs progressistas, foram promovidas em prol da dignificação e influência sociopolítica dos trabalhadores.

O problema é que, segundo Ross e Martin (1999), na virada para este século a ligação orgânica entre sindicatos e partidos de esquerda abandonou a esperança de transformação do capitalismo. As mudanças políticas que ocorrem em cada país, associadas à globalização da economia, tornaram pouco fiáveis as alianças de outrora. Os partidos de esquerda, mesmo que possam ter sido reformistas quando foram governo, guiaram-se cada vez menos pelas orientações do mundo do trabalho, tornando-se “chapéus-de-chuva das novas elites tecnocráticas cujas ideias provêm mais da Escola Nacional de Administração, do *Economist* ou do *Financial Times* do que do socialismo” (Ross e Martin, 1999, p. 15).

Conforme Estanque, Costa e Silva (2015, p. 129), uma vez que a relação dos sindicatos com os partidos é, hoje, mais perversa do que virtuosa, é indispensável distinguir entre conteúdos “modernos” e “conservadores” no mundo do trabalho de modo a perceber se o que emana das agendas políticas dominantes é a força do pragmatismo do poder económico-financeiro ou um sentido progressista e emancipatório.

274

Em última análise, como bem resumem Lehndorf, Dribbusch e Schulten (2017, p. 29), não se espera que os sindicatos abdicuem da sua autonomia e se substituam aos partidos políticos. No entanto, em resultado das várias crises vivenciadas ao longo da última década, em alguns países europeus onde os sindicatos tiveram aliados políticos existe um vazio político que abriu caminho à intromissão de partidos mais conservadores. Daí que, independentemente das especificidades de cada país, os sindicatos na Europa busquem recuperar o seu *core business*, isto é, a melhoria das condições de trabalho e os direitos sociais outrora conquistados. É no recuperar dessa força política que os sindicatos podem reavivar do seu poder institucional⁵.

⁵ No contexto português, desde novembro de 2015, um governo socialista propôs-se a “virar a página da austeridade”, no que contou com a aliança com outras forças políticas (Bloco de Esquerda e Partido Comunista, partidos tradicionalmente

A ação internacional

A ação internacional é uma ambição antiga do sindicalismo, celebrizada no apelo “Proletários de todos os países, uni-vos!” feito por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Em meu entender, esse tema passou despercebido (ou pelo menos foi subvalorizado) na análise das fontes de poder anteriormente sistematizada. Em boa medida porque a construção de um corpo de teorias do sindicalismo internacional (Ramsay, 1999) ficou refém das produções realizadas ao abrigo dos sistemas nacionais de relações laborais, o que, por consequência, fragilizou uma desnacionalização do próprio sindicalismo (Streeck, 1998; Traxler e Schmitter, 1995). Ainda assim, as questões da militância sindical transnacional continuam na ordem do dia⁶. O facto de nem sempre existir (como assinei anteriormente) uma verdadeira independência financeira e, sobretudo, política do sindicalismo foi também um condicionador das estratégias de integração sindical internacional, como sucedeu no caso português com a conturbada filiação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) na CES (Costa, 1998). De igual modo, a CGTP nunca chegou a filiar-se na Confederação Sindical Internacional (CSI), criada em 2006. Essa atitude revelou “constrangimentos de ordem política e ideológica” e terá significado “empurrar para debaixo do tapete um problema importante, ou ignorar, menosprezar ou, pura e simplesmente, esmagar uma parte significativa das suas organizações e dos seus membros” (Lança, 2010, pp. 19-20). Esse exemplo ocorrido na CGTP é apenas um dos vários fatores

275

mais próximos das causas do movimento sindical, em especial o segundo), conferindo sinais de esperança ao sindicalismo. Simultaneamente, um clima genérico de recuperação económica deu legitimidade aos sindicatos para reclamarem maior atenção ao conteúdo das suas agendas.

⁶ A esse propósito, cf. o dossiê temático “Trabalhadores, Sindicatos e a Transnacionalização da Militância” (Rombaldi e Tomizaki, 2017).

inibidores da cooperação sindical transnacional, tais como: a prioridade concedida à regulação laboral nacional (regimes jurídicos, salários e condições de trabalho); uma força de trabalho mundial sindicalizada de apenas 7% da população mundial (International Trade Union Confederation, 2014); uma escassez de recursos financeiros (sobretudo em contexto de crise) para potenciar deslocamentos em massa de trabalhadores em protesto de um país para outro, não obstante os dispositivos eletrônicos que hoje permitem encurtar distâncias; uma incorporação de estratégias de competição e conflitualidade nos discursos e práticas sindicais transnacionais; a subversão de direitos laborais nas empresas multinacionais; a fraqueza (com exceção da Organização Internacional do Trabalho) dos canais de representação dos interesses laborais no plano transnacional etc. (Costa, 2008; 2017a). Perante a exposição desses obstáculos, torna-se urgente que as organizações sindicais nacionais concedam maior espaço a uma “política de relações internacionais”. De tal política decorre um leque de potencialidades: campanhas de solidariedade entre organizações sindicais de diferentes países; partilha de experiências de resistência laboral; celebração de acordos-quadro globais entre multinacionais e federações sindicais globais; globalização de valores essenciais do sindicalismo – defesa da paz, luta contra a pobreza, exclusão social, racismo e xenofobia; organização de redes internacionais e múltiplas formas de protesto público; fusão de sindicatos como estratégia de reforço da capacidade de organização laboral transnacional; reforço da agenda do trabalho digno da OIT e dos diálogos do centenário sobre o futuro do trabalho (Ryder, 2015) etc.

A construção de alianças sociais

A construção de alianças entre o sindicalismo e organizações não sindicais há muito vem prendendo a atenção de estudiosos internacionais do sindicalismo e dos movimentos

de precários. Trata-se de uma discussão em redor da ideia do “sindicalismo de movimento social” (Köhler e Jiménez, 2015; Lambert e Webster, 1988; Moody, 1997; Munck, 1988; Scipes, 1992; Seidman, 1994; Tapia e Alberti, 2018 [no prelo]) ou de um “novo sindicalismo social” (Waterman, 2004, 2012). Como refere Kim Moody (1997, pp. 289-290), trata-se de incluir “pessoas de uma variedade de tendências e [...] organizações tão diferentes como sindicatos e redes oposicionistas”. Entendem-se, assim, as lutas dos trabalhadores “meramente como um entre muitos esforços de mudar qualitativamente a sociedade, e não como o único local de luta política e mudança social ou mesmo o local principal” (Scipes, 2000, p. 6). Isto posto, ao defender-se uma “cidadania fora do espaço da produção”, convoca-se o sindicalismo “a articular-se com outros movimentos sociais progressistas, movimentos de consumidores, ecológicos, antiracistas, feministas etc.” (Santos, 1995, p. 135), fazendo apelo a uma “cultura democrática de cidadania ativa para além da fábrica” (Santos, 1995, p. 139).

277

Um dos mais empenhados ativistas dessa perspetiva foi Peter Waterman (2004, 2012). Para o autor, mais do que falar em sindicalismo de movimento social (conceito identificado com organizações nacionais específicas, com certas tendências de cariz militante e com o Sul), deveria falar-se de “novo sindicalismo social”, cujos traços principais são: a defesa do trabalho assalariado (não apenas como modo de reclamar melhores salários, mas de garantir maior controle do processo produtivo, dos investimentos, das novas tecnologias, das realizações da produção, da subcontratação e das políticas de educação e formação); as ações de luta contra relações e métodos de trabalho hierárquicos, autoritários e tecnocráticos e em favor de práticas sociais e ambientalmente úteis, da redução do horário de trabalho ou da partilha do trabalho doméstico; a promoção de articulações e formas de diálogo com outros movimentos e comunidades

não sindicalizados; o incentivo da democracia de base e o encorajamento de relações horizontais diretas tanto entre trabalhadores como entre estes e outras forças sociais democráticas/populares; etc.

Se é certo que todas essas possibilidades de abertura do sindicalismo a outros temas – multiculturalismo, cidadania, ambiente, diferença sexual etc. – pairam no ar, a cooperação sindical com movimentos sociais específicos ou associações de trabalhadores precários deixa muito a desejar (Braga e Marques, 2017; Costa, 2015; Gumbrell-McCormick, 2011; Lucio, Marino e Connolly, 2017). O que significa que o sindicalismo de movimento social está preso a preocupações táticas em vez de constituir uma aposta estratégica (Tapia e Alberti, 2018 [no prelo]).

278

Portanto, é crucial que o sindicalismo seja capaz de replicar exemplos não só à escala nacional como à escala europeia. Como sucedeu com a “Iniciativa europeia de cidadãos sobre a água como direito humano”, uma ampla aliança de grupos de cidadãos e representantes sindicais dos serviços públicos (com destaque para a Federação Europeia de Sindicatos dos Serviços Públicos), que mobilizou quase dois milhões de assinaturas. A iniciativa baseou-se em três demandas principais: a) reconhecimento pela União Europeia do direito humano à água e ao saneamento e sua inscrição na legislação comunitária; b) não liberalização dos serviços de água na União Europeia; c) acesso à água e ao saneamento para todos em todo o mundo. Dessa forma, juntaram-se preocupações sindicais (buscando manter o fornecimento de água em mãos públicas) e de grupos de cidadãos (clamando por acesso universal a água potável a preços acessíveis). Como bem assinalou Bieler (2014, p. 126), ao transcender o foco no local de trabalho, o direito de acesso à água potável permitiu aos sindicatos aliarem-se com outros movimentos sociais, ampliando solidariedades e resistências.

Conclusão: sim, o sindicalismo ainda conta!

Ainda que os temas aqui analisados (representatividade, independência, ação internacional e construção de alianças) anunciem fraturas no sindicalismo, eles não deixam de constituir um teste ao poder do sindicalismo e à sua reinvenção. Mesmo não se tratando de um desafio novo, a renovação sindical é, hoje, na Europa e no mundo uma questão-chave para que o sindicalismo seja merecedor de maior confiança e influência na sociedade. Em estudos anteriores (Costa e Estanque, 2011; Leite et al., 2014; Silva, 2007; Estanque, Silva e Costa, 2015; Costa, 2017b) foram elencados vários caminhos para o sindicalismo que considero indispensáveis em qualquer parte do mundo. Além de colocarem ao rubro, se não todas, pelo menos algumas das fontes de poder em debate neste texto, tais caminhos enunciam vários compromissos fundamentais:

- reforço da vigilância sobre as formas e condições de trabalho;
- incremento da representatividade em sectores mais precários;
- organização de camadas subalternas das estruturas sindicais (jovens, mulheres, desempregados, subcontratados, imigrantes, minorias étnicas...);
- fomento de *modus operandi* baseados no ciberativismo das redes sociais e no sindicalismo eletrónico;
- qualificação de quadros e dirigentes sindicais, quer por meio de iniciativas próprias, quer de convênios com universidades e centros de pesquisa para que seja tão lícito elogiar o sindicalismo quanto submetê-lo a um exercício de análise crítica;
- valorização tanto do papel do conflito, quando os direitos sociolaborais são postos em causa, quanto do papel

da negociação entre sindicatos e entre estes e empregadores e governos, sempre que dela decorrer um *upgrade* de mecanismos de regulação laboral que sejam portadores de maior dignidade para quem trabalha.

Muitos desses compromissos estão há muito identificados. Mantê-los em agenda servirá para mostrar que o sindicalismo, mesmo contra todas as adversidades, ainda conta. Na Europa e em qualquer lugar!

Hermes Augusto Costa

é Sociólogo, professor da Universidade de Coimbra e pesquisador do Centro de Estudos Sociais.

Bibliografia

- BERNACIAK, Magdalena; GUMBRELL-MCCORMICK, Rebecca; HYMAN, Richard. 2014. *European trade unionism: from crisis to renewal?* Brussels: European Trade Union Institute, report n. 133.
- 280 BIELER, Andreas. 2014. Transnational labour solidarity in (the) crisis. *Global Labour Journal*, v. 5, n. 2, pp. 114-133. Disponível em: <<https://bit.ly/2LIP3JR>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- BRAGA, Ruy; MARQUES, Joana. 2017. Trabalho, globalização e contramovimentos: dinâmicas da ação coletiva do precariado artístico no Brasil e em Portugal. *Sociologias*, v. 19, n. 45, pp. 52-81.
- CAMPOS LIMA, Maria da Paz; ARTILES, Antonio Martin. 2014. Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: da ação coletiva à participação individual no protesto social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, pp. 137-172.
- CLAUWAERT, Stefan; SCHÖMANN, Isabelle. 2012. *The crisis and national labour law reforms: a mapping exercise*. Brussels: European Trade Union Institute. pp. 1-19.
- COSTA, Hermes Augusto. 1998. A globalização do sindicalismo como desafio: a adesão da CGTP à CES. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 51, pp. 185-188.
- _____. 2008. *Sindicalismo global ou metáfora adiada? discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.
- _____. 2012. From Europe as a model to Europe as austerity: the impact of the crisis on Portuguese trade unions. *Transfer: European Review of Labour and Research*, v. 18, n. 4, pp. 397-410.

- _____. 2015. Le syndicalisme portugais et l'austerité : entre la force des protestations et la fragilité des alliances. *Relations Industrielles/Industrial Relations*, v. 70, n. 2, pp. 262-284.
- _____. 2017a. Conselhos de empresa europeus militantes? obstáculos, acordos e boas práticas à luz da experiência portuguesa na VW. *Sociologias*, v. 19, n. 45, pp. 82-114.
- _____. 2017b. Defender o trabalho para proteger as pessoas: os desafios da intervenção sindical. In: ROXO, Manuel (org.). *Trabalho sem fronteiras? o papel da regulação*. Coimbra: Almedina, pp. 241-254.
- COSTA, Hermes Augusto; DIAS, Hugo; SOEIRO, José. 2014. As greves e a austeridade em Portugal: olhares, expressões e recomposições. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, pp. 173-202.
- COSTA, Hermes Augusto; ESTANQUE, Elísio. 2011. Conclusão: condições para um sindicalismo com futuro. In: ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes Augusto (orgs.). *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, pp. 171-174.
- CROUCH, Colin. 2017. Membership density and trade union power. *Transfer: European Review of Labour and Research*, v. 23, n. 1, pp. 47-61.
- DEGRYSE, Christophe; TILLY, Pierre. 2013. *1973-2013 : 40 ans d'histoire de la Confédération européenne des syndicats*. Brussels: European Trade Union Institute.
- DIAS, Hugo; FERNANDES, Lúcia. 2016. The November 2012 general strike and anti-austerity protests: analysis from the Portuguese case. *Workers of the World: International Journal on Strikes and Social Conflicts*, v. 1, n. 8, pp. 16-38.
- DIONÍSIO, Joaquim. 2004. O direito do trabalho e o modelo social europeu. *Janus: Anuário de Relações Exteriores*, n. 8, não paginado. Disponível em: <<https://bit.ly/2LNpQny>>. Acesso em: 31 maio 2018.
- DORNELAS, António. 2009. Perante a crise: problemas e perspectivas do emprego, do trabalho e da equidade social em Portugal. *Finisterra*, n. 65-66, pp. 101-133.
- EBBINGHAUS, Bernhard. 1995. The siamese twins: citizenship rights, cleavage formation, and Party-Union Relations in Western Europe. *International Review of Social History*, v. 40, pp. 51-89. Suplemento 3.
- ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes Augusto. 2014. Trabalho, precariedade e rebeliões sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, pp. 3-8.
- ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes Augusto; SILVA, Manuel Carvalho. 2015. O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica. In: FREIRE, André (org.). *O futuro da representação política democrática*. Lisboa: Nova Vega, pp. 119-142.

- EUROPE TRADE UNION CONFEDERATION. 2018. *Organisation and people*. Disponível em: <<https://bit.ly/2v6o1uP>>. Acesso em: 31 maio 2018.
- FREGE, Carola; KELLY, John (eds.). 2004. *Varieties of unionism: strategies for union revitalization in a globalizing economy*. Oxford: Oxford University Press.
- GUMBRELL-MCCORMICK, Rebecca; HYMAN, Richard. 2013. *Trade Unions in Western Europe: hard times, hard choices*. Oxford: Oxford University Press.
- HALL, Peter; SOSKICE, David (eds.). 2001. *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Oxford: Oxford University Press.
- HYMAN, Richard. 2001. *Understanding European trade unionism: between market, class and society*. London: Sage.
- _____. 2002. Europeização ou erosão das relações laborais? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 62, pp. 7-32.
- HYMAN, Richard; GUMBRELL-MCCORMICK, Rebecca. 2010. Trade unions politics and parties: is a new configuration, possible? *European Review of Labour and Research*, v. 16, n. 3, pp. 315-331.
- INTERNATIONAL TRADE UNION CONFEDERATION. 2014. *Building workers' power: Congress record*. Brussels: International Trade Union Confederation.
- JENSEN, Carsten Strøby; MADSEN, Jørgen Steen; DUE, Jesper. 1995. A role for pan-European trade union movement? possibilities in European IR-regulations. *Industrial Relations Journal*, v. 26, n. 1, pp. 4-18.
- KÖHLER, Holm-Detlev; JIMÉNEZ, José Pablo Calleja. 2015. "They don't represent us!" opportunities for a social movement unionism strategy in Spain. *Relations Industrielles/Industrial Relations*, v. 70, n. 2, pp. 240-261.
- LAMBERT, Rob; WEBSTER, Eddie. 1988. The re-emergence of political unionism in contemporary South Africa? In: COBBETT, William; COHEN, Robin (eds.). *Popular struggles in South Africa*. London: James Currey. pp. 20-41.
- LANÇA, Florival. 2010. *Inter Nacional*. Porto: Profedições.
- LARSON, Simeon; NISSEN, Bruce (eds.). 1987. *Theories of the labor movement*. Detroit: Wayne State University Press.
- LEHNDORFF, Steffen; DRIBBUSH, Heiner; SCHULTEN, Thorsten. 2017. European trade unions in a time of crises: an overview. In: LEHNDORFF, Steffen; DRIBBUSH, Heiner; SCHULTEN, Thorsten (eds.). *Rough waters: European trade unions in a time of crisis*. Brussels: European Trade Union Institute. pp. 7-34.

- LEITE, Jorge et al. 2014. Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho. In: OBSERVATÓRIO SOBRE CRISES E ALTERNATIVAS (org.). *A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos*. Coimbra: Almedina; CES, pp. 127-188.
- LUCIO, Miguel Martínez; MARINO, Stefania; CONNOLLY, Heather. 2017. Organising as a strategy to reach precarious and marginalized workers: a review of debates on the role of the political dimension and the dilemmas of representation and solidarity. *Transfer: European Review of Labour and Research*, v. 23, n. 1, pp. 31-46.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederick. 1982. Manifesto do Partido Comunista. In: BARATA-MOURA, José et al. (orgs.). *Marx e Engels: obras escolhidas em três tomos*. Lisboa: Avante, v. 1, pp. 106-136.
- MCGUIRE, Donna. 2014. Analysing union power, opportunity and strategic capability: global and local union struggles against the General Agreement on Trade in Services (GATS). *Global Labour Journal*, v. 5, n. 1, pp. 45-67.
- MOODY, Kim. 1997. *Workers in a lean world: unions in the international economy*. London: Verso.
- MÜLLER-JENTSCH, Walther. 1998. Les théories des relations industrielles : une mise en perspective. *Sociologie du Travail*, v. 40, n. 2, pp. 233-262.
- MUNCK, Ronaldo. 1988. *The new international labour studies: an introduction*. London: Zed Books.
- OBSERVATÓRIO SOBRE CRISES E ALTERNATIVAS. 2014. Sete propostas alternativas para reconstituir a economia, a sociedade e a política. In: REIS, José (org.). *A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos*. Coimbra: Almedina, pp. 309-323.
- PAQUET, Renaud; TREMBLAY, Jean-François; GOSSELIN, Eric. 2004. Des théories du syndicalisme: synthèse analytique et considérations contemporaines. *Relations Industrielles/Industrial Relations*, v. 59, n. 2, pp. 295-320.
- PEDERSINI, Roberto. 2010. *Trade union strategies to recruit new groups of workers*. Dublin: Eurofound. Disponível em: <<https://bit.ly/2LB4RYk>>. Acesso em: 31 maio 2018.
- PERLMAN, Selig. 1987. A theory of the labor movement. In: LARSON, Simeon; NISSEN, Bruce (eds.). *Theories of the labor movement*. Detroit: Wayne State University Press, pp. 161-173.
- POOLE, Michael. 1981. *Theories of trade unionism: a sociology of industrial relations*. London: Routledge.
- RAMSAY, Harvie. 1999. In search of international union theory. In: WADDINGTON, Jeremy (ed.). *Globalization and patterns of labour resistance*. London: Mansell, pp. 192-219.

- RAWLS, John. 1972. *A theory of justice*. Oxford: Oxford University Press.
- REGINI, Marino. 1995. *Uncertain boundaries: the social and political construction of European economies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- REIS, José. 2018. *A economia portuguesa: formas de economia política numa periferia persistente (1960-2017)*. Coimbra: Almedina.
- ROMBALDI, Maurício; TOMIZAKI, Kimi. 2017. Trabalhadores, sindicatos e a transacionalização da militância. *Sociologias*, v. 19, n. 45, pp. 14-22.
- ROSS, George; MARTIN, Andrew. 1999. European unions face the millennium. In: MARTIN, Andrew; ROSS, George (orgs.). *The brave new world of European labor: European trade unions at the millennium*. New York: Berghan, pp. 1-25.
- RYDER, Guy. 2015. *The future of work: centenary initiative*. Geneva: International Labour Office.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1995. Teses para renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo. *Vértice*, n. 68, pp. 132-139.
- _____. 2012. *Portugal: ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.
- SCHMALZ, Stefan; DÖRRE, Klaus. 2013. El planteamiento de los recursos del poder. Ciudad de México: Fundación Friedrich Ebert. Disponível em: <<https://bit.ly/2v3GMiE>>. Acesso em: 25 maio 2018.
- SCIPES, Kim. 1992. Understanding the new labor movements in the “Third World”: the emergence of social movement unionism. *Critical Sociology*, v. 19, n. 2, pp. 81-101.
- SEIDMAN, Gay. 1994. *Manufacturing militance: workers’ movements in Brazil and South Africa, 1970-1985*. Berkeley: University of California Press.
- SILVA, Manuel Carvalho. 2007. *Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização: reflexões e propostas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SILVER, Beverly. 2003. *Forces of labor: workers’ movements and globalization since 1870*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SOUSA, Henrique. 2011. *Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos)*. Lisboa: FCSH; Universidade Nova.
- STOLEROFF, Allan. 2013. A crise e as crises do sindicalismo: há uma revitalização possível? In: VARELA, Raquel (org.). *A segurança social é sustentável: trabalho, Estado e segurança social em Portugal*. Lisboa: Bertrand, pp. 207-39.
- STREECK, Wolfgang. 1998. The internationalization of industrial relations in Europe: prospects and problems. *Politics & Society*, v. 26, n. 4, pp. 429-459.
- TAPIA, Maite; ALBERTI, Gabriella. 2018 [no prelo]. Social movement unionism: a toolkit of tactics or a strategic orientation? a critical

- assessment in the field of migrant workers campaigns. In: JÜRGEN, Grote; WAGEMANN, Claudius (eds.). *Social movements and organized labour: passions and interests*. Farnham: Ashgate.
- TRAXLER, Franz; SCHMITTER, Philippe. 1995. The emerging euro-polity and organized interests. *European Journal of International Relations*, v. 2, n. 1, pp. 191-218.
- VISSER, Jelle. 1995. Trade Unions from a comparative perspective. In: VAN RUYSEVELDT, Joris; HUISKAMP, Rien; VAN HOOFF, Jacques (eds.). *Comparative industrial and employment relations*. London: Sage, pp. 37-67.
- WADDINGTON, Jeremy. 2014. *Trade union membership retention and workplace representation in Europe: questions on the renewal of trade union organization*. Brussels: European Trade Union Institute.
- WATERMAN, Peter. 2004. Internacionalismo sindical na era de Seattle. In: ESTANQUE, Elísio et al. (orgs.). *Relações laborais e sindicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. Coimbra: Quarteto, pp. 209-246.
- _____. 2012. Estudos sobre trabalho global: a necessidade de uma perspectiva emancipatória. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 97, pp. 3-22.
- WRIGHT, Erik Olin. 2000. Working-class power, capitalist-class interests, and class compromise. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 4, pp. 957-1002.
- ZOLL, Rainer. 1998. Neither social partnership nor class struggle: a plea for new social contracts. *European Journal of Industrial Relations*, v. 4, n. 1, pp. 103-114.



O SINDICALISMO ITALIANO ENTRE CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E MUDANÇAS DAS RELAÇÕES INDUSTRIAIS

Davide Bubbico^a

^aé pesquisador em Sociologia Econômica e do Trabalho pelo Departamento de Ciências Econômicas e Estatísticas da Universidade de Salerno, Salerno, Itália.

E-mail: <dbubbico@unisa.it>

Orcid: 0000-0003-0981-0651

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-287315/104>

Introdução

O sindicato italiano representa, no contexto europeu, uma experiência específica fortemente afetada pela história recente do país, sobretudo quando no período fascista todas as estruturas associativas, como o sindicato, foram incluídas na construção do estado corporativo (Frank, 1990). A reconstrução da presença sindical nas fábricas aconteceu já em 1943, antes do fim da guerra, nas áreas libertadas ou clandestinamente naquelas ainda ocupadas, com a reconstituição das “comissões internas” que tinham sido abolidas pelo fascismo em 1925 e que permaneceram vivas depois da guerra até 1970 – ano em que foram substituídas pelos “conselhos de fábrica” (Turone, 1981)¹.

¹ Nas comissões internas podiam candidatar-se inclusive trabalhadores independentes, que não pertenciam a nenhuma organização sindical. Por isso – também mais próximos à empresa – eram frequentemente considerados “entidades-expressão” das empresas. Ademais, as comissões internas tinham poder contratual limitado sobre as condições de trabalho; em muitos casos, se circunscreviam apenas ao controle da aplicação dos contratos. Quando no início de 1970 foram substituídos pelos Conselhos de fábrica com a eleição dos delegados por departamento, não se tratava mais de um organismo com poderes genéricos, mas capazes de intervir

De outro lado, a experiência mais recente do sindicato italiano é parte do protagonismo do movimento operário europeu que tem contribuído de forma relevante na construção do Estado de bem-estar em vários países do continente, mesmo que ainda hoje – apesar da existência da União Europeia – existam diferenças importantes entre os sindicatos europeus. Não há um “sindicato europeu”, mas apenas uma Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) – é assim a diferença na organização, nos níveis de representação e nas taxas de sindicalização entre os países da União, mais do que nunca, em tempos recentes, com a entrada dos países do antigo bloco soviético, em que organizações sindicais aparecem cada vez mais fracas e fortemente influenciadas pelo poder empresarial (Congiu, 2004; Magda, 2017). Essas diferenças emergem em particular entre a experiência dos países do Norte da Europa e os do Centro e Sul: de um lado, o sindicato dos países escandinavos – Dinamarca, Alemanha ou Holanda –, onde o sindicato único por categoria é mais difundido e o caráter organizacional é mais forte; e, de outro, os países do Sul da Europa – incluída Itália, França, Espanha e Bélgica –, onde a formação de um sindicato numa base ideológica tem sido tradicionalmente mais forte juntamente com a dimensão do pluralismo sindical. Um caso específico é o da Inglaterra (Bernaciak, Gumbrell-McCormick e Hyman, 2014; Del Rossi, 2012)².

muito mais sobre os problemas do cotidiano da fábrica. Além disso, a experiência do conselho de fábrica predispõe que sejam eleitos delegados por área de trabalho homogênea (ou seja, por cada departamento) e não mais simplesmente em representação da inteira fábrica passagem às RSU que aconteceu no início dos anos 90, aos representantes empresariais são garantidas mais explicitamente, atribuições de contratação, mas sobretudo as três principais confederações se reservam a nomeação de um terço das RSU (Rappresentanze Sindacali Unitarie) em virtude de maior representatividade, condição que se tornou menor nos últimos anos, sendo os dois terços restantes eleitos pelos trabalhadores.

² A experiência sindical na Inglaterra caracteriza-se desde sempre por ser mais corporativa, peculiar às *trade unions* e pela estreita relação entre sindicato e o Partido Trabalhista. O caráter de sindicato das profissões, mais que dos trabalhadores, é um dos aspectos que identifica, desde as origens, o sindicato inglês. Com relação

O pluralismo é uma das principais características do sistema sindical italiano, pois dá a importância, nas relações sindicais, do papel das três grandes confederações: CGIL (Confederazione Generale Italiana del Lavoro), CISL (Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori) e UIL (Unione Italiana del Lavoro). O sindicato está organizado em grandes categorias por sector económico e conta também com uma presença generalizada em nível territorial (câmaras de trabalho, escritórios territoriais, escritórios fiscais pela declaração de renda etc.). Contrariamente ao padrão brasileiro, a contratação coletiva nacional de categoria profissional é a marca dominante da negociação sindical italiana, embora nos últimos anos as tentativas de superação dos Contratos Coletivos Nacionais de Trabalho (*Contratti Collettivi Nazionali di Lavoro*, CCNL) tenham sido muito fortes, com maior incidência de contratação no âmbito da empresa ou do território. Se a tendência ao aumento na negociação chamada de “segundo nível” (empresa e território) é bastante forte nas declarações e nas intenções dos empresários, a realidade – pelo menos no caso italiano – mostra uma baixa difusão de negociação no campo da empresa; isso também se deve à alta fragmentação das empresas italianas. Como destaca Pellegrini (2015), se a contratação coletiva nacional cobre 95% das empresas, a de segundo nível (de empresa, território, grupo empresarial, única unidade de produção) representa apenas 15,8%, mas, nas grandes empresas (com mais de 500 empregados), atinge 65,6%, mais no Norte da Itália (19,6%) e menos no Sul (6,1%). A presença da negociação de segundo nível é indicadora também da presença sindical; em 60% das

289

ao restante da experiência europeia, a livre contratação coletiva foi sempre favorecida no que diz respeito à regulamentação normativa, ao menos até os anos 1990, quando os governos conservadores tornaram o sistema das relações industriais um dos mais prescritivos juridicamente. Ao mesmo tempo, nos anos 1990, foi reduzida a cobertura da contratação coletiva.

empresas com mais de 500 empregados há organismos sindicais no chão de fábrica.

A elevada fragmentação da estrutura produtiva italiana, como no caso do Japão, não tem facilitado, desse ponto de vista, a sindicalização³. O “Estatuto dos Trabalhadores”, por exemplo, é aplicado apenas nas fábricas com mais de 15 empregados⁴.

Se na experiência da Europa ocidental o sindicato alcançou um crescimento significativo nas mobilizações dos anos 1960, com um pico de conflitos no período de 1968-1973, no caso da Itália, pode-se afirmar que, mais do que um pico, trata-se de uma explosão que será constante por toda a década de 1970 e que levará ao surgimento de uma temporada de novos direitos sindicais com aprovação, por exemplo, do próprio Estatuto dos Trabalhadores⁵ em

³ À elevada fragmentação da estrutura produtiva italiana existe ao menos duas possíveis explicações. A primeira, histórica, depende do apoio da Democracia Cristã às pequenas empresas (do ponto de vista fiscal e legislativo), com o escopo de conter o crescimento da grande indústria, em que a presença sindical e do Partido Comunista eram muito fortes (cf. Fabrizio Barca, 1999). O segundo motivo depende, ao menos no setor industrial, da difusão, particularmente a partir dos anos 1970, de um modelo de especialização flexível, típico das empresas com maior capacidade de responder às inovações de produto e de processo, com a diversificação do mercado de consumo (cf. Piore e Sabel, 1984). No caso japonês, a difusão das pequenas empresas no setor industrial está ligada historicamente à ampla difusão dos produtos semiacabados para a grande indústria. O modelo de produção japonesa apresenta, portanto, um nível de de-verticalização muito elevado que está na origem do conceito de produção enxuta (*lean production*), sobretudo pela existência de uma ampla rede de fornecedores (*keiretsu*) que servem como apoio dos seis principais complexos industriais do país (Harrison, 1994).

⁴ Com base nos dados mais recentes disponibilizados pelo Istituto Nazionale di Statistica (ISTAT) em 2014, de um total de 11,3 milhões de trabalhadores subordinados, 25,4% estavam empregados em empresas com até nove funcionários e 25,6% em empresas com até cinquenta funcionários.

⁵ Com isso, entre outras coisas, foram introduzidas por lei as representações sindicais empresariais (RSA) e a Assembleia dos trabalhadores. O Estatuto sanciona um conjunto de direitos dos trabalhadores dependentes (liberdade sindical), afirma, em termos de direito, a presença do sindicato em fábrica e proíbe a atividade antissindical. De modo mais geral, o Estatuto sanciona, de fato, o ingresso da Carta Constitucional nas fábricas, dado que desde então se afirmava que a Constituição parava diante dos portões das fábricas. O Estatuto estabelece, além disso, sobretudo no artigo 18, que o licenciamento pode ocorrer só por justa causa, e um claro procedimento para que seja exigível, além de prever que o sindicato dê assistência ao

1970 (Baglioni, 1989). Nesse sentido, Pizzorno observa que a formação de uma nova identidade não poderia ser mais do que transitória e, portanto, destinada a encontrar uma interrupção (Pizzorno, 1977), como efetivamente ocorreu nas décadas seguintes.

Fica bastante claro que nesse período o sindicato italiano está animado por um grande fervor de solidariedade, de um sólido classismo, de forte impulso igualitário e da ideia-força da unidade sindical. Tratam-se de aspectos que hoje parecem todos ultrapassados, com exceção da referência ao tema da solidariedade, tendo em conta que a questão da unidade sindical desapareceu depois de ser, novamente, proposta nos últimos anos⁶.

Este artigo tenderá, de forma sintética, ilustrar as principais tendências que têm caracterizado a evolução do sindicato italiano do final dos anos 1970 até hoje, abordando principalmente quatro temas: 1) a crise da conflitualidade sindical e da experiência do “sindicato dos conselhos”; 2) o nascimento de sindicatos autônomos extraconfederais; 3) a reforma da contratação sindical e a instituição das RSU (Rappresentanze Sindacali Unitarie); 4) o atual quadro da sindicalização e a crise da representatividade que o sindicato está enfrentando em relação às mudanças do mercado do trabalho. As considerações finais contêm reflexões sobre o destino do sindicato italiano que revela uma tendência crescente para a prestação de serviços em detrimento da sua capacidade contratual e de mobilização.

291

trabalhador diante da empresa. É importante ressaltar que o estatuto era aplicável somente nas empresas com mais de quinze empregados. As recentes reformas do mercado de trabalho determinaram mudança quanto ao artigo 18, portanto, hoje, para os novos empregados contratados, pode-se proceder em qualquer momento o licenciamento, inclusive sem justa causa, com o único agravante de ressarcimento máximo de 24 mensalidades ao trabalhador em virtude do tempo de trabalho.

⁶ A unidade sindical na Itália, entre CGIL, CISL e UIL, foi experimentada de 1972 até 1984 e teve algum êxito, sobretudo em certas categorias, como a dos metalúrgicos e dos químicos. Trata-se de um tema que volta periodicamente no debate sindical, mas ainda hoje é mais uma invocação do que uma real perspectiva.

A derrota sindical de novembro de 1980 e o declínio do sindicato dos conselhos

O declínio do poder do movimento sindical italiano tem uma data símbolo, a do outono de 1980, quando termina o conflito entre a Fiat e os sindicatos dos metalúrgicos de Turim, após o anúncio da demissão de 15 mil empregados que se transformou em um acordo sindical posterior à paralisação de 24 mil trabalhadores por um tempo prolongado⁷, mas, sobretudo, na plena volta da empresa ao controle da fábrica e da organização do trabalho. Esse evento anunciava o que um notável sindicalista dos metalúrgicos da CGIL, à época, Claudio Sabbatini, chamaria mais tarde de início da “restauração italiana”, referindo-se às mudanças ocorridas, a partir daquele momento, nas relações sindicais e no papel do sindicato nas fábricas e na sociedade italiana (Sabbatini e Polo, 2000).

A crise da “centralidade da classe operária”⁸, bem como a perda de autoridade moral e crise da centralidade política e da hegemonia social que o sindicato sofre desde o começo da década de 1980, talvez seja só a manifestação mais evidente de uma crise que advém de vários fatores, que incluem, por exemplo, de um lado, a crítica do “igualitarismo salarial” praticado pelo sindicato (Accornero, 1992) e, de outro, os primeiros efeitos de uma mudança na composição setorial da ocupação que depende, em parte, da reestruturação do aparelho industrial e de um forte desemprego operário mas, sobretudo, da expansão do setor terciário.

292

⁷ A derrota do sindicato surge claramente quando, pela primeira vez na cidade, uma manifestação de cerca de 40 mil funcionários e gerentes da Fiat, em Turim, pede o fim do protesto dos trabalhadores e a retomada do trabalho. Se bem que o número efetivo tenha sido sempre um tema controverso, “a marcha dos 40 mil” estabeleceu-se no imaginário coletivo como um evento simbólico daquele período (Sabbatini e Polo, 2000).

⁸ Trata-se de um conceito particularmente relevante no seu significado sociológico. Essa “centralidade” se refere àquela de um sindicato – o metalúrgico – que tem nesse período maior capacidade de negociação e que consegue, com a sua ação, influenciar as plataformas sindicais das outras categorias em relação à renovação dos contratos coletivos de trabalho e mobilizar-se sobre questões de interesse geral (saúde, pensões, direitos à moradia etc.), agregando outras entidades não sindicais.

Nesse sentido, de acordo com Accornero (1992, p. 14), “dos últimos anos 60 aos primeiros anos 90 o movimento sindical italiano tem cumprido uma parábola histórica impressionante”. Essa parábola está referida ao processo de decréscimo da influência pública do sindicato que, nos últimos anos, tem se reduzido bastante e que depois do início da década de 1990 diminuiu ainda mais.

O período de ascensão e de legitimidade do sindicato italiano durou, para Accornero, do “outono quente” (*autunno caldo*) de 1969⁹ até a chamada “escolha do EUR” (*scelta dell'EUR*) em 1978, assim nomeado pela assembleia sindical, que, naquela ocasião, sancionou a escolha do sindicato italiano pela aceitação da “austeridade” nas reivindicações salariais para lidar com a crise econômica daquele período e para fazer frente às pressões que chegavam do governo para combater o crescimento da inflação.

A crise do sindicato é também de seus organismos de representação no chão da fábrica: os conselhos de fábrica. Esses nasceram no contexto da crítica das comissões internas com o objetivo de unificar as ações dos vários sindicatos e de reforçar o poder de negociação nos locais de trabalho (Carrieri, 1995; Romagnoli, 1976). A crise desses organismos se manifesta nos anos 1980, num contexto de profundas mudanças das relações sindicais e de retrocesso da conflitualidade sindical: o conselho de fábrica aparece como um instrumento antigo e autorreferencial, incapaz também, em muitas grandes empresas, de renovar suas lideranças sindicais. A crescente competição entre as confederações, de um lado, e certa perda de representatividade, de outro, levou à falha na renovação dos conselhos de fábrica, a experiência

⁹ Este período, que na verdade tem início alguns anos antes, viu um forte protagonismo da classe trabalhadora em suas reivindicações salariais e contra o projeto de reforma do sistema da aposentadoria avançado pelo governo. Por muitos anos a expressão “outono quente” descrevia habitualmente um período de mobilizações e conflitualidade dos sindicatos na Itália.

mais inovadora do sindicato italiano dos anos 1970 que foi substituída, no início dos anos 1990, pelas Rappresentanze Sindacali Unitarie (RSU).

Uma contribuição para a crise de ação sindical vem também dos diferentes posicionamentos das confederações sobre o tema da política salarial. Se a derrota sindical do outono de 1980 marca a primeira ruptura entre as confederações que tiveram, naquele período, uma unidade mais formal que substancial, isso se torna mais evidente em 1984 (e no referendo do ano seguinte), quando as divisões sindicais se tornam agudas entre CISL e UIL, de um lado, e CGIL, de outro, sobre o tema da “escala móvel” (*scala mobile*)¹⁰, depois da decisão do governo de reformar o mecanismo de ajuste automático dos salários em relação à inflação que vê mais disponíveis CISL e UIL à frente do projeto de reforma do governo (Filippini, 1988).

294

Do outro lado, observa-se a diminuição da “reserva de lealdade” (Negt, 1988), enquanto nos acordos propostos pelos dirigentes sindicais, em algumas categorias, por ocasião da renovação dos CCNL e submetidas ao referendo, manifesta-se um aumento dos votos contrários. Em geral, o sindicato vai assumir um perfil cada vez mais “institucional”, mas também ele acusa uma perda de poder. Questões como as críticas às greves nos serviços públicos e o pedido de encerramento de fábricas poluidoras ganham um crescente consentimento entre a população – fator que revela uma inclinação daquela hegemonia que o sindicato parecia ter na sociedade italiana. Os anos 1980 são considerados um período de mudança nos costumes sociais e políticos, e, no contexto de uma afirmação

¹⁰ A “escala móvel” era um instrumento econômico da política salarial destinada a ajustar de forma automática os salários de acordo com os aumentos de preços. Foi introduzida na Itália em 1945, após um acordo entre a Confederação Geral da Indústria Italiana e a CGIL; depois de sua extensão, em 1975, foi abolida no início dos anos 1990. Em 1984, o governo propôs um corte de 4% desse índice com um decreto que o então Partido Comunista Italiano tentou extinguir com um referendo popular no ano seguinte. No referendo de junho de 1985, no entanto, prevaleceu a proposta do governo (54,3% de votos favoráveis) apoiada pela CISL e UIL.

de comportamentos mais relacionados ao consumo e de uma nova suposta modernização da sociedade italiana, o sindicato começa a ser percebido como organização corporativa e burocrática. Nesse aspecto, essa crítica ao sindicato se fortalece nos anos mais recentes, de maneira instrumental, sobretudo depois que as várias reformas do mercado do trabalho, promovidas a partir do início dos anos 1990, aumentaram o número de trabalhadores excluídos dos benefícios da legislação trabalhista e das coberturas dos contratos coletivos nacionais e/ou mal representados pelos sindicatos.

O nascimento dos sindicatos autônomos: uma alternativa ao sindicato confederal?

Outro indicador da crise do sindicato italiano nos anos 1980 é representado pelo nascimento de outras organizações sindicais (de base, autônomas etc.) na tentativa de desafiar o monopólio da representatividade sindical das três confederações (CGIL, CISL, UIL). Por exemplo, a formação do sindicato dos maquinistas de trens, o Sindicato Autonomo dei Macchinisti Uniti (COMU), em 1987; dos professores nas escolas com os comitês de base (COBAS – Comitati di Base), em 1986; dos controladores de tráfego aéreo e dos pilotos de avião, a Associazione Nazionale Professionale Aviazione Civile (ANPAC), entre outros. Os primeiros dois são de origem de esquerda e apontam uma crise no modelo de solidariedade promovido até aquele momento pelas confederações. De outra parte, representa também a tentativa de reanimar o conflito sindical na busca de melhorias econômicas, ainda que essa perspectiva pudesse parecer mais corporativa.

De qualquer maneira, o nascimento dessas organizações não responde apenas à diferenciação da demanda particularista que vem dos diferentes componentes do mundo do trabalho, mas reflete também uma dificuldade das confederações, tendo em conta as mudanças culturais que começam a se tornar mais evidentes na sociedade italiana, em

particular com referência ao tema da solidariedade entre os vários setores do mundo do trabalho. Concordando com Accornero (1992, p. 17):

É muito fácil condenar esses impulsos como “corporativos”. Essas novas experiências sindicais foram ajudadas pelo comportamento irresponsável do empregador público, que demorou a aplicar os acordos assinados com as confederações e aceitando as organizações que não aceitavam ou não respeitavam os “códigos de auto-regulação” das greves. Organizações autônomas como as COBAS e as GILDAS nasceram na sequência de um protesto contra o governo, que tem se manifestado por causa da facilidade de exibir uma *identidade* bloqueando um serviço público, em vez da necessidade de afirmar um interesse negligenciado pelas confederações.

296

A falta de aplicação normativa dos artigos 39 e 40 da Carta Constitucional italiana de 1948 – ou seja, a ausência de regras para verificação da representatividade da assinatura dos acordos – possibilitou, nesse período, que várias organizações autônomas reivindicassem a titularidade da assinatura dos acordos coletivos separados, mesmo sem qualquer representação efetiva (ainda que não houvesse representantes eleitos nos locais de trabalho, que fosse baixo número de filiados, etc.). Trate-se de um problema ainda hoje presente e que tem levado à existência de um número maior de CCNL, simplesmente pela assinatura aposta por associações patronais e sindicatos dos trabalhadores sem representatividade (Olini, 2016).

Na atualidade, o fenômeno do sindicato autônomo não só resiste, mas parece aumentar sua difusão, sobretudo no setor público – onde as confederações permanecem majoritárias como no resto do setor privado – e em alguns setores terciários ou entre atividades como logística, em que a presença de trabalhadores estrangeiros é hoje predominante e

se destaca, em particular, a atuação dos sindicatos de base, como a pequena Confederação da USB (Unione Sindacale di Base). Ao mesmo tempo, nos últimos anos, novas confederações têm incrementado a presença no cenário sindical italiano, algumas com perfil político mais evidente, como a UGL (Unione Generale del Lavoro, antiga CISNAL – Confederazione Italiana Sindacati Nazionali Lavoratori –, confederação historicamente ligada ao Movimento Social Italiano herdeiro do partido fascista), ou tendencialmente mais corporativo como a CISAL (Confederazione Italiana Sindacati Autonomi Lavoratori). Em geral, estimase que essas confederações e outras pequenas organizações, com presença mais segmentada entre as várias atividades econômicas, podem reunir entre dois e três milhões de filiados¹¹, mas trata-se de uma estimativa difícil de verificar.

Anos 1990: um novo padrão de relações industriais e o papel da contratação coletiva nacional de categoria

297

No início dos anos 1990 as chamadas “partes sociais” (sindicatos, associações representativas de empregadores e governo) têm inaugurado um novo padrão de relações industriais, de tipo neocorporativo, baseado na “concertação” entre os principais atores econômicos e sociais¹². O objetivo desse modelo era chegar a um “pacto entre os produtores”

¹¹ O número exato de afiliados aos sindicatos extraconfederais não é muito preciso. Os dados se baseiam, principalmente, nas declarações dos sindicatos. O número divulgado pela CISL, por exemplo, é de 1,7 milhão de filiados. Nos últimos anos, no entanto, as confederações CGIL, CISL e UIL têm encaminhado um processo, com a colaboração do Instituto Nacional da Previdência (INPS), que deverá trazer um quadro mais claro sobre essa questão. As três confederações envolveram o INPS, pois as empresas comunicam a esse órgão alguns dados, entre os quais, o número de filiados ao sindicato. Deve-se esclarecer, no entanto, que não se trata de uma informação a ser comunicada obrigatoriamente por parte das empresas ao INPS.

¹² A Itália tem representado sempre um dos níveis mais baixos de institucionalização da concertação na comparação com os países da Europa do Norte (Valenti, 2014). No caso da Itália pode se falar, nesse sentido – ao menos na experiência dos anos 1970 – de um “corporativismo instável” pelas divisões entre sindicatos e pela falta de governos *pro labour* em um contexto de elevada sindicalização (Regini, 2007).

baseado na contenção de aumentos salariais pelo desaparecimento definitivo da “escala móvel”, substituída por uma inflação programada de referência para renovação dos contratos coletivos. Os acordos dos anos de 1992-1993 confirmam também o duplo nível de negociação nacional, de categoria e empresarial; o segundo, em particular, tem como objetivo assegurar uma redistribuição dos ganhos econômicos obtidos pelas empresas nas quais a maior produtividade do trabalho tem assegurado esse resultado. A ideia central era a de que o CCNL deveria proteger o trabalhador, principalmente da inflação, e que os incrementos variáveis de salários fossem reservados à negociação empresarial.

O novo modelo de relações industriais traz uma inovação significativa com o ingresso das RSU (*Rappresentanze Sindicali Unitarie*) nos locais de trabalho, substituindo os delegados dos velhos conselhos de fábrica. Eles são eleitos em cada empresa com mais de quinze empregados e têm capacidade de iniciativa sobre várias questões que, no âmbito da empresa, podem ser melhoradas com respeito às regras fixadas no CCNL¹³. O forte monopólio das três confederações confirma-se também pelo fato de que, em cada empresa, um terço deles é nomeado pelos sindicatos confederais, independentemente do resultado das eleições, em virtude do princípio muito contestado na

298

¹³ A ideia é que a negociação no domínio da empresa pode prever derrogações ao contrato coletivo nacional de categoria somente se trazer melhorias no plano salarial e do horário de trabalho. A título de exemplo, um contrato empresarial ou de grupo não pode prever uma redução da indenização paga pelas horas extraordinárias com relação ao fixado pelo CCNL (*Contratto Collettivo Nazionale di Lavoro*), ou a possibilidade de assumir, para determinadas ocupações, trabalhadores com nível de enquadramento contratual inferior ao previsto pela CCNL. A experiência prática demonstra que boa parte das contratações de segundo nível serviu às empresas para a mudança dos regimes de horários de trabalho, inclusive por meio da utilização do sistema banco de horas. Justamente essa rigidez do CCNL, por exemplo, levou a Fiat, em 2011 – hoje FCA –, a abandonar o CCNL dos metalúrgicos e criar um contrato coletivo exclusivo para todas as unidades da empresa, derogando, dessa forma, respeito ao CCNL metalúrgico e prevendo aumento das horas de extraordinário, sem contratar com o sindicato ou definindo uma estrutura dos aumentos salariais não incidentes no piso salarial.

jurisprudência da “maior representatividade” destas¹⁴. Todavia, por conta dessa controvérsia, o recente acordo entre as confederações sindicais e a Confindustria (a maior associação das empresas) tem definido um texto único sobre a representatividade sindical, de 14 de janeiro de 2014, que tem eliminado à quota de um terço, estabelecendo um sistema eleitoral totalmente proporcional pelas eleições das RSU.

O aparecimento das RSU tem sido muito importante na renovação das dinâmicas da ação sindical nos locais de trabalho, mas seu potencial resulta sempre limitado. Ainda hoje – seja pela fraca negociação sindical no âmbito a empresa, à exceção das grandes empresas, seja pela maior presença de dirigentes sindicais e funcionários –, agora “verdadeiros profissionais da política” que, muitas vezes, acabam relegando as RSU tão somente à resolução de problemas básicos (Braga e Carrieri, 2007). Assim, as RSU permanecem pouco valorizadas. Isso é ainda mais significativo se considerarmos que a crise da concertação social, de modo especial ao nível central, impõe uma rediscussão do padrão confederal e da sua difusão, aumentando, por conseguinte, a importância da ação sindical nos locais de trabalho e no âmbito territorial (Feltrin, 2015).

299

Crise de representatividade, redução da sindicalização entre os ativos e novas formas de sindicalização

Há quem tenha argumentado que a crise de representatividade do sindicato italiano aumentou *pari passu* ao incremento das formas atípicas de emprego e com a redução do espaço coberto pela contratação coletiva. Assim, ainda que a redução da taxa de sindicalização seja um aspecto que

¹⁴ Em 1996 foi instituída por lei a figura do Rappresentante dei Lavoratori per la Sicurezza (RLS), que, ao contrário do RSU, deve ser eleito obrigatoriamente a cada três anos em todas as empresas com mais de quinze trabalhadores. As empresas menores têm previsão de eleição ou devem nomear pelo sindicato de RLS com base no território ou no setor econômico.

caracteriza os principais países capitalistas, as motivações que teriam levado ao decréscimo do percentual de sindicalizados não têm uma causa última. A mudança na estrutura produtiva e a perda de centralidade da classe trabalhadora do setor industrial é um dos motivos, mas não é o único. Também nos setores mais sindicalizados, como a indústria, é necessário considerar a mudança que o *management* promoveu nos anos 1980 (Becchi Vollandà e Negrelli, 1986), sobretudo no final da década, com a introdução do padrão japonês na indústria automobilística (Bonazzi, 1993; Coriat, 1993). No caso da Itália, a experiência da Fiat é, nesse sentido, particularmente relevante, considerando a influência dessa empresa na difusão de práticas inovadoras nas relações industriais do país.

300

Esses tipos de práticas ainda são bem-sucedidas nos dias de hoje, graças à pluralidade das organizações sindicais presentes na esfera da empresa. Por exemplo, as organizações de categoria dos metalúrgicos da CISL e da UIL, respectivamente FIM e UILM, sempre tiveram uma postura mais aberta para a empresa no âmbito da partilha do padrão produtivo e das relações sindicais – isso se deve também à tradicional baixa propensão ao conflito entre elas. Ao mesmo tempo, é importante considerar que o perfil do trabalhador metalúrgico mudou: apresenta nível de escolaridade maior e, com isso, mais expectativas de carreira, e baixo nível de politização devido ao desaparecimento das grandes organizações políticas. É nesse contexto que um dos mais importantes gerentes do antigo grupo Fiat afirmou, recentemente, que a competição, hoje, não é mais entre empresas, mas entre os trabalhadores e que, por isso, ambos devem se unir na competição internacional (Rebaudengo, 2015).

Em 2014 a taxa de sindicalização na Itália era de 33,4%¹⁵. Se considerarmos os trabalhadores do setor público

¹⁵ Se observarmos este valor para o setor privado e para o setor público são, respectivamente, 31,9% e 37,7%; em 1979, o setor privado era aquele que apresentava

e privado filiados às três principais confederações (representavam 43,3%, em 1979), aquele percentual, no entanto, sobe a 37% se incluirmos os filiados aos sindicatos autônomos. Nos anos 1980, representavam entre 40 e 45%, em posição intermediária entre os países do Norte da Europa (Suécia, Áustria, Alemanha, Inglaterra) e os do Centro e Sul europeu (Suíça e França, Grécia, Espanha, Portugal).

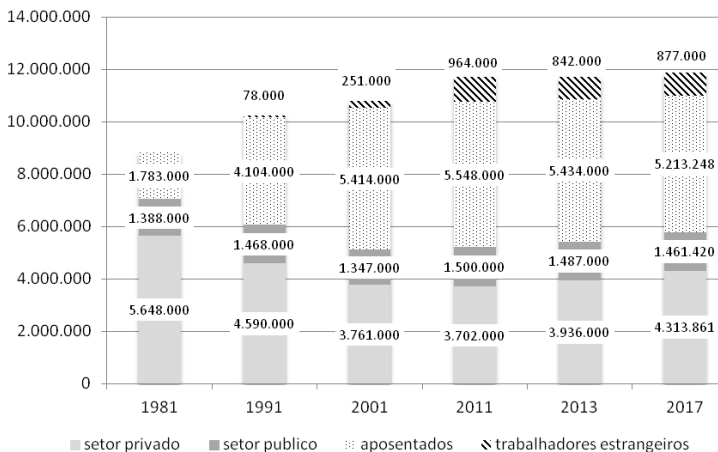
Se observarmos a tendência da sindicalização, nota-se que o associativismo sindical atingiu seu auge no final dos anos 1970 e, nos dias de hoje, a densidade sindical tende a abaixar. Isso não significa que o número de filiados, em sua totalidade, seja diminuto em valores absolutos, já que o número de aposentados entre os filiados cresceu significativamente. Entre 1981 e 2017 o número total de filiados das três principais confederações (CGIL, CISL e UIL) passou de cerca de 8,8 milhões para quase 12 milhões. Esse incremento de trabalhadores sindicalizados foi, basicamente, devido ao aumento dos aposentados que triplicou em 2017, comparando-se ao número de inativos filiados a essas confederações no início dos anos 1980. Após a primeira fase de redução dos filiados, entre 1980 e 1986, manteve-se certa estabilidade até 1992, havendo nova redução até 1998 e novo aumento até aos últimos anos, que conforme Feltrin (2015) poderia ser atribuído à crise econômica que tem aproximado mais os trabalhadores que precisam de assistência – tendência que parece contrária àquela que, na literatura, relaciona o incremento da sindicalização como resultado de um processo pró-cíclico.

No período analisado, o número de trabalhadores ativos e aposentados é quase equivalente, mas o dado que desperta mais atenção é a redução dos filiados entre os “ativos” do setor privado, se excluirmos os trabalhadores estrangeiros: entre 1981 e 2017, passam de 64% para 36%;

a maior taxa de sindicalização, 44,5% contra o 39,7% do setor público (Carrieri e Feltrin, 2016).

já a sindicalização entre os aposentados passa de 20,2% para 43,9%¹⁶; há decréscimo entre os empregados do setor público, nesse período, de 15,7% para 12,3%, enquanto os trabalhadores estrangeiros do setor privado passam de 0,8% em 1991 para 7,4% em 2017 (Gráfico 1).

Gráfico 1
Filiados aos sindicatos confederais (CGIL, CISL, UIL) por setor em valores absolutos, anos selecionados



Fonte: Feltrin (2015). Para 2017, nossa elaboração sobre dados das confederações (para trabalhadores estrangeiros) se trata de uma estimativa a partir da variação da taxa de ocupação.

No final dos anos 1990 o aumento dos filiados ao sindicato é mais forte no setor terciário, especificamente no setor público e no comércio, enquanto permaneceu estável nos outros componentes do terciário. A indústria tem recuperado

¹⁶ “A dinâmica global não é a mesma entre as três confederações. Na CGIL já em 1993 os aposentados representavam a maioria entre os sindicalizados, tendência que se mantém até hoje chegando, em alguns anos, a anos a 55% do total dos filiados; na CISL os aposentados superaram os ativos só a partir de 1998 e apresentam uma situação mais equilibrada; a composição da UIL é completamente distinta, com uma presença maior dos ativos, sempre acima de 70% de seus filiados” (Carreri e Feltrin, 2016, pp. 33-34).

também certo número de filiados, no entanto, devido às perdas progressivas e à crise iniciada em 2008, não conseguiu, nem de longe, se recuperar do “cataclisma” da dessindicalização. O mesmo pode ser dito dos trabalhadores na construção. De modo geral, entre 1981 e 2014, o número de filiados dos setores industrial e rural¹⁷ caiu de 3,4 milhões para 1,9 milhão, de 48,9% para 31,4% do total de filiados das três confederações. Os filiados do comércio passaram de 5% a 15%, e aqueles que trabalham no terciário privado cresceram de 20,1% para 29,9% (Carrieri e Feltrin, 2016). O resultado é que, hoje, a categoria que conta com o maior número de filiados é o setor público, seguida pelo comércio, que, até o final dos anos 1990, ficava nas últimas posições em termos de sindicalização.

A questão dos trabalhadores estrangeiros representa um aspecto novo nas dinâmicas da sindicalização. Em 2017 eles representaram 7,4% do total de filiados das três confederações: 20,3% entre os empregados do setor privado (quase 900 mil afiliados). Em 2011, no entanto, o peso desse setor era ainda maior: respectivamente, 8,2% e 25,6%. Nesse sentido, a sindicalização dessa categoria de trabalhadores resultou mais sustentada do que a dos trabalhadores italianos, sobretudo se considerarmos a forte presença deles em alguns setores da indústria, como o dos metalúrgicos no Norte do país, onde a presença sindical sempre foi forte (Mottura, Cozzi e Rinaldini, 2010). Em geral, é nas atividades em que a presença dos trabalhadores estrangeiros é maior que o número de filiados é mais alto: serviço de cuidados pessoais, construção, indústria agroalimentar, comércio.

Como explica Feltrin, em última análise, a força do sindicato italiano em conservar sua representatividade parece depender mais de sua capacidade organizativa do que da negocial, em termos de ganhos de resultados pela classe trabalhadora:

¹⁷ Os trabalhadores rurais se referem aqui aos empregados da indústria agroalimentar e aos trabalhadores de cultivo e coleta de produtos agrícolas.

A performance [do sindicato] italiano é comparativamente mais positiva graças a uma capacidade organizativa melhor, confirmada também na permanência de taxas de sindicalização superiores a 30%, da vivacidade do serviço sindical, da capilaridade da sua presença territorial, da solidez da estrutura patrimonial e dos equilíbrios financeiros¹⁸ (Feltrin, 2015, p. 201).

Assim, se observarmos os indicadores, como a taxa de filiação ao sindicato italiano, há um aparente declínio (Feltrin 2005, 2010), mas, se voltarmos a olhar para o “sindicato como organização”, aparecerá em boa saúde¹⁹. Se depois considerarmos o conjunto dos filiados, incluindo aqueles das outras confederação (as chamadas extraconfederais), o número completo de filiados (incluídos os aposentados) atinge quase 15 milhões, mas a incerteza desse dado sugere tomá-lo como estimativa.

304

Carrieri e Feltrin (2016) preconizam que a retomada de adesão ao sindicato na Itália, na segunda metade da década de 1990, depende das quatro variáveis independentes: o melhor andamento do mercado do trabalho, exceto a crise de 2008; a variável organizativa própria de cada sindicato;

¹⁸ Nos últimos anos esse tema se tornou mais problemático. No contexto de crise do sistema político também o sindicato não está imune às críticas e denúncias de casos de má administração de seus balanços (Liviadotti, 2008). Mesmo a decisão de revisão da estrutura territorial, como a da CISL, que reduziu as federações provinciais de 115 para 72, responde também a problemas de contratação de recursos econômicos, além de necessidades organizativas como a agregação de algumas categorias da indústria antes separadas (também pela redução do emprego nos ramos únicos da indústria).

¹⁹ É importante ressaltar que já no final dos anos 1970 um estudioso do sindicato e também dirigente sindical da CISL, Bruno Manghi (1977), analisou o papel do sindicato italiano utilizando a expressão “declinar crescendo”. Segundo os autores citados, a redução dos afiliados entre os trabalhadores ativos (ou seja, entre os empregados) não significou redução da importância do sindicato, já que o número dos afiliados aumentou por efeito do crescimento destes entre os trabalhadores aposentados e porque o aumento dos serviços oferecidos pelos sindicatos cresceu, consentindo, inclusive, maiores disponibilidades econômicas (por exemplo, assistência fiscal, assistência para os procedimentos de aposentaria, para as questões ligadas às doenças profissionais e aos infortúnios).

os serviços sindicais (assistência fiscal e outras atividades) e, por último, uma variável “político-welfarista”²⁰, que pode ter incrementado a proximidade dos trabalhadores ao sindicato engajado contra a redução do sistema de proteção social pelas reformas introduzidas pelos últimos governos.

A literatura sociológica que discorre sobre as características dos filiados às organizações sindicais na Itália nos anos mais recentes não é muito ampla e, em geral, o tema do sindicato não é muito frequente na literatura sociológica – exceção de alguns estudiosos que têm produzido importantes trabalhos de pesquisa nos últimos anos, entre eles, Carrieri e Feltrin (2016).

De outra parte, se considerarmos os dados fornecidos pelas confederações, confirma-se, por exemplo, a baixa presença de jovens entre os filiados: são 19% com menos de 35 anos na CGIL e 16% na CISL, a UIL declara ter um terço dos afiliados com menos de 45 anos²¹. Ao contrário, considerando o peso dos aposentados, os filiados com mais de 60 anos são 36% na CGIL e 41% na CISL.

305

²⁰ O sistema de *welfare* italiano pode ser classificado em um modelo “meritocrático-remunerativo” (Paci, 1982), em que o sistema de proteção se baseia não no direito de cidadania, mas na proveniência a uma determinada categoria socioprofissional. Trata-se de um sistema de assegurações obrigatórias garantidas e financiadas em parte pelo Estado, em sua maior parte por contribuições que por entradas fiscais. As contínuas reformas deste sistema de *welfare* italiano, que torna ainda mais seletivo o acesso a alguns benefícios, podem ter aumentado o recurso às estruturas do sindicato do ponto de vista burocrático, enquanto sob o ponto de vista político, a adesão ao sindicato por parte dos trabalhadores seria diretamente função da oposição do sindicato às medidas de reforma do sistema de *welfare*.

²¹ Sobre o porquê de os jovens se inscreverem menos ao sindicato, as pesquisas empíricas sugerem que isso acontece porque eles “trabalham mais frequentemente nas pequenas empresas não sindicalizadas (da indústria ou do terciário) e porque contratados mais frequentemente com contratos de trabalho por prazo determinado ou contratos de forma diferentes do trabalho subordinado” (Carrieri e Feltrin, 2016, p. 48). De acordo com os autores citados, existiriam também outros aspectos culturais e profissionais que podem influir sobre a propensão à sindicalização, como o maior compartilhamento dos objetivos produtivos das empresas (Bubbico, 2003; Franchi, 1991).

Um indicador que reflete, ainda mais, essa situação crítica do sindicato se refere ao número de filiados nas organizações específicas de categoria (conhecidas como os sindicatos dos trabalhadores atípicos) que cada confederação instituiu há vinte anos para responder ao aumento do emprego precário no mercado do trabalho italiano. O número total declarado em 2017 é pouco mais de 200 mil filiados (Tabela 1) e, se considerarmos o total dos trabalhadores com contrato de trabalho por tempo determinado (quase 2,9 milhões para uma ocupação total na Itália de pouco mais de 23 milhões de trabalhadores no ano de 2017), a taxa de sindicalizado desse segmento é aproximadamente de 7,5%²².

Tabela 1
Trabalhadores atípicos filiados às organizações sindicais de categoria das centrais sindicais em 2017

Entidade sindical	Descrição contida na sigla da entidade	Número de filiados	Número total de filiados à confederação (excluídos aposentados)	Incidência % sobre filiados total
NIDIL CGIL	Novas identidades de trabalho	107.403	2.772.928	3,9
UILTEM UIL	Trabalhadores temporários, autônomos, atípicos e com partida IVA	70.935	1.377.963	5,1
FeLSA* CISL	Subministrados, autônomos e atípicos	41.601	2.267.046	1,8
TOTAL		219.939	6.417.937	3,4

* Federazione Lavoratori Somministrati Autonomi Atipici

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados das confederações; pela FeLSA CISL dados de 2016.

²² No entanto, é necessário afirmar que nem todos os empregados com prazo determinado devem necessariamente se inscrever nessas organizações, uma vez que os empregados em contrato de prazo determinado ligados diretamente à empresa podem se inscrever regularmente no sindicato da própria categoria profissional. Os trabalhadores mencionados pelos sindicatos indicados na tabela incluem principalmente os temporários, autônomos, com contrato de colaboração e outros contratos “paras subordinados”.

Para alguns estudiosos, no entanto, seria um erro avaliar esse dado como extremamente negativo, considerando que muitas vezes, pelo curto prazo das relações de trabalho, o fato mais importante na dinâmica da relação sindical é a atividade de contato, suporte e informação que o sindicato é capaz de oferecer (Regalia, 2009). A relação crítica entre o sindicato e as novas profissões emergentes, muitas vezes estruturadas entre a subordinação e o trabalho autônomo, permanece, no entanto, presente. Pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que os modelos organizacionais do sindicato não respondem às necessidades de representação que provêm desses novos componentes do mercado de trabalho, por exemplo, em relação aos serviços que eles precisam (Ciarini e Dorigatti 2017; Mingione et al., 2014).

Nos últimos anos, sobretudo nos contextos urbanos das grandes cidades, têm se formado experiências de lutas animadas por coletivos de base que unificam lutas sociais com aquelas por mais direitos dos trabalhadores. A experiência mais conhecida, ainda que circunscrita, é a denominada “Rede de San Precario” (Fumagalli, 2014), que está inserida no contexto do sindicato alternativo que, em alguns casos, tem se aproximado das práticas de luta dos sindicatos autônomos de esquerda. Essas lutas, como o encontro com os trabalhadores estrangeiros e, em geral, com os componentes mais marginais do mercado do trabalho, têm resultado muitas vezes em um dos aspectos mais interessantes. Mais recentemente, formas embrionárias de sindicalismo auto-organizado têm interessado os *food-riders* do Foodora e do Deliveroo, que trabalham em algumas grandes cidades italianas utilizando bicicleta como forma de transporte; são, geralmente, trabalhadores que recorrem a aplicativos digitais, como no caso do transporte privado organizado por Uber (Faioli, 2017).

Desse modo, a crise econômica que tem solapado a Europa nos últimos anos também tem favorecido formas de conflito político e social e novas formas de organização

sindical dos trabalhadores mais precários no setor terciário e da nova economia, que alguns autores definiram por “sindicalismo social”, um modo de organização dos conflitos que não investe apenas na esfera do trabalho, mas também nas políticas econômicas e sociais promovidas pelos governos comprometidos com políticas de austeridade (De Nicola e Quattrocchi, 2016; Doellgast et al., 2018). Essa hipótese refere-se, em parte, à proposta de “coligações sociais locais” (*local social coalitions*) funcionais para revitalizar a ação sindical de base, descrita por Fernie e Metcalf (2004), compartilhada por toda uma escola de pensamento anglo-americana.

Destino do sindicato: sindicato de serviço ou sindicato de contratação?

No curso dos últimos anos, as diferenças²³ de perspectiva estratégica e política entre as confederações têm assumido uma direção bastante clara: a CGIL tem como proposta a defesa do sindicato de direitos na tentativa de representar todos os setores do mundo do trabalho, ainda que sua presença seja fraca entre os segmentos de emprego mais precarizados. A CISL adota um padrão de solidariedade que algumas vezes expira no corporativismo de categoria e, sobretudo, segue certo contratualismo político (ela se define como “sindicato de resultado”) mais funcional à sua proposição de sindicato moderado e colaborativo. A UIL define-se como “sindicato dos cidadãos”, nessa visão, os trabalhadores são vistos mais como usuários e consumidores que como produtores.

²³ Essas diferenças se referem à experiência mais recente das três confederações e não explica sobre sua origem. Sobre esse tema, é necessário observar que, no final do segundo conflito mundial, existia uma única grande confederação – a CGIL –, e poucos anos após a Segunda Guerra Mundial, saiu dessa central sindical a componente católica por expressa vontade da Democracia Cristã e dos americanos, interessados em criar um sindicato mais moderado. A mesma coisa aconteceu com relação à UIL, cujos dirigentes são provenientes da CGIL, por vontade do recém-nascido Partido Social Democrático Italiano. Já o Partido Socialista Italiano, que mantém seus militantes na CGIL, é mais moderado e aliado ao governo da Democracia Cristã desde os anos 1950.

E o que acontece no espaço do sindicato extraconfederal? A confederação UGL, nascida em 1996 e que tem se beneficiado nos últimos anos da presença de um governo de centro-direita, tenta encontrar um espaço maior em vários segmentos do emprego, mas sua efetiva representatividade parece, ainda hoje, muito difícil de avaliar. A única confederação que conserva um caráter mais de sindicato de classe é a USB, que tem origem na fusão entre um sindicato de base fortemente radicado no setor público, a RdB (Rappresentanze Sindacali di Base) e o SdL (Sindacato dei Lavoratori), mais presente no setor privado. As outras confederações, como a Cisl ou as outras organizações sindicais de base, têm marcado presença principalmente na oferta de serviços, considerando que seu potencial de negócio é geralmente fraco e pouco representativo. No final, pode-se afirmar que até agora o “monopólio” da representação das três principais confederações permanece elevado. Isso não significa que não haja problemas de competição entre sindicatos em alguns setores como confirma a presença dos sindicatos autônomos em empresas do setor privado, nas quais, até poucos anos atrás, o sindicato independente estava completamente ausente.

Todas essas experiências sindicais e também aquelas do sindicato alternativo às três grandes confederações mostram que a componente dos serviços oferecidos (Feltrin e Maset, 2010; Leonardi, 2005), também para compensar a perda de financiamento derivado da redução de filiados entre os ativos, é uma característica comum. De acordo com Feltrin (2015), a análise das taxas de sindicalização na Europa, inclusive na Itália, evidencia particularmente que a representatividade dos sindicatos é mais forte onde se compensa o papel negocial com o oferecimento de serviços individuais aos trabalhadores e às pessoas com renda média baixa em relação a diferentes temas: inserção no mercado do trabalho, processos trabalhistas, formação profissional, suporte pela demanda de aposentadoria e seguro-desemprego,

obrigações tributárias²⁴, lazer, entre outros²⁵. No entanto, como observa Ida Regalia (2009, p. 122):

altos níveis de filiação nem sempre indicam alta capacidade de representação e alta aprovação entre os trabalhadores: [...] o risco de uma ampliação ou apenas de uma filiação formal ou fictícia, como no caso das inscrições ligadas à obtenção de serviços, não estão totalmente conscientes. E, ao contrário, não é certo que os baixos níveis de filiação indiquem uma baixa capacidade de representação e um baixo acompanhamento sindical entre os trabalhadores.

310 Temos já evidenciado que um dos problemas mais relevantes no contexto sindical italiano está na fiscalização do nível de representação de cada confederação e, consequentemente, das organizações em nível de categoria, porque signatários dos CCNL²⁶. Em tempos muito recentes as principais confederações chegaram a um novo acordo sobre os conteúdos e os endereços das relações industriais e da contratação coletiva, em 27 de fevereiro de 2018, no qual estão confirmados os dois níveis da negociação (nacional, por empresa ou territorial), o reconhecimento da autonomia

²⁴ Esse serviço tem representado também uma modalidade de afiliação dos usuários: dessa forma, com essa absorção de sindicalizados, é possível manter estável o número de filiados garantindo, assim, uma importante fonte de financiamento. A decisão recente do governo de facilitar a compilação de declaração de renda via sistema on-line deve ter, no entanto, consequências negativas a esse respeito.

²⁵ Todavia, se na Itália os serviços de assistência e tutela, bem como os serviços de tipo individual são oferecidos a todos, em países como Bélgica, França, Inglaterra, Alemanha, Suécia e Estados Unidos esses serviços são oferecidos apenas primordialmente aos filiados.

²⁶ Esclareço que, desde sempre, um dos problemas relativos ao tema da representação sindical na Itália foi determinado pelo número de afiliados, ou: quantos são, efetivamente, os afiliados em cada uma das organizações sindicais? Qual é o órgão que avalia a taxa de sindicalização? Por que isso é importante, se pensamos, por exemplo, em sindicato de categoria? Porque pode acontecer de, por efeito das divisões internas no sindicato, por exemplo, entre os sindicatos da CGIL, os da FIM e os da UIL, esses últimos possam assinar contratos nacionais, mesmo não tendo a maioria entre os afiliados ou entre as RSU.

das partes na individuação do critério de cálculo do crescimento salarial em relação à inflação; a introdução de um tratamento econômico mínimo, que não é o salário-mínimo²⁷, e de um tratamento econômico global (que inclui as formas de bem-estar empresarial). O texto fixou, pela primeira vez, a avaliação da representatividade empresarial para limitar as assinaturas de contratos coletivos “piratas”²⁸ por parte de associações patronais não representativas.

Outra questão, como já observado, é a das dificuldades na representação dos trabalhadores mais precarizados. Certamente, a estrutura sindical enfrenta uma série de desafios que incluem uma capacidade renovada de negociação e proteção, no contexto de um marco regulatório cada vez mais desfavorável aos trabalhadores em termos de direitos e segurança do emprego. O caso italiano, todavia, se insere plenamente nas tendências europeias, seja nos pontos fortes (setor público, trabalhadores migrantes, aposentados), seja nos aspectos de dificuldades (setor privado, novas formas de emprego), e apresenta, em geral, desempenho mais positivo pela melhor capacidade organizativa²⁹. Ao mesmo tempo, o instrumento

311

²⁷ Na Itália, ao contrário de outros países europeus, não há salário-mínimo definido por lei. Normalmente, isso é identificado como o salário-base previsto em cada CCNL. A resistência, por parte do sindicato, diante da possível introdução de tal medida, é um tema recorrente na ação sindical que vê no salário-mínimo um ataque à sua autonomia negocial e um risco que pode levar ao rebaixamento salarial. Sobre este assunto, ver Leonardi (2014).

²⁸ A expressão indica a assinatura dos contratos coletivos por parte de organizações sindicais que, com frequência, existem no papel (sindicato de papel). Alguns desses são, por exemplo, os sindicatos autônomos. As empresas podem ter interesse em assinar esses diversos contratos porque podem prever uma redução dos custos e de uma série de direitos que podem ser regulamentados principalmente nos CCNL, rubricados pelas confederações com as principais associações de representação dos empregadores.

²⁹ Vale dizer, o caso da Itália é semelhante ao dos outros países europeus, com relação à maior taxa de sindicalização em alguns setores e à menor capacidade de representação entre os trabalhadores de alguns setores privados, ou entre os trabalhadores que possuem contratos de trabalho flexível. Ao contrário, do ponto de vista organizativo, o sindicato italiano é igual aos sindicatos europeus: apresenta maior capacidade quanto à oferta de serviços aos próprios associados e aos trabalhadores em geral. Retomo neste caso, novamente, a tese segundo a qual,

legislativo tem assumido um espaço muito grande, mais que no passado, quando as garantias e tutelas dependiam, principalmente, da regulação contratual. Isso é, certamente, resultado do êxito da ação sindical e, ao mesmo tempo, determina uma mudança de posicionamento dos trabalhadores e aposentados da área da contratação sindical pela tutela jurídica.

Para concluir, como afirmava Accornero (1992, p. 20), “a crise do movimento sindical italiano não é dramática, mas é profunda”. Os acontecimentos dos últimos anos mostram que essa crise, de alguma forma, continua, mas não a ponto de reduzir drasticamente o peso e a capacidade de negociação dos sindicatos.

Davide Bubbico

é pesquisador em sociologia econômica e do trabalho no Departamento de Ciências Econômicas e Estatísticas da Universidade de Salerno (Itália). Além do trabalho no campo acadêmico, colabora com os metalúrgicos da Federazione Impiegati Operai Metallurgici (Federação Italiana dos Operários Metalúrgicos) Fiom-Cgil Nazionale. Seus campos de pesquisa, além do sindicato, referem-se à análise da organização do trabalho e das condições de trabalho no setor industrial, estudos do mercado de trabalho e do desenvolvimento socioeconômico ao nível territorial.

Bibliografia

- ACCORNERO, Aris. 1992. *La parabola del sindacato: ascesa e declino di una cultura*. Bologna: Il Mulino.
- BAGLIONI, Guido (org.). 1989. *Le relazioni industriali in Italia negli anni '80*. Roma: Lavoro.
- BARCA, Fabrizio. 1999. *Il capitalismo italiano: storia di un compromesso senza riforme*. Roma: Donzelli.

mesmo que o número de afiliados entre os trabalhadores ativos não cresça muito, o sindicato cresce do ponto de vista da oferta de serviços; cresce, em outros termos, sua capacidade de responder a demandas de tipo “assistencial” provenientes dos trabalhadores, assim como dos aposentados e, em parte, dos desempregados.

- BECCHI COLLIDÀ, Ada; NEGRELLI, Serafino. 1986. *La transizione nell'industria e nelle relazioni industriali: l'auto e il caso Fiat*. Milano: Franco Angeli.
- BERNACIAK, Magdalena, GUMBRELL-MCCORMICK, Rebecca; HYMAN, Richard. 2014. *European trade unionism: from crisis to renewal?* Brussels: European Trade Union Institute, report n. 133.
- BONAZZI, Giuseppe. 1993. La scoperta del modello giapponese nella sociologia occidentale. *Stato e Mercato*, v. 3, n. 39, pp. 437-466.
- BRAGA, Adolfo; CARRIERI, Mimmo. 2007. *Sindacato e delegati alla prova del lavoro che cambia*. Roma: Donzelli.
- BUBBICO, Davide. 2003. *Due generazioni in fabbrica: il lavoro operaio alla Whirlpool di Napoli*. Napoli: Dante & Descartes.
- CARRIERI, Mimmo. 1995. *L'incerta rappresentanza*. Bologna: Il Mulino.
- CARRIERI, Mimmo; FELTRIN, Paolo. 2016. *Al bivio: lavoro, sindacato e rappresentanza nell'Italia di oggi*. Roma: Donzelli.
- CIARINI, Andrea; DORIGATTI, Lisa. 2017. Tra cooperazione e conflitto: sindacati e organizzazioni autonome nella rappresentanza del lavoro parasubordinato e professional. *Quaderni di Rassegna Sindacale*, n. 1, pp. 127-148.
- CONGIU, Massimo. 2004. *Lavoro e sindacato nell'Est europeo: quattro realtà a confronto*. Roma: Ediesse.
- CORIAT, Benjamin. 1993. *Penser à l'envers: travail et organisation dans l'entreprise japonaise*. Paris: Christian Bourgeois.
- DEL ROSSI, Maria Paola. 2012. Modelli organizzativi e politiche di affiliazione in Europa: il modello inglese. *Agricoltura e Economia*, n. 9-10, pp. 51-59.
- DE NICOLA, Alberto; QUATTROCCHI, Biagio (orgs.). 2016. *Sindacalismo sociale: lotte e invenzioni istituzionali in Europa*. Roma: Derive e Approdi.
- DOELLGAST, Virginia; LILLIE, Nathan; PULIGNANO, Valeria (orgs.). 2018. *Reconstructing solidarity: labour unions, precarious work, and the politics of institutional change in Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- FAIOLI, Michele. 2017. Jobs APP gig-economy e sindacato. *Rivista Giuridica del Lavoro*, n. 2, pp. 291-305.
- FELTRIN, Paolo. 2005. *La sindacalizzazione in Italia (1986-2004): tendenze e dinamiche di lungo periodo*. Roma: Lavoro.
- _____. 2010. La sindacalizzazione nel 2010. In: MASCINI, Massimo (org.). *Annuario del lavoro 2010*. Roma: Il Diario del Lavoro, pp. 315-330.
- _____. 2015. Il fenomeno sindacale nell'Italia contemporanea: declino politico e ascesa di mercato. *Quaderni di Rassegna Sindacale*, n. 4, pp. 173-218.

- FELTRIN, Paolo; MASET, Sergio. 2010. Come resistere al declino: l'opzione dei servizi nei sindacati. *Quaderni di Rassegna Sindacale*, n. 3, pp. 177-210.
- FERNIE, Sue; METCALF David (eds.). 2004. *Trade unions: resurgence or demise?* London: Routledge.
- FILIPPINI, Roberta. 1988. *L'accordo della discordia*. Milano: Franco Angeli.
- FRANCHI, Maura. 1991. *Giovani e relazioni industriali: i nuovi assunti nell'industria in Emilia-Romagna*. Roma: Ediesse.
- FRANK, Louis. 1990. *Il corporativismo e l'economia dell'Italia fascista*. Torino: Bollati Boringhieri.
- FUMAGALLI, Andrea. 2014. Per una metamorfosi della rappresentanza e del conflitto sociale. Disponível em: <<https://bit.ly/2JY8a6Q>>. Acesso em: 17 maio 2018.
- HARRISON, Bennett. 1994. *Lean and mean: the changing landscape of corporate power in the age of flexibility*. New York: Basic Books.
- ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA. 2014. *Struttura e occupazione delle imprese: registro statistico delle imprese attive (ASIA)*. Disponível em: <<https://bit.ly/2mJ8hdv>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- LIVIADOTTI, Stefano. 2008. *L'altra casta: privilegi, carriere, misfatti e fatturati da multinazionale: l'inchiesta sul sindacato*. Milano: Bompiani.
- LEONARDI, Salvo. 2005. *Bilateralità e servizi: quale ruolo per il sindacato?* Roma: Ediesse.
- _____. 2014. Salario minimo e ruolo del sindacato: il quadro europeo fra legge e contrattazione. *Lavoro e Diritto*, v. 28, n. 1, pp. 185-211.
- MAGDA, Iga. 2017. *Do trade unions in Central and Eastern Europe make a difference?* Bonn: Institute for the Study of Labor. Disponível em: <<https://bit.ly/2OkS4YA>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- MANGHI, Bruno. 1977. *Declinare crescendo: note critiche dall'interno del sindacato*. Bologna: Il Mulino.
- MINGIONE, Enzo et al. 2014. Le organizzazioni sociali e i giovani professionisti nell'area milanese. *Quaderni di Rassegna Sindacale*, n. 1, pp. 123-140.
- MOTTURA, Giovanni; COZZI, Silvia; RINALDINI, Matteo. 2010. *Uscire da babele: percorsi e problemi del rapporto tra sindacato e lavoratori immigrati*. Roma: Ediesse.w
- NEGT, Oskar. 1988. *Lebendige Arbeit: enteignete Zeit: politische und kulturelle Dimensionen des Kampfes um die Arbeitszeit*. Frankfurt am Main: Campus.
- OLINI, Gabriele. 2016. I contratti nazionali: quanti sono e perché crescono. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, n. 3, pp. 417-436.

- PACI, Massimo. 1982. Onde lunghe nello sviluppo dei sistemi di welfare. *Stato e Mercato*, n. 6, pp. 345-400.
- PELLEGRINI, Claudio. 2015. Un'analisi dei dati Istat su contrattazione e sindacalizzazione. Disponibile em: <<https://bit.ly/2LcvImJ>>. Accesso em: 30 abr. 2018.
- PIORE, Michael; SABEL, Charles. 1984. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books.
- PIZZORNO, Alessandro. 1977. Scambio politico e identità collettiva nel conflitto industriale. In: CROUCH, Colin; PIZZORNO, Alessandro (orgs.). *Conflitti in Europa: lotte di classe, sindacati e Stato dopo il '68*. Milano: Etas, pp. 407-433.
- REBAUDENGO, Paolo. 2015. *Nuove regole in fabbrica: dal contratto Fiat alle nuove relazioni industriali*. Bologna: Il Mulino.
- REGALIA, Ida. 2009. *Quale rappresentanza: dinamiche e prospettive del sindacato in Italia*. Roma: Ediesse.
- REGINI, Marino. 2007. Associazione degli interessi, regolazione del lavoro e sviluppo economico. In: REGINI, Marino (org.). *La sociologia economica contemporanea*. Bari: Laterza, pp. 258-283.
- ROMAGNOLI, Guido. 1976. *Consigli di fabbrica e democrazia sindacale*. Milano: Mazzotta.
- SABATTINI, Claudio; POLO, Gabriele. 2000. *Restaurazione italiana: Fiat, la sconfitta operaia dell'autunno 1980: alle origini della controrivoluzione liberista*. Roma: Manifestolibri.
- TURONE, Silvio. 1981. *Storia del sindacato in Italia: 1943-1980*. Bari: Laterza.
- VALENTI, Alberto. 2014. Corsi e ricorsi della concertazione sociale in Italia. *Lavoro e Diritto*, n. 4, pp. 621-646.



TRABALHO, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ESTADOS UNIDOS HOJE: UMA ENTREVISTA COM RUTH MILKMAN

Ruth Milkman^a

^aé professora emérita da City University of New York. Nova York, NY, Estados Unidos da América.

Orcid: 0000-0001-8859-4541

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-317327/104>

Desde o final dos anos 1980, o nome de Ruth Milkman, professora emérita da *City University of New York* (CUNY), tem sido uma presença frequente na literatura e nos debates sobre estudos do trabalho pelo mundo. Pode-se dizer que, em sentido amplo, isso se deve ao fato de ela ser uma meticulosa e engajada analista do mundo do trabalho, bem como de suas organizações. O que se percebe, observando sua trajetória, é a combinação equilibrada de rigor científico e engajamento público.

Essa articulação está explicitada também em seus engajamentos institucionais. Milkman dirigiu centros como o Institute for Research on Labor and Employment (IRLE), da University of California at Los Angeles (UCLA), entre 2001-2008 – quando, inclusive, esteve à frente da luta contra os cortes aos programas de pesquisa e educação sobre trabalho e trabalhadores, desses institutos, na Universidade da Califórnia em Los Angeles e Berkeley, propostos pelo então governador Arnold Schwarzenegger –, e a área de pesquisa do Joseph S. Murphy Institute for Workers Education and Labor Studies, da CUNY, nos quais o contato direto e a formação com os movimentos de trabalhadores/as estiveram fortemente presentes.

Outra marca destacada de seus investimentos, em que o desenvolvimento dos processos históricos e sociais ganham espaço relevante, tem sido o olhar dedicado às formas de vida, organização e protesto de grupos muitas vezes marginalizados nas pesquisas acadêmicas e nas formas tradicionais de organização. Seus estudos, por exemplo, sobre mulheres e imigrantes no mundo do trabalho tiveram grande impacto e orientaram um conjunto expressivo de outras pesquisas e reflexões sobre esses temas. Isso sem se descuidar de observar também, em outro flanco, a importância passada e presente dos sindicatos, ainda que apresentando seus limites e os desafios por eles enfrentados. (Milkman, 1987; 1997; 2000; 2006; 2016).

318 Mais recentemente – e seu discurso como presidente da American Sociological Association (ASA), para a gestão de 2016, mostra isso – tem contribuído na reflexão sobre os movimentos da chamada “geração milênio” (os *millennials*), principalmente as dinâmicas do *Occupy Wall Street* e do *Black Lives Matter*, sempre atenta ao olhar da interseccionalidade entre classe, raça e gênero. (Milkman, 2014; 2017).

Ao longo de todo seu percurso acadêmico, Ruth manteve relação com diferentes centros universitários e entidades no Brasil. Por exemplo, nos anos 1990, foi professora visitante da Universidade de São Paulo (USP), em 2011 proferiu conferência em seminário em homenagem a Elisabeth Souza-Lobo, na mesma universidade, tratando do tema gênero e trabalho na crise econômica. Mais recentemente, em 2017, fez a conferência de abertura do congresso da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet), analisando os impactos das políticas de Donald Trump no mundo do trabalho estadunidense.

Na entrevista a seguir, realizada por Marco Aurélio Santana, em julho de 2018, Ruth reflete sobre a atual situação do trabalho e dos/as trabalhadores/as nos Estados Unidos, nos auxiliando a pensar acerca dos velhos e dos

novos desafios de organização e mobilização que estão postos para os sindicatos e os movimentos sociais, bem como para suas possibilidades – ainda que com tensionamentos – de convergência. Mesmo que centrada na experiência estadunidense, a entrevista fornece elementos interessantes que podem lançar luz, em termos gerais, sobre esse complexo momento atravessado pelas forças sociais do trabalho ao redor do mundo.

SANTANA – *What is your view about the labor organizations' action today?*

MILKMAN – Traditional labor unions have lost power and influence almost everywhere since the neoliberal turn of the 1970s. The USA is a case in point: union density is now lower than any time since the New Deal reforms of the 1930s, with only 6.5 percent of private-sector workers unionized in 2017. One cause of the decline is outsourcing, as capital mobility accelerated starting in the 1970s. But even in sectors where the work is place-bound – building construction, transportation, health care and other service industries – there has been a sharp decline in union density and union power. Unions will not disappear entirely – as long as there is capitalism, workers will seek to act collectively – but they will have to adapt to the new order.

The type of collective bargaining that flourished in the USA in the post-World War II era is no longer viable. Employers have succeeded in defanging the laws governing labor relations, and undermining the effectiveness of enforcement agencies. For example, they have increasingly taken advantage of the option, legal since the late 1930s but seldom practiced before the 1970s, of hiring “permanent replacements” for workers who go on strike for economic gains; as a result, the frequency of strikes has declined dramatically. With the help of professional anti-union consultants, employers have also learned to manipulate the law

to maximize bureaucratic delays in union organizing campaigns, and then to use that time to instill fear in workers that unionization will have negative consequences. A growing number of companies have also broken the law outright. The prevalence of employers' Unfair Labor Practices under the 1935 National Labor Relations Act, such as firing workers for supporting unions, or threatening to close a plant if workers unionize (both of which are illegal), has skyrocketed since the 1970s. Even when employers are found to be in violation of the law (which is often a lengthy process), the penalties are so small that employers view them as a "cost of doing business."

320

These practices are commonplace among private-sector employers. Until this year, public sector unionism was far more widespread (about a third of all public-sector workers are unionized), and more stable than its private sector counterpart, since employer opposition to unions representing workers in government agencies is minimal. However, public-sector unions are now under attack as well by right-wing organizations funded by the Koch brothers and other wealthy conservatives. Those groups funded successful campaigns to change state laws to weaken public-sector unions, most famously in Wisconsin in 2011, and they also have facilitated lawsuits to challenge public-sector labor laws in the federal courts. Their big win was the decision by the U.S. Supreme Court in the Janus case this spring, which will lead to dramatic declines in public-sector union membership and financial resources. Although unions have tried to prepare for that decision, which they expected ever since Trump was elected, the impact is likely to be devastating.

SANTANA – *Considering the neoliberal hegemony what can we expect as possibilities of labor's resistance?*

MILKMAN – One possibility that some labor activists have explored is to develop new forms of labor organization. The

“alt-labor” [alternative labor] community-based organizations – there are over 200 in the USA today – also known as “worker centers,” are the most promising model. These organizations operate outside the established framework of collective bargaining. They are basically NGOs [non-governmental organizations] that organize and advocate for low wage workers, most of them immigrants, typically staffed by progressive lawyers or other professionals. The worker centers “name and shame” employers who violate existing employment standards, for example paying less than the minimum wage, and they also initiate legal action to remedy such violations. Another part of the worker centers’ agenda is to educate workers about their rights and conduct leadership development trainings to help empower them to organize autonomously.

These alt-labor groups have had a big impact at the discursive level, but they are mostly quite small and dependent on funding from philanthropic foundations (for example, the Ford Foundation), so their reach is limited. And while they can bring workers up to the legal minimum standards, they do not have mechanisms to win further improvements of the sort unions have historically secured through collective bargaining. The traditional unions were skeptical about the alt-labor groups when they first emerged in the 1990s, but more recently they have become highly supportive, and some have developed formal partnerships with worker centers.

Another promising recent development has been the growth of unionism among college-educated young professionals in the “Millennial” generation (those born after 1980). Unions have expanded among adjunct faculty and graduate student workers, as well as in journalism, building on this generation’s social media skills as well as their left-leaning, pro-union ideological outlook. Like alt-labor, these organizing efforts have been small in scale, but they

do suggest the possibility of union revival in certain niches of the labor market.

The teachers' strikes in West Virginia and other states this spring were also fueled in part by this dynamic. The West Virginia teachers began their organization by setting up a private Facebook group; the same was true in Oklahoma. And Millennials have also pressured high-tech companies like Google and Amazon to discontinue their collaboration with ICE (the Immigration and Customs Enforcement agency that has ramped up deportations and separated immigrant families under Trump) as well as the police. Traditional unions have a history of being isolated socially and politically, but since the 2008 economic crisis they have begun to build ties to social movements (also Millennial-led) like Occupy Wall Street (OWS) and Black Lives Matter (BLM). Organized labor also has actively supported the immigrant rights movement.

322

SANTANA – *In which ways the unions in the U.S. are dealing with class, race and gender intersectionality?*

MILKMAN – What remains of union membership is now about half female, and African Americans are overrepresented. That is mostly due to the fact that both women and African Americans are employed in vast numbers in the public sector. Union leaders have become somewhat more oriented to intersectionality in the 21st century than in the past, but the main source of input on these issues is that Millennial generation I already mentioned – young activists are deeply committed to the politics of intersectionality and often raise race and gender concerns, as well as LGBTQ issues, in their unions. Intersectionality was at the core of Black Lives Matter and also the campaigns of the “Dreamers” (immigrant youth brought to the U.S. as children who won “deferred action for childhood arrivals” – DACA – under Obama). The “Me Too” movement challenging sexual

assault (especially its campus-based youth wing), similarly, understands gender, race and class oppression as inextricably interrelated. Unions are more old-fashioned in this respect, mostly because their membership skews older. But awareness of these issues is much greater today than in the 1960s and 1970s.

SANTANA – The immigration issue has been for a long time an ever present debate within the U.S. society and politics. Comparing its past and present how has developed the situation of immigrant labor in the U.S.?

MILKMAN – This was an area of extensive labor union activity in the 1990s and 2000s. Labor migration to the USA surged after U.S. immigration law changed in 1965, and immigrants soon replaced U.S.-born workers in many urban occupations that had become less desirable as a result of neoliberal restructuring and de-unionization. By the 1990s, unauthorized immigrants, as well as those with legal status, were the predominant demographic group in many occupations at the bottom of the labor market in cities like Los Angeles, Chicago, and New York. Examples include domestic work, restaurants, gardening and landscaping, building services, taxi and truck driving, and residential construction.

Alongside the worker centers I mentioned already, which focused mainly on organizing low-wage immigrants in such occupations, there were unionization drives like the Service Employees International Union (SEIU)'s "Justice for Janitors" campaign, which successfully recruited thousands of poorly paid office cleaners, most of them Latino immigrants, starting in the 1980s. Similarly, unions in the hotel industry and in residential construction actively organized low-wage immigrants, including the undocumented, in this period.

The AFL-CIO [American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations] had supported restrictive immigration policies for decades but, as a result of these

organizing developments, reversed its position on immigration in 2000, and became an important ally of the immigrant rights movement. Recently, however, with both unions and immigrants under severe attack from Trump and his allies, these efforts have been replaced by more defensive struggles. Unions have advocated for preserving DACA [Deferred Action for Childhood Arrivals] and a path to legalization for the undocumented immigrant Dreamers who were brought to the USA as children, and also have opposed the Trump administration's effort to dismantle Temporary Protected Status.

SANTANA – *Comparing past and present how gender issues have been challenging the unions and social movements?*

MILKMAN – Organized labor, like the labor market, is highly segregated by gender. So, for example, unions representing the building trades are nearly 100% male, and they are not addressing gender issues in any significant way. At the other end of the spectrum, healthcare unions skew heavily female, and have been much more engaged with issues like gender pay equity, as well as paid leave for illness, parental leave, and more recently, sexual harassment. The U.S. does have a law banning sex discrimination in pay, but only a few states and cities mandate paid sick leave or paid family leave. Organized labor was a major supporter of those state and local paid leave laws. More recently, many of the more female-dominated unions have become engaged in the “Me Too” movement. So things have moved forward significantly relative to the past, but progress is uneven across a highly decentralized labor movement, in which many individual unions remain male-dominated both in membership and leadership and in regard to the issues they engage.

SANTANA – *In June of this year, the Supreme Court ruled on Janus vs. American Federation of State, County and Municipal Employees (AFSCME), Council 31, as you mentioned earlier, preventing public*

sector unions to collect fees from nonunion workers for the service of collective bargaining. Could you give us a brief historical perspective on that process? What is really at stake here? How it will effectively impact the unions?

MILKMAN – This will have a major impact. Public sector union density has been stable since the 1970s, even as private sector unionism has collapsed. That’s why the right-wing groups who financed the Janus lawsuit (and a similar case, Friedrichs, two years earlier) are so focused on the agency fee issues. Unions often offer large financial support to Democratic Party political candidates and this will make it much more difficult for them to do so, since it will reduce their treasuries greatly. Public-sector unions had a lot of time to prepare for Janus, and many have been reaching out to the workers they represent, trying to educate them about why it is in their interest to become union members if they are now only fee-payers, or for those who are already union members, to continue in that status. But the same right-wing groups that brought the Janus case to the court are now busily reaching out to those workers to make sure they know that they will continue to receive the same pay and benefits even if they stop paying fees or dues, and given the economic stress so many workers face, many are likely to do so. We know from the experience in Wisconsin, where public sector membership dropped sharply after Republican governor Scott Walker signed a similar law in that state immediately after he was elected in 2010, that the impact is likely to be large.

SANTANA – *The recent teachers’ strikes swept important states in the country. How can we understand that movement?*

MILKMAN – This was a vitally important set of strikes, a very effective challenge to austerity policies, which led to dramatic cuts in state support for public schools, especially in “Red” States (the popular term in the U.S. for states in which

Republicans are politically dominant). And no one predicted these militant teacher strikes. As I already mentioned, this movement was led by Millennial-generation teachers using Facebook and other social media to organize. And that the strikers demanded not only higher pay for themselves but also more money for their schools and the students was crucial. About 30% of all U.S. union members are in the education sector, and so this is definitely a movement that matters. But there is another more sobering aspect to the story, which is that in this case the employers – school districts – actually supported the strikers and their demands. They too wanted more funding for the schools. So workers did not risk getting fired or “permanently replaced” for striking as would be the case in most other sectors of the economy.

SANTANA – *Is it already possible to talk about either a union or a grassroots upsurge in the U.S.?*

326

MILKMAN – I don’t think so. It’s true that public attitudes toward unions have become more positive in recent years, perhaps reflecting growing awareness of skyrocketing inequality and of the unique role of unions in fighting it. But in terms of sheer power, employers hold most of the cards – to a greater degree than any time since the early 1930s. That was already true before Donald Trump became the nation’s president, and now his administration’s policies are further enhancing business power and eviscerating workers’ rights.

Apart from the Red states’ teacher strikes this year, union strength is mostly limited to large cities in “Blue” states (Democratic Party dominated) – places like New York, Chicago, San Francisco, Los Angeles, and Seattle. In those settings, labor has more leverage politically and it’s harder for employers to go on the offensive against them. Some commentators call this “fortress unionism” – organized labor is confined to a few fortress sites and virtually absent elsewhere, at least in the private sector.

SANTANA – *Is it possible to say that movements such as Occupy Wall Street and Black Lives Matter had some influence upon the unions?*

MILKMAN – In the late 20th century, unions became more and more politically isolated, but that has begun to change. Starting in the late 1990s, they began to move to the Left, and build alliances with other social movements. For example, unions had a large presence at the 1999 demonstrations against the World Trade Organization in Seattle, and a few years later the AFL-CIO joined the opposition to the U.S. invasion of Iraq. More recently, organized labor spoke out in support of Occupy Wall Street and Black Lives Matter. But union leaders did not anticipate the emergence of these movements; they were basically followers rather than leaders. On the other hand, those movements did have some impact on rank-and-file union members, energizing unions with new leadership and new ideas. Immigrant union activists have also contributed to this revitalization.

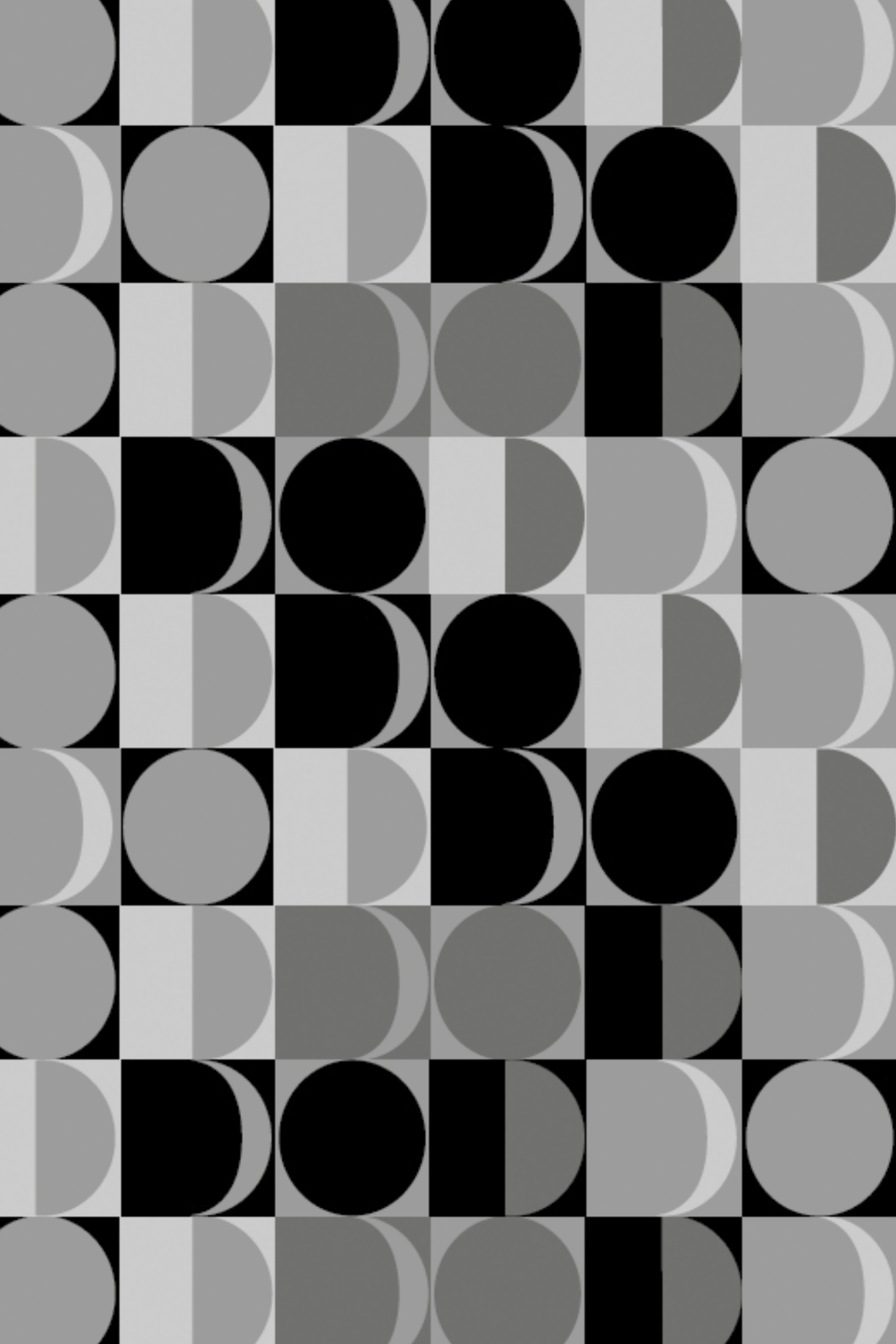
327

SANTANA – *Amidst so many changes and crisis which would be a possible future you could foresee for the unions?*

MILKMAN – I have learned the hard way that predicting the future is not something I am good at, so I'll pass on this one!

Bibliografia

- Milkman, Ruth. *Gender at work: the dynamics of job segregation by sex during World War II Champaign*. Urbana: University of Illinois Press, 1987.
- _____. *Farewell to the factory: auto workers in the late twentieth century*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- _____. (org.). *Organizing immigrants: the challenge for unions in contemporary California*. Ithaca: Cornell University Press, 2000.
- _____. *LA story: immigrant workers and the future of the US labor movement*. New York: Russell Sage Foundation, 2006.
- _____. *Millennial movements: Occupy Wall Street and the Dreamers*. *Dissent*, v. 61, n. 3, pp. 55-59, 2014.
- _____. *On gender, labor, and inequality*. Urbana: University of Illinois Press, 2016.
- _____. *A new political generation: millennials and the post-2008 wave of protest*. *American Sociological Review*, v. 82, pp. 1-31, 2017.



RESUMOS | ABSTRACTS



CLASSE TRABALHADORA, CONFRONTO POLÍTICO E DEMOCRACIA: O CICLO DE GREVES DO ABC PAULISTA E OS DESAFIOS DO SINDICALISMO ATUAL

MARCO AURÉLIO SANTANA

Resumo: O artigo analisa os movimentos de greve dos metalúrgicos do ABC Paulista, ocorridos nos anos de 1978, 1979 e 1980, marcando o início de um longo ciclo de greves e contestação que atravessará as décadas de 1980 e 1990. Nesse sentido, buscar-se-á levar em conta a dinâmica de confrontação constituída a partir das interações entre trabalhadores/as, patronato e Estado. Ainda que seja dada atenção às práticas de patrões e Estado, ênfase central será dada ao movimento da classe trabalhadora. A ideia é apresentar a forma como os trabalhadores/as participaram dessa dinâmica, percebendo os limites e possibilidades dessa participação. Isso será feito considerando fatores externos e internos ao referido movimento. Por fim, a partir das questões por ele suscitadas, colocaremos o movimento em diálogo direto com os desafios trazidos pelo momento atual do mundo do trabalho e do sindicalismo brasileiro.

Palavras-chave: Greve; Trabalhadores; ABC Paulista; Democracia; Ditadura.

WORKING CLASS, POLITICAL CONFRONTATION AND DEMOCRACY: THE CYCLE OF STRIKES OF THE ABC PAULISTA AND THE CHALLENGES OF CURRENT UNIONISM

Abstract: *The article analyses the ABC Paulista metal workers' strike movements, in 1978, 1979 and 1980, which are considered to be the beginning of a long contention cycle that lasted until the 1990s. Although taking into account the confrontation dynamics among workers, capital and state, we focus on the labor movement actions and responses, by dealing with the influence of internal and external*

factors upon the workers' movement. In the last part we put past and present in dialogue and present the issues challenging the labor collective action.

Keywords: *Strike; Workers; ABC Paulista; Democracy; Dictatorship.*

Recebido: 15/06/2018

Aprovado: 06/07/2018



SINDICALISMO DO ABC E A ERA LULA: CONTRADIÇÕES E RESISTÊNCIAS

JOSÉ RICARDO RAMALHO

IRAM JÁCOME RODRIGUES

Resumo: O sindicalismo metalúrgico do ABC Paulista criou, a partir do enfrentamento político e das greves durante o período da ditadura militar de 1964, condições para defender suas demandas econômicas na esfera pública, ao mesmo tempo em que se constituiu em uma força política no cenário nacional. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República do Brasil, em 2002, e sua permanência no cargo por oito anos (2003-2010), foi a confirmação da força política desse sindicalismo que estabeleceu novos parâmetros e influenciou os rumos da organização dos trabalhadores no país. O artigo busca – a partir de um levantamento de dados estatísticos referentes ao trabalho e ao emprego na região do ABC Paulista – estabelecer uma relação entre o contexto econômico e político do período Lula/Dilma Rousseff e as estratégias sindicais dos metalúrgicos, levando em conta as ligações políticas evidentes com o governo do Partido dos Trabalhadores, principalmente com o presidente operário. A intenção é avaliar, como resultado dessa proximidade, a existência de avanços e/ou recuos nas práticas de luta do sindicato no sentido de obter melhores salários, criar novas oportunidades de emprego, aumentar a atuação junto à sociedade civil e buscar interferir no debate sobre estratégias de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Sindicalismo; ABC Paulista; Metalúrgicos; Trabalho; Lula.

TRADE UNIONISM OF THE ABC DURING THE LULA ERA: CONTRADICTION AND RESISTANCE

Abstract: *Since the political confrontation and strikes during the 1964 Brazilian military dictatorship, the metalworker trade unionism of the ABC has created viable conditions of defending its*

economic demands in the public sphere, and at the same time has become a political force in Brazil. The election of Lula in 2002 and his permanence in this position for eight years (2003-2010) were the confirmation of the political strength of this trade unionism, which established new parameters and influenced in the organization of the workers in the country. Based on statistical data collection on work and employment in the ABC region, this paper seeks to determine an association between the economic and political context of the Lula/Dilma period and the strategies of the metalworkers trade union, taking into account its clear political relationship with the Brazilian Workers' Party, especially with a worker president. The objective is to evaluate, as a result of this relationship, the existence of advancements or regressions in the union's struggles for better wages, new job opportunities, approximating themselves to civil society, and its attempt to interfere in the debate about regional development strategies.

Keywords: *Trade Unionism; ABC Paulista; Metalworkers; Work; Lula.*

Recebido: 19/06/2018

Aprovado: 06/07/2018



DAS GREVES DO ABC AO CONSELHO DE RELAÇÕES DE TRABALHO: CHANCES E LIMITES DA AÇÃO SINDICAL INSTITUCIONAL

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA

MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY

Resumo: Este artigo tem como propósito reconstituir os nexos entre o sindicalismo oriundo das greves operárias e populares desencadeadas a partir de fins da década de 1970 e as condições recentes de regulação do trabalho no Brasil, com particular foco na atuação sindical no Conselho de Relações de Trabalho (CRT), criado em 2010. Não se trata de realizar um balanço dos últimos 40 anos, seja da trajetória do sindicalismo brasileiro, seja dos caminhos da regulação do trabalho no país. Tão somente percorremos em grandes linhas a trajetória sindical desde então, até nos determos no CRT, em sua formatação e agenda, para assim analisar as chances e limites propiciados à atuação sindical. Para tanto, dialogamos com a bibliografia referida ao tema e com pesquisas e reflexões acumuladas pelos autores, assim como apoiamos-nos em pesquisa documental (atas do CRT, leis, decretos, medidas provisórias e portarias), em pesquisa midiática e em entrevistas com membros das bancadas sindical e governista do CRT.

Palavras-chave: Sindicalismo; Ação Institucional; Tripartismo; Regulação das Relações de Trabalho; Brasil.

FROM THE ABC STRIKES TO THE LABOR RELATIONS BOARD: CHANCES AND LIMITS OF INSTITUTIONAL UNION ACTION

Abstract: *The purpose of this article is to reconstitute the links between trade unionism stemming from the workers' and popular strikes that began in the late 1970s and the recent conditions of labor regulation in Brazil, with a particular focus on trade union*

activity in the Labor Relations Council (CRT), created in 2010. It is not a question of carrying out a balance of the last 40 years, either in the trajectory of Brazilian trade unionism or in the ways of regulating labor in the country. We have only followed the trade union trajectory since then, until we stop at the CRT, in its format and agenda, in order to analyze the possibilities and limits of trade union activity. In order to do so, we dialogue with the bibliography on the subject and with research and reflections accumulated by the authors, as well as supporting documentary research (CRT minutes, decrees, provisional measures and ordinances), media research and interviews with union and governor of the CRT.

Keywords: *Trade Unionism; Institutional Action; Tripartism; Regulation of Labor Relations; Brazil.*

Recebido: 08/06/2018 **Aprovado:** 26/07/2018



TRABALHO E POLÍTICA EM SÃO BERNARDO: ARQUEOLOGIA DE UMA HEGEMONIA PRECÁRIA

RUY BRAGA

Resumo: O principal objetivo deste artigo é revisitar as etnografias do trabalho operário, assim como os estudos de caso ampliados que, ao longo dos anos 1970 e 1980, registraram a transformação do grupo operário metalúrgico de São Bernardo em um dos mais importantes atores políticos do processo de redemocratização do país, precipitando o fim da ditadura militar e inaugurando o que alguns autores chamaram de “era das invenções democráticas”. Para tanto, inicialmente pretende-se focar as raízes sociais do processo de inquietação operária no tocante à relação entre o recrudescimento do despotismo fabril e os limites à negociação impostos pela regulação autoritária como catalisador do ciclo grevista que se estendeu entre 1978 e 1981. Finalmente, busca-se identificar no contexto histórico da onda grevista de fins dos anos 1970 a formação da relação social hegemônica que combinou o consentimento passivo das bases sociais com o consentimento ativo das lideranças sindicais na criação da regulação lulista dos conflitos sociais que vigorou no país entre os anos de 2003 e 2016.

Palavras-chave: Sindicalismo; São Bernardo; Lula; Greves; Peões.

WORK AND POLITICS IN SÃO BERNARDO: ARCHEOLOGY OF A PRECARIOUS HEGEMONY

Abstract: *The main objective of the article is to revise the ethnographies of labor, as well as the extended case studies that during the 1970s and 1980s saw the transformation of the São Bernardo metalworking group into one of the most important political actors in the redemocratization process of the country, precipitating the*

end of the Brazilian military dictatorship and inaugurating what some authors called the “era of democratic inventions”. For such, it focuses initially on the social roots of the workers’ unrest process on the relationship between the upsurge of industrial despotism and the limits to negotiation imposed by authoritarian regulation as a catalyst for the strike cycle that lasted from 1978 to 1981. Finally, this article seeks to identify, within the historical context of the strike wave of the late 1970s, the formation of the hegemonic social relation that combined the passive consent of social bases with the active consent of the union leaders in the creation of Lula’s regulation of social conflicts style that prevailed in the country between the years 2003 and 2016.

Keywords: *Syndicalism; São Bernardo; Lula; Strikes; Peons.*

Recebido: 14/06/2018 **Aprovado:** 17/07/2018



QUANDO OS TRABALHADORES PARAM? REINTERPRETANDO A OCORRÊNCIA DE GREVES NO BRASIL

ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ

Resumo: Dialogando com as diferentes abordagens presentes na literatura, este artigo procura analisar a incidência de greves nas diferentes fases econômicas e políticas do Brasil, nas duas últimas décadas. Ao mesmo tempo, inserimos as greves no contexto da conjuntura e dinâmica organizacional do movimento sindical. Ao longo desse período, a incidência de greves tendeu a diminuir nos momentos de alta do desemprego e a aumentar nos momentos de queda. Não foi encontrada relação entre greve e ganho salarial. A análise da relação entre greve e política parece corroborar a ideia de que em governos de centro-esquerda observa-se menor volume de greves do que em governos de centro-direita, enquanto a maior competição no interior do movimento sindical, inferida pelo número de sindicatos em cada ano, esteve associada a um maior volume de greves. Essas correlações, ainda que inconclusivas, apontam o caminho para novas investigações, utilizando séries mais longas e análise comparada.

Palavras-chave: Greve; Sindicato; Instituições; Ação Coletiva; Movimento Sindical; Economia Política.

WHEN DO WORKERS STRIKE? REINTERPRETING THE OCCURRENCE OF STRIKES IN BRAZIL

Abstract: *Dialoging with the different approaches present in the literature, this article tries to analyze the incidence of strikes in the different economic and political phases of Brazil in the last two decades and situating strikes within the current political and economic scenario, in addition to describing the organizational dynamics of the trade union movement. During this period, the incidence of strikes tended to decrease in times of high unemployment*

rates, and increase when those fell. No relation was found between strikes and wage gains. Analysis of the relationship between strikes and politics seems to corroborate the idea that in mid-left governments there is a lower volume of strikes than in mid-right governments, while the greater competition within the trade union movement, inferred by the number of unions in each year, was associated with a higher amount of strikes. These correlations, although inconclusive, indicate the way to further investigations, with the use of longer series and comparative analysis.

Keywords: *Strike; Trade Union; Institutions; Collective Action; Union Movement; Political Economy.*

Recebido: 05/04/2017

Aprovado: 17/03/2018



PLURALIDADE SINDICAL NO CAMPO? AGRICULTORES FAMILIARES E ASSALARIADOS RURAIS EM UM CENÁRIO DE DISPUTAS

EVERTON LAZZARETTI PICOLOTTO

Resumo: Este artigo analisa as mudanças na estrutura sindical dos trabalhadores rurais nas últimas décadas, marcadas pela emergência de novas identidades políticas que lutam pelo reconhecimento de sua diversidade e pela constituição de formas próprias de representação. Desde os anos 1980 têm ocorrido experiências iniciais de organizações de assalariados e pequenos agricultores por fora dos canais sindicais estabelecidos. No entanto, foi nos primeiros anos do século XXI que formou-se uma organização sindical própria de agricultores familiares que passou a competir com o sindicalismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e, mais recentemente, a formação de uma Confederação Nacional de Assalariados Rurais (Contar), como representante exclusiva dos assalariados rurais. O artigo explora essas mudanças recentes na representação dos trabalhadores do campo, os conflitos de posição gerados e suas relações com o Estado.

Palavras-chave: Sindicalismo; Representação Política; Trabalhadores Rurais; Agricultura Familiar; Assalariamento Rural.

UNION PLURALITY IN THE FIELD? FAMILY FARMERS AND PAID RURAL WORKERS IN A DISPUTE SETTING

Abstract: *This article aims to analyze the changes in the union structure of rural workers in recent decades, marked by the emergence of new political identities struggling for the recognition of their diversity and creation of forms of representation. Since the 1980s there have been some initial organizational experiences of wage*

earners and small farmers outside the established trade union channels. However, it was in the early years of the twenty-first century that a separate union of family farmers was formed and started to compete with the unionism of the National Confederation of Agricultural Workers (Contag) and, more recently, the National Rural Salaried Confederation (Contar), as the exclusive representative of rural workers. The study aims to explore these recent changes in the representation of workers in the field, conflicts of position generated and their relations with the State.

Keywords: *Syndicalism; Political Representation; Rural Workers; Family Farming; Rural Wage.*

Recebido: 10/01/2018

Aprovado: 06/07/2018



VOLVIENDO A LAS BASES: EL SINDICALISMO ARGENTINO FRENTE A LOS RETOS DEL CAPITALISMO ACTUAL

BRUNO DOBRUSIN

JUAN MONTES CATO

Resumen: El sindicalismo en la fase actual del desarrollo capitalista argentino enfrenta enormes desafíos relacionados con el avance de la formulación de políticas neoliberales que se expresan en la profundización de la flexibilidad, el crecimiento de los mercados informales, la retirada del Estado como actor central en las relaciones laborales y el auge de las empresas multinacionales en tanto agentes que operan a escala global. Estos procesos interrogan las formas de resistencia y confrontación que marcaron un gran período de conflictividad. En gran parte esa dinámica estuvo regimentada por el modelo corporativista que articuló las relaciones laborales. En este artículo nos interesa analizar las implicancias de ese modelo, señalar en qué medida se viene desmontando y cómo esta transformación reenvía el accionar sindical a los lugares de trabajo, es decir a la confrontación con el capital en las instancias de producción.

Palabras clave: Sindicalismo; Corporativismo; Conflicto Multinacionales.

REORGANIZING FROM THE BELOW: CONTEMPORARY CAPITALISM AND THE CHALLENGES FOR ARGENTINE TRADE UNIONISM

Abstract: *In the current stage of capitalism, the Argentine labour movement is facing significant challenges due to the advance of neoliberal policies that deepen flexibilization, informality and enlarge the power of large corporations in relation to the State. These processes put into question the forms of resistance and confrontation in a period of increasing labour-capital tensions. This article*

analyzes the consequences of neoliberal policies over the traditional corporatist model of labour relations in Argentina. It looks at how this transformation is reorganizing trade union action and the need to return to workplace-based unionism as a way to present a direct challenge to capital.

Keywords: *Trade Unionism; Corporatism; Conflict; Multinationals.*

Recebido: 12/06/2018

Aprovado: 28/06/2018



O SINDICALISMO AINDA CONTA? PODERES SINDICAIS EM DEBATE NO CONTEXTO EUROPEU

HERMES AUGUSTO COSTA

Resumo: Se o berço europeu do sindicalismo é uma referência incontornável para os estudiosos das relações laborais, o é ainda mais quanto se pretender indagar sobre a relevância do sindicalismo à luz das transformações operadas ao longo da última década no contexto europeu. Num cenário em que, mais do que falar num sindicalismo europeu, faz sentido falar em sindicalismos *na* Europa, esse texto recupera o legado histórico do sindicalismo e seu sentido plural (“as variedades de sindicalismo”, traduzidas em teorias e modelos) para, em seguida, identificar fontes de poder sindical. Argumenta-se que o sindicalismo, apesar dos seus múltiplos fatores de crise, é dotado de fontes de poder que deve capitalizar como forma de ultrapassar suas fraquezas. Como corolário disso, identificam-se quatro temas – representatividade, independência, ação internacional e construção de alianças sociais – a partir da realidade europeia. Mais do que fatores de crise, tais temas são um pretexto para a renovação sindical.

Palavras-chave: Sindicalismo; Europa; Fontes de Poder; Representatividade; Independência; Ação Onternacional; Alianças Sociais.

IS TRADE UNIONISM STILL WORTH IT? TRADE UNION POWERS IN DEBATE WITHIN THE EUROPEAN CONTEXT

Abstract: *If the European legacy of unionism is a must-have reference for scholars of labor relations, it is even more when inquiring about the relevance of trade unionism in the light of the transformations over the last decade in the European scenario. In a scenario in which, more than talking about an European trade unionism, it*

makes sense to talk about trade unionism in Europe, this paper retrieves the historical legacy of trade unionism and its plural sense (“the varieties of unionism”, translated into theories and models) in order to then identify the sources of union power. It argues that the trade union movement, despite its multiple crisis factors, is able to capitalize sources of power as a way to overcome its weaknesses. Consequently, four themes are identified – representativeness, independence, international action and construction of social alliances – based on the European reality. More than crisis factors, such themes are a pretext for the renewal of trade unionism.

Palavras-chave: *Trade unionism; Europe; Sources of Power; Representativeness; Independence; International Action; Social Alliances.*

Recebido: 03/06/2018

Aprovado: 17/07/2018



O SINDICALISMO ITALIANO ENTRE CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E MUDANÇAS DAS RELAÇÕES INDUSTRIAIS

DAVIDE BUBBICO

Resumo: Desde o início dos anos 1980, o sindicalismo confederal italiano (CGIL, CISL, UIL) vive uma crise de representatividade que se explica pela redução da taxa de sindicalização e pela dificuldade de representar as novas formas de emprego produzidas pelos processos de reforma do mercado do trabalho nas últimas três décadas. As tentativas de superação dos contratos nacionais de categoria têm sido mais evidentes nos últimos anos, mas a mesma negociação no âmbito do segundo nível não tem ganhado mais espaço. Novas formas de organização na representação dos trabalhadores precários, fora da esfera do sindicato tradicional, e o maior dinamismo dos sindicatos de base extraconfederal na representação dos trabalhadores imigrantes são dois elementos que contribuem para crise atual. Isso não significa a perda da sua importância nas definições das normas regulatórias no campo das relações industriais com o Estado em matérias de interesse coletivo no mundo do trabalho (previdência, mercado do trabalho etc.).

Palavras-chave: Sindicato; Relações Industriais; Mercado do Trabalho; Negociação Coletiva.

ITALIAN TRADE UNIONISM BETWEEN CRISIS OF REPRESENTATIVITY AND CHANGES IN INDUSTRIAL RELATIONS

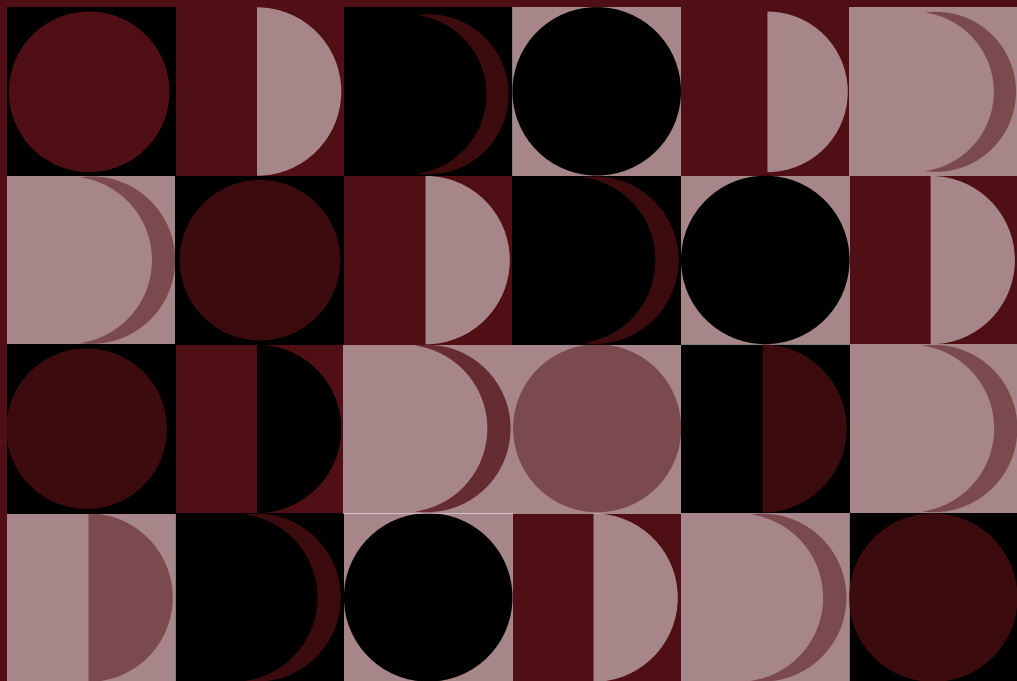
Abstract: *Since the beginning of the 1980s, the Italian confederal unionism (CGIL, CISL, UIL) has been undergoing a crisis of representativity, explained by the reduction in the rate of unionization and the difficulty of representing the new forms of employment produced by labor market reform processes in the last*

three decades. At the same time, it managed to defend the existence of national collective labor agreements, even if the attempts to overcome national category contracts have been more evident in recent years, but the same second-level negotiation has not gained more space. New forms of organization in the representation of precarious workers, outside the scope of the traditional union, and the greater dynamism of extra-confederal unions in the representation of immigrant workers are two elements that contribute to this crisis today. However, this does not mean the loss of its importance in the definitions of the regulatory norms in industrial relations and with the State on matters of collective interest in the world of work (social welfare, labor market, etc.).

Keywords: *Trade Union; Industrial Relations; Labor Market; Collective Bargaining.*

Recebido: 04/06/2018

Aprovado: 22/07/2018



ISSN 0102-6445



9 770102 644006